



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXX Nº 22, QUINTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2025



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**  
Presidente

**Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Carlos Veras (PT-PE)**  
1º Secretário

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**  
2º Secretário

**Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)**  
3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**  
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**  
Presidente

**Senador Eduardo Gomes (PL-TO)**  
1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**  
2º Vice-Presidente

**Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)**  
1ª Secretária

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**  
2º Secretário

**Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)**  
3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**  
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
- 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
- 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
- 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)**  
Presidente

**Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Carlos Veras (PT-PE)**  
1º Secretário

**Deputado Lula da Fonte (PP-PE)**  
2º Secretário

**Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)**  
3ª Secretária

**Deputado Sergio Souza (MDB-PR)**  
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
- 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
- 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
- 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Danilo Augusto Barboza de Aguiar**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**  
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Paulo Max Cavalcante da Silva**  
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**  
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**  
Diretora-Geral do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**  
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Gleison Carneiro Gomes**  
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Celso Dias dos Santos**  
Diretor da Secretaria de Expediente



# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

**1 – ATA DA 11ª SESSÃO, SOLENE, EM 10 DE JUNHO DE 2025**

1.1 – ABERTURA .....	9
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar os 107 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM) e os 32 anos da Rede Boas Novas (RBN/AM), nos termos do Requerimento nº 8/2025-Mesa, do Senador Omar Aziz e do Deputado Silas Câmara. ....	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro pela Orquestra Boas Novas, sob a regência do Sr. Maestro Wilkson da Silva Souza. ....	9
1.2.2 – Apresentação da canção “Meu Tributo”, do Sr. Victorino Silva. ....	9
1.2.3 – Exibição de vídeo institucional .....	9
1.2.4 – Discurso do Presidente (Senador Omar Aziz ) .....	10
1.2.5 – Discurso do Presidente (Deputado Hugo Motta) .....	11
1.2.6 – Oradores	
Sr. André Luiz de Almeida Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) .....	12
Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União .....	14
Deputado Silas Câmara .....	16
Sr. Jonatas Câmara, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas .....	20
Deputado Gilberto Nascimento .....	24
Senadora Damares Alves .....	25
Senador Zequinha Marinho .....	27



<b>1.2.7 – Apresentação das canções “Âncora Segura” e “Vamos Unidos”, do Ministério Boas Novas.</b>	<b>29</b>
<b>1.2.8 – Apresentação da canção “Atravessa o Mar”, da Sra. Ana Lúcia Câmara.</b>	<b>29</b>
<b>1.2.9 – Oradores (continuação)</b>	
Sr. Samuel Câmara, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Belém do Pará	29
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>	<b>32</b>

## PARTE II

### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

#### 2.1 – EXPEDIENTE

##### 2.1.1 – Adoção de Medidas Provisórias

Adoção da Medida Provisória nº 1301/2025, que *institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13958, de 18 de dezembro de 2019. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 25/2025-BLALIAN/SF, 65/2025-REPUBLICANOS/CD e 97/2025-PP/CD).* .... **34**

Adoção da Medida Provisória nº 1302/2025, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de R\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* ..... **41**

##### 2.1.2 – Comunicações

Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (**Ofício nº 189/2025**). .... **43**

Da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de indicação e substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1300/2025 (**Ofício nº 95/2025**). ... **45**

Da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (**Ofício nº 30/2025**). ..... **48**

Da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1300/2025 (**Ofício nº 245/2025**). .... **49**

Da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1300/2025 (**Ofício nº 96/2025**). ... **50**

Da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1301/2025 (**Ofício nº 26/2025**). ..... **51**

Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (**Ofício nº 191/2025**). ..... **52**





Da Liderança da Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1296/2025 (**Ofício nº 192/2025**). ..... 53

Da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1301/2025 (**Ofício nº 31/2025**). ..... 54

Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1301/2025 (**Ofício nº 243/2025**). . 55

Da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (**Ofício nº 32/2025**). ..... 56

### 2.1.3 – Emendas

N<sup>os</sup> 1 a 111, apresentadas à Medida Provisória nº 1301/2025. .... 55

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2025. .... 319

### 2.1.4 – Estabelecimento de calendários

Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1/2025. . 323

Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2025. . 324

### 2.1.5 – Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 3/2025, da Presidência da República, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 816.647.541,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.* (Mensagem nº 671/2025, na origem) ..... 326

*Estabelecimento de calendário para tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3/2025.* ..... 334

### 2.1.6 – Vetos

Veto Parcial nº 15/2025, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.958 de 2021, que “Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014” (**Mensagem nº 670/2025, do Presidente da República**). ..... 336

Veto Parcial nº 16/2025, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que “Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais; autoriza a participação da União no Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos; dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere para repasses do Fundo Nacional de Meio Ambiente aos entes subnacionais a fim de financiar projetos



*de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais; dispõe sobre medidas de fortalecimento da capacidade operacional e logística de resposta a emergências; altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 7.797, de 10 de julho de 1989, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; e revoga as Medidas Provisórias nºs 1.276, de 22 de novembro de 2024, e 1.278, de 11 de dezembro de 2024" (Mensagem nº 703/2025, do Presidente da República).* .....

345

## PARTE III

### 3 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 38/2025, que *prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1294/2025 pelo período de sessenta dias.* .....

360

Nº 39/2025, que *prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1295/2025 pelo período de sessenta dias.* .....

361

Nº 40/2025, que *prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1296/2025 pelo período de sessenta dias.* .....

362

Nº 41/2025, que *prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1297/2025 pelo período de sessenta dias.* .....

363

Nº 42/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.281, de 2024.* .....

364

Nº 43/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.282, de 2024.* .....

365

Nº 44/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.283, de 2024.* .....

366

Nº 45/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.285, de 2024.* .....

367

Nº 46/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.286, de 2024.* .....

368

Nº 47/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.287, de 2025.* .....

369

Nº 48/2025, que *encerra o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1.288, de 2025.* .....

370

### 4 – LEI PROMULGADA

Nº 15147/2025 (proveniente da Medida Provisória nº 1284/2024), que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e das Cidades; e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00, para os fins que especifica.* .....

372

### 5 – COMISSÕES MISTAS .....

376

### 6 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS .....

388

### 7 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS .....

426

### 8 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO .....

427

### 9 – COMPOSIÇÃO DA MESA .....

428

### 10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....

429



**11 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS ..... 439**



Ata da 11ª Sessão, Solene,  
em 10 de junho de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Omar Aziz, Hugo Motta e Silas Câmara.*

*(Inicia-se a sessão às 10 horas e 18 minutos e encerra-se às 12 horas e 41 minutos.)*



## ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a celebrar os 107 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e os 32 anos da Rede Boas Novas.

## HOMENAGEM

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - A presente sessão foi convocada pelo Presidente do Congresso Nacional em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2025, de minha autoria e do Deputado Federal Silas Câmara.

Compõem a Mesa desta sessão solene, juntamente com esta Presidência, o Deputado Federal Silas Câmara, requerente da sessão; o Sr. André Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal; o Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União; o Pastor Jonatas Câmara, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas; o Pastor Samuel Câmara, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Belém do Pará — nós emprestamos para o Pará o Pastor Samuel Câmara.

Convido a todos para, em posição de respeito, entoarmos o Hino Nacional, executado pela Orquestra Boas Novas, sob a regência do Maestro Wilkson da Silva Souza.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)*

Neste momento, convido todos a assistirem à apresentação da canção *Meu Tributo*, de Victorino Silva.

*(É executada a canção Meu Tributo.) (Palmas.)*

Também fazem parte da Mesa o Pastor Moisés Melo, o Pastor Elionai Reis e o Pastor Antônio Tavares, nas pessoas de quem cumprimento todos os pastores que vieram para esta solenidade. E, em na pessoa da Pastora Ana Lúcia, quero cumprimentar todas as pastoras, todas as mulheres que se encontram presentes aqui.

Muito obrigado pelas presenças.

Aqui nós temos a honra de receber o Líder do PL, o Deputado Sóstenes Cavalcante.

Queremos também cumprimentar o Deputado Capitão Alberto Neto, que se encontra aqui; o Deputado Pauderney Avelino e o Senador Plínio Valério. Quero cumprimentar ainda o meu querido amigo e Deputado Estadual Dan Câmara, que está presente; o Deputado Otoni de Paula, querido companheiro; o Deputado Ronaldo; e o Deputado Augusto. Muito obrigado pelas presenças. É um prazer recebê-los.

Também estiveram aqui presentes o Deputado Gilberto Abramo, Líder do Republicanos, o Deputado Diniz — obrigado pela presença — e o Deputado Marcelo Crivella, que foi meu colega Senador da República, um grande amigo, e é sempre um prazer falar com ele.

Quero aqui cumprimentar o Vereador João Carlos e o Vereador Eurico Tavares, que também estão presentes e acompanham esta sessão.

Dito isso, neste momento convido todos a assistirem ao vídeo institucional preparado pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e pela Rede Boas Novas.

*(Exibição de vídeo.) (Palmas.)*

Registro a presença da nossa querida amiga e Senadora Damares. Muito obrigado pela presença.

O Senador Girão passou por aqui e volta já. Também esteve aqui conosco o Senador Rogerio Marinho.



O Deputado Pastor Eurico também está presente. É um prazer tê-lo aqui, Deputado.

Sras. e Srs. Senadores, autoridades presentes, cujos nomes já citei, lideranças religiosas e amigos da Rede Boas Novas e da Igreja Assembleia de Deus, é com profunda honra e emoção que me pronuncio para celebrar dois marcos que enobrecem a história do meu querido Estado, o Amazonas e, por que não dizer, do Brasil: os 107 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e os 32 anos de evangelização e comunicação da Rede Boas Novas. Essas datas não são apenas números, representam vidas transformadas, famílias restauradas, jovens resgatados das drogas, comunidades fortalecidas e uma mensagem de esperança que atravessa gerações.

Fundada em 1918, a Igreja Assembleia de Deus no Amazonas nasceu de um gesto de fé e de obediência ao chamado divino e, desde então, espalhou-se pelos quatro cantos da floresta, alcançando os mais distantes rincões da Amazônia. E só nós que conhecemos o nosso Estado sabemos que, numa comunidade, às vezes, com vinte casas, Ministro André Mendonça e Ministro Jorge Messias, lá está o símbolo da Igreja Assembleia de Deus, lá está presente a Igreja Assembleia de Deus, evangelizando, dando conforto às pessoas. Então, eu me sinto muito honrado por estar nesta homenagem, porque conheço bem o meu Estado e conheço muitas comunidades em que vocês estão, levando esperança ao povo amazonense. *(Palmas.)* Isso só é possível para quem conhece a região. Parece algo fácil, mas não é tão fácil assim. Fico muito orgulhoso de participar também da comemoração dos 32 anos da Rede Boas Novas, que o Pastor Samuel Câmara, lá atrás, teve a coragem de iniciar e hoje é uma potência no nosso Estado e está em todos os cantos.

Aonde o Estado muitas vezes não chega, a Igreja Assembleia de Deus está presente, seja numa casa de barro, seja numa canoa, seja sob a sombra de uma seringueira, levando a Palavra de Deus e oferecendo assistência social, orientação espiritual e apoio fraterno.

Essa história é, sobretudo, uma história de fé e serviço. Não podemos falar da Assembleia de Deus sem destacar o papel fundamental da Rede Boas Novas, que há 32 anos vem ampliando o alcance da igreja, usando a tecnologia como instrumento de evangelização. Através das ondas do rádio, da transmissão pela TV e mais recentemente pelas plataformas digitais, a Rede Boas Novas entrou nos lares amazonenses e brasileiros com mensagens que confortam, instruem e edificam. Quero aqui prestar a minha homenagem a todos os pastores, missionários, voluntários, músicos, comunicadores e intercessores que, ao longo dessas décadas, se dedicaram com amor e compromisso a essa missão divina. Cada culto transmitido, cada mensagem anunciada, cada oração feita em silêncio contribui para edificar não apenas os templos, como também uma sociedade mais justa, mais solidária e mais próxima de Deus. Meus amigos, a fé é um papel civilizatório. Ela não apenas consola como também inspira. Ela não apenas ensina como também transforma. E a Igreja Assembleia de Deus no Amazonas é um exemplo vivo de como a fé pode ser um instrumento de transformação social, de resgate da dignidade humana e de construção de valores que precisamos urgentemente fortalecer em nosso País. Neste momento em que o mundo clama por paz, por ética e por esperança, é nosso dever como agentes públicos reconhecer e valorizar o trabalho das igrejas que, como a Assembleia de Deus, atuam com seriedade, humildade e compromisso com o bem comum. Parabéns, Igreja Assembleia de Deus do Amazonas, pelos 107 anos de história, fé e dedicação! Parabéns, Rede Boas Novas, pelos 32 anos de missão e comunicação cristã! Que Deus continue a abençoar cada um de vocês e que essa missão frutifique ainda mais nos próximos anos!

Contem sempre com este amigo, com o meu mandato e com a minha gratidão. Muito obrigado. É o que eu posso dizer a vocês. É um prazer tê-los aqui conosco. *(Palmas.)*

Em deferência à presença do Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta, eu passarei a ele a Presidência da sessão neste momento.

Deputado Hugo Motta, sente-se aqui porque o prestígio da Igreja Assembleia de Deus faz jus à presença do Presidente da Câmara dos Deputados na condução dos trabalhos desta sessão. *(Palmas.)*



*(O Sr. Omar Aziz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hugo Motta.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Muito bom dia a todos os presentes.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Omar Aziz, autor do requerimento de realização desta homenagem, a deferência de me permitir presidir esta sessão solene tão importante, que celebra os 107 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e os 32 anos da Rede Boas Novas.

Cumprimento também o outro requerente desta sessão, o meu querido amigo e um dos decanos da Câmara dos Deputados, o Deputado Silas Câmara.

Cumprimento o amigo e Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, aqui presente.

Cumprimento o querido amigo e Advogado-Geral da União, Jorge Messias.

Cumprimento o Sr. Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas, o Pastor Jonatas Câmara.

Cumprimento o Presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil e da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Belém, no Pará, o Pastor Samuel Câmara.

Cumprimento os Srs. Deputados Federais Alex Santana, Ronaldo Nogueira, Antônia Lúcia, o Sóstenes Cavalcante, Líder do PL, Pastor Eurico e Capitão Alberto. Na pessoa de S.Exas., cumprimento os demais Deputados.

Cumprimento o meu amigo Gilberto Abramo, que esteve aqui.

Cumprimento a Senadora Damares, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres aqui presentes.

Senhoras e senhores, o Congresso Nacional realiza hoje, de maneira justa e oportuna, esta sessão solene em que são celebradas duas importantes datas para a comunidade evangélica brasileira.

Inicialmente, cumprimento o Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, e os requerentes desta sessão, que tornaram possível este momento de reconhecimento e homenagem, o Senador Omar Aziz e o Deputado Silas Câmara.

Saúdo também todos os Parlamentares presentes, especialmente os membros da bancada evangélica, que, dia após dia, se dedicam incansavelmente ao trabalho legislativo em prol do bem-estar da população brasileira.

A atuação de V.Exas. reflete os valores cristãos de justiça, solidariedade e compromisso com o próximo, contribuindo significativamente para o fortalecimento das instituições democráticas e para a construção de uma sociedade mais justa.

Senhoras e senhores, a realização desta sessão solene, que celebra a fé, evidencia o profundo respeito que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal nutrem pela religiosidade do nosso povo.

O Congresso Nacional, como representação máxima da democracia brasileira, reconhece que a fé constitui elemento fundamental na formação do caráter nacional e na construção dos valores que orientam nossa sociedade. Mais do que isso, é mediante a fé que instituições religiosas se destacam como importantes agentes de transformação nas comunidades, promovendo a educação, a assistência e os valores éticos que fortalecem o tecido social brasileiro.

Hoje, especificamente, celebramos os 107 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, instituição que se constitui como verdadeiro patrimônio religioso e social de nosso País.

A igreja foi oficialmente fundada em Manaus, em 1918, fruto do trabalho missionário dos suecos Samuel e Lina Nyström. O crescimento exponencial dessa igreja, ao longo de mais de 1 século, é verdadeiramente impressionante e demonstra a força da mensagem evangélica no coração do povo amazonense.

Hoje, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas conta com aproximadamente 3 mil locais



de culto e oração espalhados por todo o Estado. A atuação dessa denominação religiosa transcende os muros dos templos, estendendo-se através de projetos sociais que atendem às necessidades mais urgentes da população amazonense. Esses projetos, nas áreas de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento comunitário, demonstram como a fé cristã se materializa em ações concretas de amor ao próximo.

Além disso, nós celebramos hoje os 32 anos da Rede Boas Novas, empreendimento visionário criado por Samuel Câmara durante sua liderança na Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas. Ela se tornou a principal rede de comunicação cristã do Brasil, com presença marcante em múltiplos Estados e diferentes plataformas de mídia.

A Rede Boas Novas representa muito mais do que um veículo de comunicação, constitui ferramenta fundamental para a evangelização e a expansão da mensagem cristã em nosso País. Com sua programação, milhões de brasileiros têm acesso diário aos ensinamentos bíblicos, aos valores cristãos e ao testemunho de vidas transformadas pela fé. Essa rede demonstra como a igreja soube adaptar-se aos novos tempos, utilizando as tecnologias de comunicação para amplificar sua mensagem de esperança e transformação.

Ao concluir este discurso, desejo ressaltar que a Câmara dos Deputados, como reflexo fiel da diversidade da democracia brasileira, orgulha-se de celebrar a comunidade evangélica, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento espiritual, moral e social de nosso País.

Os evangélicos brasileiros, por meio de suas igrejas, instituições e lideranças, têm sido protagonistas na construção de uma Nação mais justa, solidária e esperançosa. Aqui aproveito para cumprimentar o Deputado Gilberto Nascimento, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

Faço votos de que os irmãos evangélicos continuem vivendo intensamente os ensinamentos cristãos e contribuindo, cada vez mais, para a transformação de nossa sociedade.

À Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas, à Rede Boas Novas e a toda a comunidade evangélica brasileira nossas reiteradas homenagens e o nosso respeito.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Eu gostaria de cumprimentar o Secretário de Estado de Pesca e Aquicultura do Amazonas, Alessandro Cohen. E, aqui à mesa, cumprimento e saúdo o Presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, o Deputado Gilberto Nascimento.

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Sr. André Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal. *(Palmas.)*

**O SR. MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA** - Bom dia, graça e paz, irmãos.

*(Manifestação dos convidados: Amém!)*

Amém!

Estimado Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, que nos honra com sua presença nesta cerimônia e ora a preside por ato de generosidade do Senador Omar Aziz, a quem também cumprimento e que muito bem representa o Estado do Amazonas no Senado Federal e no Brasil.

Honra-nos também tê-lo aqui, Senador Omar Aziz. Obrigado pelo requerimento que V.Exa. fez para que tivéssemos a realização desta sessão solene de homenagem.

Também agradeço aos Deputados requerentes Silas Câmara, Deputado Federal pelo Amazonas, e Gilberto Nascimento, que preside a Frente Parlamentar Evangélica.

Cumprimento o Ministro Jorge Messias, Advogado-Geral da União, e também os pastores Jonatas Câmara, que preside a Assembleia de Deus no Estado do Amazonas, e Samuel Câmara, que preside a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil. A esses dois baluartes, não da Assembleia de Deus, mas da igreja evangélica brasileira, meus cumprimentos.

Eu queria dizer às autoridades políticas — e cumprimento todas: Deputados, Senadores, Secretários





— e às autoridades religiosas aqui presentes — pastores e líderes da igreja evangélica, de modo especial, os da Assembleia de Deus — que, no livro de Atos, capítulo 11, está a primeira referência aos cristãos, quando os discípulos foram assim chamados, reconhecidos pelo povo, pela sociedade em geral. E, no Brasil, foi a partir da Assembleia de Deus que, pela primeira vez, os evangélicos foram chamados de pentecostais. (*Palmas.*)

Há um símbolo nisso. Ali, muda-se a história da igreja evangélica brasileira. A igreja evangélica, que até então era marcada apenas pela presença das igrejas chamadas históricas, como presbiterianos, batistas e metodistas, passa a ter, a partir de um movimento de renovação espiritual, uma penetração na sociedade que muda a história do nosso País e mudou a história do Amazonas.

Eu queria lembrar algumas marcas dessa igreja. Quando falamos da história dessa igreja, nós citamos Daniel Berg, que vai para o Amazonas, saindo de Belém, depois de ter vindo dos Estados Unidos, e inicia lá esse trabalho. Hoje, os senhores são, vamos dizer assim, os herdeiros da liderança da igreja, dessa igreja pentecostal.

E o que marcou aquele tempo, deve marcar e marcará certamente a igreja evangélica e a Assembleia de Deus no Amazonas e no Brasil? Em primeiro lugar, os senhores têm mudado a história do Amazonas e do Brasil, porque os senhores têm sido guiados pela Palavra. A Palavra de Deus é a fonte de orientação, de direção e de discernimento e o motor das ações da igreja. Continuem se guiando pela Palavra.

Em segundo lugar, continuem pregando a Palavra, continuem evangelizando. O evangelho traz vida, o evangelho muda vidas, o evangelho traz esperança, o evangelho é a esperança. A Palavra de Deus transforma o coração, transforma a mente, transforma o futuro, não apenas o futuro próximo, mas também o futuro que se estende pela eternidade.

Em terceiro lugar, a Igreja Assembleia de Deus não só ouve, não só prega a Palavra, mas também é cheia do Espírito Santo. Essa é a grande marca dessa igreja, o protagonismo do Espírito Santo no seio da igreja, ao lado do Pai e do Filho. Vocês resgatam no Brasil, a partir da história dos senhores, o papel relevante do mover do Espírito Santo no seio da igreja, no crescimento da igreja e na ação no meio da igreja.

Em quarto lugar, a Igreja Assembleia de Deus no Amazonas só tem esses 107 anos de história e só tem, no Amazonas, esses 32 anos de comunicação através da Rede Boas Novas porque sabe passar pelas tribulações e pelas provas.

Evangelizar num Estado como o Amazonas é vencer o imponderável, é superar as dificuldades de comunicação, de transporte, de abastecimento, é ir aonde poucos estão dispostos a ir.

Obrigado por estarem não nos 62 Municípios do Amazonas apenas, mas em cada vila, em cada povoado, em cada aldeia, levando o Evangelho, levando alimento, levando esperança, levando transformação.

Obrigado por passarem por situações inimagináveis e perseverarem. Enquanto aqui estamos, irmãos nossos estão, naquele honroso Estado, pelos igarapés, pelos paranás, passando por picadas na mata, levando o Evangelho de forma simples, de forma anônima, mas sendo vistos por Deus e pelo Espírito Santo de Deus.

Ainda dentro desse contexto, a Igreja Assembleia de Deus dá bom testemunho. Sejam os bom testemunho de Cristo Jesus. Continuemos sendo imitadores de Cristo. Continuemos sendo aqueles que, de fato, impactam a vida das pessoas, não porque nós somos o que somos, mas porque as pessoas veem Cristo Jesus em nós, porque veem o mover do Espírito Santo através das nossas vidas, das nossas ações.

A Igreja Assembleia de Deus, certamente, nesses 107 anos, tem muita história. Mas eu digo mais: os senhores foram chamados para fazer história, não como protagonistas, mas como imitadores do Cristo, movidos e guiados pelo poder do Espírito Santo.



Continuem a fazer história. O Amazonas e o Brasil precisam que os senhores sigam pregando, sendo guiados pelo Evangelho, sendo movidos pelo Espírito Santo, sendo perseverantes e resilientes, dando testemunho de vida, dando testemunho com palavras, com ações, com gestos, com solidariedade, com amor.

Isso significa, meus irmãos e minhas irmãs, que nós, como igreja, podemos mudar este País. E os senhores têm mudado o Estado do Amazonas.

Obrigado por esses 107 anos e obrigado por continuarem essa história, que, tenho certeza, segue com os senhores e com as senhoras, Pastora Ana Lúcia, a senhora que está tão elegante hoje aqui, tão bela, representando, por dentro e por fora, a beleza da mulher evangélica e a beleza do povo evangélico.

Continuem pregando o evangelho, porque essa história seguirá para os nossos filhos, para os nossos netos, e, mais do que isso, essa história seguirá conosco para a eternidade.

Que Deus nos abençoe e que Deus abençoe a Igreja Assembleia de Deus no Estado do Amazonas! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Parabenizo o Ministro André Mendonça pela brilhante fala.

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

**O SR. MINISTRO JORGE MESSIAS** - Bom dia a todas e a todos.

Eu queria cumprimentar, de forma muito especial, o Presidente dos trabalhos e Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Hugo Motta.

Cumprimento também o Senador Omar Aziz e agradeço a S.Exa. a generosidade do convite que me fez para estar nesta sessão solene. O Senador Omar Aziz é um grande amazonense e tem feito do seu mandato, no Senado Federal, um espaço de defesa do povo amazonense e um espaço de luta por justiça social.

Muito obrigado, Senador Omar Aziz, pelo convite.

Da mesma maneira, o meu irmão em Cristo e Deputado Federal Silas Câmara me convidou, de forma muito generosa, para participar desta sessão solene.

Cumprimento o meu irmão e Ministro André Mendonça, que nos trouxe uma inspiradora palavra — é sempre uma bênção poder participar desses momentos com V.Exa., Ministro André. Nós sabemos que o senhor, além de grande homem público, é também um grande homem de Deus.

Cumprimento também o Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas, o Pastor Jonas Câmara, e o Pastor Samuel Câmara.

Eu gostaria de cumprimentar, da mesma maneira, as Senadoras e os Senadores presentes nesta sessão, na pessoa da Senadora Damares Alves, que participa conosco da sessão.

Da mesma maneira, cumprimento todos os Deputados e Deputadas Federais, na pessoa dos Deputados Otoni de Paula e Pr. Marco Feliciano, que nos acompanham aqui.

Cumprimento ainda todas as lideranças religiosas da Igreja Assembleia de Deus no Amazonas e os representantes da Rede Boas Novas.

Saúdo os meus irmãos com a paz do nosso Senhor Jesus Cristo.

*(Manifestação dos convidados: A paz do Senhor!)*

É impressionante como Deus confirma todas as coisas nos nossos corações. Quando eu aceitei o convite para participar desta sessão hoje aqui, eu pedi a Deus que me entregasse uma palavra breve, e ele me trouxe o Evangelho de Mateus, no capítulo 5, versículos 13 a 16, que é exatamente o que trouxe o vídeo institucional dos 107 anos da Igreja Assembleia de Deus no Amazonas. Diz o texto:



*Vós sois o sal da terra; se o sal for insípido, com que se há de salgar? Para nada mais presta, senão para se lançar fora e ser pisado pelos homens.*

*Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte; Nem se acende a candeia e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos que estão na casa. Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.*

Meus irmãos, minhas irmãs, autoridades aqui presentes, nós estamos hoje celebrando os 107 anos da Igreja Assembleia de Deus no Amazonas e os 32 anos da Rede Boas Novas. E, o que nós estamos celebrando aqui, desses 107 anos da Igreja Assembleia de Deus no Amazonas, são as boas obras que Deus permitiu que homens realizassem ao longo desse período, tendo sido sal e luz.

Sal e luz fazem a diferença na vida das pessoas; sal e luz fizeram, ao longo desses 107 anos, a diferença para o povo do Estado do Amazonas, por meio da Palavra, que alimenta a alma, e por meio, muitas vezes, do próprio alimento, da água, da subsistência, dos serviços médicos, além da Palavra levada pela Rede Boas Novas.

Eu fico muito feliz quando participo de uma celebração religiosa num espaço público como é o Senado Federal, porque nós não temos como diferenciar as nossas ações, simplesmente porque estamos num espaço público ou porque estamos num espaço religioso. Nós somos homens influenciados e guiados pela Palavra de Deus. O Espírito Santo que nos move, que está entre nós, é que nos guia a todas as ações. Nós precisamos ter essa consciência.

Eu não quero me estender nesta palavra, mas preciso destacar que o trabalho religioso que a Igreja Assembleia de Deus no Amazonas realiza, Presidente Gilberto Nascimento, com quem estive ontem no aniversário do Bispo Manoel Ferreira — é uma alegria estar com o senhor novamente —, há 107 anos, tendo hoje 3 mil templos, mais de 2 mil pastores e uma membresia que ultrapassa 300 mil pessoas, é o que tem feito a diferença na vida do povo do Estado do Amazonas.

Nós viemos aqui reconhecer, numa sessão solene, no Senado Federal, a graça que Deus concedeu a essa igreja, para transformar a vida das pessoas naquele Estado.

É muito importante que nós também tenhamos a oportunidade de agradecer a Deus pelos 32 anos da Rede Boas Novas, porque eu tenho certeza de que, em um Estado, como aqui lembrou o Ministro André Mendonça, com os desafios próprios do Estado do Amazonas, a Rede Boas Novas tem sido instrumento de Deus para se levar a Palavra a muitos lugares a que não se chegaria com a velocidade necessária.

Também há o trabalho social destacado que realiza a Igreja Assembleia de Deus no Amazonas, levando para toda a comunidade muito mais do que a Palavra de Deus, o alimento vivo; ela leva também o alimento que nutre o corpo daquelas pessoas.

Eu finalizo, agradecendo a Deus pela vida dessa família, que dedica toda uma trajetória para pregar a Palavra de Deus no Estado do Amazonas e fazer a diferença na vida de milhares de pessoas.

No aniversário do Bispo Manoel Ferreira, eu levei o Gênesis 12, em que aprendemos sobre a bênção abraâmica. Eu falava há pouco com o Pastor Samuel Câmara, que me dizia da alegria dele de logo ter três gerações na mesma Igreja, pregando. E nós temos de louvar o fato de que as promessas de Deus têm se realizado na vida do seu povo. Saber que a bênção de Abraão está sendo levada de geração em geração é ter a clareza de que as promessas de Deus têm se cumprido na vida do seu povo.

Eu queria parabenizar, mais uma vez, a Assembleia de Deus no Amazonas, assim como todas as suas lideranças e as autoridades religiosas que nos acompanham.

Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Hugo Motta, que preside esta sessão; ao Senador Omar Aziz, um grande amazonense, um grande homem público; e a todas as lideranças aqui presentes.



Que Deus possa abençoar grandemente a obra d'Ele no Estado do Amazonas, a partir de homens e mulheres que se dedicam a levar a Palavra de Deus, a plantar a boa semente, para que ela frutifique ali, a partir das águas, que têm transformado a vida de milhares de pessoas no Estado!

Que Deus abençoe grandemente essa obra!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Cumprimento o Sr. Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Federal Silas Câmara, gostaria de citar a presença de ícones da Igreja Evangélica do Brasil, os quais cumprimento: o Deputado Pr. Marco Feliciano, o Senador Zequinha Marinho e o Deputado Dr. Luiz Ovando, de Mato Grosso do Sul.

Deputado Silas Câmara, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. SILAS CÂMARA** (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Meus queridos irmãos e irmãs aqui presentes, a paz do Senhor Jesus Cristo!

*(Manifestação dos convidados: A paz do Senhor!)*

É muito bom estarmos aqui, no plenário do Senado da República, em sessão solene aprovada e, o mais importante, convocada pelo Congresso Nacional. Tanto é assim que estamos sendo presididos pelo mais jovem Presidente da Câmara dos Deputados de toda a nossa história.

Meu amigo e irmão Hugo Motta, muito obrigado por estar aqui. É uma honra muito grande poder ser presidido por V.Exa.

Ao lado do Deputado Hugo Motta está esse grande brasileiro, um amigo de longa data e irmão querido, o ex-Governador do Amazonas — se depender de mim, o futuro Governador — e Senador Omar Aziz, que está ao lado da Assembleia de Deus no Estado do Amazonas, pelo menos, nos últimos 40 anos.

Peço uma salva de palmas para o Senador Omar Aziz, o autor do requerimento desta sessão! *(Palmas.)*

Quero abraçar também, com muita alegria, o meu amigo, o meu irmão, o Ministro André Mendonça. Eu digo que o Ministro André Mendonça é o mais pentecostal dos presbiterianos que eu conheço. E olhem que Jorge Messias também é presbiteriano. Ele é batista? Então, é o mais pentecostal dos batistas que eu conheço. Eu tenho até receio de ele ter vocação ministerial, porque vai dar trabalho.

Então, quero saudar, com muita alegria, o Ministro Jorge Messias, meu amigo, meu irmão, e o Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal.

Quero abraçar, com muito carinho — muito carinho mesmo! — e muito respeito, temor e tremor, o Presidente da minha Igreja, do Estado do Amazonas, minha cobertura espiritual, meu intercessor, meu cuidador, o Pastor Jonatas Câmara, e, junto com ele, a esposa, Pastora Ana Lúcia Câmara. Esse casal abençoado tem, nos últimos 30 anos, conduzido a Assembleia de Deus no Estado do Amazonas. *(Palmas.)*

Muito obrigado, Pastor Jonatas, pela paciência, pelo carinho e pelo cuidado.

Não diferentemente, quero saudar também a minha cobertura espiritual no âmbito de Nação, de Brasil, que também é a cobertura de todos nós, da nossa família. O meu pai e a minha mãe, o Pastor Severo Câmara e a Pastora Terezinha Duarte Câmara, já dormem no Senhor. E, na ausência deles, ele passou a ser o pai de todos nós. Portanto, ele cuida de mim, do Pastor Jonatas, do Pastor Dan — o Deputado Estadual Comandante Dan —, acompanhado de sua esposa, a Pastora Márcia Câmara, e também cuida da Eliabe. Ele cuida de nós com muito carinho. Refiro-me ao Presidente da Convenção das Assembleias de Deus do Brasil, o Pastor Samuel Câmara. O meu respeito e a minha consideração. Muito obrigado, pastor. *(Palmas.)*



Por último, mas não menos importante, eu saúdo, com muita alegria, o Presidente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, que, portanto, está sobre mim, é meu pastor, meu amigo, meu irmão de longa data, o Deputado Gilberto Nascimento, aqui presente, a quem eu peço também uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Através de S.Exa., eu abraço todos os Deputados Federais e, se me permitem, as Deputadas Federais aqui presentes. Sintam-se todos abraçados.

Como nós estamos falando da Assembleia de Deus no Amazonas, Pastor Moisés Melo, Pastora Elionai e Pastor Tavares, eu imagino que, para se comemorar é bom conhecer. Diz a Bíblia que quem não conhece, às vezes, erra. E eu não estou julgando quem está do outro lado da tela, da televisão, do rádio, da mídia social ou do próprio celular, assistindo a esta sessão solene, porque, de repente, não conhece a Assembleia de Deus no Estado do Amazonas.

Primeiro, vamos conhecer o Amazonas. O Amazonas é o maior Estado da nossa Federação, com 4,2 milhões de habitantes e 62 Municípios, incluindo a nossa capital. Manaus tem 57% de toda a população do nosso Estado graças à Zona Franca de Manaus, que atraiu para a nossa capital o conceito de Estado. É lá que está a economia, é lá que está a solução dos problemas, é lá que está a receita mais robusta e pujante, e, através disso, é ali que chega o que precisam todos os 61 outros Municípios do Amazonas. Portanto, somos um Estado com 62 Municípios, incluindo a capital, com 4,2 milhões de habitantes.

E é lá que está a Assembleia de Deus, uma Igreja que possui cerca de 4 mil templos em todo o Estado do Amazonas. Portanto, para cada 210 famílias, segundo o IBGE, há uma Assembleia de Deus, pregando o Evangelho. Vou repetir: para cada 210 famílias, lá está uma Assembleia de Deus, pregando o Evangelho de Jesus Cristo. (*Palmas.*)

Também é essa Igreja que enfrentou todos os desafios, começando pelo Pastor Alcebíades Pereira de Vasconcelos, que foi o discipulador do Pastor Samuel Câmara, a quem sucedeu por carta escrita de próprio punho. Ao falecer, a viúva leu uma carta de próprio punho do Pastor Alcebíades, que queria, e deixava isso por escrito, que o legado dele fosse continuado através da vida do Pastor Samuel Câmara e da Pastora Rebekah Câmara. Hoje, é seguido também pelo discipulado do Pastor Samuel Câmara, o Pastor Jonatas Câmara, e pela Pastora Ana Lúcia Câmara.

Eu estou fazendo questão de registrar tudo isso, porque às vezes as pessoas pensam que tudo acontece com um jeitinho, que tudo é “vamos colocar”, e não é assim. A Assembleia de Deus no Amazonas, como eu creio que muitas Assembleias de Deus do Brasil e outras Igrejas também, são guiadas pelo Espírito Santo até nas suas sucessões, casos como os que citei há pouco.

A Assembleia de Deus não se furtou de nenhum dos seus desafios. Por exemplo, para evangelizar o Estado do Amazonas, foi a primeira igreja pentecostal do planeta a comprar um avião anfíbio. E o próprio pastor pilotou esse avião para pregar o Evangelho. Para quem não sabe, o Pastor Samuel, além de diversos cursos de formação — eu destaco aqui o Direito —, é piloto. Portanto, nós adquirimos o primeiro avião Cessna 206 Anfíbio, e o próprio Pastor Samuel era o piloto, por identificar que, em viagem de Manaus até, por exemplo, o Município de Ipixuna, ele gastou 26 dias dentro de um barco. E, ao chegar àquele Município, precisou voltar urgentemente para Manaus.

Hoje, não é mais assim, mas, naquele tempo, o padre foi ao Prefeito e proibiu o pastor de entrar no avião de linha. Portanto, o Pastor Samuel, com muita dificuldade, entrou no avião, mas fez um juramento a si próprio de que nunca mais um pastor precisaria disputar uma vaga em avião de linha no Amazonas para se locomover. Ele decidiu, e nós compramos o primeiro avião. Assim, foi lançado o Projeto Deus Salve o Amazonas, um programa inovador e missionário, que cresceu em todo o Estado do Amazonas. Hoje, nós temos milhares de barcos, mas ainda mantemos o avião. (*Palmas.*)

Mais do que isso, nesse mesmo Município, ao ser confrontado por um irmão, que pediu a ele apenas



uma câmera de filmagem, o Pastor Samuel perguntou para que ele queria uma câmera de filmagem. Ele respondeu: *“Eu sou foragido do Estado do Ceará. Fui convertido à palavra de Deus neste Município, e eu queria muito poder gravar o meu testemunho e mandar para a minha família, no Ceará, que nem sabe onde estou. Mas eu queria que eles soubessem que Jesus Cristo mudou a minha vida”*. Foi aí que o Pastor Samuel tomou a decisão, ao voltar para Manaus, de que a Igreja Assembleia de Deus no Amazonas deveria entrar nos meios de comunicação de massa fortemente.

Portanto, foi também a Assembleia de Deus no Amazonas, uma igreja pentecostal, que adquiriu a Rede Boas Novas — aí eu já avancei do evangelismo para a comunicação de massa — por 3 milhões e meio de dólares, o equivalente a 3 milhões e meio de URVs, as unidades reais de valor. Escutem com atenção: URVs! Naquele tempo, o dólar era atualizado três vezes por dia, e o equivalente à URV era o dólar. Estávamos na transição do maior processo inflacionário do Brasil para o processo de um novo modelo econômico. Foi nesse momento que o Pastor Samuel adquiriu a Rede Boas Novas por 3 milhões e meio de dólares.

Quem pagou por isso, Presidente Hugo? Milhares de crentes, vendendo churrasquinho, vendendo pé de moleque, vendendo laranja, vendendo cotas. Quero dizer para os senhores que, surpreendentemente, a Assembleia de Deus pagou antes do prazo. Aqui está uma testemunha: o Senador Omar Aziz, que conheceu o Pastor Samuel, que pediu a participação dele. Ele pegou um carnê e não só contribuiu com esse carnezinho, mas também contribui com todos os nossos desafios.

Querem um exemplo? Ninguém vai contar isso, nem ele próprio, mas, recentemente, ele me chamou na casa dele e me disse assim: *“Silas, que negócio é esse do Pastor Samuel lá em Niterói, no Caminho Niemeyer, onde não existe nenhuma igreja evangélica? O terreno estava sendo perdido, ele foi lá e Deus lhe deu uma oportunidade. Ele adquiriu o terreno e o direito, com prazo determinado, de construir uma catedral ali. Ele assumiu não só direito da construção da catedral, mas ela também tem que ser executada por projeto do Oscar Niemeyer. Ele está fazendo tudo isso e está pedindo oferta. É verdade?”* “Sim, é verdade.” Ele disse: *“Então, liga aí para ele”*. Eu liguei, o Pastor Samuel atendeu, e o Senador Omar disse: *“Leve essa oferta e deposite lá, porque é uma oferta pessoal, da minha família, para a construção dessa catedral lá em Niterói”*. (Palmas.)

Digo isso, irmãos, porque a Rede Boas Novas foi comprada com uma geradora, na cidade de Manaus, portanto, cobrindo 900 mil pessoas, em 1993. E esse foi o nosso grande desafio.

Foi exatamente a Rede Boas Novas que me fez estar aqui neste momento. Eu me considero uma pessoa marcada por Deus em várias promessas, mas a ferramenta que me trouxe até aqui foi o Pastor Jonatas Câmara, que se comprometeu com o Pastor Samuel que elegeria um Deputado Federal, o meu querido Deputado Pr. Marco Feliciano, para estar aqui e cuidar pessoalmente da Rede Boas Novas.

Resultado: hoje, a Rede Boas Novas prega o Evangelho para 150 milhões de brasileiros em sinal aberto. Só no Estado do Amazonas, são 61 emissoras de rádios, uma por Município, rádio FM, e 61 TVs digitais, uma por Município, e eu não sei nem quantas pelo Brasil afora.

Em algum momento, o Pastor Samuel procurou-me e disse: *“Silas, pare, porque eu não dou conta mais de estar lá nem tampouco de expandir. Vamos para o mundo digital”*. Era muito caro fazer isso no formato analógico. E, diga-se de passagem, escutem com atenção, ela era mantida única e exclusivamente, Ministro André Mendonça, pelas finanças da Igreja de Manaus e da Igreja de Belém do Pará — única e exclusivamente! É a igreja mãe, onde o Pastor Samuel hoje é Presidente. Portanto, a Assembleia de Deus em Manaus está avançando também para os meios de comunicação.

Vamos mais para frente? Foi preciso investir em educação. Somos a igreja pentecostal no Brasil que primeiro edificou, instituiu uma faculdade e teve o curso de Direito reconhecido pelo MEC. Esse mesmo curso de Direito que foi conhecido pelo MEC, no Centenário da Assembleia de Deus em Manaus, formou,



em curso de graduação, a maior turma de Teologia do planeta. Isso deveria estar no *Guinness*. Foi uma turma de 1.206 pastores formados em um dia só em graduação de Teologia. (*Palmas.*)

Hoje, nós cuidamos de uma faculdade que está construindo o primeiro hospital evangélico do norte do País, e que servirá como base para os cursos de Enfermagem e de Medicina nos próximos dias, além de todos os cursos a mais que ela oferece, com muito carinho, aos pastores que não podem pagar.

No segmento social, eu poderia aqui gastar milhares de minutos falando do que a Igreja faz. Vou ficar no maior projeto social do País, Ministro Jorge Messias. Sabem qual é o maior programa? É o Evangelho de Jesus Cristo. O dinheiro do Bolsa Família acaba, porque, em média, são destinados 750 reais por família. Uma cesta básica acaba, porque, se a família comer bem, ela não dá para 15 dias. Mas o Evangelho de Jesus Cristo muda a vida das pessoas de forma definitiva. (*Palmas.*)

Esse é o maior projeto social do Brasil e do planeta. E a Assembleia de Deus faz isso sabem como? Estando em todas as comunidades organizadas, em todos os Municípios, e cobrindo 100% do território do Amazonas, através de suas 61 rádios FM e de suas 61 TVs digitais, fora as mídias sociais.

Eu encerro citando um projeto de cidadania, que não é diferente. O que dizer de uma Igreja que está inserida no maior crescimento evangélico do Brasil? O IBGE acaba de dizer que a média de brasileiros que se declaram evangélicos é de quase 28%. No Norte, ela é de 32,9%, portanto, 10% a mais de toda a média nacional. Sabem o que é isso? Com todo o respeito, é uma Igreja comprometida, que está em todos os lugares onde existe uma pessoa precisando de Jesus Cristo. (*Palmas.*)

Uma prova disso são os mais de 10 mil grupos familiares na cidade de Manaus que têm Assembleia de Deus. Portanto, toda quarta-feira, numa cidade com 2,3 milhões de habitantes, imaginem os senhores que estão me vendo, há 10 mil cultos em lares, dizendo: *“Tem jeito, sim! Jesus Cristo salva! Jesus Cristo cura! Jesus Cristo batiza com o Espírito Santo!”*

Ela ainda vai fazer o maior projeto de habitação popular celestial. Quem for salvo vai morar no céu, vai andar em ruas de ouro e vai poder festejar todo o preço pago no País. (*Palmas.*)

Portanto, eu encerro, Pastor Jonatas, meus irmãos, meus amigos, povo brasileiro que nos ouve, dizendo do orgulho santo que tenho de ser ovelha, de ser querido, de ser apascentado, de ser cuidado, de ser uma pessoa que, às 3 horas da manhã, recebe frequentemente mensagens do meu pastor, dizendo: *“Estou de joelhos, orando por ti!”*

Aqui é simples. Querem ver uma coisa? Quem aqui, pastor ou pastora no Amazonas, já recebeu uma mensagem — uma não, várias mensagens — dos pastores, de madrugada, dizendo que estão orando por você, levante o braço. (*Manifestação no plenário.*)

Olhem isso! Essa é a Assembleia de Deus no Amazonas.

Por isso, meu pastor, esta sessão solene festeja os 107 anos da Assembleia de Deus no Amazonas, os 32 anos da Rede Boas Novas, os 20 anos da Faculdade Boas Novas — é muito importante que todos saibam isso — e os 40 anos do Projeto Cidadania.

Senador Omar, Deputado Gilberto, meu Presidente, a Assembleia de Deus foi muito inovadora. Toda vez que o Pastor Samuel invadia um território de Satanás, que até nós evangélicos dizíamos que era do diabo, por exemplo, quando ele comprou a comunicação, foi proposta em uma convenção de que participávamos a disciplina dele: *“Vamos discipliná-lo, porque ele está fazendo negócio com o diabo, está entrando na rádio”*. E, na verdade, nós estávamos tomando de Satanás o lugar que era dele. Vejam que hoje não existe uma Igreja Evangélica no Brasil que não queira estar em comunicação de massa, em comunicação social, como também nas mídias sociais.

Portanto, meu pastor querido, Deus o abençoe! Quero lhe agradecer muito, porque, cada vez que eu precisei, o senhor estava lá para me abraçar. (*O orador se emociona.*) (*Palmas.*)

O senhor poderia muito bem ser como os outros — troca, destitui —, mas o senhor estava lá para



me abraçar e dizer: *“Agora é que é importante mesmo ficar”*.

Então, eu quero agradecer a Deus e a todos os pastores que aqui estão pelo mandato — nosso mandato — de Deputado Federal que há 28 anos a Assembleia de Deus no Amazonas mantém aqui, no Anexo IV, no 5º andar, no gabinete 532. Se alguma honra e algum mérito existem em tudo isso, eu os atribuo a Deus, a vocês e à minha família.

Não posso deixar de mencionar a Deputada Federal Antônia Lúcia, todos os meus filhos, que fazem parte da minha história, com muita honra. Eu tenho muito orgulho de poder dizer para os senhores que há coisas que eu aprendi sendo a quarta geração de pastores da minha família, porque o meu avô foi pastor, o meu pai foi pastor. Eles dormem no Senhor. Eu estou pastor, como meus irmãos são pastores e como vários dos meus sobrinhos. Cito aqui o Philipe, o André, o próprio Elienai e o Pastor Thiago, Presidente da Rede Boas Novas no Estado do Amazonas. Todos fazemos a obra de Deus com muito carinho e com muito convencimento de que Deus nos chamou para isso.

Deus os abençoe!

Parabéns, Assembleia de Deus, pelos 107 anos!

Parabéns, Rede Boas Novas, pelos 32 anos!

Parabéns, Faculdade Boas Novas, pelos 20 anos!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Silas Câmara.

Registro a presença de dois membros da bancada evangélica da Câmara dos Deputados: o Deputado Ossesio Silva e o Deputado Roberto Monteiro Pai.

Cumprimento também o Senador Lucas Barreto, que está presente nesta sessão solene.

Vou convidar o próximo orador, mas já pedindo licença. Devido a outros compromissos pré-agendados, vou retornar a Presidência ao Senador Omar Aziz.

Quero, mais uma vez, agradecer, Senador Omar, a deferência. Cumprimento a todos que fazem a Assembleia de Deus no Estado do Amazonas. *(Palmas.)*

Concedo a palavra, por 5 minutos, ao Pastor Jonatas Câmara, Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas e da Convenção Estadual da Assembleia de Deus no Amazonas. *(Pausa.)*

*(O Sr. Hugo Motta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Omar Aziz.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Primeiro, eu peço desculpas aos senhores e às senhoras que estão aqui, pois eu quero convidar a Pastora Ana Lúcia, que representa todas as mulheres que se encontram aqui, para se sentar aqui. Fui cobrado pela Senadora Damares. Realmente, foi uma falha nossa. Peço desculpas às mulheres. Isso não acontecerá novamente.

Eu convido a se sentar aqui, ao lado do Ministro André Mendonça e do seu esposo, Jonatas Câmara, a nossa Pastora Ana Lúcia. *(Palmas.)*

Pastor Jonatas Câmara, o senhor está em casa. Pode ficar à vontade, amigo.

**O SR. JONATAS CÂMARA** - Obrigado.

Quero apresentar a vocês a mulher mais linda do mundo, que o Senador chamou para compor a Mesa agora, a minha mulher, a minha esposa.

Olá, queridos e queridas! Quero saudar a todos com um bom dia, com a paz do Senhor Jesus. Que a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guarde as nossas mentes e os nossos corações em Cristo Jesus, o nosso Senhor!

Diz a palavra de Deus: *“Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é bom, tudo o que é honesto, tudo o que é puro, tudo o que é justo, tudo o que é santo, se há algum louvor, nisso pensai. O Deus de paz estará*





*para sempre convosco”.*

Eu quero pedir permissão ao Presidente para aplaudir o Deus de paz agora. Quantos aplaudem neste momento o Deus de paz, que está conosco? (*Palmas.*)

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, que também é composta pelo Deputado Hugo Motta, que a presidiu até agora e devolveu a Presidência ao Senador Omar Aziz, meu Senador da República.

Eu votei nele e declaro que ele faz valer esse voto. Desejo ao Estado do Amazonas realmente a felicidade de voltar a tê-lo como Governador, pelo amigo que é e pelo excelente Governo que fez. É uma pessoa que distingue, respeita e apoia os pregadores do Evangelho e o trabalho das igrejas o nosso Senador Omar Aziz, que está presidindo a Mesa neste momento.

Quero cumprimentar o meu irmão querido, meu mano, como ele diz, ovelha nossa, que também faz valer o meu voto e os da minha esposa, dos meus filhos, das minhas noras, das minhas netas, do meu neto e de todos nós, o Deputado Federal Silas Câmara.

O Senador Omar Aziz e o Deputado Silas Câmara são os proponentes desta sessão.

Muito obrigado.

Quero cumprimentar também o Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, e todos os pares que aprovaram o requerimento para que esta sessão pudesse acontecer.

Quero me referir também os Senadores do Estado do Amazonas, Senador Omar Aziz, Senador Eduardo Braga e Senador Plínio Valério.

Quero agradecer a presença de pelo menos metade da bancada de Deputados Federais do Amazonas, do Deputado Silas Câmara, do Deputado Capitão Alberto Neto, do Deputado Pauderney Avelino, que aqui esteve também.

Quero agradecer a presença dos Deputados Pastor Eurico, Pr. Marco Feliciano e dos demais que por aqui passaram.

Quero agradecer a presença dos Senadores Girão e Damares Alves, que aqui estiveram.

Quero agradecer também ao nosso querido Deputado, irmão em Cristo, Gilberto Nascimento, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional; ao nosso muito amado irmão em Cristo, que a cada dia evidencia a sua fé como Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro André Mendonça; ao nosso querido amigo Ministro Jorge Messias; ao meu líder, Pastor Samuel Câmara; e a todos os demais que compõem a Mesa.

Quero agradecer a Deus por esta sessão e à nossa Orquestra Boas Novas, que veio de Manaus. De oitenta componentes, 24 vieram para executar o Hino Nacional e as demais músicas solicitadas, como *Meu Tributo* e outras mais.

Quero agradecer a presença da Diretoria da nossa convenção, do conselho fiscal, da comissão assessora; dos nossos Vice-Presidentes, Pastor Moisés, Pastor Elionai, Pastor Tavares; de todos os pastores e supervisores de regiões, das calhas de rio; dos coordenadores que aqui estão, que são os pastores que presidem a sede de Município e coordenam os demais pastores também.

Agradeço a presença do Deputado Estadual Comandante Dan; de vários Vereadores do nosso Estado, da cidade de Manaus inclusive; do Secretário da Pesca; do Pastor Daniel Hadman, da Assembleia de Deus Novo Dia, na L2, em Brasília; do Pastor Jônatas Resende; do Presidente do Cadeg, nossos amigos que disseram que viriam e vieram realmente. Muito obrigado a todos vocês.

Agradeço aos demais Deputados que aqui compareceram, Deputada Antônia Lúcia e outros.

Quero agradecer a Deus pela vida da minha esposa; do meu filho, Pastor Thiago, que aqui está, Diretor das Boas Novas; da minha nora, Siméia, que até se parece comigo, ou eu com ela. Que Deus a abençoe! É muito bom estar com ela aqui.



Quero também agradecer a presença do nosso Vereador de Manaus... João Carlos. Eu fiz esse suspense só para saber se o pessoal o conhecia, mas eu sabia seu nome. Deus o abençoe, Vereador! É muito bom estar consigo.

E quero fazer uma homenagem ao Senador Omar Aziz. Olhando para o senhor, quero lhe dizer da minha admiração pela sua vida, pela sua pessoa, que é muito querida e muito amada. Esta sessão não poderia ser mais bem presidida. O senhor sabe da admiração que lhe tenho, que sempre lhe tive, pelo que o senhor é no Amazonas, pela sua luz que brilha aqui, pelo respeito que o senhor sempre teve a Deus, à fé, e por ser o senhor uma pessoa eclética, que respeita todas as religiões, todos os princípios de fé, embora tenha a sua pessoal. Muito obrigado por nos receber na sua casa sempre que é possível, para fazermos uma oração ao Senhor — isso é muito importante.

Já quase terminando a minha palavra de gratidão, quero reverenciar um pastor de honra, um pastor que, no centenário da Igreja, mesmo já estando na eternidade, do outro lado da vida, foi honrado com o título de Pastor de Honra, porque foi quem criou as bases dessa Igreja, o Pastor Severino Moreno de Araújo. Para ele eu quero pedir uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Os demais pastores que presidiram a nossa Igreja, que hoje comemora 107 anos, foram: o primeiro, Samuel Nystrom; o segundo, Manoel da Penha; o terceiro, José Paulino Estumano de Moraes; o quarto, Manoel Higino de Souza; o quinto, Josino Galvão; o sexto, José Menezes; o sétimo, José Floriano Cordeiro; o oitavo, José Bezerra Cavalcante; o nono, José Marcelino da Silva; o décimo, Deocleciano Cabralzinho de Assis; o 11º, Francisco Pereira do Nascimento; o 12º, João Pereira de Queiroz; o 13º, Alcebiades Pereira Vasconcelos; o 14º, Otoniel Alves de Alencar; o 15º, José de Souza Reis; o 16º, Samuel Câmara; e, pela misericórdia de Deus, já indo para 30 anos, o 17º, Jonatas Câmara, este que vos fala agora, em nome de Jesus.

Quantos querem louvar a Deus pela vida dos dezesseis pastores, inclusive pelo único que está vivo, e muito vivo, e foi o primeiro pastor, Senador Omar, a quem igreja mãe solicitou que a pastoreasse de uma igreja filha? Sempre a igreja mãe deu pastores às igrejas filhas, e Samuel é, dos dezesseis pastores, o que está vivo, e muito vivo, como nós estamos vendo, e é o primeiro a quem a igreja mãe solicitou de uma igreja filha que a pastoreasse. Quero pedir a vocês, como uma graça a Deus e como reconhecimento de louvor e adoração pela vida do nosso Pastor Samuel Câmara, da nossa igreja mãe em Belém do Pará, pastor da nossa Convenção Nacional e Presidente da nossa Rede Boas Novas — ele faz muito mais coisas, mas eu vou parar, porque eu levaria meia hora para dizer todo o seu currículo —, que louvem a Deus por ele. Deem um aplauso a Jesus pela vida dele também! *(Palmas.)*

Agradeço a Deus também pela vida do nosso capelão na Frente Parlamentar Evangélica, o Pastor Eurico, também Deputado Eurico.

Finalmente, agradeço a Deus por eu fazer parte dessa história e ser o pastor dessa Igreja dos seus 107 anos para os seus 108 anos.

Deputado Silas Câmara, muito obrigado por nos proporcionar este momento na Casa representativa do povo. Muito obrigado. Quero olhar para a sua pessoa e dizer que o senhor faz valer o nosso voto, o senhor faz valer a nossa cidadania, o senhor faz valer o brilho que nós enxergamos sempre que olhamos para esta Casa do Congresso, da mesma maneira que o faz o nosso Senador Omar Aziz. Muito obrigado por esta sessão.

Eu quero agradecer aos demais pares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que aprovaram esta sessão.

Como Igreja, quero desejar bênçãos de Deus ao Presidente da República, bênçãos de Deus ao Governador do Estado do Amazonas, bênçãos de Deus ao Prefeito Municipal de Manaus, bênçãos de Deus ao Supremo Tribunal Federal, bênçãos de Deus ao Superior Tribunal de Justiça, bênçãos de Deus



ao Tribunal de Contas da União, bênçãos de Deus à Advocacia-Geral da União, bênçãos de Deus à Procuradoria-Geral da União. A palavra de Deus diz que nós devemos abençoar.

Quantos abençoam pelo poder que tem o Evangelho de Jesus levantem as mãos e digam: Deus, abençoe Brasília e as autoridades constituídas e escolhidas pelo povo!

*(Manifestação dos convidados: Deus, abençoe Brasília e as autoridades constituídas e escolhidas pelo povo!)*

Se você abençoa, dê um aplauso a Jesus pela vida das autoridades. Glória a Deus! *(Palmas.)*

Vou encerrar a minha palavra, Senador, proferindo um salmo em forma profética — não poética, embora ele seja uma poesia e um hino — e pedindo a todos que se somem a um rei, o Rei Davi, que escreveu o Salmo 46.

Nós temos vários tipos de fé em nossa vida. Eu agora terminei um doutorado. Demorei 10 anos para isso, dormindo 3 horas por dia, cheio de fé em que eu iria conquistar esse título. Conquistei, e dediquei-o para a minha Igreja. Todos nós temos fé, mas o Rei Davi dissera que todos têm fé, mas que existe uma única fé que é perfeita, e a fé perfeita é a fé perfeita em Deus.

O Rei escreveu de forma profética, poética, com a pena da autoridade de quem reina, o Salmo 46, um dos mais poderosos salmos da Bíblia Sagrada.

Eu gostaria que, mesmo sentado, você enchesse o peito, para eu encerrar esta minha palavra de gratidão a Deus pelos 107 anos da nossa Igreja no Amazonas abençoando o Congresso Nacional e a Nação brasileira e recitando profeticamente o Salmo 46, não com voz de poeta, e sim com voz de profeta, voz de autoridade.

Disse o Rei Davi:

*Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas adversidades.*

*Pelo que não temeremos, ainda que a terra se mude, ainda que os montes se transportem para o meio dos mares.*

*Ainda que as águas rujam e se perturbem, ainda que os montes se abalem pela sua braveza.*

*Há um rio cujas correntes alegram a cidade de Deus, o santuário das moradas do Altíssimo.*

*Deus está no meio dela, não será abalada; Deus a ajudará ao romper da manhã.*

*As nações se embraveceram; os reinos se moveram; Ele levantou a sua voz, e a terra se derreteu.*

*O Senhor dos Exércitos está conosco; o Deus de Jacó é o nosso refúgio.*

*Vinde, contemplai as obras do Senhor, que desolações têm feito na terra!*

*Ele faz cessar as guerras até ao fim da terra; quebra o arco e corta a lança; queima os carros no fogo e diz: Aquietai-vos, e sabeis que eu sou Deus; serei exaltado entre as nações; serei levantado sobre a terra. O Senhor dos Exércitos está conosco; o Deus de Jacó é o nosso refúgio.*

Glória ao nome do Senhor!

Esses Salmos, Senador e nosso Presidente da sessão, eu não poderia deixar de oferecer a todos os serventuários do Senado e da Câmara Federal, aos quais agradeço.

Eu queria pedir aplausos para essas pessoas que nos receberam tão bem, hoje, aqui.

Vamos aplaudir os serventuários! *(Palmas.)*

Deus abençoe vocês!

Amém.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero agradecer ao Pastor Jonatas.



O nosso Ministro terá que se ausentar, porque tem outros compromissos.

Muito obrigado pela sua presença e pelo carinho, Ministro.

Eu vou intercalar. Há outros membros da Assembleia de Deus, como há vários Parlamentares que se inscreveram. Eu vou passar a palavra a dois Parlamentares e, depois, a um membro da Assembleia de Deus.

Primeiro, eu queria chamar o Presidente da Frente Evangélica do Congresso Nacional, o querido Deputado Gilberto Nascimento, para usar da palavra.

Eu concederei a palavra a um Deputado e, depois, a um Senador, para intercalar as falas.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (Bloco/PSD - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.)

- Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, que preside esta sessão neste momento; meu querido Deputado Federal Silas Câmara; meu querido Ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça; nosso Advogado-Geral Jorge Messias, que está saindo agora; nosso Pastor Jonatas Câmara; nosso Pastor Samuel Câmara; e nossa querida Pastora Ana Lúcia; cumprimentando-os, eu cumprimento todos os demais membros da Mesa.

Quero cumprimentar o meu querido Deputado Pastor Eurico, o Deputado Pr. Marco Feliciano, a Senadora Damares, os Deputados Otoni de Paula, Dr. Luiz Ovando, Capitão Alberto Neto e Roberto Monteiro Pai.

Ontem à noite, nós estivemos, como nos disse o Ministro Jorge Messias, no aniversário do nosso Bispo Samuel Ferreira, que disse que não poderia estar aqui presente hoje, Pastor Jonatas Câmara, mas mandou um abraço muito especial ao senhor. Trago o abraço também, porque me pediu que assim o fizesse, do nosso querido Deputado Cezinha de Madureira. Ele me pediu que trouxesse um abraço ao senhor.

Queridos irmãos, queridas irmãs, meu querido Ministro André Mendonça, meu querido Senador Omar Aziz, eu gostaria de dizer que hoje nós estamos diante de um público totalmente diferenciado. Já usamos esta tribuna, já usamos a tribuna da Câmara por outras vezes e vimos situações muito diferentes.

Hoje, nós estamos aqui comemorando os 107 anos da Assembleia de Deus no Estado do Amazonas e os 32 anos da Rádio e TV Boas Novas, da Rede Boas Novas de televisão pelo Brasil afora. O que nós pudemos observar outras vezes em que estivemos aqui foram ministros diferentes dos que se encontram presentes hoje, porque se trata de ministros que são homens de confiança de Deus. São ministros que andaram com o Presidente da República, seja ele quem for — o atual Presidente ou mesmo outros. É sempre assim, Senador Omar Aziz: é aquele que carrega a pasta do Presidente; é aquele que organiza a agenda do Presidente; é aquele que faz o programa de Governo do Presidente. Depois, quando o Presidente se elege, logo é convidado para ser seu Ministro. Portanto, ganha o *status* de homem de confiança daquele Presidente.

Mas o que estamos vendo, Sr. Senador e Sr. Presidente, já neste início de tarde, final da manhã, é que também temos aqui um grande número de homens de confiança. Mas não são homens de confiança que precisaram carregar a bolsa do Presidente ou cuidar do candidato a Presidente ou fazer o programa do Presidente; são homens que muitas vezes estavam lá em um chão de fábrica, lá ao lado do igarapé, lá cuidando de alguma coisa e ouviram o Espírito Santo dizer no seu ouvido: “*Venha, meu filho, porque eu tenho uma obra preparada para você*”.

Assim foram nomeados homens de confiança de Deus que se tornaram ministros de Deus. O que nós estamos vendo aqui, hoje, é esse grande grupo de homens e mulheres de confiança de Deus, ministros e ministras de confiança, que não passam simplesmente por um Governo que termina, porque o Governo de um Presidente da República ou de um Governador ou de um Prefeito termina depois de 4 anos ou, no máximo, 8 anos. Mas o que nós estamos aqui vendo são ministros que não perdem nossa confiança, como algum no Governo terreno que tem algum problema e perde a confiança de seu governante. O que nós



estamos vendo aqui são homens de confiança, não de um Governo que termina com 4 anos, mas de um governo eterno, de um governo que permanece. São homens de confiança que um dia vão ouvir: “*Vinde, benditos de meu Pai, porque é isso que eu tenho preparado para vós*”. E assim nós ganharemos os Céus.

Que Deus abençoe a Igreja no Amazonas! Que Deus abençoe esses 1 milhão 571 mil quilômetros quadrados do Estado do Amazonas! Que todo o Estado possa ser alcançado. Que não exista uma pessoa naquele Estado que não possa um dia ouvir a palavra de Deus, porque Jesus Cristo, como foi dito aqui pelo nosso querido Deputado e Pastor Silas Câmara, salva, cura, batiza e transforma, e um dia Ele vai voltar para buscar a sua Igreja.

Deus abençoe a todos vocês!

Eu quero deixar aqui, também, o meu abraço ao querido Senador Zequinha Marinho, e, cumprimentando S.Exa., cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Que Deus realmente possa abençoá-los!

E que esses homens de confiança voltem para as suas cidades, para o Estado do Amazonas, ávidos pela volta de Jesus Cristo, porque eu tenho dito — e aqui encerro minhas palavras — que o destino desta Nação não está simplesmente na caneta do Presidente da República que assina os decretos, ou na Câmara Federal ou no Senado Federal, que criam as suas leis; mas o destino desta Nação está nos joelhos daqueles que acordam de madrugada, buscam a Deus, falam com Ele e dizem: “*Venha, Senhor, cuidar do nosso País, porque feliz a Nação cujo Deus é o Senhor*”.

Deputado e Pastor Silas Câmara, Deus abençoe a sua vida! Eu fico feliz por ser seu amigo, por ser seu aprendiz nesta Casa, por ser abençoado por sua vida e por seu propósito nesta Casa. Deus o abençoe!

Senador Omar Aziz, Deus o abençoe!

Ministro André Mendonça, Deus o abençoe!

Deus abençoe a todos vocês!

Ora, vem, Senhor Jesus, porque nós aguardamos um novo Céu e uma nova Terra.

Deus abençoe a todos, em nome de Jesus!

Amém. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero agradecer ao meu amigo Deputado Gilberto Nascimento as palavras carinhosas.

Chamo à tribuna agora uma Senadora da República querida por todos nós, a Senadora Damares Alves, que prometeu visitar o Amazonas e não foi lá. (*Risos.*) (*Palmas.*)

**A SRA. DAMARES ALVES** (REPUBLICANOS - DF. Para discursar. Sem revisão da oradora.) - Presidente, bom dia. Cumprimento a Mesa.

Quem sobe à tribuna hoje não é a Senadora, é a pastora canelinha de fogo, a pastora apaixonada pela Igreja Assembleia de Deus no Amazonas.

Eu tenho uma dupla missão aqui. Eu trago comigo o discurso do Senador Magno Malta, que eu vou entregar à Mesa. O Senador Magno Malta foi para o hospital agora de manhã, mas ainda me usa como assessora. Vocês estão vendo isso, irmãos? Está aqui o discurso dele, no qual ele fala, Pastor Jonatas, do amor que tem por essa igreja. No discurso, ele também fala da história dele com a Rede Boas Novas. Ele diz estava lá, quando a Manchete foi comprada por vocês e disseram que não daria certo. Ele diz que ele acreditou. Entrego à Mesa o discurso do Senador Magno Malta.

Quero me dirigir a todos os pastores e pastoras, missionários e missionárias. Eu estou muito feliz de ver a Pastora Ana Lúcia compondo a Mesa.

Ai do Estado do Amazonas se não fosse essa igreja! Tentem imaginar o Estado do Amazonas sem a Igreja Assembleia de Deus. Não seria a mesma coisa. E eu sei o que eu estou dizendo. Essa é uma igreja que não somente prega o Evangelho redentor e a volta do Senhor Jesus Cristo, mas também cuida das



pessoas.

Eu tenho experiências incríveis com essa igreja. Durante a pandemia, Presidente Omar Aziz, no momento entre a decretação da pandemia e a busca do auxílio emergencial, enquanto os senhores estavam aqui no Congresso lutando pela aprovação do auxílio e a efetivação disso, transcorreu um tempo, e nesse tempo o povo poderia ficar com fome. Mas, no Estado do Amazonas, aliás, no Norte do País, o povo foi alimentado pela Igreja Assembleia de Deus. *(Palmas.)*

Barquinhos foram usados. Os pastores foram de bicicleta entregar cestas básicas. Os pastores andaram pela área rural. Essa igreja alimentou o povo. Essa igreja manteve a esperança do povo viva durante o período de pandemia. Eu era Ministra e tive esse relacionamento com essa igreja.

Eu estou citando o exemplo da pandemia, mas, ao longo desses 107 anos, essa igreja tem cuidado do povo do Amazonas e tem pregado o Evangelho, mas obras sociais dessa igreja precisam ser destacadas.

Eu preciso fazer um destaque especial. Com a sua licença, pastores, quero destacar as suas esposas, essas mulheres valorosas. Preciso fazer um destaque das irmãs canelinhas de fogo dos círculos de oração, essas irmãs que acordam de madrugada ou que passam a noite de joelhos, orando pelo Estado do Amazonas, orando pelo País.

Ai do Estado do Amazonas se não fossem as minhas irmãs do cocó, as minhas irmãs canelinhas de fogo, que fazem tanto por aquele Estado.

Eu tenho que aplaudir as irmãs da Assembleia de Deus no Amazonas, irmãs abençoadas! *(Palmas.)*

Antes de ir para o fim do meu discurso, Senador Omar Aziz, vou confessar um pecado: estou morrendo de inveja de V.Exa., porque V.Exa. foi o autor do requerimento de realização desta sessão, mas tinha que ter sido eu. Estou morrendo de inveja. Deus me abençoa tanto por meio dessa igreja, Ministro André. Eu vou contar apenas dois testemunhos.

Alguns anos atrás, eu estava no gabinete da Pastora Ana Lúcia, num momento difícil da minha vida, o momento em que meu marido foi embora. Irmãos, meu marido foi embora! Acho que ele não foi muito inteligente. Ele foi embora. Era um momento de tristeza, de pavor, de medo do futuro. Um divórcio aos 50 anos de idade não é fácil. As irmãs sabem do que eu estou falando. E, naquele gabinete, na hora em que eu mais precisava, porque a depressão batia, a Pastora Ana Lúcia disse: *“Tenho aqui uma taça com óleo ungido. Faça um pedido”*. Eu fiz um pedido e, naquele dia, Deus me ergueu. Olhem eu aqui! Olhem eu aqui! *(Palmas.)*

No ano passado, Deus, na sua infinita graça, dirigiu-me a um evento, ao qual fui levada pelo Pastor Silas; eu estou sempre lá com os irmãos. Era um evento mais de mulher para mulher, um evento político, mais voltado para nossas ações aqui. E a Pastora Ana Lúcia disse: *“Vá ao meu gabinete”*. Era uma sexta-feira, e ela não sabia que, na segunda-feira seguinte, eu faria uma biópsia para avaliação de um câncer. Todos os laudos anteriores eram de câncer agressivo e perspectiva de morte. Ela não sabia disso. E, novamente, eu vou ao gabinete dela. Havia lá um grupo de mulheres que não sabiam de nada e que decidiram orar por mim. Eu me lembro de que a pastora disse assim: *“Deixe-me segurar a sua mão”*. Pastor Jonatas, eu acho que o senhor nem sabe disso. Ela segurou a minha mão. E, porque Jesus Cristo é vivo nessa igreja, e os milagres acontecem nessa igreja, eu sei disso, ela orou e disse: *“Deus está dando um milagre a você hoje”*. Eu saí de lá chorando, mas antes disse no ouvido dela: *“A senhora não sabia, mas eu estou com um diagnóstico de morte”*.

Quando eu fui fazer a biópsia, na segunda-feira, minha querida Deputada Lúcia, não havia nada. *(Palmas.)*

Vejam como Deus é extraordinário comigo. Eu precisava voltar à igreja para dar esse testemunho, mas Deus quis que ele fosse dado da tribuna do Senado, porque não é a Senadora que está falando, é a pastora, e eu precisava que o Brasil soubesse disso. Eu não tinha uma forma de contar esse testemunho



para que chegasse a todo o País, senão aqui, na tribuna do Senado, com transmissão ao vivo para o Brasil.

Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e eternamente! Jesus Cristo salva, cura, batiza e voltará! E essa igreja prega o Evangelho vivo!

Parabéns, Igreja Assembleia de Deus!

Parabéns, pastores!

Parabéns, pastoras, missionárias, esposas de pastores, obreiras que trabalham lá na ponta!

Que Deus os abençoe e que a Rede Boas Novas continue pregando as boas novas no nosso País!

Amo vocês, pastores, e amo muito essa igreja!

Que Deus os abençoe! (*Palmas.*)

(*Durante o discurso da Sra. Damares Alves, o Sr. Omar Aziz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Silas Câmara.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Silas Câmara. Bloco/REPUBLICANOS - AM) - Obrigado, Senadora Damares.

Tem a palavra agora, por 5 minutos, o Senador Zequinha Marinho.

Enquanto o Senador Zequinha Marinho vai à tribuna, eu quero dizer a todos que fui alertado agora pela Secretaria da Mesa de que, no Senado, diferentemente do que ocorre na Câmara, há horário para início e fim da sessão solene.

Após a fala do Senador Zequinha, eu vou tentar dar oportunidade a todos para falarem, mas peço que reduzam o tempo para, no máximo, 2 minutos, de modo que cada um faça sua saudação, em vista do alerta que eu acabo de receber da Mesa do Senado Federal.

Tem a palavra o Sr. Zequinha Marinho.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (PODEMOS - PA. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento a todos, na graça e na paz do Senhor Jesus Cristo.

Somos irmãos no Estado do Pará.

Quero cumprimentar os integrantes da Mesa, a começar pelo nosso querido Deputado Gilberto Nascimento; o querido Pr. Jonatas Câmara, que está sempre conosco nas grandes festas do Pará, e sua esposa, Irmã Lúcia; o Ministro André Mendonça; o Deputado Silas Câmara, nosso líder sempre aqui na frente; o Presidente desta sessão, o Senador Omar Aziz; e meu querido Pr. Samuel Câmara, chefe-maior.

Saudações a todos os nossos pastores que fazem a convenção amazonense. É muito bom vê-los aqui, tão longe de Manaus, mas trazendo a mensagem do povo amazonense, do povo de Deus amazonense, ao Planalto Central e ao Brasil. Isso é muito importante!

Vimos aqui para parabenizar vocês todos, a geração deste momento, os líderes, esta gente abençoada, que abençoa não só o Amazonas, mas também o Pará, porque o Pr. Samuel Câmara já está há 28 anos, mais ou menos, no Pará. Ele chegou bem jovem ainda — já estamos todos “madurões” —, mas em plena idade produtiva, porque é daqui para a frente que o vinho fica melhor.

Quero dizer que, no Pará, o Evangelho transforma vidas, e nós estamos muito felizes pela vida de vocês, pelo trabalho e pelos 107 anos de militância do Evangelho. É claro que ninguém vem aqui para fazer um culto de ações de graças em uma sessão solene para lamentar, mas nós sabemos das lutas por que uma igreja passa para avançar e prosperar. Todos os obreiros, todo mundo aqui conhece isso. É com o joelho no chão que nós avançamos muito mais rápido, mesmo diante das circunstâncias difíceis, lugares complicados, numa logística difícil.

Eu estava ouvindo que o Pr. Samuel Câmara passou 26 dias numa viagem para chegar ao seu destino. Ao chegar lá, teve que voltar imediatamente. Pensem num desafio desses, isso tudo dentro de um Estado!



Meus queridos, estas histórias todas, estes momentos todos servem para nós olharmos para trás e para agradecer a Deus, Aquele que nunca deixou faltar absolutamente nada na hora certa, porque Deus também tem seu tempo, tem seu momento.

Neste momento, estamos aqui para nos congratular e agradecer a Deus, manifestando-o ao Brasil e ao mundo.

Parabéns a todas as gerações, ao longo desses últimos 107 anos!

Daqui a uns dias, o Pr. Samuel Câmara, toda a Igreja Mãe e todos os convidados, que quiserem participar, vão celebrar mais um aniversário da Igreja em Belém do Pará, para refazer toda a trajetória dos nossos missionários suecos e americanos e relembrar à geração atual tudo aquilo que Deus fez.

Queridos, nossos parabéns!

Estamos muito perto, em Belém ou no interior. Aqui estamos juntos, com nossos Senadores do Estado do Amazonas — o Senador Omar Aziz, um grande líder; o Senador Eduardo Braga; o Senador Plínio Valério —, com todo mundo, para nos somarmos e ajudarmos à Amazônia, que tanto precisa desta Casa e do Brasil, diante dos desafios aterrorizadores que enfrentamos e dos dias difíceis que vivemos.

Meus cumprimentos a todos vocês!

Encerro lembrando um título que é dado à Igreja, a Nação Santa, o Sacerdócio Real. Ao lembrarmos o papel do sacerdote, vamos orar por nosso País. O Brasil precisa muito, muito! Esta é uma hora difícilíssima. É forte e abençoada a Igreja que se coloca diante de Deus e que pode fazer a diferença neste momento.

Como o Sacerdócio Real, espero que todos nós possamos nos colocar diante de Deus, implorando graça, misericórdia, direcionamento, enfim, aquilo que nós queremos de melhor para o nosso País.

Ao olhar para o Velho Testamento, lembramos a carta do profeta Jeremias ao povo que estava em Babilônia. Ele: *“Orai pela paz da cidade!”* Podemos estender esta oração à paz do Município, do Estado e da Nação. Orai pela paz da Nação! Nós precisamos disso, porque, se a Nação estiver em paz, nós teremos paz e seremos prósperos.

Deus abençoe a todos!

Um abraço fraterno a esta Mesa toda, na pessoa do meu Pastor Samuel Câmara!

Que Deus continue usando-o!

Estava vendo sua biografia. Ele foi o primeiro a buscar um avião, a buscar uma televisão.

Parabéns pelos 32 anos das Boas Novas!

Neste momento, eu vejo a alegria de Santarém — tão conhecida, fica perto de vocês —, por receber a implantação, Deputado Silas Câmara, da Boas Novas FM, da qual somos parceiros, que o Pastor Samuel Câmara entregou ao Pastor Augusto e disse: *“Olha, toca aqui!”*

Estamos participando deste movimento para, daqui a poucos dias, termos uma grande emissora a levar não apenas música, mas também, acima de tudo, a palavra de Deus.

Parabéns à emissora Boas Novas!

Parabéns ao seu Presidente e a toda a Diretoria pelo trabalho feito não só no Norte, mas também no Sudeste, principalmente no Rio de Janeiro, onde a Boas Novas se firma como uma grande emissora, que divulga e leva o Evangelho de Cristo, o poder de Deus, para a salvação de todo aquele que crê.

Deus abençoe a todos!

Estou muitíssimo grato, em nome de Jesus! (*Palmas.*)

(*Durante o discurso do Sr. Zequinha Marinho, o Sr. Silas Câmara deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Omar Aziz.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero agradecer ao meu amigo Senador Zequinha Marinho, uma pessoa querida por todos nós, carinhoso com todos, um conhecedor profundo da Igreja Assembleia de Deus.





Agradeço ao Pastor Jônatas Resende, Presidente da Convenção da Assembleia de Deus de Goiás, a quem cumprimento.

Obrigado pela presença.

Neste momento, convido todos a assistir à apresentação das canções *Âncora segura* e *Vamos unidos*, do Ministério Boas Novas.

*(São executadas as canções Âncora e Vamos Unidos.) (Palmas.)*

Convido todos a assistir à apresentação da canção *Atravessa o Mar*, de autoria da nossa querida Pastora Ana Lúcia Câmara.

*(É executada a canção Atravessa o Mar.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Há vários Parlamentares inscritos para falar, só que, às 13 horas, o Senado tem que ser preparado, porque, às 13h30min, vai começar o Pequeno Expediente.

Estão inscritos para falar: o meu querido amigo Deputado Sóstenes Cavalcante, a quem agradeço muito; o nosso capelão Deputado Pastor Eurico; o Deputado Pr. Marco Feliciano; a Pastora Ana Lúcia; e outros Parlamentares.

Eu quero agradecer o carinho que vocês têm pela igreja. Só a presença de vocês aqui já nos enaltece.

O Deputado Dan Câmara também estava inscrito para falar.

Para encerrar, eu vou chamar, como último orador, o Pastor Samuel Câmara, por quem nós todos temos respeito e carinho.

Tem a palavra o Sr. Samuel Câmara. *(Palmas.)*

**O SR. SAMUEL CÂMARA** - Cumprimento o Senador Omar, Presidente desta sessão, proponente; o meu mano Silas Câmara; o meu mano Jonatas; a Ana; o nosso Deputado Gilberto Nascimento; o Pastor Tavares; o Pastor Jônatas Resende; todos os Senadores, entre eles, o Senador pelo Pará, onde sirvo a Deus, Zequinha Marinho.

Para mim, ficou simples, ficou fácil. Percebi que a maioria dos Parlamentares que ficou sem fala é pastor. Então, nós vamos orar e dar a bênção apostólica coletiva na sessão, e todos nós estaremos contemplados nisso que aqui está.

A minha palavra, meus irmãos, é só de admiração. Eu estou boquiaberto com tudo que Deus faz. Eu costumo dizer que sou um admirador de Deus. João Batista, que eu acho que é um dos maiores personagens da Bíblia, dizia: *“Importa que ele cresça, que eu diminua. Quem tem a noiva é o noivo; eu sou só o amigo da noiva”*.

É como eu estou aqui. Eu estou pasmado, de boca aberta com tudo que Deus está fazendo, em perceber a sensibilidade dos poderes constituídos de trazer, para o lugar mais nobre da República, numa sessão conjunta do Congresso Nacional, à mesa assentada, complementada por todos os Parlamentares que aqui estão, todos os três Poderes da República, no que é a mais alta representação.

Quero somente agradecer — o Pastor Jonatas fez isso brilhantemente — aos servidores; a S.Exa., o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que, com certeza, tocado por Senadores influentes como o Senador Omar Aziz e tantos outros, não teve como deixar de realizar esta sessão, embora não tenha podido estar presente; e ao Presidente da Câmara, Casa onde nós já temos quase cem Deputados nesta Frente Parlamentar Evangélica. Que distinção!

Quero admirar um pouco a Deus. Estava pensando aqui e me lembrando de dois textos da Bíblia apenas. O primeiro deles é sobre Jesus. Ele, quando quis começar o seu ministério, procurou a beira de



um lago, que a gente chama de Mar da Galileia. Ele foi para lá e viu uma porção de homens simples pescando e disse assim: *“Venham a mim, e eu farei de vocês pescadores de homens”*. Quando Jesus decidiu começar a Assembleia de Deus, Ele foi para a beira das águas, águas da Amazônia. A Amazônia é verde. A Amazônia é água. Lá, havia homens simples, pescadores, e Ele disse assim: *“Vamos, juntos, cumprir um plano de salvação, um plano de bênção, um plano simples, um plano voluntário de salvação”*. Os homens da beira dos rios da Amazônia acreditaram nisso, e começou o movimento chamado Assembleia de Deus — o movimento teve esse nome depois —, muito parecido com o início do Evangelho lá. Depois disso, em algumas ocasiões, quando começaram a falar do Evangelho entre eles, Filipe disse para Natanael: *“Eu achei a salvação, eu achei o homem, eu achei a fé que é necessária para a gente”*. E Natanael disse assim: *“Pode vir alguma coisa boa de Nazaré?”*

Isso acontece neste Brasil ainda hoje, nessa dimensão que exalta Deus ainda mais, porque tudo que nós estamos falando aqui, celebrando os 107 anos e essas conquistas todas que Deus fez acontecer através desses servos do Senhor no Amazonas, tudo isso é exponenciado, porque isso tudo começou onde não havia nenhuma possibilidade de dar certo, não havia nenhuma possibilidade de alcançar o Brasil e nenhuma possibilidade de alcançar o mundo. Quais foram as iniciativas?

E ainda hoje o Brasil diz: *“Pode vir alguma coisa boa do Norte, da mata, dos ribeirinhos, dos homens simples?”* Pode vir alguma coisa. Quando a gente diz isso, alguém imagina assim: *“Mas, pastor, o senhor está querendo dizer que os homens do Norte ou da Assembleia de Deus...”* Não, eu estou dizendo para vocês que nós somos iguais a todos os brasileiros, embora às vezes as regiões mais ricas não entendam assim, e que a glória de tudo que aqui estamos celebrando não é nossa.

Não a nós, Senhor! Não a nós, mas ao Teu nome a glória, por amor da Tua misericórdia! *(Palmas.)* Ele escolhe as coisas que não são para confundir aquelas que são. Tudo que nós queremos dizer para Deus é que nós continuamos à disposição Dele, para fazermos a obra Dele, em nome de todos. E quero agradecer ao Senhor — se pudesse, dobraria os joelhos aqui — o que Ele tem feito. A Assembleia de Deus cresceu tanto. As estatísticas dizem isso. Apontaram que ela cresce em todo lugar, mas, no Norte do Brasil, não sei se vocês perceberam isto, ela explodiu, com 37%. Na média brasileira, 26% são evangélicos, e, no Norte do Brasil, 36%, mais ou menos. E, que eu saiba, só a Assembleia de Deus nasceu no meio dessa mata. É um segredo divino, e nós estamos no meio. De vez em quando, vêm até mim homens ilustres, o Deputado Silas, Ministros e outros. E a mim já perguntaram: *“Pastor, você é da Assembleia de Deus? Você não é de outra igreja?”* Eu digo: *“É claro que eu sou da Assembleia de Deus. Por quê?”* E dizem: *“Porque você parece um pouquinho mais ilustre, estudado. Na Assembleia de Deus...”* E eu digo: *“Camarada, tu não sabes. A Assembleia de Deus é um celeiro de gente capacitada, cidadã, cheia da graça de Deus, cheia da glória de Deus. Eu estou lá porque gosto de lá”*.

*(Palmas.)*

Como nós dizemos lá no Norte, eu gosto dessa muvuca, de culto alegre, de barulho, de glória a Deus, de aleluia, de coisas que alcançam pessoas, gente da base. O Evangelho é para todas as pessoas.

Nós estamos aqui trazidos pelas mãos do Senhor, pelas mãos da história dessa Igreja. Todos nós desta geração que aqui estamos não existíamos quando ela nasceu. Outros trabalharam, começaram a construir tudo isso. Deus nos trouxe até aqui. Os nossos antepassados, servos do Senhor, sofreram mais do que a gente, o que nos dá a responsabilidade de levar isso à frente, de não deixar apagar essa chama, de tocar esta Nação até Jesus voltar e de dizer, em qualquer ambiente, que nós vamos encher o céu de gente salva, mas muita gente mesmo. O céu vai ter muito mais gente do que pensam que vai ter. O inferno vai perder feio no que depender de nós. Ninguém ficará no meio da estrada se depender da gente.

Que o Brasil ouça isso, e nossas autoridades também! Nós os amamos e queremos vê-los todos no céu.



Nós vamos pregar essa Palavra não só com palavra, mas também com exemplo.

Deus os abençoe.

Muito obrigado por permitir que eu esteja servindo há 29 anos a igreja-mãe da Assembleia de Deus em Belém do Pará.

Mas eu não quero chamar o foco para cá, porque hoje a minha alegria é derramar minha alma e também parabenizar e admirar a igreja da minha infância.

Eu sou fruto da Assembleia de Deus. Minha mãe e meu pai vieram como migrantes — no Brasil, hoje não se diz isso —, foram do Acre para o Amazonas, procurando melhor vida. Eu tinha 6 anos de idade. Minha vida toda está aí, até onde eu pude servir. Essas histórias todas que contaram em meu nome, eu fico rindo, porque eu não tenho condições e nunca tive condição pessoal de nada, mas eu sou esperto para chuchu, eu sou um caroneiro de Deus. Não tenho um plano, não tenho um objetivo, senão: Deus, deixe-me saber o que você quer fazer e me inclua nisso, deixe-me ir de carona contigo.

*“Mas como foi, Pastor Samuel, que aconteceram algumas coisas dessas?”* Eu disse: *“Rapaz... Foi o amor de Deus, camarada”*. A gente estava andando no meio da mata amazônica!

A gente pensa que a gente está fazendo alguma coisa, e Deus, lá do céu, estava dizendo: *“Já tinha que ter vindo antes para conseguir esse caboclo, a alma dessa criança que está sendo violentada pela exploração sexual. Há tempo eu estou pedindo um mensageiro”*.

E a gente precisa deixar o Espírito de Deus nos levar por esse lugar todo. Vai nos levando por esse lugar. O pastor disse: *“Foram 26 dias”*. É claro! Precisamos ficar 26 dias na mata, isolados. Minha esposa, grávida. Eu, sem saber como voltar, disse para Deus, no meio disso tudo: *“Preciso de um avião”*. A pessoa perguntava: *“Por que precisa de um avião?”* *“Porque Deus tem pressa para alcançar pessoas e percebeu que a gente precisa disso.”* *“Por quê?”* *“Não tem jeito.”* Aí, os irmãozinhos disseram: *“O pastor veio de avião. Ele é luxento”*. Luxento com aquele aviãozinho? Era um teco-teco, está lá ainda. Eu tive que aprender... *“Pastor, o senhor tem que ficar aqui com a gente 3 dias, lá no meio da mata”*. Era aquele amor de Deus por aquelas pessoas tão simples, o amor de Deus. *“Senhor, como é que eu vou ficar mais um tempo com eles aqui?”* Ai, um senhor disse assim: *“Caramba! Eu tenho televisão e rádio para você ficar falando com eles todos os dias”*. *“Ei, você é meu irmão, você que está aí, nessa rua, desprezado...”*

Naquela época, prefeitos, delegados e padres fechavam as igrejas e diziam assim: *“Vocês não são de nada. Os irmãos de vocês não visitam vocês, vocês estão aqui distantes, vocês são uma seitazinha”*. Só a gente dizer que era irmão deles era uma alegria doida. Olha o amor de Deus! Esse amor continua construindo a nossa história. Olha o amor de Deus! Nós estamos aqui no Senado Federal.

Senador Omar, o senhor é Senador da República, tanto quanto Zequinha Marinho e tantos outros, meu amigo. Digo para o Congresso Nacional, para S.Exa. o Presidente da República, que o Brasil é uma bandeira dos poderes, mas é mais do que isso, o Brasil é uma bandeira dos brasileiros, dos que mais sofrem, e da Igreja do Senhor Jesus. Entre elas, essa igreja que teve que nascer em berço bem simples para nunca se esquecer do que seja ser sofisticado ou ter medo de nada.

O povo brasileiro, a fé do povo brasileiro, e nós, Igreja do Senhor Jesus, forjados nisso, vamos orar, trabalhar. Nós não desistiremos nem do Brasil, nem dos Estados do Brasil, nem dos brasileiros. Deus terá misericórdia da Nação brasileira e complementará sempre o melhor povo do mundo com o melhor e maior território do mundo, só precisa de bons governos para distribuir a riqueza que já existe e fazer o povo ser mais feliz e mais alegre.

O nosso slogan diz: *Assembleia de Deus, trabalhando e orando por um Brasil melhor*.

Parabéns, Assembleia de Deus do Amazonas!

Permita, Senador, que a gente ore.

Eu queria pedir — eu sei que é audácia, mas na condição só de pastor, por favor, Pr. Marco Feliciano



— para orarmos de mãos dadas. Vamos orar e pronto, como diz o Pr. Jonas, e ponto final. A história continua, e, se Deus quiser, é muito bom ver vocês, filhos de Deus, filhos da igreja, orarem ao Senhor, agradecendo por tanta coisa boa que nos aguarda pela frente.

Oremos ao nosso Deus:

Pai amado, nós estamos no centro do Poder Legislativo e na cidade de onde saem todas as decisões que mexem com o brasileiro mais remoto, mais simples. Eu acho que é a primeira vez numa sessão do Congresso, Senhor, que estamos celebrando o teu povo simples, celebrando o teu nome, na verdade.

Nós estamos aqui, Senhor, com o direito de dar as mãos para várias autoridades, Deputados, Senadores, ó Deus, que já são parte desse povo que Tu começaste no meio da mata. Olha o que veio a acontecer!

Nós Te agradecemos pela vida da igreja do Amazonas, pelos 32 anos da tua querida Rede Boas Novas. Continue sustentando até a tua volta, e ajudando, Senhor, a cumprir a tua missão. Usa-nos, encha-nos, queima-nos com o teu Espírito, dá-nos amor por aqueles que estão perdidos, necessitados e carentes, Senhor Deus.

Abençoa nossos filhos para que eles possam estudar, crer e cooperar com o Brasil, ocupando palácios, tribunais, casas legislativas também. E guarde, Senhor Deus, a nossa querida Nação, Senhor, e nos mova pelo fogo do teu Espírito, conforme Tu disseste, Senhor: *“Recebereis poder e sereis minhas testemunhas...”* Na nossa cidadezinha, nos nossos Estados, no nosso País e até no mundo, Senhor, no nome eterno de Jesus. Que a graça do nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus, nosso querido e eterno Pai, e a comunhão e a consolação do Espírito do Senhor sejam com você, minha querida irmã, com você, meu amado irmão, com nossas famílias, com este Poder do Senado Federal e da Câmara Federal, do Palácio do Planalto, do Presidente, e dos Tribunais, hoje e sempre. Os que creem dizem:

*(Manifestação dos convidados: Amém!) (Palmas.)*

Deus os abençoe.

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Quero agradecer ao Pastor Samuel Câmara pelas palavras.

### ENCERRAMENTO

**O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) - Cumprida a finalidade desta sessão solene do Congresso Nacional, agradeço a todas as personalidades que nos honraram com sua presença.

Declaro encerrada a presente sessão, convidando todos a assistir mais uma vez a Orquestra Boas Novas, que apresentará a canção *Meu Brasil*.

*(É executada a canção Meu Brasil.)*

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 41 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

## EXPEDIENTE

### Adoção de Medidas Provisórias



A Presidência da República publicou, no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2025, a Medida Provisória nº 1301 de 2025, que *Institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019.*

Nos termos da Resolução nº 1 de 2002-CN, fica constituída, em 9 de junho de 2025, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista está publicada na Ordem do Dia do Congresso Nacional e o calendário de tramitação da Medida Provisória na página de tramitação da matéria.

Publicada em avulso eletrônico, a matéria vai à **Comissão Mista**, em cumprimento ao disposto no § 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.



**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
------------------	-----------------

**Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB)**

(Eduardo Braga)	1. (Confúcio Moura)
(Marcelo Castro)	2. (Giordano)
(Efraim Filho)	3.
(Carlos Viana)	4. (Marcos do Val)

**Bloco Parlamentar Resistência Democrática (PSD/PSB)**

(Omar Aziz)	1.
(Angelo Coronel)	2.
(Cid Gomes)	3. (Jorge Kajuru)

**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO)**

(Carlos Portinho)	1. (Jorge Seif)
(Izalci Lucas)	2. (Jaime Bagattoli)

**Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT)**

(Rogério Carvalho)	1. (Teresa Leitão)
(Weverton)	2.

**Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS)**

Dr. Hiran	1. Luís Carlos Heinze
	2.

\* Não havendo bancada sem representação após a distribuição proporcional das 12 vagas instituídas pela §2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, a vaga destinada ao rodízio, prevista no §3º do referido artigo, foi distribuída à bancada com a maior fração remanescente do quociente partidário.



Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Bloco PL, Fdr. PT-PCdoB-PV, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS, Fdr. PSDB-CIDADANIA, PDT, PSB

(Sóstenes Cavalcante)	1.
	2.
(Lindbergh Farias)	3.
	4.
(Pedro Lucas Fernandes)	5.
Doutor Luizinho	6. Pedro Westphalen
(Isnaldo Bulhões Jr.)	7.
(Antonio Brito)	8.
Ronaldo Nogueira	9.
(Rodrigo Gambale)	10.
(Adolfo Viana)	11.

Bloco Avante, Solidariedade, PRD

(Neto Carletto)	1.
-----------------	----

Novo

(Marcel Van Hattem)	1.
---------------------	----





\* Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 2º, § 3º, da RCN 1/2002.

Grafaram-se entre parênteses os nomes dos parlamentares designados nos termos do §5º do art. 2º da RCN 1/2002.

---

*(É o seguinte o calendário da matéria)*

- Publicação no DOU: **30/05/2025**
- Designação da Comissão: **09/06/2025**
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: **até 06/06/2025\***
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **14/07/2025 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **11/08/2025 (a prorrogar)**

\* As emendas deverão ser encaminhadas eletronicamente para Coordenação de Comissões Mistas (SF-COCM).

No prazo regimental foram apresentados os seguintes ofícios de indicações:

- Ofício nº 25/2025 da Liderança Aliança – SF,
- Ofício nº 97/2025 da Liderança PP – CD,
- Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos – CD.





**SENADO FEDERAL**  
**Liderança do Bloco Parlamentar Aliança**

**Ofício nº 025/2025 – GABLI/BLALIAN**

Brasília, 2 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**SENADOR DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto: Indicações de membros para a Comissão Mista da Medida Provisória (CMMPV) nº 1.301/2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos do §4º, do art. 2º, da Resolução nº 01/2002-CN, encaminho a V. Exa. os nomes dos senadores do Bloco Parlamentar Aliança para compor a CMMPV nº 1.301 de 2025, conforme indicações dos Líderes dos Partidos Progressistas e Republicanos:

CMMPV nº 1.301/2025 – Partido Progressistas	
Titular	Suplente
Senador Dr. Hiran (PP/RR)	Senador Luís Carlos Heinze (PP/RS)

CMMPV nº 1.301/2025 – Partido Republicanos	
Titular	Suplente

Respeitosamente,

**Senador Dr. Hiran (PP/RR)**  
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN  
(documento assinado eletronicamente)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do Republicanos

Ofício nº 65/2025

Brasília – DF, 6 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **indicação de membros para compor a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.300, de 2025, e da Medida Provisória nº 1.301, de 2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, encaminho a indicação dos parlamentares do partido Republicanos para integrar as seguintes Comissões Mistas:

- **CMMPV nº 1.300, de 2025 (Reforma do setor elétrico):**  
Titular: Dep. LAFAYETTE DE ANDRADA (Republicanos/MG); e
- **CMMPV nº 1.301, de 2025 (Programa Agora Tem Especialistas - SUS):**  
Titular: Dep. RONALDO NOGUEIRA (Republicanos/RS).

Respeitosamente,

**Deputado GILBERTO ABRAMO**  
Líder do Republicanos





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do Progressistas**



Ofício nº 097/2025/LidPP

Brasília, 6 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Davi Alcolumbre**  
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto: Indicação de Parlamentar em Comissão Mista de MP 1301/2025**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência para compor a Comissão Mista destinada a discutir à Medida Provisória 1301, de 2025, que trata do Programa Agora Tem Especialistas - SUS:

- Deputado **Doutor Luizinho (PP/RJ)** para integrar como **Titular** e;
- Deputado **Pedro Westphalen (PP/PE)** para integrar como **Suplente**.

Atenciosamente,

**Deputado Doutor Luizinho**  
**Líder do Progressistas**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251886519900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Doutor Luizinho



A Presidência da República publicou, no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2025, a Medida Provisória nº 1.302, de 2025, que:

*Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, no valor de R\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.*

A matéria será encaminhada à **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, nos termos do § 1º do art. 166 da Constituição Federal, onde receberá emendas.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

*(É o seguinte o calendário:)*

- Publicação no DOU, Edição Extra B: **10/6/2025**
- Emendas: **até 16/6/2025**
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **8/8/2025 (46º dia)**
- Prazo final no Congresso: **22/8/2025** (a prorrogar)



# Comunicações





**Federação Brasil da Esperança**  
**Partidos dos Trabalhadores**  
**Gabinete da Liderança**



**OF nº 189/2025 - GAB-LidPT**

Brasília - DF, 05 de junho de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Davi Alcolumbre  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para indicar o deputado Bohn Gass – PT/RS como TITULAR na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em SUBSTITUIÇÃO ao deputado Odair Cunha – PT/MG, o qual passará à condição de SUPLENTE nesta mesma Representação.

Sendo o que tenho para o momento, desde já antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente,

Dep. Lindbergh Farias - PT/RJ  
Líder da FeBrasil na Câmara



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254187852500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lindbergh Farias



\*CD254187852500\*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do Progressistas**



Ofício nº 095/2025/LidPP

Brasília, 22 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Davi Alcolumbre**  
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto: Indicação de Parlamentar em Comissão Mista de MP 1300/2025**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência para compor a Comissão Mista destinada a discutir à Medida Provisória 1300, de 2025, que trata da Reforma do Setor Elétrico:

- Deputado **Marx Beltrão (PP/AL)** para integrar como **Titular**, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, que deverá ser destituído;
- Deputado **Eduardo da Fonte (PP/PE)** para integrar como **Suplente**.

Atenciosamente,

**Deputado Doutor Luizinho**  
**Líder do Progressistas**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253694672200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Doutor Luizinho







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA LIDERANÇA DO UNIÃO BRASIL

Ofício nº 030-L-UniãoBrasil/25

Brasília, 09 de junho de 2025.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **DAMIÃO FELICIANO** para integrar, como membro **titular**, a **Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul**, em substituição a Deputada **FERNANDA PESSOA**.

Informo também que os Deputados **MARANGONI** e **DAVID SOARES** permutam as vagas de **suplente e titular**, respectivamente, na referida Comissão.

Respeitosamente,

Deputado **PEDRO LUCAS FERNANDES**  
Líder do União Brasil



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256477267100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lucas Fernandes





**Câmara dos Deputados**  
**Gabinete da Liderança do PL**

Of. Nº 245/2025 – Lid-PL

Brasília, 09 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**Senador Davi Alcolumbre**  
Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

**Assunto: Indicação de membro para Medida Provisória.**

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o  
Deputado **Reinhold Stephanes (PSD/PR)** na **Suplência** da **Medida Provisória**  
**1.300/2025.**

Respeitosamente,

**Deputado Sóstenes Cavalcante**  
Líder do Partido Liberal



Liderança do Partido Liberal - Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Sala 122 – Anexo II – Bloco das Lideranças Partidárias  
(BLP) – Pavimento superior – Ala das Lideranças Deputado Álvaro Valle  
Tel: 61-32159550 FAX: 61-32159577

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258378292300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sóstenes Cavalcante



Of. n. 96/2025/PSD

Brasília, 10 de junho de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador **Davi Alcolumbre**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Assunto: Indicação de parlamentar do PSD para compor comissão mista.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, **ratifico a indicação feita pelo Partido Liberal (PL) do Deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR)** para compor a Comissão Mista que analisará a **Medida Provisória nº 1.300, de 2025** (altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022), na condição de **Suplente**.

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que a referida indicação produza os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

Deputado **ANTONIO BRITO**

Líder do PSD

\*CD251720790900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251720790900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Antonio Brito





**SENADO FEDERAL**  
**Liderança do Bloco Parlamentar Aliança**

**Ofício nº 026/2025 – GABLID/BLALIAN**

Brasília, 10 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
**SENADOR DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto: Indicações de membros para a Comissão Mista da Medida Provisória (CMMPV) nº 1.301/2025.**

Senhor Presidente,

Nos termos do §4º, do art. 2º, da Resolução nº 01/2002-CN, encaminho a V. Exa. os nomes dos senadores do Bloco Parlamentar Aliança para compor a CMMPV nº 1.301 de 2025, conforme indicações do Líder do Partido Republicanos:

CMMPV nº 1.301/2025 – Partido Republicanos	
Titular	Suplente
Senador Hamilton Mourão (REP/RS)	Senadora Damares Alves ( REP/DF)

Respeitosamente,

**Senador Dr. Hiran (PP/RR)**  
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN  
(documento assinado eletronicamente)

Senado Federal – Anexo II, Térreo, Corredor Lateral da Biblioteca  
Brasília/DF – CEP 70.165-900 Telefones: (61) 3303-2100/2140/2145



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2704233722>





**Federação Brasil da Esperança**  
**Partidos dos Trabalhadores**  
**Gabinete da Liderança**



Of. 191/2025-GabLidPT

Brasília, 10 de junho de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor  
Davi Alcolumbre  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR o deputado Helder Salomão-PT/ES como **TITULAR** na REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL, em **SUBSTITUIÇÃO** ao deputado Paulão-PT/AL, o qual passará à condição de SUPLENTE em SUBSTITUIÇÃO ao deputado Odair Cunha-PT/MG. Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Deputado Lindbergh Farias-PT/RJ  
Líder da Federação Brasil da Esperança



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258033725300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lindbergh Farias



\*CD258033725300\*





**Federação Brasil da Esperança**  
**Partidos dos Trabalhadores**  
**Gabinete da Liderança**



**OF nº 192/2025 - GAB-LidPT**

Brasília - DF, 10 de junho de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Davi Alcolumbre  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para INDICAR os seguintes parlamentares como membros da Comissão Mista da Medida Provisória abaixo discriminada:

- MP 1296 (Criação do Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) – deputados Tadeu Veneri – PT/PR e Bohn Gass – PT/RS como TITULARES e o deputado Carlos Zarattini-PT/SP como SUPLENTE.

Desde já agradeço pela atenção e informo que estamos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Dep. Lindbergh Farias - PT/RJ  
Líder da FeBrasil na Câmara



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252076785700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lindbergh Farias





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
GABINETE DA LIDERANÇA DO UNIÃO BRASIL

Ofício nº 031-L-2025/União Brasil

Brasília, 11 de junho de 2025.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

Assunto: **indicação de membro para Comissão Mista da MPV 1301/2025.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados do União Brasil, para integrarem, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 1301**, de 30 de maio de 2025, que “institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019”, em vagas existentes.

**TITULAR**

Deputada **CRISTIANE LOPES**

**SUPLENTE**

Deputado **DUARTE JR. (PSB/MA)**

Respeitosamente,

Deputado **PEDRO LUCAS FERNANDES**  
Líder do União Brasil



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252897444600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lucas Fernandes



OF/Nº 243/2025/LidPsb

Brasília, 11 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que ratifico o ofício de indicação (Ofício 031-L-2025/UniãoBrasil) do **Deputado Duarte Junior – PSB/MA**, como membro suplente, na CMMPV 1301/2025, na vaga do União Brasil, no dia 11 de junho de 2025.

Atenciosamente,

Deputado **PEDRO CAMPOS**

**Líder do PSB**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259051455800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Campos



\*CD259051455800\*







CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DA LIDERANÇA DO UNIÃO BRASIL

Ofício nº 032-L-UniãoBrasil/25

Brasília, 11 de junho de 2025.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Congresso Nacional  
Nesta

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada **FERNANDA PESSOA** para integrar, como membro **titular**, a **Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul**, em substituição ao Deputado **DAMIÃO FELICIANO**.

Informo também que os Deputados **MARANGONI** e **DAVID SOARES** permutam as vagas de **titular e suplente**, respectivamente, na referida Comissão.

Respeitosamente,

Deputado **PEDRO LUCAS FERNANDES**  
Líder do União Brasil



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257031854700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Lucas Fernandes



# Emendas





## CONGRESSO NACIONAL

### EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1301, de 2025**, que *"Institui o Programa Agora Tem Especialistas, dispõe sobre o Grupo Hospitalar Conceição S.A., altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Duarte Jr. (PSB/MA)	001; 002; 003; 004; 005; 006; 007; 008; 009; 010; 011; 012; 013; 014; 015; 016; 017; 020; 021; 024; 030; 051; 052; 053; 054; 060; 061; 062; 063; 064; 074; 075
Deputado Federal Capitão Alberto Neto (PL/AM)	018; 019
Deputado Federal Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ)	022; 023
Deputado Federal Maurício Carvalho (UNIÃO/RO)	025; 026
Deputado Federal Dr. Zacharias Calil (UNIÃO/GO)	027; 028; 029
Deputado Federal Marangoni (UNIÃO/SP)	031; 055
Deputada Federal Silvia Waiãpi (PL/AP)	032; 033; 034; 035; 067; 068
Deputado Federal Marcel van Hattem (NOVO/RS)	036; 037; 038; 039; 040; 041; 042; 043; 044; 045; 046; 047
Deputada Federal Julia Zanatta (PL/SC)	048
Deputado Federal Zé Vitor (PL/MG)	049
Deputada Federal Caroline de Toni (PL/SC)	050
Deputada Federal Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)	056
Senador Dr. Hiran (PP/RR)	057; 058
Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PODEMOS/PR)	059
Deputado Federal Dr. Francisco (PT/PI)	065
Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS)	066
Deputada Federal Ana Pimentel (PT/MG)	069
Deputado Federal Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS/RS)	070
Deputado Federal Dr. Luiz Ovando (PP/MS)	071; 072



PARLAMENTARES	EMENDAS N°S
Deputado Federal Geraldo Resende (PSDB/MS)	073
Deputado Federal Daniel Freitas (PL/SC)	076
Deputado Federal Márcio Biolchi (MDB/RS)	077; 078
Deputada Federal Gisela Simona (UNIÃO/MT)	079
Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP)	080; 081; 082; 083; 084; 085; 086; 087; 088; 089; 090; 093; 094; 099
Deputado Federal Sanderson (PL/RS)	091; 092
Deputada Federal Enfermeira Ana Paula (PODEMOS/CE)	095
Deputado Federal Eduardo Velloso (UNIÃO/AC)	096
Deputado Federal Mário Heringer (PDT/MG)	097; 098
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	100; 101; 102; 103; 104; 105
Deputado Federal Carlos Jordy (PL/RJ)	106; 107; 108; 109; 110
Deputado Federal Dr. Fernando Máximo (UNIÃO/RO)	111

**TOTAL DE EMENDAS: 111**



[Página da matéria](#)



**MPV 1301**  
**00001**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 13 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 13. ....**

**Parágrafo único.** Independentemente do tipo de contratação dos produtos de que trata o caput, são vedadas:

.....

**II** – a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias consecutivos, desde que o consumidor seja comprovadamente avisado a cada vinte dias de inadimplência, por meio digital, e notificado, presencialmente ou por comunicação escrita, com aviso de recebimento, até o quinquagésimo dia de inadimplência;

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem como objetivo disciplinar de forma mais clara e protetiva a possibilidade de rescisão contratual por inadimplência nos planos de saúde. Ao estabelecer que a suspensão ou o cancelamento do contrato só poderá ocorrer após dois meses completos de não pagamento, com comunicação periódica digital a cada vinte dias e notificação formal com aviso de recebimento até o quinquagésimo dia de inadimplência, busca-se garantir que o consumidor não seja surpreendido com o rompimento do vínculo, especialmente em contextos de tratamento contínuo.

ExEdit  
\*CD256135624700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256135624700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



A lógica da norma é assegurar que a perda do acesso ao plano de saúde, que pode comprometer cuidados essenciais ou até medidas de urgência, não ocorra por falhas de comunicação ou por procedimentos administrativos automáticos. Exige-se, portanto, uma postura diligente das operadoras no sentido de tentar o contato real com o beneficiário, criando um espaço temporal razoável para eventual regularização antes de se efetivar a rescisão.

Ao delimitar esse procedimento, a norma atende a uma função social relevante: impede cancelamentos bruscos, preserva o direito à assistência durante períodos de vulnerabilidade financeira temporária e reforça o papel dos planos de saúde como instrumento de continuidade do cuidado. A redação proposta também confere maior segurança jurídica às relações contratuais, ao deixar claro o rito obrigatório para eventual desligamento por inadimplência, resguardando tanto o consumidor quanto a operadora de litígios desnecessários.

Sala da comissão, 31 de maio de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256135624700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD256135624700\*  
ExEdit



**MPV 1301**  
**00002**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12. ....**

**I – ....**

**.....**

**d)** cobertura dos exames laboratoriais solicitados por nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, desde que sejam necessários para a avaliação de condutas de suas áreas de atuação, de acordo com as necessidades do paciente, respeitadas as diretrizes de utilização e as determinações ou os limites dos respectivos Conselhos Profissionais acerca da finalidade específica da solicitação, nos termos de regulamento;” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A ampliação da cobertura para incluir exames laboratoriais solicitados por nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais representa um passo importante para fortalecer o atendimento multidisciplinar na saúde suplementar. Esses profissionais atuam de forma complementar à medicina e desempenham papel essencial na prevenção, reabilitação e acompanhamento de condições crônicas, sendo muitas vezes os primeiros a identificar alterações clínicas que exigem investigação laboratorial. Garantir que suas solicitações sejam cobertas contribui diretamente para a resolutividade do cuidado.

\* CD 253405529600 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253405529600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



A proposta preserva a segurança assistencial ao condicionar a cobertura à adequação clínica e à conformidade com as diretrizes de utilização e os parâmetros definidos pelos Conselhos Profissionais. Dessa forma, evita-se o uso excessivo ou inadequado de exames, ao mesmo tempo em que se reconhece a autonomia técnica desses profissionais no exercício legal de suas atribuições. Trata-se de uma medida que equilibra acesso e responsabilidade técnica, promovendo cuidado mais integrado e eficiente.

Além disso, ao assegurar a cobertura de exames solicitados por esses profissionais, a norma reduz barreiras burocráticas e custos desnecessários para o beneficiário, que muitas vezes precisa retornar ao médico apenas para validar uma solicitação já indicada por outro profissional de saúde. Essa mudança estimula o uso racional dos recursos, valoriza o trabalho em equipe e favorece uma abordagem centrada nas reais necessidades do paciente, conforme preconizado pelas melhores práticas em saúde.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253405529600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





**MPV 1301  
00003**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Na hipótese de a operadora de planos privados de assistência à saúde negar injustamente as coberturas previstas nesta Lei, em seus regulamentos ou em contrato, ou no caso de indisponibilidade de prestador para atendimento dessas coberturas, respeitados os prazos regulamentares para o atendimento, a administradora de benefícios deverá promover o custeio direto e imediato da cobertura ao beneficiário, resguardado o direito à posterior cobrança junto às operadoras comprovadamente faltantes.” NR

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta busca assegurar que, em situações de **negativa injusta de cobertura** ou de **indisponibilidade de prestador**, a administradora de benefícios atue de forma imediata para garantir o atendimento ao beneficiário, mediante **custeio direto da cobertura contratada**. Essa medida visa proteger o consumidor de interrupções ou atrasos indevidos no acesso aos serviços de saúde, especialmente quando já há previsão legal, contratual ou regulamentar para a cobertura solicitada. Ao prever essa atuação imediata, a proposta fortalece o direito à assistência contínua, evitando prejuízos à saúde e reduzindo a judicialização.

Além disso, a previsão de que a administradora poderá posteriormente cobrar da operadora os valores custeados de forma comprovada **preserva o equilíbrio financeiro entre as partes**, sem prejudicar o consumidor. Trata-se de uma solução que reforça a **função da administradora como**

ExEdit  
\*CD250244134200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250244134200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**garantidora do bom funcionamento da cadeia contratual**, ao mesmo tempo em que confere maior efetividade aos direitos do beneficiário. A proposta fortalece a corresponsabilidade entre os atores do sistema e prioriza a prestação do serviço assistencial em tempo oportuno.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250244134200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD250244134200\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00004**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 14.** Ninguém pode ser impedido de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua idade, de sua condição de pessoa com deficiência, de ser pessoa com doença grave ou rara, ou de seus atributos pessoais, tais como etnia, cor, condição socioeconômica, situação familiar, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, religião, crença, posicionamento ideológico ou político” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda propõe vedar expressamente qualquer forma de discriminação no acesso a planos de saúde privados. Pessoas não podem ser impedidas de contratar planos com base em idade, deficiência, doenças graves ou raras, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, posição política, religião ou condição socioeconômica.

A medida corrige distorções recorrentes no setor, em que fatores pessoais são usados de forma abusiva para restringir o acesso a serviços essenciais. A saúde é um direito fundamental, e seu acesso não pode depender de critérios discriminatórios.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259462838800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



Com isso, a norma reforça a proteção de grupos vulneráveis e assegura que operadoras de saúde atuem dentro de limites éticos e legais, garantindo igualdade de tratamento e respeito aos direitos do consumidor.

Sala da comissão, de de .

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259462838800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\* CD 259462838800 \*  
ExEdit



**MPV 1301**  
**00005**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 7º do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** .....

.....

**§ 7º** As operadoras dos produtos de que trata este artigo podem oferecer aos consumidores descontos relacionados à adesão e à permanência em programas de promoção à saúde e de prevenção de riscos e de doenças, desde que a concessão dos descontos não esteja relacionada a prazos contratuais ou à idade do consumidor.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A possibilidade de conceder descontos vinculados à adesão e permanência em programas de promoção da saúde e prevenção de doenças representa um estímulo positivo ao engajamento dos beneficiários em práticas saudáveis. Essa medida busca alinhar os interesses das operadoras e dos consumidores, promovendo comportamentos que podem reduzir a ocorrência de agravos e, conseqüentemente, os custos assistenciais. A lógica da bonificação por comportamento preventivo é coerente com um modelo de atenção mais proativo e centrado no cuidado contínuo.

A proposta estabelece salvaguardas fundamentais ao condicionar a concessão dos descontos à ausência de critérios discriminatórios, como **prazo contratual** e **idade**. Essas restrições garantem que os incentivos financeiros não sejam utilizados como instrumentos indiretos de seleção de risco, o que seria

ExEdit  
\*CD252907563800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252907563800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



incompatível com os princípios da equidade e da não discriminação que regem o setor. Dessa forma, o benefício deve estar vinculado exclusivamente à participação efetiva nos programas de promoção e prevenção, e não a fatores pessoais ou contratuais que limitem o acesso.

Além disso, ao permitir a diferenciação positiva para quem adere a programas de saúde, a proposta contribui para o fortalecimento de políticas de promoção de saúde dentro da saúde suplementar. Trata-se de um avanço normativo que favorece a sustentabilidade do sistema, a autonomia dos beneficiários e a qualidade do cuidado, desde que acompanhado de mecanismos transparentes de mensuração, supervisão e divulgação das condições desses programas.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252907563800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00006**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 16.** Dos contratos, regulamentos ou condições gerais dos planos privados de assistência à saúde devem constar dispositivos que indiquem com clareza:

.....  
§ 1º .....

§ 2º A todo consumidor de plano coletivo será obrigatoriamente entregue, no ato da assinatura do contrato, cópia do regulamento ou condições gerais do plano, além de material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, todas as características, direitos e obrigações.

§ 3º Os processos de pedido de autorização para realização de procedimentos ou eventos em saúde suplementar deverão ser transparentes, permitindo ao usuário acompanhar, inclusive por meio digital, seu andamento e as razões para eventuais atrasos ou negativas de cobertura.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão de dispositivos obrigatórios nos contratos, regulamentos ou condições gerais dos planos de saúde visa assegurar **transparência, clareza e previsibilidade** para o consumidor. Ao exigir a entrega de uma cópia do regulamento e de material explicativo no momento da contratação de planos coletivos, a proposta fortalece o direito à informação, princípio fundamental das

ExEdit  
\*CD253189206900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253189206900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



relações de consumo, e combate práticas que induzam ao erro ou dificultem a compreensão das regras contratuais.

A determinação de que os processos de autorização para realização de procedimentos ou eventos em saúde suplementar sejam **transparentes e acompanháveis em meio digital** representa um avanço significativo em termos de controle e confiança do consumidor. Com essa medida, busca-se evitar atrasos indevidos e negativas injustificadas, ao mesmo tempo em que se promove maior accountability por parte das operadoras. A rastreabilidade dos pedidos favorece uma atuação mais ativa do beneficiário e dos órgãos de defesa do consumidor.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253189206900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





MPV 1301  
00007

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se nova redação ao inciso I do *caput* do art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 18. ....

I – o consumidor de determinada operadora, em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto ou alegação, pode ser discriminado ou atendido de forma distinta daquela dispensada aos clientes vinculados a outra operadora ou plano, ou aos clientes particulares;” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta reforça o princípio da **isonomia no atendimento aos consumidores de planos de saúde**, vedando expressamente qualquer forma de discriminação entre beneficiários de diferentes operadoras, produtos ou mesmo em comparação com clientes particulares. Essa medida é fundamental para garantir que todos os usuários recebam o mesmo padrão de cuidado, independentemente da origem contratual do seu vínculo, promovendo um ambiente assistencial justo e equitativo.

A diferenciação no atendimento com base no tipo de contrato ou na operadora do consumidor pode gerar **situações de exclusão, constrangimento e desigualdade**, especialmente em contextos em que a prestação de serviços de saúde depende de conduta ética e técnica isenta de preconceitos. A medida busca coibir práticas que privilegiem clientes de planos com maior valor agregado ou

\*CD251818698300\*  
xEdit

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251818698300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



atendimentos particulares, o que compromete a confiança no sistema de saúde suplementar e fere os direitos do consumidor.

Ao proibir de forma clara e objetiva qualquer tratamento desigual entre beneficiários, a proposta também fortalece a **fiscalização e a responsabilização** de prestadores e operadoras que adotem condutas discriminatórias. Trata-se de uma medida essencial para a **garantia da dignidade do paciente**, da efetividade da regulação setorial e da manutenção de um padrão uniforme de qualidade na assistência prestada a todos os usuários da saúde suplementar.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251818698300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00008**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se nova redação ao inciso IV do *caput* do art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 18. ....**

**.....**

**IV** – as operadoras não poderão restringir, por qualquer meio, a liberdade do exercício de atividade profissional do prestador, desde que seguidos os protocolos e recomendações estabelecidos pelas sociedades de especialidades e amplamente divulgados em seus portais, cabendo penalidades às operadoras que infringirem o disposto neste inciso, na forma do art. 25 desta Lei.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta tem como objetivo assegurar que os profissionais de saúde atuantes na saúde suplementar tenham sua **liberdade de exercício profissional respeitada**, desde que atuem com base em protocolos clínicos e recomendações estabelecidas por sociedades científicas reconhecidas. Essa previsão reforça a autonomia técnica do prestador, elemento essencial para a boa prática assistencial, ao mesmo tempo em que impõe limites objetivos ao impedir condutas arbitrárias por parte das operadoras.

Nos últimos anos, têm sido frequentes os relatos de restrições impostas por operadoras quanto à conduta clínica de profissionais, muitas vezes orientadas por critérios exclusivamente econômicos, em detrimento do juízo técnico do prestador. Ao garantir que o profissional possa seguir



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252148993700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



diretrizes reconhecidas e atualizadas, a proposta **protege o paciente**, valoriza o conhecimento científico e evita a padronização excessiva ou a imposição de práticas que possam comprometer a qualidade do cuidado.

Por fim, ao prever penalidades nos termos do art. 25 da Lei, a norma dá efetividade à garantia proposta, criando um instrumento de **responsabilização das operado**.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252148993700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD252148993700\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00009**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 31.** Ao aposentado que contribuir para plano privado de assistência à saúde, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de cinco anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta tem por finalidade assegurar ao aposentado o direito de permanecer no plano de saúde coletivo empresarial ao qual estava vinculado durante o contrato de trabalho, desde que tenha contribuído para o custeio do plano por, no mínimo, cinco anos e assuma integralmente o pagamento após o desligamento. Essa medida garante a **continuidade do vínculo assistencial**, especialmente importante para indivíduos que, em razão da idade ou de condições crônicas, demandam acompanhamento médico contínuo.

A redução do tempo mínimo de contribuição de dez para cinco anos torna a regra **mais compatível com a dinâmica atual do mercado de trabalho**, em que há maior rotatividade de empregos e vínculos mais curtos. Essa alteração amplia o acesso ao direito sem comprometer o equilíbrio atuarial do sistema, pois o custeio integral passa a ser de responsabilidade do beneficiário. Trata-se de um avanço na proteção social do idoso, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação à perda de direitos por vulnerabilidade.

\*CD2583155336800\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD2583155336800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



Além disso, a permanência no mesmo plano, com as mesmas condições de cobertura, evita que o aposentado enfrente **novos períodos de carência ou exclusões de cobertura**, o que poderia ocorrer em uma eventual contratação individual. A proposta garante segurança jurídica, previsibilidade e acesso contínuo a uma rede de cuidados já conhecida, favorecendo a qualidade do atendimento e a confiança no sistema de saúde suplementar.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258315536800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00010**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12. ....**

**.....**

**VI** – reembolso, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário com assistência à saúde, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados pelo respectivo produto, pagáveis no prazo máximo de trinta dias após a entrega da documentação adequada, quando o beneficiário não utilizar serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras, nas seguintes situações

- a)** em caso de urgência ou emergência;
- b)** quando o beneficiário optar por continuar tratamento médico indispensável à sobrevivência ou incolumidade com prestadores que foram substituídos na vigência desse tratamento;
- c)** quando o beneficiário com impedimentos de longo prazo optar por continuar tratamento com prestadores de terapias multidisciplinares que foram substituídos na vigência desse tratamento.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A previsão legal de reembolso das despesas médicas, nos casos em que o beneficiário não utilize a rede própria, contratada ou credenciada da operadora, representa uma importante salvaguarda ao direito à continuidade do cuidado e ao atendimento em situações excepcionais. O reembolso já é consagrado em casos de urgência e emergência, mas a ampliação para contemplar situações de substituição



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251450440600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



de prestadores durante tratamentos críticos ou contínuos garante maior proteção ao beneficiário e segurança na condução terapêutica.

Nos casos em que o beneficiário esteja em tratamento médico indispensável à sua sobrevivência ou incolumidade, ou quando se trata de pessoa com impedimentos de longo prazo realizando terapias multidisciplinares, a substituição abrupta de prestadores pode comprometer o desfecho clínico. A possibilidade de reembolso, dentro dos limites contratuais e conforme tabela de preços do produto, permite a manutenção da continuidade assistencial sem onerar indevidamente o usuário, especialmente em cenários de maior vulnerabilidade clínica e emocional.

Além disso, a previsão de prazo de até trinta dias para o pagamento do reembolso, mediante apresentação da documentação adequada, traz maior transparência, previsibilidade e equilíbrio entre as partes. A medida contribui para a segurança jurídica e a confiança dos beneficiários no sistema de saúde suplementar, além de incentivar as operadoras a realizarem substituições com maior responsabilidade e planejamento, minimizando impactos sobre a assistência em andamento.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251450440600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





**MPV 1301  
00011**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 35-G da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 35-G.** Aplicam-se as disposições da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 aos contratos entre usuários e operadoras de produtos de que trata o art. 1º desta Lei, em todas as suas modalidades, inclusive aquelas que não visem ao lucro ou que ofereçam planos de assistência à saúde a um grupo fechado de pessoas.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta visa ampliar, de forma expressa, a possibilidade de atuação dos órgãos de defesa do consumidor junto a **todas as operadoras de planos de saúde**, inclusive aquelas **sem fins lucrativos** e que oferecem **planos a grupos fechados**, como as autogestões. Embora essas entidades historicamente tenham alegado autonomia e autorregulação, a crescente judicialização de conflitos demonstra a necessidade de maior controle externo para garantir os direitos dos beneficiários, que muitas vezes enfrentam dificuldades em obter informações, resolver conflitos ou acessar procedimentos essenciais.

Ao assegurar essa prerrogativa aos órgãos como o Procon e o Ministério Público, a medida **reforça a proteção do consumidor**, amplia os mecanismos de fiscalização e previne práticas abusivas, independentemente do tipo de operadora. Isso contribui para a transparência, a equidade e a efetividade



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252871736900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



da regulação da saúde suplementar, promovendo um ambiente mais justo e seguro para todos os usuários do sistema.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252871736900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD252871736900\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00012**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 01301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Acrescente-se ao Art. 16º da Medida Provisória, o inciso XXI, § 4º, § 5º, § 6º e § 7º que altera o art. 16º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a seguinte redação:

“Art. 16.....

.....

XXI – manter plataforma digital com informações relativas ao histórico de saúde dos pacientes atendidos em estabelecimentos de saúde públicos e privados.

.....

§ 4º A plataforma digital de que trata o inciso XXI do “caput” deste artigo funcionará mediante a interoperabilidade dos sistemas e terá como objetivo promover a troca de informações entre todos os pontos da rede de atenção à saúde, permitindo a transição e a continuidade do cuidado nos setores públicos e privados.

§ 5º A construção da plataforma digital de que trata o inciso XXI do “caput” deverá contar com a participação da Agência Nacional de Saúde Suplementar e demais entidades fiscalizadoras do setor de saúde junto ao Ministério da Saúde para a definição do funcionamento e da gestão da informação no que se refere à assistência privada em saúde.

§ 6º O tratamento dos dados pessoais sensíveis de que trata o parágrafo anterior fica dispensado do consentimento do titular quando indispensável para a tutela de saúde em benefício dos interesses dos titulares de dados,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252752581700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde responsáveis pelo cuidado dessa assistência ou autoridade sanitária.

§ 7º No âmbito da Saúde Suplementar, as informações constantes da plataforma digital de que trata o inciso XXI do “caput” não poderão ser utilizadas para a constatação da existência ou não de doenças e lesões pré-existentes, para fins de estabelecimento de carência, cobertura parcial temporária ou cobrança de agravo.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Medida Provisória nº 1.301, de 2024, que institui o Programa "Agora Tem Especialistas", tem como objetivo aprimorar a integração entre os diversos níveis de atenção à saúde, por meio da criação de uma plataforma digital interoperável com informações relativas ao histórico de saúde dos pacientes atendidos em estabelecimentos públicos e privados.

A medida se alinha diretamente ao escopo do Programa “Agora Tem Especialistas”, que visa fortalecer o acesso à atenção especializada e garantir a continuidade do cuidado, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade. A interoperabilidade de sistemas, conforme proposta, permitirá que profissionais de saúde tenham acesso a informações clínicas essenciais, otimizando diagnósticos, tratamentos e encaminhamentos, em consonância com os princípios da integralidade e da eficiência no Sistema Único de Saúde.

A participação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e demais entidades fiscalizadoras garante o equilíbrio entre os setores público e privado, além de assegurar que a plataforma respeite as diretrizes de governança de dados e proteção da privacidade, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

\*CD252752581700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252752581700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



Ademais, veda expressamente o uso de tais informações, no âmbito da saúde suplementar, para restrições de cobertura ou agravamento contratual, coibindo práticas discriminatórias.

Com isso, a proposta contribui para a melhoria da coordenação do cuidado, reduz a fragmentação das informações clínicas, fortalece a gestão integrada em saúde e protege os direitos dos pacientes no setor suplementar, avanços indispensáveis à consolidação de uma rede especializada mais eficiente, resolutiva e humana.

Sala da comissão, 31 de maio de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252752581700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD252752581700\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00013**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º .....**

**.....”**

**§ 6º** A atenção à saúde no setor suplementar promoverá ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e de doenças, desde que sejam fundamentadas em estudos epidemiológicos e comprovadamente benéficas aos consumidores.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A incorporação de ações de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças no setor de saúde suplementar representa um avanço importante na mudança do modelo assistencial, historicamente focado no tratamento de doenças. A atuação preventiva, baseada em dados epidemiológicos, permite antecipar problemas de saúde, reduzir a incidência de doenças crônicas e melhorar a qualidade de vida da população atendida. Além disso, essa abordagem está alinhada às boas práticas internacionais de atenção integral à saúde.

A exigência de fundamentação em estudos epidemiológicos e a comprovação dos benefícios para os consumidores são critérios essenciais para garantir que essas ações sejam efetivas, seguras e éticas. Isso evita intervenções meramente mercadológicas ou de baixo valor em saúde, promovendo a aplicação de recursos de forma responsável e baseada em evidências científicas. A

ExEdit  
\*CD256538918300\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256538918300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



transparência e a efetividade passam a ser pilares centrais na implementação dessas iniciativas.

Por fim, o estímulo à promoção da saúde no setor suplementar contribui diretamente para a sustentabilidade do sistema como um todo. Ao reduzir a demanda por procedimentos de maior complexidade e custo, as operadoras ganham eficiência, e os beneficiários têm acesso a uma atenção mais qualificada e centrada em resultados. Trata-se, portanto, de uma medida que beneficia consumidores, prestadores e operadoras, promovendo equilíbrio e valor em saúde.

Sala da comissão, de de .

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256538918300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00014**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 12. ....**

**II – ....**

.....

**f)** cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres no período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato;” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A garantia da cobertura de despesas de acompanhante para pacientes em condições de maior vulnerabilidade — como menores de 18 anos, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres durante o pré-natal, trabalho de parto e pós-parto imediato — representa uma medida de proteção à dignidade e à integralidade do cuidado. A presença de um acompanhante nesses contextos não é apenas um apoio emocional, mas frequentemente uma necessidade clínica, comunicacional e de segurança, especialmente em situações em que o paciente pode ter limitações para compreender ou expressar suas necessidades.

Além disso, a cobertura das despesas de acompanhantes tem impacto limitado sobre os custos assistenciais, ao passo que gera benefícios amplos na qualidade do atendimento e na satisfação dos beneficiários. Trata-se de uma medida que reforça o cuidado centrado na pessoa, reduz riscos associados à

ExEdit  
\*CD251751095500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





hospitalização e contribui para uma experiência mais segura, acolhedora e humanizada nos serviços de saúde.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251751095500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00015**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10. ....**

**.....**

**§ 8º** Os processos administrativos de atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar referentes aos tratamentos listados nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do caput do art. 12 desta Lei e aos tratamentos de doenças raras deverão ser analisados de forma prioritária e concluídos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data em que foi protocolado o pedido, prorrogável por 60 (sessenta) dias corridos quando as circunstâncias o exigirem.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de estabelecer prioridade e prazo para os processos de atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar visa garantir maior previsibilidade e celeridade na incorporação de tratamentos essenciais. Os procedimentos mencionados nas alíneas c do inciso I e g do inciso II do art. 12, bem como os voltados para doenças raras, geralmente dizem respeito a situações clínicas delicadas, de alto impacto na saúde e na qualidade de vida dos pacientes. A demora na avaliação pode comprometer o acesso tempestivo a tratamentos indispensáveis.

A fixação de um prazo de 120 dias, prorrogável por mais 60 dias em casos justificados, introduz um limite objetivo para a tramitação administrativa,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254871329600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.

\*CD254871329600\*  
ExEdit

sem eliminar a possibilidade de aprofundamento técnico quando necessário. Essa estrutura promove o equilíbrio entre agilidade e segurança técnico-científica. Ao mesmo tempo, garante aos consumidores e operadores do sistema uma resposta mais transparente e eficaz quanto à cobertura de novos procedimentos.

Essa medida também fortalece a credibilidade da saúde suplementar e da atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ao alinhar a regulação às expectativas de pacientes, profissionais e instituições de saúde. A priorização dos tratamentos para doenças raras, historicamente negligenciados pela ausência de escala comercial, representa um avanço em termos de justiça social e de equidade no acesso à saúde. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que promove eficiência regulatória com foco no interesse público.

Sala da comissão, 1 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254871329600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD254871329600\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00016**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 13-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 13-B.** O cancelamento do vínculo de beneficiário a pedido do consumidor, de plano de qualquer tipo de contratação, deverá ser efetuado pela operadora de forma imediata a partir do recebimento do pedido, podendo ser feito a qualquer tempo sem a necessidade de aviso prévio.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta assegura ao beneficiário o direito de **cancelar o plano de saúde a qualquer tempo, de forma imediata**, mediante simples solicitação à operadora, independentemente da modalidade contratual. Essa medida fortalece a **autonomia do consumidor** nas relações com as operadoras, eliminando exigências excessivas como aviso prévio ou cumprimento de prazos, que muitas vezes dificultam ou retardam o exercício desse direito. O cancelamento imediato garante transparência, respeita a vontade do titular e evita a cobrança indevida de mensalidades após a decisão de desligamento.

Ao simplificar o procedimento de cancelamento, a norma contribui para **desburocratizar o setor** e harmonizar as regras com os princípios do Código de Defesa do Consumidor, especialmente o direito à liberdade contratual e ao encerramento de vínculo por iniciativa do usuário. A proposta também diminui a judicialização de conflitos relacionados a cobranças indevidas e contratos inativos, ao estabelecer uma regra clara e de aplicação uniforme. Trata-se, portanto, de um

ExEdit  
\*CD254221303700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254221303700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



aperfeiçoamento necessário para garantir mais equilíbrio, segurança e respeito ao consumidor na saúde suplementar.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254221303700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\* CD 254221303700 \*  
ExEdit



MPV 1301  
00017

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)

Acrescente-se art. 15-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 15-B.** Nos contratos coletivos de produtos de que trata o art. 1º desta Lei com menos de cem beneficiários, o cálculo do percentual de reajuste das contraprestações pecuniárias pela variação de custos será feito mediante agrupamento de todos os contratos da operadora, sendo aplicado para todo o agrupamento um único percentual de reajuste, independentemente do número de beneficiários de cada contrato.”

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta tem por objetivo **padronizar o reajuste dos contratos coletivos com menos de cem beneficiários**, determinando que o cálculo da variação de custos seja feito com base no **agrupamento de todos os contratos dessa categoria** em cada operadora. Com isso, busca-se evitar distorções geradas por negociações isoladas e pouco transparentes, que frequentemente resultam em **reajustes excessivos** e imprevisíveis para pequenos grupos, muitas vezes compostos por consumidores com poder de barganha reduzido.

Ao estabelecer a aplicação de um **único percentual de reajuste para o agrupamento**, a proposta promove maior **equidade e previsibilidade**, aproximando os contratos coletivos de pequeno porte das regras dos planos individuais, que já contam com regulação mais rígida da ANS. Essa uniformização contribui para a **sustentabilidade do sistema**, aumenta a transparência nas



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252493253500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



relações contratuais e oferece maior proteção aos beneficiários, sobretudo em um cenário de crescentes custos assistenciais e judicialização de reajustes abusivos.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252493253500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\* CD 252493253500 \*  
ExEdit



**MPV 1301  
00018**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se § 4º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....

§ 4º 4º A alocação de atendimentos médico-hospitalares no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas priorizará regiões com menor densidade de especialistas por habitante, com ênfase na Região Norte e em áreas remotas de difícil acesso, conforme regulamentação do Ministério da Saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão deste parágrafo busca enfrentar as desigualdades históricas no acesso à saúde especializada, especialmente na Região Norte do Brasil, onde muitos municípios contam com número insuficiente, ou inexistente, de médicos especialistas.

A medida reforça o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), priorizando territórios com maior vulnerabilidade. Além de responder a uma necessidade social urgente, o direcionamento preferencial dos atendimentos ajuda a desafogar os grandes centros urbanos e reduz os custos logísticos de

\* CD 250757275700 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250757275700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto





remoção de pacientes. Trata-se de um passo concreto para levar saúde digna e especializada onde ela quase nunca chega.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250757275700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



\*CD250757275700\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00019**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 22-D da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na forma proposta pelo art. 20 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 22-D. ....**

**.....**

**§ 4º** Os profissionais que optarem por atuar em municípios situados na Amazônia Legal, em territórios indígenas ou em áreas com classificação socioeconômica de alta vulnerabilidade farão jus a bônus adicional sobre a bolsa-formação, conforme regulamentação do Ministério da Saúde.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A escassez de médicos especialistas em áreas remotas e vulneráveis do Brasil é um dos principais entraves para a efetivação do direito à saúde garantido constitucionalmente. Estudos oficiais indicam que mais de 60% dos especialistas estão concentrados nas capitais e regiões metropolitanas, deixando extensas áreas do interior, especialmente na Região Norte e nos municípios de baixo IDH, desassistidas.

A presente emenda tem como objetivo corrigir esse desequilíbrio por meio de uma política de incentivos financeiros sobre a bolsa-formação. Medidas similares já se mostraram eficazes em programas anteriores voltados à atenção primária, e sua aplicação no âmbito da atenção especializada se justifica pelas mesmas razões: alto custo de vida em áreas isoladas, precariedade na rede de apoio e baixa atratividade profissional.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258810592900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto

\*CD258810592900\*  
xEdit

Sem incentivos concretos, a adesão voluntária de médicos especialistas a regiões com grandes vazios assistenciais tende a ser mínima, o que comprometeria o Programa *Mais Médicos Especialistas*. A adoção dessa emenda contribuirá para garantir que os benefícios do programa cheguem efetivamente a quem mais precisa, promovendo equidade territorial e fortalecendo o SUS nos seus pontos mais frágeis.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Capitão Alberto Neto**  
(PL - AM)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258810592900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



\*CD258810592900\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00020**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 13-A à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 13-A.** É direito do beneficiário a portabilidade de carências entre planos, independentemente da forma de contratação, por meio de procedimento simplificado, observados os requisitos dispostos nesta Lei e no regulamento.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, a portabilidade de carências é definida como o direito de mudar de plano privado de assistência à saúde, dispensado o cumprimento de períodos de carência ou cobertura parcial temporária relativos às coberturas previstas na segmentação assistencial do plano de origem.

§ 2º O regulamento disporá sobre o prazo de permanência que deve ser cumprido antes da primeira portabilidade de carências e antes das subsequentes.

§ 3º É facultada ao beneficiário a portabilidade no caso de descredenciamento de entidade hospitalar, por redimensionamento por redução ou substituição, ocorrido no município de residência do beneficiário ou no município de contratação do plano, independente do prazo de permanência no produto e da faixa de preço.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Ao definir de forma clara o conceito de portabilidade e prever um **procedimento simplificado**, a proposta busca desburocratizar esse processo, tornando-o mais acessível e transparente. Isso é particularmente relevante para evitar abusos contratuais e situações em que o beneficiário se veja "preso" a planos que não oferecem mais condições adequadas de cobertura ou que impõem aumentos de custo injustificados. A regulamentação do prazo mínimo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250407331900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



de permanência antes da primeira e das portabilidades subsequentes também preserva o equilíbrio técnico-atuarial entre operadoras e usuários.

Destaca-se, ainda, a previsão inovadora de **portabilidade imediata e sem exigência de prazo de permanência** nos casos de **descredenciamento de entidade hospitalar por redimensionamento ou substituição**, quando isso ocorrer no município de residência ou de contratação do plano. Essa medida protege o beneficiário de perdas assistenciais abruptas, especialmente em regiões com baixa oferta de serviços. Trata-se, portanto, de uma proposta que reforça a proteção ao consumidor, amplia a concorrência saudável entre operadoras e garante a continuidade da atenção à saúde.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250407331900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD250407331900\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00021**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 17 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 17.** A inclusão de qualquer prestador de serviço de saúde como contratado, referenciado ou credenciado dos produtos de que trata o art 1º desta Lei implica compromisso com os consumidores quanto à sua manutenção ao longo da vigência dos contratos, permitindo-se sua substituição, desde que seja por outro prestador equivalente em serviço e qualidade, nos termos de regulamento, e mediante comunicação aos consumidores com 90 (noventa) dias de antecedência.

§ 1º É facultada a substituição de entidade hospitalar, a que se refere o caput deste artigo, desde que por outra equivalente em serviço e qualidade, nos termos de regulamento, e mediante comunicação aos consumidores e à ANS com sessenta dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

.....  
§ 4º-A. Nas entidades hospitalares cujo redimensionamento por redução ocasione impacto sobre a massa assistida não será permitida a exclusão parcial de serviços hospitalares

§ 4º-B. A exclusão de serviços de urgência e emergência que ocasione impacto à massa assistida somente poderá ocorrer mediante substituição desses serviços em outro estabelecimento de saúde, devendo ser observadas as regras de localização e utilização.

\*CD254059463600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254059463600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**§ 5º-A.** A comunicação de descredenciamento de prestadores a que aludem o caput e o §1º deste artigo deve ser feita de forma ativa, precisa e ostensiva, mediante obtenção de ciência do consumidor.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa disciplinar de forma mais rigorosa a substituição e o descredenciamento de prestadores de serviços de saúde — especialmente entidades hospitalares — a fim de garantir a continuidade do atendimento aos beneficiários e evitar prejuízos decorrentes de mudanças inesperadas na rede assistencial. Ao exigir que a substituição ocorra apenas por prestador equivalente em serviço e qualidade, a norma protege o direito do consumidor à manutenção das condições originalmente contratadas, evita.

A obrigatoriedade de comunicação prévia aos consumidores e à ANS, com antecedência mínima de 60 dias, reforça os princípios da transparência e previsibilidade, essenciais para a confiança no sistema. A proposta também introduz salvaguardas importantes ao proibir a exclusão parcial de serviços hospitalares quando isso impactar significativamente a massa assistida, e ao exigir substituição efetiva dos serviços de urgência e emergência, observando critérios geográficos e de acesso. Essas medidas coíbem o descredenciamento seletivo e protegem os beneficiários de descontinuidade no atendimento essencial.

Por fim, a exigência de que a comunicação de descredenciamento seja ativa, precisa e ostensiva, com comprovação de ciência do consumidor, representa um avanço no respeito à informação adequada. Isso evita que o beneficiário seja surpreendido em momento de necessidade, sem saber que seu prestador foi excluído da rede. A proposta, portanto, equilibra os interesses legítimos das

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
(PSB - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254059463600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00022**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se § 4º ao art. 2º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 2º .....**

**.....**

**§ 4º** Na implementação dos atendimentos de que trata o caput, serão priorizados aqueles prestados pelas instituições sem fins lucrativos.”

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 2º da MPV 1.301, de 2025, prevê que o Programa será implementado mediante atendimentos médico-hospitalares realizados pelos estabelecimentos hospitalares privados, com ou sem fins lucrativos, sem estabelecer priorização.

Ocorre que o Programa será implementado, basicamente, através de troca de atendimento especializados de saúde por créditos financeiros que poderão ser compensados nos débitos tributários federais, importando, assim, em renúncia fiscal.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252468349500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Crivella





A Emenda proposta visa prestigiar as entidades sem fins lucrativos, que têm maior dificuldade na superação de déficit financeiro, na medida em estas possam oferecer a prestação de serviço especializado.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcelo Crivella**  
**(REPUBLICANOS - RJ)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252468349500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Crivella



\* CD 252468349500 \*  
ExEdit



**MPV 1301  
00023**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 2º do art. 6º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 6º .....

§ 2º O Ministério da Saúde publicará na rede mundial de computadores, semestralmente, relatório com a avaliação dos resultados do Programa e promoverá, inclusive, transparência ativa sobre os dados relativos aos beneficiários do Programa.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta busca reduzir a periodicidade da publicação sobre a dos resultados do Programa, para análise pelo Congresso Nacional e a sociedade civil, com antecedência que possibilite o aproveitamento de aperfeiçoamentos, ainda dentro da mesma sessão legislativa.

A publicidade, um dos princípios reitores da Administração Pública (CRFB, art. 37), se realizada de forma tardia, tem viés de comprometer outro desses



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257632053200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Crivella



princípios, qual seja, o da eficiência, o que se buscar evitar com o aperfeiçoamento sugerido.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcelo Crivella**  
**(REPUBLICANOS - RJ)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257632053200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Crivella



**MPV 1301  
00024**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Acrescente-se art. 1º-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º-B.** As pessoas jurídicas que cumprirem os requisitos para a contratação de plano privado de assistência à saúde coletivo por adesão poderão contratá-lo diretamente com a operadora ou, de forma opcional, com a participação de administradora de benefícios, nos termos de regulamento.

**Parágrafo único.** Nos contratos de planos coletivos por adesão em que as instituições elegíveis contratarem de forma direta as operadoras de planos de saúde, será permitido que os beneficiários titulares aderentes a esses planos paguem as suas mensalidades diretamente às operadoras de planos de saúde.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta tem como objetivo garantir maior autonomia às pessoas jurídicas elegíveis para contratar planos coletivos por adesão, ao permitir que façam essa contratação diretamente com a operadora, sem a obrigatoriedade de intermediação por administradoras de benefícios. A participação dessas administradoras passa a ser opcional, conferindo mais liberdade contratual às entidades e permitindo a adequação do modelo à realidade e aos interesses dos grupos contratantes. Essa flexibilização pode resultar em redução de custos administrativos, maior clareza nas condições contratadas e fortalecimento da relação direta entre beneficiários e operadoras.

Adicionalmente, a permissão para que os beneficiários titulares desses contratos efetuem pagamento direto às operadoras promove maior transparência



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257060734000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



financeira, evitando distorções na cobrança de mensalidades e garantindo que os recursos sejam direcionados com mais eficiência. Essa medida também reforça a responsabilidade contratual da operadora e amplia o controle do consumidor sobre sua relação com o plano de saúde. Ao reduzir a intermediação obrigatória, a proposta contribui para um sistema mais simples, acessível e com menor risco de conflitos relacionados à gestão de pagamentos ou repasses.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257060734000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00025**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se § 4º ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 4º .....**

**.....**

**§ 4º** Hospitais situados na Região Norte do País farão jus a acréscimo de 15% no valor dos créditos financeiros de que trata o caput, como forma de incentivo à adesão ao Programa Agora Tem Especialistas.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Hospitais do Norte brasileiro operam com custos significativamente maiores do que os de outras regiões, devido à logística difícil, menor escala de operação e dificuldade de captação de profissionais. Ao conceder um bônus de 15% nos créditos financeiros, o governo federal reconhece essas desigualdades estruturais e torna a adesão ao programa mais viável. Essa medida ajuda a atrair e manter instituições de saúde privadas e filantrópicas no Programa, fortalecendo a rede hospitalar regional e ampliando a capacidade de atendimento especializado para milhões de brasileiros que vivem na Amazônia Legal.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Maurício Carvalho  
(UNIÃO - RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254150662300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maurício Carvalho



**MPV 1301  
00026**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se § 4º ao art. 22-D da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na forma proposta pelo art. 20 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 22-D. ....**

**.....**

**§ 4º** Será assegurado o mínimo de 20% das vagas do Projeto Mais Médicos Especialistas aos municípios situados na Região Norte, conforme critérios de vulnerabilidade socioeconômicas e de acesso a especialistas, definidos em ato do Ministério da Saúde.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A escassez de médicos especialistas na Região Norte é um dos principais entraves à equidade no acesso à saúde no Brasil. Muitos municípios da região não contam com profissionais em áreas essenciais como cardiologia, neurologia ou oncologia, o que obriga pacientes a percorrer longas distâncias e aguardar meses por um atendimento. Essa realidade compromete diagnósticos precoces, agrava quadros clínicos e sobrecarrega os sistemas estaduais de saúde.

A emenda propõe que, no mínimo, 20% das vagas do Projeto Mais Médicos Especialistas sejam destinadas aos municípios da Região Norte, com base em critérios técnicos de vulnerabilidade e acesso definidos pelo Ministério da Saúde. Trata-se de uma medida que direciona esforços para os territórios com maior carência, promovendo a interiorização da atenção especializada e fortalecendo a capacidade de resposta do SUS nos locais mais desassistidos.

ExEdit  
\*CD258261617100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258261617100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maurício Carvalho



A proposta está alinhada aos objetivos centrais da Medida Provisória nº 1.301/2025 e ao princípio da equidade do SUS. Ao garantir uma distribuição mais justa dos profissionais, a emenda contribui para a redução das desigualdades regionais, melhora os indicadores de saúde e reforça o compromisso do Estado com uma política pública de saúde acessível e resolutiva em todo o território nacional.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Maurício Carvalho**  
**(UNIÃO - RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258261617100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Maurício Carvalho



\*CD258261617100\*  
ExEdit





**MPV 1301  
00027**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Dr. Zacharias Calil

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Acrescente-se o § 4º ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025, com a seguinte redação:

“§ 4º Incluem-se entre os atendimentos especializados previstos neste artigo as ações e serviços relacionados à prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento da doença renal crônica, compreendendo:

I – consultas nefrológicas e outros atendimentos clínicos especializados;

II – procedimentos cirúrgicos ou ambulatoriais preparatórios para diálise, como confecção de fístulas arteriovenosas e implantação de cateteres;

III – exames laboratoriais e de imagem voltados à avaliação da função renal;

IV – atendimentos hospitalares e sessões de diálise de urgência;

V – sessões regulares de hemodiálise e de diálise peritoneal, quando realizadas por estabelecimentos credenciados no Programa Agora Tem Especialistas, nos termos de regulamentação específica do Ministério da Saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo incluir, de forma expressa, os serviços voltados à atenção integral à Doença Renal Crônica (DRC) no escopo do Programa Agora Tem Especialistas, instituído pela Medida Provisória nº 1.301/2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259740941900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



A DRC é uma condição de alta prevalência e impacto social, que afeta cerca de 10% da população adulta brasileira. Estima-se que mais de 148 mil pessoas estejam atualmente em terapia renal substitutiva no país, de forma regular, e muitas outras aguardam acesso a serviços básicos como consultas com nefrologistas, exames diagnósticos e cirurgias preparatórias para início de tratamento dialítico.

A desigualdade no acesso a esses serviços é gritante: enquanto grandes centros urbanos contam com infraestrutura adequada, municípios do interior e regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste enfrentam escassez de clínicas de diálise e longos deslocamentos de pacientes, gerando abandono de tratamento, sobrecarga hospitalar e óbitos evitáveis.

A Medida Provisória 1.301/2025 representa uma oportunidade estratégica para articular a rede hospitalar privada e filantrópica à redução das filas do SUS. Incluir expressamente os componentes da linha de cuidado da DRC – da triagem inicial à sessão dialítica – significa garantir que o programa alcance também aqueles que mais precisam de acesso regular, previsível e humanizado a esse tratamento vital.

Além disso, a ampliação do escopo do programa para a saúde renal permitirá a ativação de hospitais filantrópicos com capacidade ociosa, aliviará os custos com transporte sanitário de alta frequência e contribuirá para o cumprimento do princípio da integralidade no Sistema Único de Saúde.

Por esses motivos, submeto a presente emenda à apreciação, contando com o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Dr. Zacharias Calil**  
**(UNIÃO - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259740941900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



**MPV 1301  
00028**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Dr. Zacharias Calil

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescentem-se os parágrafos 5º e 6º ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.301, com a seguinte redação:

“§ 5º Os atendimentos médico-hospitalares especializados realizados no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas poderão ser executados, total ou parcialmente, por meio de telemedicina, nos termos da legislação vigente, respeitados os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, a confidencialidade das informações e o consentimento expresso do paciente.

§ 6º A utilização da telemedicina deverá observar critérios de rastreabilidade, registro em prontuário eletrônico, integração aos sistemas do Ministério da Saúde e garantia de acessibilidade em todo o território nacional, com prioridade para regiões remotas ou com comprovada escassez de médicos especialistas.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade incluir expressamente a telemedicina como modalidade válida de prestação de atendimentos especializados no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas, nos termos da regulamentação vigente, com respaldo constitucional, técnico e sanitário.

O uso da telemedicina no SUS é uma realidade irreversível e necessária. Desde a publicação da Lei nº 13.989/2020, passando pela Resolução CFM nº 2.314/2022, o Brasil reconhece legalmente a possibilidade de prestação de serviços médicos a distância, seja na forma de teleconsulta, teleinterconsulta,

\*CD255603133600\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255603133600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



teletriagem, telessupervisão, telemonitoramento ou telediagnóstico. Esses instrumentos vêm sendo utilizados com segurança, qualidade e efetividade em redes públicas e privadas, ampliando o acesso à saúde em todo o território nacional.

A pandemia de COVID-19 acelerou a incorporação da telemedicina, mas sua permanência se justifica pelo ganho estrutural no sistema de saúde: reduz filas, evita deslocamentos desnecessários, fortalece a atenção primária com suporte especializado e amplia o alcance dos serviços em áreas desassistidas, especialmente nas regiões Norte, Nordeste, zona rural, distritos indígenas e localidades com baixa densidade médica.

Ao incluir a telemedicina como modalidade válida de atendimento especializado no Programa Agora Tem Especialistas, esta emenda expande a capilaridade e a efetividade da política pública, sem aumento de custo unitário, permitindo que hospitais privados e filantrópicos credenciados possam prestar parte ou a totalidade dos serviços especializados por meios digitais — inclusive em parcerias com plataformas certificadas, prontuários interoperáveis e médicos regularmente registrados.

Trata-se de medida coerente com os princípios constitucionais da universalidade, equidade, integralidade e eficiência da saúde pública, e que fortalece a atuação da União na redução das desigualdades regionais.

Além disso, a medida respeita a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), ao exigir consentimento do paciente e segurança das informações, bem como se alinha às diretrizes da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil (ESD28), promovida pelo Ministério da Saúde com apoio da OPAS/OMS.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação da presente emenda, com o objetivo de tornar o Programa Agora

\* CD 255603133600 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255603133600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



Tem Especialistas mais moderno, inclusivo, eficaz e compatível com os desafios territoriais e tecnológicos do SUS no século XXI.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Dr. Zacharias Calil**  
**(UNIÃO - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255603133600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil

\*CD255603133600\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00029**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Federal Dr. Zacharias Calil

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se o Art. 4º-B à Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025, com a seguinte redação:

Art. 4º-B. As emendas parlamentares individuais, de bancada ou de comissão que forem destinadas à execução de ações e serviços no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas não serão computadas para fins de apuração do limite anual de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) estabelecido no § 2º do art. 4º desta Medida Provisória.

§ 1º Os valores oriundos de emendas parlamentares, quando transferidos a Estados, Distrito Federal ou Municípios, também não integrarão o cálculo do teto financeiro de média e alta complexidade (MAC) desses entes federativos.

§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão considerados complementares aos créditos financeiros compensáveis com tributos federais, e poderão ser utilizados para:

- I – ampliação da capacidade assistencial e quantitativa dos atendimentos especializados;
- II – pagamento direto de profissionais e insumos;
- III – custeio de infraestrutura, logística e serviços auxiliares;
- IV – incentivo à adesão de hospitais privados e filantrópicos localizados em regiões com baixa cobertura especializada.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259445276500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo assegurar, de forma clara e inequívoca, que as emendas parlamentares utilizadas para reforçar o Programa Agora Tem Especialistas não sejam absorvidas ou limitadas pelo teto de renúncia fiscal (créditos tributários) previsto no art. 4º, §2º da Medida Provisória, nem tampouco sejam deduzidas do teto de repasse da Média e Alta Complexidade (MAC) dos entes federativos beneficiários.

O Programa Agora Tem Especialistas inova ao utilizar o mecanismo de crédito tributário como incentivo à ampliação da atenção especializada, mas não substitui as necessidades concretas de custeio direto de serviços, como pagamento de pessoal, insumos e estrutura física. Assim, as emendas parlamentares cumprem papel essencial para viabilizar e ampliar o impacto do programa nos territórios, especialmente em regiões com escassez de médicos especialistas ou estrutura hospitalar.

Além disso, evitar que essas emendas interfiram no teto MAC municipal garante previsibilidade e segurança orçamentária para as gestões locais, preservando a integralidade do financiamento regular do SUS.

Trata-se de medida de respeito ao pacto federativo, à autonomia parlamentar e ao princípio da complementaridade de fontes de financiamento em saúde pública, sem interferência nos limites técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Por esses motivos, solicito o apoio dos nobres Parlamentares para aprovação da presente emenda, como forma de garantir segurança jurídica, eficácia operacional e justiça federativa ao Programa Agora Tem Especialistas.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Dr. Zacharias Calil**  
**(UNIÃO - GO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259445276500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Zacharias Calil



**MPV 1301  
00030**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 16.** Dos contratos, regulamentos ou condições gerais dos planos privados de assistência à saúde devem constar dispositivos que indiquem com clareza:

.....  
§ 4º O prazo máximo para análise do pedido de autorização para realização de procedimentos ou eventos em saúde suplementar será reduzido pela metade no caso de beneficiários que sejam pessoas com deficiência e pessoas idosas.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta reduz o prazo para análise de pedidos de autorização quando se tratar de pessoas com deficiência ou idosas. Esses beneficiários têm maior necessidade de atendimento rápido e contínuo, e não podem aguardar os prazos padrão sem risco à saúde.

A medida obriga as operadoras a dar prioridade real a esses casos, garantindo respostas mais ágeis e adequadas à condição de vulnerabilidade



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257060673700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





desses grupos. É uma correção prática que melhora o funcionamento do sistema e evita atrasos que podem comprometer tratamentos.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257060673700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301**  
**00031**

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se inciso IV ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 1º .....**

**.....**

**IV** – incorporar, no rol de especialidades prioritárias do Programa, o atendimento integral à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de:

**a)** ações voltadas ao diagnóstico precoce, com uso de instrumentos de triagem padronizados e validados, especialmente em unidades credenciadas para atenção pediátrica especializada;

**b)** oferta estruturada de consultas, exames e terapias multiprofissionais voltadas ao TEA, com ênfase na continuidade do cuidado e na articulação entre serviços clínicos, psicológicos, nutricionais e terapêuticos, conforme regulamentação;

**c)** estímulo à capacitação de profissionais e à adesão de estabelecimentos hospitalares aptos à atenção especializada em TEA, nos termos definidos em ato do Ministério da Saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo incluir, de forma expressa, o atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre os objetivos do Programa Agora Tem Especialistas, criado pela Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025. Trata-se de uma proposta que visa fortalecer a coerência técnica

ExEdit  
\*CD250667508500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250667508500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



e a amplitude social da política, garantindo que grupos historicamente negligenciados no acesso à atenção especializada sejam também contemplados no novo marco de expansão assistencial proposto pelo governo federal.

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição complexa do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de milhões de brasileiros. O diagnóstico precoce, o acesso multiprofissional contínuo e o acolhimento especializado são considerados determinantes fundamentais para o desenvolvimento das pessoas com TEA, impactando diretamente sua qualidade de vida e o bem-estar de suas famílias. No entanto, a realidade do país ainda revela profundas desigualdades regionais no acesso a profissionais capacitados e serviços terapêuticos adequados, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.

Ao estabelecer parcerias com a rede hospitalar privada e filantrópica para ampliar a oferta de consultas, exames e procedimentos especializados no SUS, o Programa Agora Tem Especialistas representa uma oportunidade concreta de avançar também na atenção especializada ao TEA, utilizando a infraestrutura credenciada para suprir uma demanda crescente e urgente, atualmente represada por limitações logísticas, orçamentárias e de recursos humanos.

A emenda proposta estrutura o inciso IV em três alíneas complementares, que expressam com precisão os pilares essenciais da atenção ao TEA dentro da lógica do Programa:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250667508500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



\*CD250667508500\*  
xEdit



a) a promoção do diagnóstico precoce com base em instrumentos validados e protocolos clínicos adequados à primeira infância;

b) a organização de uma rede de cuidado especializada, centrada na continuidade terapêutica e na articulação entre diferentes áreas da saúde, com foco multiprofissional;

c) o estímulo à adesão de estabelecimentos capacitados para atendimento em TEA e à qualificação técnica das equipes envolvidas.

Essas medidas estão em consonância com os princípios da integralidade, equidade e universalidade do Sistema Único de Saúde, reafirmando o dever do Estado de garantir atenção especializada para todas as condições que exigem acompanhamento contínuo e qualificado.

Além disso, a inclusão expressa do TEA no rol de prioridades do Programa Agora Tem Especialistas permite fomentar a regionalização da assistência em saúde mental infantojuvenil, expandir a cobertura de serviços especializados em áreas desassistidas, e ampliar a resolutividade da atenção secundária e terciária, por meio do uso estratégico da rede hospitalar credenciada. A incorporação do atendimento ao TEA ao escopo do programa também possibilita o desenvolvimento de linhas de cuidado específicas e metas de desempenho mensuráveis, fundamentais para a efetividade da política pública.

Por fim, a presente emenda reforça o compromisso da administração pública com a saúde integral das pessoas com deficiência, em especial daquelas que se encontram no espectro autista,

\*CD250667508500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250667508500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



contribuindo para uma política de saúde mais inclusiva, eficaz e tecnicamente orientada.

Assim, por razões de justiça social, necessidade clínica, viabilidade operacional e correção estratégica do texto da medida provisória, solicitamos o apoio à aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marangoni**  
**(UNIÃO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250667508500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



**MPV 1301**  
**00032**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 47-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, na forma proposta pelo art. 16 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 47-A.** .....

.....  
**§ 4º** Também serão disponibilizados no sistema de consulta pública de fácil acesso todas as novas habilitações, o número de pacientes atendidos, o tipo de tratamento, data e hora, excluindo-se nomes e número de Cadastro de Pessoa Física.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa inserir o § 4º no dispositivo legal, determinando que informações relevantes relativas às novas habilitações, número de pacientes atendidos, tipo de tratamento, data e hora sejam disponibilizadas em sistema de consulta pública, de fácil acesso, resguardando-se, evidentemente, os dados pessoais dos cidadãos. A proposta encontra amparo direto no **princípio constitucional da publicidade e da transparência administrativa**, previsto no **caput do art. 37 da Constituição Federal**, que rege a atuação de toda a Administração Pública direta e indireta.

A transparência é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois permite o **controle social das políticas públicas**, o exercício da cidadania informada e a fiscalização da eficiência e regularidade da atuação estatal. Ao disponibilizar dados objetivos e impessoais — como número de pacientes, tipos

ExEdit  
\*CD259337708200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259337708200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



de tratamentos, datas e horários de atendimento — o Poder Público fortalece os mecanismos de prestação de contas (**accountability**) e combate eventuais desvios de finalidade, favorecimentos ou omissões.

A redação da emenda também observa os princípios da **eficiência, moralidade e legalidade**, todos consagrados no art. 37 da Constituição. A ampla divulgação de informações operacionais do serviço público de saúde contribui para o aprimoramento da gestão, otimização dos recursos e planejamento das ações administrativas, além de ampliar a confiança da população no sistema público.

Importa destacar que a emenda **não afronta a legislação de proteção de dados pessoais**, pois assegura expressamente o anonimato dos pacientes, vedando a divulgação de nomes e números de CPF, em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)**. Assim, concilia-se o direito à informação coletiva com a tutela da privacidade individual.

Por fim, a disponibilização em **plataforma de fácil acesso** garante a efetividade do princípio da **acessibilidade** e da **universalidade do controle social**, conforme preconizado pela **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)**. Trata-se, portanto, de medida que fortalece o interesse público, promove a boa governança e amplia a legitimidade das políticas públicas de saúde.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259337708200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**MPV 1301**  
**00033**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao inciso I do § 1º do art. 2º-A da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, na forma proposta pelo art. 19 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 2º-A. ....

§ 1º .....

I – Também serão contemplados pela política pública os fisioterapeutas que comprovarem especialização na fisioterapia cardiopulmonar, respiratória ou terapia intensiva, voltada ao tratamento de pacientes com Câncer em qualquer estágio, ainda que sejam para tratamento paliativo.

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo garantir que também sejam contemplados pela política pública os fisioterapeutas com especialização em fisioterapia cardiopulmonar voltada ao tratamento de pacientes com câncer, em qualquer estágio da doença, inclusive em cuidados paliativos. A proposição encontra respaldo em diversos princípios constitucionais fundamentais e em valores jurídicos consagrados na ordem normativa brasileira.

Em primeiro lugar, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/88), que exige do Estado a adoção de políticas públicas que assegurem não apenas

\*CD256513793600\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256513793600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi





a vida, mas a qualidade de vida das pessoas em todas as fases da existência, inclusive no curso de doenças graves, progressivas ou terminais. A inclusão de profissionais especializados em fisioterapia cardiopulmonar no atendimento oncológico, inclusive em contextos paliativos, atende diretamente a esse mandamento constitucional, garantindo atenção integral e humanizada à saúde.

Além disso, a medida realiza o direito fundamental à saúde, previsto no art. 6º e regulamentado pelo art. 196 da Constituição Federal, que define a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, devendo ser promovida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A emenda também concretiza o princípio da isonomia material (art. 5º, caput, da CF), ao reconhecer as especificidades de uma parcela de profissionais da saúde que atuam em áreas técnicas altamente especializadas, e cuja atuação pode representar significativa melhora no prognóstico, no conforto e na sobrevida dos pacientes oncológicos. Trata-se, portanto, de corrigir lacunas que poderiam levar à exclusão injustificada de profissionais com competência técnica comprovada, comprometendo a eficácia do atendimento integral e multidisciplinar.

Do ponto de vista do Direito Administrativo, a proposta observa os princípios da eficiência e da finalidade, ambos inscritos no caput do art. 37 da Constituição. A inserção de fisioterapeutas especializados em cardiopulmonar contribui para o aumento da qualidade dos cuidados clínicos, especialmente em casos que envolvem comprometimento respiratório e funcional decorrente da progressão do câncer ou dos efeitos colaterais do tratamento. Trata-se de decisão administrativa racional, baseada em critérios técnicos e na promoção do melhor interesse público.

Por fim, ao incluir expressamente o tratamento paliativo entre os contextos de aplicação da política, a emenda atende aos compromissos assumidos pelo Brasil em documentos internacionais de direitos humanos, como os Princípios das Nações Unidas para Cuidados Paliativos, que



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256513793600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD256513793600\*  
ExEdit



recomendam que o Estado adote medidas que assegurem alívio do sofrimento físico e psicológico, respeitando a autonomia e os valores dos pacientes.

Em síntese, a proposta amplia o alcance e a eficácia da política pública, promovendo equidade, integralidade do cuidado, valorização da expertise profissional e respeito à dignidade dos pacientes oncológicos em todas as fases da doença.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256513793600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD256513793600\*  
ExEdit



**MPV 1301**  
**00034**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se inciso I ao § 1º do art. 22-D da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na forma proposta pelo art. 20 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 22-D. ....**

**§ 1º .....**

**I** – Também serão contemplados pela política pública os fisioterapeutas que comprovarem especialização na fisioterapia cardiopulmonar, respiratória ou terapia intensiva, voltada ao tratamento de pacientes com Câncer em qualquer estágio, ainda que sejam para tratamento paliativo, devendo-se ser observado o normativo do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) relativo à quantidade de pacientes por profissional de saúde.

**.....” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo garantir que também sejam contemplados pela política pública os fisioterapeutas com especialização em fisioterapia cardiopulmonar voltada ao tratamento de pacientes com câncer, em qualquer estágio da doença, inclusive em cuidados paliativos. A proposição encontra respaldo em diversos princípios constitucionais fundamentais e em valores jurídicos consagrados na ordem normativa brasileira.

Em primeiro lugar, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III, da CF/88), que exige do Estado a adoção de políticas públicas que assegurem não apenas

ExEdit  
\*CD251990377100\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251990377100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



a vida, mas a qualidade de vida das pessoas em todas as fases da existência,

inclusive no curso de doenças graves, progressivas ou terminais. A inclusão de profissionais especializados em fisioterapia cardiopulmonar no atendimento oncológico, inclusive em contextos paliativos, atende diretamente a esse mandamento constitucional, garantindo atenção integral e humanizada à saúde.

Além disso, a medida realiza o direito fundamental à saúde, previsto no art. 6º e regulamentado pelo art. 196 da Constituição Federal, que define a saúde como “direito de todos e dever do Estado”, devendo ser promovida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A emenda também concretiza o princípio da isonomia material (art. 5º, caput, da CF), ao reconhecer as especificidades de uma parcela de profissionais da saúde que atuam em áreas técnicas altamente especializadas, e cuja atuação pode representar significativa melhora no prognóstico, no conforto e na sobrevivência dos pacientes oncológicos. Trata-se, portanto, de corrigir lacunas que poderiam levar à exclusão injustificada de profissionais com competência técnica comprovada, comprometendo a eficácia do atendimento integral e multidisciplinar.

Do ponto de vista do Direito Administrativo, a proposta observa os princípios da eficiência e da finalidade, ambos inscritos no caput do art. 37 da Constituição. A inserção de fisioterapeutas especializados em cardiopulmonar contribui para o aumento da qualidade dos cuidados clínicos, especialmente em casos que envolvem comprometimento respiratório e funcional decorrente da progressão do câncer ou dos efeitos colaterais do tratamento. Trata-se de decisão administrativa racional, baseada em critérios técnicos e na promoção do melhor interesse público.

Por fim, ao incluir expressamente o tratamento paliativo entre os contextos de aplicação da política, a emenda atende aos compromissos



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251990377100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi

\*CD251990377100\*  
ExEdit



assumidos pelo Brasil em documentos internacionais de direitos humanos, como os Princípios das Nações Unidas para Cuidados Paliativos, que

recomendam que o Estado adote medidas que assegurem alívio do sofrimento físico e psicológico, respeitando a autonomia e os valores dos pacientes.

Em síntese, a proposta amplia o alcance e a eficácia da política pública, promovendo equidade, integralidade do cuidado, valorização da expertise profissional e respeito à dignidade dos pacientes oncológicos em todas as fases da doença.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251990377100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD251990377100\*  
eXEdit



**MPV 1301  
00035**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 23-1 ao Capítulo IV da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 23-1.** Ficam transformados na forma do Anexo no âmbito do Poder Executivo federal 30 cargos vagos de nível superior em cargos de Fisioterapeuta Especializado em Unidade de Tratamento Intensivo – UTI, respiratória ou cardiopulmonar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa autorizar a transformação, no âmbito do Poder Executivo federal, de 30 cargos vagos de nível superior em cargos de Fisioterapeuta Especializado em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Respiratória, conforme previsto em anexo. Tal proposição encontra respaldo nos princípios constitucionais da administração pública, nos fundamentos do Estado Democrático de Direito e na necessidade concreta de adequação da estrutura estatal às demandas da saúde pública contemporânea.

Em primeiro plano, a medida atende ao princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), ao permitir que cargos públicos ociosos sejam reaproveitados em áreas de alta demanda assistencial e de extrema complexidade clínica, como as UTIs respiratórias. A transformação proposta não implica aumento de despesa, mas sim racionalização da força de trabalho



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252952038400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



existente, corrigindo distorções na alocação de pessoal e promovendo maior efetividade na prestação do serviço público de saúde.

Do ponto de vista da legalidade administrativa, a transformação de cargos vagos é perfeitamente admissível desde que respeite os limites orçamentários, a natureza de nível equivalente e a iniciativa do Poder competente, conforme já pacificado pela doutrina e pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta respeita esses parâmetros, convertendo cargos existentes, já autorizados por lei, para uma especialidade funcional estratégica, com forte impacto na recuperação de pacientes em estado crítico.

A emenda também se fundamenta no direito fundamental à saúde (art. 6º e art. 196 da Constituição), assegurando ao cidadão um atendimento qualificado e multiprofissional em unidades de alta complexidade, especialmente nos casos de insuficiência respiratória, quadro clínico cada vez mais prevalente em decorrência de doenças infecciosas, degenerativas, oncológicas e síndromes pós-Covid. A atuação do fisioterapeuta respiratório é reconhecida como essencial no suporte ventilatório, na prevenção de complicações pulmonares e na reabilitação precoce, o que reduz a mortalidade e o tempo de internação.

A proposta ainda observa o princípio da supremacia do interesse público, pois fortalece a capacidade do Estado de responder a situações

de emergência sanitária, catástrofes respiratórias e à crescente demanda por profissionais com qualificação técnica específica em ambientes de UTI. A existência de cargos legalmente instituídos, porém não especializados,

representa um gargalo na execução das políticas públicas de saúde, razão pela qual sua transformação atende ao princípio da adequação dos meios aos fins, indispensável à boa governança.

Por fim, a medida contribui para a efetivação dos direitos sociais, assegurando a presença de profissionais devidamente capacitados nas equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), o que está em consonância

\*CD252952038400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252952038400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



com os objetivos fundamentais da República, previstos no art. 3º da Constituição, como a erradicação da desigualdade social e a promoção do bem de todos.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252952038400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\* CD 252952038400 \*  
ExEdit





**MPV 1301  
00036**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 10-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 10-1. O Grupo Hospitalar Conceição S.A. – GHC deverá adotar e divulgar, anualmente, indicadores de desempenho institucional, operacional e financeiro, com metas definidas previamente, visando à eficiência, à qualidade dos serviços prestados e à boa gestão dos recursos públicos.**

**§ 1º Os indicadores de desempenho referidos no caput incluirão, no mínimo:**

**I – Custo médio por procedimento realizado, por tipo de atendimento (ambulatorial, hospitalar, urgência e emergência);**

**II – taxa de ocupação de leitos hospitalares, por especialidade;**

**III – tempo médio de espera para atendimento ambulatorial e hospitalar;**

**IV – índice de reinternação hospitalar em até 30 dias;**

**V – satisfação dos pacientes e familiares, medida por pesquisa padronizada;**

**VI – Percentual de execução orçamentária das receitas e despesas previstas no plano de trabalho anual;**

**VII – produtividade médica e assistencial, aferida por número de atendimentos por profissional;**

**VIII – taxa de absenteísmo de profissionais de saúde;**

**IX – tempo médio de liberação de recursos e empenhos para compras e contratos;**

**X – Índice de auditorias com ressalvas emitidas por órgãos de controle.**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253839574900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem

\*CD253839574900\*  
ExEdit

§ 2º As metas associadas aos indicadores deverão ser estabelecidas anualmente pelo Conselho de Administração do GHC, com base em padrões nacionais de desempenho hospitalar e parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde, e divulgadas até o final do primeiro trimestre de cada exercício.

§ 3º O desempenho do GHC será avaliado anualmente por meio de relatório técnico contendo os resultados apurados, a análise de cumprimento das metas e eventuais recomendações de correção, a ser encaminhado até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício ao Ministério da Saúde, à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

§ 4º O relatório mencionado no § 3º será publicado integralmente no portal eletrônico do GHC, em seção de transparência ativa, com acesso público irrestrito.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda qualifica o controle sobre o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), ao tornar obrigatória a **adoção de indicadores objetivos e mensuráveis**, com **metas anuais claras** e **avaliação pública de resultados**, reforçando a transparência e a eficiência. A inclusão de indicadores mínimos padronizados evita que os critérios de desempenho sejam vagos, subjetivos ou manipuláveis, garantindo **controle real da gestão da empresa pública** e alinhamento com **boas práticas internacionais** de avaliação hospitalar. A previsão de metas anuais obriga a instituição a planejar sua atuação com **foco em resultados e uso racional de recursos**.

A medida se alinha à defesa da **eficiência do gasto público**, à **valorização da transparência ativa** e à **redução do risco da "caneta pública" sem prestação de contas efetiva**. Trata-se de proposta viável, pois não cria despesas adicionais e amplia o controle da sociedade e dos órgãos de fiscalização

\*CD253839574900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253839574900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



sobre a execução da política pública, mitigando riscos de má gestão, captura institucional e ineficiência no uso de recursos públicos.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253839574900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



\* CD 253839574900 \*  
ExEdit



**MPV 1301  
00037**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao art. 13 da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 13.** Na contratação do Grupo Hospitalar Conceição S.A. pelos órgãos e pelas entidades da administração pública para realização de atividades relacionadas ao seu objeto social, a licitação será dispensável, **desde que o custo desta contratação seja equiparável aos valores de referência praticados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para os mesmos serviços ou produtos.**

**Parágrafo único.** A comprovação da equiparação dos custos deverá constar no processo administrativo da contratação, acompanhada de justificativa técnica fundamentada e disponível em plataforma pública de acesso à informação.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A redação original do art. 13 da MPV prevê a dispensa ampla de licitação para contratações do GHC, o que pode comprometer os princípios constitucionais da **eficiência, economicidade e impessoalidade** na administração pública. A emenda propõe que tal dispensa **somente ocorra se os preços praticados forem equiparáveis aos valores de referência do SUS**, ou seja, que os custos não ultrapassem os praticados em contratações regulares por meio de licitação. Essa exigência **evita sobrepreço, favorecimentos indevidos e distorções no mercado de saúde**, garantindo que a dispensa de licitação — mecanismo excepcional pela Constituição Federal — não seja utilizada como forma de burlar a competição e onerar o erário. Além disso, o parágrafo único traz uma exigência de transparência ativa, ao determinar que a comprovação da

\*CD254742951000\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254742951000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



compatibilidade de preços seja documentada e publicizada, permitindo controle social e fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254742951000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301  
00038**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 2º; e acrescente-se § 4º ao art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º .....**

**.....**

**§ 3º A quantidade de atendimentos autorizados pelo Ministério da Saúde observará o limite de que trata o art. 4º, § 2º, e aos seguintes critérios técnicos e de necessidade da população, por estado da federação:**

**I – a demanda reprimida por atendimentos e procedimentos eletivos no SUS;**

**II – a proporção da população sem acesso regular a serviços de saúde especializados;**

**III – a capacidade instalada de atendimento;**

**IV – indicadores de desempenho dos prestadores;**

**V – dados epidemiológicos e de mortalidade evitável, conforme o Sistema de Informações de Saúde do Ministério da Saúde.**

**§ 4º Observado o disposto no § 3º, é vedada a concentração ou priorização de recursos e de ações do Programa Agora Tem Especialistas baseada em critérios políticos, eleitorais ou outros que não estejam expressamente previstos no regulamento.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda visa **blindar o programa contra manipulações político-eleitorais**, garantindo que os recursos públicos voltados à saúde da população sejam **distribuídos com base em necessidades reais e parâmetros técnicos**,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254959877100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



e não segundo conveniências regionais ou afinidades partidárias do governo federal. A previsão de critérios objetivos, publicados previamente, e de transparência ativa na execução mitiga o risco de uso da futura lei como ferramenta de favorecimento político. Evita-se, por exemplo, que o governo concentre recursos em estados onde tem maior apoio eleitoral, em detrimento de regiões com maior carência assistencial. Esse tipo de distorção, que precisamos combater, contraria os princípios do **federalismo**, da **isonomia entre entes federados** e da **eficiência na alocação de recursos públicos**. Além disso, a emenda contribui para a **otimização do impacto social do programa**, assegurando que os créditos gerem maior retorno assistencial e alinhada às necessidades da população. Por fim, esta proposta é politicamente viável, pois apenas reforça critérios técnicos já compatíveis com o discurso de equidade do próprio Ministério da Saúde e não cria novas despesas.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254959877100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301  
00039**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 2º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 2º-1. A habilitação de clínicas e hospitais privados ou filantrópicos no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas deverá ser precedida de chamamento público nacional promovido pelo Ministério da Saúde, com periodicidade mínima semestral e ampla divulgação.**

**§ 1º O chamamento público de que trata o caput observará os princípios da isonomia, publicidade, transparência, economicidade e impessoalidade, e conterà, no mínimo:**

**I – critérios objetivos de seleção, incluindo certificações de qualidade, capacidade instalada, qualificação da equipe médica e histórico de atendimento ao SUS, quando aplicável;**

**II – comprovação da capacidade operacional para execução dos serviços ofertados;**

**III – definição dos serviços e especialidades a serem contratados, com estimativas de demanda por região e metas mínimas de atendimento;**

**IV – possibilidade de apresentação de propostas técnicas e comerciais por parte dos interessados, com possibilidade de valoração competitiva dos serviços.**

**§ 2º É vedada a habilitação de prestadores de forma direta ou discricionária, sem o devido chamamento público, ressalvadas as situações emergenciais reconhecidas por ato formal do Ministério da Saúde, com publicação imediata da justificativa técnica.”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257219962700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem





## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca **reforçar a concorrência, a transparência e a economicidade** na habilitação de prestadores para o Programa “Agora Tem Especialistas”, estabelecendo que o processo de credenciamento seja feito por **chamamento público nacional e periódico**, com critérios objetivos. Embora a Medida Provisória já mencione que clínicas e hospitais privados ou filantrópicos poderão ser habilitados, **não estabelece como essa seleção ocorrerá. Isso abre margem para convênios seletivos, pouco transparentes e potencialmente direcionados**, assim como ao “poder da caneta” ministerial, enfraquecendo a livre concorrência e aumentando os riscos de captura do programa. **A proposta assegura que todos os operadores qualificados possam concorrer em igualdade de condições**, o que fortalece a **livre iniciativa**, estimula a eficiência e impede o uso ineficiente ou distorcido dos créditos tributários concedidos. Ao incluir a possibilidade de **propostas técnicas e comerciais**, a medida também abre espaço para mecanismos de competição por melhor qualidade e menor custo — o que tende a aumentar a oferta e reduzir os preços dos serviços especializados ao SUS. Trata-se, portanto, de instrumento essencial para garantir que o programa seja **eficaz, sustentável e justo**, respeitando os princípios da boa administração pública e os valores da responsabilidade fiscal e da concorrência de mercado.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257219962700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301**  
**00040**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 2º do art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 4º .....

.....

§ 2º Os créditos financeiros de que trata esta Medida Provisória serão limitados anualmente ao valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), **nos termos da estimativa de renúncia fiscal definida na Lei Orçamentária Anual (LOA).**

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A MPV estabeleceu inicialmente um limite global de R\$ 2 bilhões em créditos tributários por exercício. Esta emenda propõe vincular expressamente esse montante à Lei Orçamentária Anual (LOA). **Busca-se assegurar que a renúncia de receita gerada pelo Programa “Agora Tem Especialistas” seja transparente e sujeita ao controle legislativo**, impedindo expansão discricionária dos benefícios fiscais sem previsão orçamentária clara. Com isso, o programa poderá crescer nos limites aprovados pelos parlamentares, alinhando-se aos princípios de responsabilidade fiscal e economicidade. Essa disciplina **reforça o caráter democrático do processo orçamentário**, exigindo que o Executivo justifique e fundamente toda proposta de ampliação de créditos, o que **evita “gastos ocultos” e possíveis manobras** que oneriem o Tesouro

ExEdit  
\*CD259303905200\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259303905200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



sem transparência. Além disso, estabelece um teto estável, conferindo maior previsibilidade aos prestadores e à própria administração pública.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259303905200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



\*CD259303905200\*  
LexEdit



**MPV 1301  
00041**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 16-A da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, na forma proposta pelo art. 21 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 16-A. O descumprimento do contrato de gestão, inclusive em relação ao não atingimento de metas e prazos, sujeitará os dirigentes da AGSUS à processo administrativo disciplinar para a devida apuração de responsabilidades e, conforme o caso, às sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e às penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo da responsabilização cível, criminal ou por improbidade administrativa.**

**§ 1º Em caso de não atingimento de metas e prazos pactuados no contrato de gestão, a direção da AGSUS deverá apresentar publicamente justificativa detalhada sobre as causas do descumprimento, em até 30 dias, devidamente fundamentada em documentos e indicadores oficiais.**

**§ 2º O processo administrativo de que trata o caput, após sua conclusão, deverá estar disponível para consulta pública na internet por qualquer interessado e, em até 30 dias, ser submetido aos órgãos de controle interno e externo.” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo tornar mais claro, direto e juridicamente seguro o processo de **responsabilização dos dirigentes da AGSUS no caso de descumprimento injustificado do contrato de gestão** firmado com o Ministério da Saúde. Embora a Lei nº 13.958/2019 já preveja, em termos genéricos, a possibilidade de dispensa do Diretor-Presidente da AGSUS por



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251736089000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



\*CD251736089000\*  
ExEdit



descumprimento do contrato, ela não explicita os mecanismos, prazos, nem as formas de responsabilização aplicáveis em caso de ineficiência, omissão ou falha grave no cumprimento das metas e prazos pactuados.

A redação proposta assegura que, **diante de metas não cumpridas, a AGSUS tenha a obrigação de apresentar uma justificativa pública, detalhada e fundamentada**, com base em dados objetivos, no prazo de 30 dias. Mais do que isso, garante que o não cumprimento injustificado enseje a abertura de processo administrativo disciplinar, submetido aos trâmites legais, com possibilidade de aplicação das sanções já previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos (Lei nº 8.112/1990), além da responsabilização cível, criminal ou por improbidade administrativa, quando for o caso de ter sido verificado alguma irregularidade. A emenda também reforça os princípios da transparência e do controle da sociedade ao prever a publicação do resultado desses processos na internet, permitindo a qualquer cidadão o acompanhamento das ações corretivas adotadas. Ademais, a exigência de envio do processo aos órgãos de controle interno e externo em até 30 dias garante que o Estado atue com rigor e seriedade no uso dos recursos públicos.

Dessa forma, **a proposta fortalece a responsabilização institucional e individual no âmbito da AGSUS, desincentiva o descumprimento contratual e protege o interesse público**. Alinha-se, portanto, aos princípios constitucionais da **eficiência** e da **moralidade** administrativa, além de atender aos valores como transparência, meritocracia, prestação de contas e boa governança pública. Trata-se de uma medida necessária para **assegurar que o modelo de gestão por resultados adotado na AGSUS seja de fato levado a sério**, com metas cumpridas e gestores comprometidos com entregas concretas à população.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251736089000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301  
00042**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se todo o Capítulo IV da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca a **supressão integral do Capítulo IV da MPV 1.301/2025**, que dispõe sobre a **transformação de cargos efetivos vagos**, pois tal matéria é manifestamente **estranha ao objeto principal da medida provisória**, que é instituir o Programa “Agora Tem Especialistas” e reestruturar o Grupo Hospitalar Conceição. A Constituição Federal, vale lembrar, estabelece que a tramitação de uma MP depende de “unidade de tema”, vedando a inclusão de dispositivos não conexos ao conteúdo originalmente proposto. **Ao inserir regras genéricas de reorganização de cargos vagos — sem qualquer relação com a política de ampliação de acesso à saúde especializada —, o governo incorreu em violação direta.** Adicionalmente, o Decreto nº 12.002/2024 (art. 7º, I) determina que atos normativos do Poder Executivo — inclusive MPs — observem compatibilidade temática. A inclusão do Capítulo IV revela descumprimento desse requisito, já que não existe justificativa técnica que vincule a transformação genérica de cargos vagos ao escopo do programa de saúde. Trata-se de evidente “jabuti”, feito pelo Governo Lula, contrariando o Decreto que ele mesmo editou. Da mesma forma, a Lei Complementar nº 95/1998 (art. 7º, II) impõe



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252566556100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



que proposições legislativas sigam estrutura lógica e mantenham pertinência entre seus dispositivos.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252566556100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



\*CD252566556100\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00043**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se o § 4º do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como proposto pelo art. 16 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A **supressão do § 4º do art. 15 da MPV 1.301/2025 se justifica pela completa sobreposição e duplicidade** em relação aos mecanismos já existentes no SUS para enfrentar situações de urgência em saúde pública, como protocolos de regulação de alta complexidade, planos de contingência estaduais e municipais e portarias específicas de vigilância epidemiológica. **Ao introduzir um dispositivo genérico e subjetivo, sem critérios objetivos para caracterizar a urgência**, a MP cria insegurança jurídica sobre qual norma prevalece e **abre brecha para que o reconhecimento de “urgência” seja motivado por interesses políticos ou eleitorais**, sobretudo em ano de campanha, em vez de atender a necessidades sanitárias efetivamente comprovadas. **Essa discricionariedade e subjetividade podem levar à utilização do Grupo Hospitalar Conceição ou de outros prestadores com fins de marketing ou favorecimento eleitoral a determinadas regiões**, desviando recursos do SUS sem controle adequado.

Além disso, permitir a contratação emergencial com base em ato discricionário do Ministério da Saúde, sem análise prévia de impacto orçamentário ou de custo-benefício, contraria princípios de responsabilidade fiscal e eficiência na alocação de recursos públicos. A renúncia de receita ou o gasto extraordinário decorrente de contratações emergenciais demandam previsão clara no orçamento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252662829900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem





e supervisão legislativa, o que não ocorre quando o Executivo adota normas que se sobrepõem às regras já consolidadas.

Por fim, a eliminação desse parágrafo alinha a MP aos valores de um Estado eficiente, enxuto e transparente, e com segurança jurídica, que atua apenas nos limites necessários, sem subjetividade e sem usar o dinheiro do pagador de impostos para benefícios eleitorais, ainda mais usando o argumento da urgência em saúde - que todos concordamos - para gerar subjetividade e interesse político próprio. Ao suprimir o dispositivo, garante-se que eventuais ações em situações de crise continuem a ser conduzidas pelos instrumentos já regulamentados e submetidos a critérios objetivos, prestação de contas e controle social, **em vez de criar nova via para contratações emergenciais subjetivas, sem supervisão clara e através de uma empresa pública que poderá ser contratada sem licitação.** Dessa forma, preserva-se o foco e a eficácia do texto, evitando manobras que comprometam a qualidade e a equidade na prestação de serviços de saúde.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252662829900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301  
00044**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 10-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 10-1. Aplica-se o disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, à nomeação para cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Grupo Hospitalar Conceição S.A. (GHC).”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) estabelece **critérios objetivos de qualificação, experiência profissional e vedações** para a nomeação de dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista, com o objetivo de **blindar essas instituições contra interferências político-partidárias e nomeações inadequadas**. O Grupo Hospitalar Conceição, embora atue na área da saúde pública, é uma empresa pública federa, e portanto deve ser submetido ao mesmo rigor de governança e conformidade previsto na Lei das Estatais. Essa emenda **deixa claro a aplicação da Lei das Estatais** e reforça o princípio da profissionalização da gestão pública, assegura mérito e capacitação técnica na

\* CD 252677377300 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252677377300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



escolha de seus administradores e contribui para a prevenção de aparelhamento político.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252677377300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



\* CD 252677377300 \*  
ExEdit



**MPV 1301  
00045**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 6º-1.** O valor total dos créditos tributários efetivamente utilizados no âmbito do Programa “Agora Tem Especialistas” será publicado mensalmente em plataforma digital de acesso público mantida pelo Ministério da Saúde, com, no mínimo, as seguintes informações:

**I** – nome e CNPJ dos estabelecimentos habilitados;

**II** – valor dos créditos tributários utilizados por estabelecimento, mês a mês;

**III** – especialidades médicas atendidas e quantitativo de atendimentos realizados por estabelecimento;

**IV** – localização do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os dados deverão ser mantidos atualizados em formato aberto na internet.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa assegurar a **transparência na utilização dos créditos tributários concedidos no âmbito do Programa “Agora Tem Especialistas”**. Ao exigir a publicação dos valores efetivamente usufruídos por cada estabelecimento habilitado, com detalhamento por especialidade médica, volume de atendimentos e localização, a medida previne abusos, favorecimentos indevidos e ineficiências no uso de recursos públicos indiretos. Sob a ótica liberal,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252683023300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



a concessão de benefícios fiscais deve sempre ser acompanhada de **mecanismos robustos de controle e publicidade**, pois implicam renúncia de receita que afeta o equilíbrio das contas públicas. A **transparência ativa**, por meio da publicação em dados abertos, fortalece o controle pela sociedade, possibilita auditorias independentes e dá ferramentas à sociedade civil e ao Parlamento para fiscalizarem a efetividade da política pública. Além disso, a medida promove **isonomia concorrencial** ao impedir que créditos sejam utilizados de forma opaca por determinados agentes em detrimento de outros, estimulando um ambiente de negócios mais justo e previsível.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252683023300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



\*CD252683023300\*  
ExEdit



**MPV 1301**  
**00046**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 6º-1.** A habilitação de estabelecimentos no Programa Agora Tem Especialistas estará condicionada à fixação de metas quantitativas e qualitativas de desempenho previamente definidas pelo Ministério da Saúde, na forma da regulamentação, observados os seguintes critérios mínimos:

**I** – número de atendimentos especializados a serem realizados em cada especialidade contemplada;

**II** – tempo médio de espera estimado para o início do atendimento após o agendamento;

**III** – índice de satisfação do usuário, aferido por pesquisa pública de opinião, com metodologia previamente divulgada;

**IV** – proporção de comparecimento efetivo em relação às vagas ofertadas.

**§ 1º** O não cumprimento das metas estabelecidas implicará na suspensão da concessão de novos créditos tributários ao estabelecimento até a regularização da situação ou a apresentação de justificativa técnica aceita pelo Ministério da Saúde.

**§ 2º** O Ministério da Saúde publicará, semestralmente, relatório consolidado com a comparação entre metas fixadas e resultados efetivamente alcançados, em formato acessível e com dados abertos, sobre todos os valores de que tratam os incisos I a IV deste artigo, discriminados por estabelecimento.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255206798000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca garantir que o Programa Agora Tem Especialistas produza resultados concretos e mensuráveis na melhoria do acesso à saúde especializada no Sistema Único de Saúde (SUS), evitando o uso ineficiente de créditos tributários. Ao vincular os incentivos fiscais ao cumprimento de **metas objetivas de desempenho e qualidade do atendimento**, a proposta assegura que os recursos públicos não sejam empregados sem contrapartidas verificáveis, promovendo a **eficiência na alocação dos gastos e responsabilidade fiscal**, princípios basilares da atuação do Estado sob a ótica liberal. Além disso, a divulgação periódica dos resultados com base nessas metas reforça a **transparência** da política pública, permitindo ao controle social, ao Parlamento e aos órgãos de fiscalização aferir a real efetividade do programa. Por fim, a divulgação das metas e seus resultados promove a **meritocracia entre os prestadores de serviços de saúde**, criando incentivos positivos para que clínicas e hospitais aprimorem seus serviços, em benefício direto da população.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255206798000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301  
00047**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

**§ 1º** Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas pelo **Poder Executivo, em regulamento, mediante prévia análise de impacto regulatório e consulta pública, que disporá** inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca aprimorar a redação da Medida Provisória, **ao condicionar a futura regulamentação dos atendimentos médico-hospitalares à realização prévia de consulta pública e de análise de impacto regulatório (AIR)**. A medida visa garantir **maior transparência, eficiência e fundamentação técnica** nas decisões administrativas que envolvem a definição de especialidades, procedimentos operacionais e valores atribuídos aos atendimentos. A exigência de AIR e consulta pública fortalece a governança, assegura a participação da sociedade civil e contribui para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, com foco na **racionalidade** do gasto público e na **qualidade** dos serviços prestados. Além disso, promove maior **previsibilidade regulatória**, evita decisões arbitrárias e assegura que as normas infralegais estejam alinhadas ao interesse público.

\*CD258114205700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258114205700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem





Ademais, a emenda **altera a autoridade competente para a regulamentação da matéria**, que passa a ser feita por **regulamento do Poder Executivo**, em vez de por ato próprio do Ministro de Estado da Saúde. Essa modificação confere maior segurança jurídica e hierarquia normativa. Importante destacar que as definições normativas tratadas no § 1º do art. 2º extrapolam o domínio da área saúde e envolvem aspectos de gestão, orçamento, regulação econômica e articulação, os quais demandam a participação de outras pastas ministeriais. Por essa razão, a delegação da regulamentação ao Poder Executivo como um todo, por meio de decreto, mostra-se mais adequada e coerente, permitindo uma abordagem interministerial, coordenada e mais alinhada ao interesse público.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258114205700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcel van Hattem



**MPV 1301  
00048**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 21-1 ao Capítulo III da Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 21-1.** A Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

**I – § 4º** Os exames de mamografia deverão ser oferecidos gratuitamente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade, independentemente da existência de sintomas ou histórico familiar de câncer de mama.’ (NR)”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, estabelece que o SUS assegure a realização de exames para a detecção precoce do câncer de mama, priorizando mulheres a partir dos 50 anos de idade. No entanto, diversos estudos e diretrizes médicas indicam que o rastreamento com mamografia a partir dos 40 anos pode aumentar significativamente a taxa de detecção precoce da doença, melhorando as chances de tratamento e reduzindo a mortalidade.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de mama é o tipo mais incidente entre as mulheres no Brasil, com altas taxas de detecção



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254993947400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta



em estágios avançados, especialmente na rede pública. A antecipação do rastreamento para os 40 anos segue diretrizes já adotadas por sociedades médicas, como a Sociedade Brasileira de Mastologia e o Colégio Brasileiro de Radiologia.

Além disso, a medida busca garantir o direito fundamental à saúde (art. 6º da Constituição Federal) e promover políticas públicas de prevenção e diagnóstico precoce, reduzindo os custos futuros com tratamentos oncológicos em estágios avançados e, sobretudo, salvando vidas.

À vista do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposta.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputada Julia Zanatta**  
**(PL - SC)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254993947400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julia Zanatta



\* CD 254993947400 \*  
ExEdit



**MPV 1301**  
**00049**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do inciso III do *caput* do art. 6º da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, como proposto pelo art. 21 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 6º .....

.....

III – na valorização da presença dos médicos e na promoção da telessaúde para a ampliação do acesso e a celeridade dos atendimentos nas atenções primária e especializada à saúde no SUS;

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A telessaúde representa uma ferramenta estratégica e inovadora para superar os desafios de acesso e agilidade no atendimento à saúde, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. A sua inclusão no Programa Agora Tem Especialistas é um passo fundamental para modernizar e democratizar o acesso à saúde no país.

Permite a realização de consultas, procedimentos e exames de forma remota, superando barreiras geográficas e logísticas que hoje resultam em longas filas e esperas. O Presidente Lula, ao lançar o Programa Agora Tem Especialistas, expressou a urgência de garantir a "segunda consulta" e o encaminhamento rápido para especialistas e exames, ressaltando que a espera pode ser de "dez meses ou mais de um ano". Soluções de telessaúde têm o potencial de mitigar drasticamente

\*CD250934410700\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250934410700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor



esses prazos, oferecendo atendimento especializado com agilidade e celeridade, um "verdadeiro sonho" para a população.

A utilização de soluções digitais é o futuro da saúde, promovendo a modernização do sistema e a otimização de recursos. Projetos pioneiros no campo da telessaúde, como a Estação SESI Saúde Conectada, desenvolvida pelo Serviço Social da Indústria (SESI), já demonstram a viabilidade e eficácia desse modelo. Essa iniciativa inovadora busca ampliar o acesso a serviços especializados de saúde por meio da tecnologia, levando atendimento de qualidade a diferentes localidades, incluindo aquelas sem presença física de unidades de saúde. A telessaúde é um avanço estratégico na forma como cuidamos da saúde, integrando tecnologia e inclusão para levar atendimento de qualidade a quem produz e movimenta a economia, e com potencial de expansão para toda a população.

A capilaridade das soluções de telessaúde permite alcançar áreas remotas e de difícil acesso, onde a presença física de profissionais de saúde especializados é escassa. O SESI, por exemplo, com sua vasta rede de aproximadamente 526 unidades operacionais em todos os estados do Brasil, possui um histórico de atuação em diferentes localidades. Soluções de telessaúde, como a Estação SESI Saúde Conectada, têm sido desenvolvidas para expandir o acesso mesmo em regiões onde não há presença física, promovendo inclusão e conectividade no cuidado com a população. Essa capacidade de levar atendimento especializado para o interior do país e para áreas de alta vulnerabilidade é fundamental para democratizar o acesso à saúde.

Além disso, entidades como o SESI têm investido significativamente em telessaúde, desenvolvendo e testando modelos de linhas de cuidado para atendimento de trabalhadores da indústria em atenção primária e gestão de condições crônicas de saúde.

Os 12 projetos piloto da Estação SESI Saúde Conectada encontram-se em operação em cinco estados (Bahia, Ceará, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul), atendendo a cerca de 1 mil trabalhadores. O reconhecimento do potencial dessas soluções é evidente, como na visita do Presidente Lula e do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, à Estação SESI Saúde Conectada, que destacou a capacidade da telessaúde em oferecer serviços especializados



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250934410700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor



e preventivos, incluindo exames inovadores como o de fundo de olho para identificação precoce de problemas causados pela diabetes. Essas experiências demonstram um *know-how* técnico e operacional que pode servir de base e inspiração para a ampliação da telessaúde no SUS.

Por sua vez, a telessaúde pode otimizar a alocação de profissionais e reduzir custos diretos e indiretos associados a logística de atendimento. Ademais, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ressaltou que "cerca de 370 mil mortes por ano ocorrem na saúde pública e privada por conta de atrasos no diagnóstico". A agilidade proporcionada pela telessaúde no acesso a especialistas e na obtenção de diagnósticos precoces é um fator crítico para a sobrevivência dos pacientes e a eficiência do sistema de saúde.

Por fim, a inclusão da telessaúde no texto legal reforça a possibilidade de parcerias com entidades que já possuem expertise e infraestrutura nessa área. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Departamento Nacional do SESI, o Conselho Nacional do SESI e o Ministério da Saúde é um exemplo concreto de como a colaboração entre o governo e serviços sociais autônomos pode gerar soluções inovadoras e eficazes para a saúde pública.

Sala da comissão, 5 de junho de 2025.

**Deputado Zé Vitor**  
**(PL - MG)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250934410700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Zé Vitor



**MPV 1301  
00050**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 1º do art. 2º; e acrescente-se § 4º ao art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º .....**

**§ 1º** Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares, devendo ser obedecida, em qualquer hipótese, a fila única de espera para a realização de consultas, exames e demais procedimentos, que deverá ser pública, respeitados os limites da Lei nº 13.709/2018.

**§ 4º** Será computado como atendimento, para fins de remuneração ou utilização do crédito financeiro de que trata o art. 4º, apenas os serviços efetivamente prestados, devendo o órgão gestor do Programa estabelecer mecanismo para comprovação dos atendimentos efetivamente realizados pelos estabelecimentos credenciados.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda pretende dar mais clareza e melhorar a governança do Programa. Primeiramente, impõe-se a necessidade de respeito à fila única do SUS, de acesso público, para fins de garantir a isonomia no acesso aos serviços, evitar discriminação ou privilégios no acesso ao Programa.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255714235100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni



Em segundo lugar, propõe-se que a remuneração seja considerada apenas para os atendimentos efetivamente realizados e mediante comprovação, a ser feita por meio elaborado pelo gestor do Programa. O objetivo é também combater fraudes e o lançamento de procedimentos fictícios com o objetivo de recebimento de valores do SUS sem a contrapartida da prestação dos serviços.

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.

**Deputada Caroline de Toni**  
(PL - SC)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255714235100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni



\*CD255714235100\*  
ExEdit





**MPV 1301  
00051**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 15-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 15-B.** Nos contratos coletivos de produtos de que trata o art. 1º desta Lei com menos de 1000(mil) vidas, o cálculo do percentual de reajuste das contra prestações pecuniárias pela variação de custos será feito mediante agrupamento de todos os contratos da operadora, sendo aplicado para todo o agrupamento um único percentual de reajuste, independentemente do número de beneficiários de cada contrato” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta tem por objetivo padronizar o reajuste dos contratos coletivos com menos de 1000 (mil) vidas, determinando que o cálculo da variação de custos seja feito com base no agrupamento de todos os contratos dessa categoria em cada operadora. Com isso, busca-se evitar distorções geradas por negociações isoladas e pouco transparentes, que frequentemente resultam em reajustes excessivos e imprevisíveis para pequenos grupos, muitas vezes compostos por consumidores com poder de barganha reduzido.

Ao estabelecer a aplicação de um único percentual de reajuste para o agrupamento, a proposta promove maior equidade e previsibilidade, aproximando os contratos coletivos de pequeno porte das regras dos planos individuais, que já contam com regulação mais rígida da ANS. Essa uniformização contribui para a sustentabilidade do sistema, aumenta a transparência nas relações contratuais e

\* CD 2 5 4 2 2 9 6 5 8 3 0 0 \*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254229658300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



oferece maior proteção aos beneficiários, sobretudo em um cenário de crescentes custos assistenciais e judicialização de reajustes abusivos.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254229658300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\* CD 254229658300 \*  
ExEdit



**MPV 1301**  
**00052**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 1º .....**

**.....”**

**§ 7º** As operadoras dos produtos de que trata este artigo podem oferecer aos consumidores descontos relacionados à adesão a mecanismos não financeiros de regulação, como o direcionamento para rede própria ou o primeiro atendimento por médico generalista, bem como à permanência em programas de promoção à saúde e de prevenção de riscos e de doenças, desde que a concessão dos descontos não esteja relacionada a prazos contratuais ou à idade do consumidor.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda visa esclarecer e incentivar o uso de mecanismos não financeiros de regulação por parte das operadoras, permitindo a concessão de descontos aos consumidores que optem por modelos assistenciais mais eficientes. Ao incluir exemplos como o direcionamento para rede própria e o primeiro atendimento por médico generalista, a proposta reforça alternativas que contribuem para o uso racional dos recursos e para a organização das linhas de cuidado.

A medida preserva a liberdade do consumidor, ao vedar que os descontos estejam atrelados à idade ou a prazos contratuais, e estimula práticas

ExEdit  
\*CD259829577400\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259829577400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



que promovem prevenção, coordenação do cuidado e melhor desempenho assistencial, sem comprometer o acesso nem a qualidade dos serviços prestados.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259829577400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD259829577400\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00053**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 31 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 31.** Ao beneficiário que contribuir para plano privado de assistência à saúde, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de cinco anos, e vier a se aposentar, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda garante ao trabalhador aposentado o direito de permanecer no plano de saúde coletivo empresarial, nas mesmas condições de cobertura de quando estava na ativa, desde que tenha contribuído por no mínimo cinco anos e assuma integralmente o custeio após a aposentadoria.

A medida reconhece o vínculo histórico entre o beneficiário e o plano, protege a continuidade do cuidado e evita a desassistência em uma fase da vida em que a atenção à saúde se torna ainda mais necessária. Trata-se de um direito justo e proporcional à contribuição do trabalhador ao longo dos anos.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.  
(PSB - MA)**

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254020052300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00054**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Na hipótese de a operadora de planos privados de assistência à saúde negar coberturas previstas nesta Lei, em seus regulamentos ou em contrato, ou no caso de indisponibilidade de prestador para atendimento dessas coberturas, respeitados os prazos regulamentares para o atendimento, a administradora de benefícios deverá promover o custeio direto e imediato da cobertura ao beneficiário, resguardado o direito à posterior cobrança junto às operadoras comprovadamente faltantes.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta busca assegurar que, em situações de negativa de cobertura ou de indisponibilidade de prestador, a administradora de benefícios atue de forma imediata para garantir o atendimento ao beneficiário, mediante custeio direto da cobertura contratada. Essa medida visa proteger o consumidor de interrupções ou atrasos indevidos no acesso aos serviços de saúde, especialmente quando já há previsão legal, contratual ou regulamentar para a cobertura solicitada. Ao prever essa atuação imediata, a proposta fortalece o direito à assistência contínua, evitando prejuízos à saúde e reduzindo a judicialização.

Além disso, a previsão de que a administradora poderá posteriormente cobrar da operadora os valores custeados de forma comprovada preserva o equilíbrio financeiro entre as partes, sem prejudicar o consumidor. Trata-se de uma solução que reforça a função da administradora como garantidora

\* CD 2 5 4 3 5 7 8 4 3 2 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254357843200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



do bom funcionamento da cadeia contratual, ao mesmo tempo em que confere maior efetividade aos direitos do beneficiário.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254357843200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00055****EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se inciso IV ao *caput* do art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 1º .....**

**.....**

**IV** – incorporar, no rol de especialidades prioritárias do Programa, o atendimento integral à pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio de:

**a)** ações voltadas ao diagnóstico precoce, com uso de instrumentos de triagem padronizados e validados, especialmente em unidades credenciadas para atenção pediátrica especializada;

**b)** oferta estruturada de consultas, exames e terapias multiprofissionais voltadas ao TEA, com ênfase na continuidade do cuidado e na articulação entre serviços clínicos, psicológicos, nutricionais e terapêuticos, conforme regulamentação;

**c)** estímulo à capacitação de profissionais e à adesão de estabelecimentos hospitalares aptos à atenção especializada em TEA, nos termos definidos em ato do Ministério da Saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo incluir, de forma expressa, o atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre os objetivos do Programa Agora Tem Especialistas, criado pela Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025. Trata-se de uma proposta que visa fortalecer a coerência técnica

ExEdit  
\*CD252117727900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252117727900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni





e a amplitude social da política, garantindo que grupos historicamente negligenciados no acesso à atenção especializada sejam também contemplados no novo marco de expansão assistencial proposto pelo governo federal.

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição complexa do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento de milhões de brasileiros. O diagnóstico precoce, o acesso multiprofissional contínuo e o acolhimento especializado são considerados determinantes fundamentais para o desenvolvimento das pessoas com TEA, impactando diretamente sua qualidade de vida e o bem-estar de suas famílias. No entanto, a realidade do país ainda revela profundas desigualdades regionais no acesso a profissionais capacitados e serviços terapêuticos adequados, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.

Ao estabelecer parcerias com a rede hospitalar privada e filantrópica para ampliar a oferta de consultas, exames e procedimentos especializados no SUS, o Programa Agora Tem Especialistas representa uma oportunidade concreta de avançar também na atenção especializada ao TEA, utilizando a infraestrutura credenciada para suprir uma demanda crescente e urgente, atualmente represada por limitações logísticas, orçamentárias e de recursos humanos.

A emenda proposta estrutura o inciso IV em três alíneas complementares, que expressam com precisão os pilares essenciais da atenção ao TEA dentro da lógica do Programa:



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252117727900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



\*CD252117727900\*  
ExEdit



a) a promoção do diagnóstico precoce com base em instrumentos validados e protocolos clínicos adequados à primeira infância;

b) a organização de uma rede de cuidado especializada, centrada na continuidade terapêutica e na articulação entre diferentes áreas da saúde, com foco multiprofissional;

c) o estímulo à adesão de estabelecimentos capacitados para atendimento em TEA e à qualificação técnica das equipes envolvidas.

Essas medidas estão em consonância com os princípios da integralidade, equidade e universalidade do Sistema Único de Saúde, reafirmando o dever do Estado de garantir atenção especializada para todas as condições que exigem acompanhamento contínuo e qualificado.

Além disso, a inclusão expressa do TEA no rol de prioridades do Programa Agora Tem Especialistas permite fomentar a regionalização da assistência em saúde mental infantojuvenil, expandir a cobertura de serviços especializados em áreas desassistidas, e ampliar a resolutividade da atenção secundária e terciária, por meio do uso estratégico da rede hospitalar credenciada. A incorporação do atendimento ao TEA ao escopo do programa também possibilita o desenvolvimento de linhas de cuidado específicas e metas de desempenho mensuráveis, fundamentais para a efetividade da política pública.

Por fim, a presente emenda reforça o compromisso da administração pública com a saúde integral das pessoas com deficiência, em especial daquelas que se encontram no espectro autista,

\*CD252117727900\*  
Edit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252117727900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



contribuindo para uma política de saúde mais inclusiva, eficaz e tecnicamente orientada.

Assim, por razões de justiça social, necessidade clínica, viabilidade operacional e correção estratégica do texto da medida provisória, solicitamos o apoio à aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 2 de junho de 2025.

**Deputado Marangoni**  
**(UNIÃO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252117727900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marangoni



\*CD252117727900\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00056**

CONGRESSO NACIONAL

Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 10 da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, na forma proposta pelo art. 21 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10. ....**

**VIII – 1 (um) representante da Federação Médica Brasileira.” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo incluir a Federação Médica Brasileira – FMB no Conselho Deliberativo da AGSUS.

A FMB possui em sua base atualmente 25 (vinte e cinco) sindicatos médicos, nas cinco regiões do país, sendo no momento a maior federação médica em atividade;

A AGSUS tem como uma de suas finalidades promover em âmbito nacional a execução de políticas de desenvolvimento da atenção à saúde indígena. Muitas das áreas indígenas estão na abrangência dos estados representados pela FMB, especialmente a região norte do país, onde os sindicatos médicos dos sete estados são filiados à Federação Médica Brasileira; Dos 34 (trinta e quatro) Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs) atualmente existentes no Brasil apenas 3 (três) não estão em áreas geográficas de jurisdição da FMB, sendo relevante a necessidade da participação dessa federação nas decisões tomadas na AGSUS para fins de formulação de saúde indígena e da atenção primária.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253182593700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



O regime jurídico de pessoal da AGSUS é o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com base em plano próprio de empregos e salários, de modo que é relevante a participação da Federação para garantir a representação dos empregados médicos e para a formulação de políticas de pessoal.

Parte significativa dos mais de 4 (quatro) mil médicos empregados ou bolsistas da AGSUS são das áreas de abrangência dos 25 (vinte e cinco) sindicatos médicos filiados à Federação Médica Brasileira.

No mais a alteração legislativa proposta visa corrigir uma lacuna de representação, tendo em vista que atualmente a Federação Nacional dos Médicos – FENAM é membro do Conselho Deliberativo da AGSUS, mas não detém legitimidade sobre a totalidade dos médicos nas bases sindicais.

Sala da comissão, 5 de junho de 2025.

**Deputada Dayany Bittencourt**  
**(UNIÃO - CE)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253182593700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dayany Bittencourt



**MPV 1301**  
**00057**



CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº        - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação à Medida Provisória nos termos dos itens 1 e 2 a seguir.

**Item 1** – Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

**§ 1º** Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas em ato conjunto do Ministro de Estado da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, no que couber, inclusive quanto à definição das especialidades médicas a serem preferencialmente ofertadas, aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

**Item 2** – Dê-se nova redação ao inciso I do § 1º do art. 22-D e ao § 3º do art. 22-D, ambos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na forma proposta pelo art. 20 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 22-D.** .....

**§ 1º** .....

**I** – Para fins de participação no Projeto Mais Médicos Especialistas, considerar-se-á médico especialista aquele que:

**a)** tenha concluído programa de residência médica credenciado pela Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM/MEC, **com o devido registro do título junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, na forma da regulamentação do Conselho Federal de Medicina – CFM; ou**

**b)** possua título de especialista emitido por sociedade médica reconhecida pela Associação Médica Brasileira – AMB, **com o devido registro**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6369851582>



do título junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, na forma da regulamentação do Conselho Federal de Medicina – CFM.

.....  
§ 3º Ato conjunto do Ministro de Estado da Saúde e do Conselho Federal de Medicina disporá sobre as normas para o funcionamento do Projeto Mais Médicos Especialistas, inclusive quanto à definição dos critérios técnicos das especialidades médicas envolvidas, à forma de supervisão profissional e ao valor adicional às bolsas-formação concedidas aos participantes.” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa garantir a participação do Conselho Federal de Medicina (CFM) na definição de aspectos essenciais dos programas instituídos pela Medida Provisória nº 1.301/2025, especialmente no que tange à definição das especialidades médicas prioritárias e aos parâmetros técnicos do Projeto Mais Médicos Especialistas.

O CFM, enquanto autarquia federal responsável pela regulação do exercício da medicina no Brasil (Lei nº 3.268/1957), possui expertise normativa e competência legal para contribuir na formulação de políticas públicas que envolvem a atuação direta de profissionais médicos.

Ao prever a atuação conjunta do Ministério da Saúde e do CFM, reforça-se a legitimidade técnica das decisões, assegura-se a compatibilidade das diretrizes administrativas com os parâmetros éticos e científicos da profissão médica, e evita-se a sobreposição indevida de competências.

A medida visa também conferir maior segurança jurídica à Medida Provisória, reduzindo o risco de judicialização por incompatibilidades com a legislação profissional vigente e promovendo a qualidade da atenção especializada no SUS, em consonância com o interesse público.

Além disso, a presente emenda tem por finalidade garantir clareza e rigor técnico na definição de quem pode ser considerado “especialista” no âmbito do Projeto Mais Médicos Especialistas, instituído pela Medida Provisória nº 1.301/2025. Ao exigir que o profissional tenha concluído residência médica



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6369851582>



credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM/MEC) ou possua título emitido por sociedade médica reconhecida pela Associação Médica Brasileira (AMB), **com os respectivos títulos registrados junto aos Conselhos Regionais de Medicina – CRMs**, conforme regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), protege-se a integridade do SUS, **a efetiva qualidade da assistência** e a confiança da população nos serviços especializados oferecidos.

É dever do Estado assegurar que o atendimento em saúde pública, sobretudo nas áreas mais sensíveis da atenção especializada, seja prestado por profissionais com formação sólida, comprovada e reconhecida por critérios científicos e técnicos. Permitir interpretações ambíguas quanto ao conceito de “especialista” pode abrir margem para a inserção de profissionais sem qualificação adequada, enfraquecendo a credibilidade do programa e colocando em risco a segurança assistencial da população.

Essa medida não busca restringir oportunidades, mas sim valorizar o mérito, a formação qualificada e a medicina responsável, princípios que devem nortear qualquer política pública voltada à saúde. É uma ação em defesa da qualidade do serviço público e da proteção do cidadão, especialmente nas regiões mais vulneráveis, onde o acesso à atenção especializada é mais escasso e o risco assistencial é mais elevado.

Portanto, ao reforçar critérios técnicos claros para a atuação no Mais Médicos Especialistas, esta emenda contribui para o fortalecimento do SUS, para o combate ao imprevisto e para a valorização dos profissionais que trilharam os caminhos da excelência e da regulação responsável da medicina no Brasil.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**

**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6369851582>





**MPV 1301  
00058**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Dr. Hiran

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 1º Os atendimentos de que trata o caput obedecerão às condições estabelecidas em ato conjunto do Ministro de Estado da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, no que couber, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, entre as quais oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, **endocrinologia e metabologia**; e outras que venham a ser definidas pelo referido ato, bem como aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da especialidade médica de endocrinologia e metabologia no rol das especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialistas representa medida de alta relevância sanitária e estratégica para o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente diante do atual perfil epidemiológico da população brasileira.

A endocrinologia e metabologia é a especialidade responsável pelo diagnóstico, acompanhamento e tratamento de uma ampla gama de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), incluindo:



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9706132462>

- Diabetes mellitus (tipos 1 e 2), uma das doenças crônicas de alta prevalência no Brasil, com impacto direto na mortalidade e na qualidade de vida;
- Distúrbios da tireoide, como câncer, hipotireoidismo e hipertireoidismo, que afetam milhões de brasileiros, em especial mulheres e idosos;
- Obesidade e síndrome metabólica, doenças que também são ainda fatores de risco importantes para doenças cardiovasculares, hipertensão, doenças renais crônicas e diversos tipos de câncer;
- Dislipidemias e distúrbios hormonais diversos, que demandam acompanhamento especializado e contínuo para evitar agravamentos e hospitalizações.
- Alterações endocrinológicas comuns à pediatria como avaliação de baixa estatura e puberdade precoce.
- Distúrbios menstruais e hormonais diversos na mulher, incluindo acompanhamento na menopausa
- Tumores cerebrais neuroendócrinos e de outras glândulas

Segundo dados do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), o Brasil contabiliza mais de 16 milhões de pessoas com diabetes, e estima-se que cerca de 60% dos pacientes não tenham acesso regular a endocrinologistas no SUS, sendo frequentemente acompanhados apenas na atenção básica. Isso compromete o controle glicêmico, favorece o surgimento de complicações e aumenta a sobrecarga do sistema com internações evitáveis. A obesidade já atinge 31% da população e, quando somada aos portadores de sobrepeso, o índice já atinge mais de 60% da população.

Além disso, os indicadores de mortalidade e incapacidades associadas a doenças endócrino-metabólicas vêm crescendo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior escassez de profissionais especialistas. Atualmente o Brasil conta com cerca de 1 endocrinologista para cada 30.000 habitantes. A ausência de especialistas compromete a resolutividade dos casos encaminhados



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9706132462>



pela atenção primária, o que agrava o cenário de judicialização da saúde para acesso a medicamentos de alto custo e exames especializados.

No contexto do Programa Agora Tem Especialistas, voltado à redução de filas, otimização de recursos e melhoria da atenção especializada no SUS, a endocrinologia e metabologia deve ser considerada prioritária, por apresentar:

- Alta demanda reprimida e baixa taxa de cobertura assistencial;
- Risco elevado de complicações clínicas quando não tratadas adequadamente;
- Elevado custo social e econômico decorrente das complicações (amputações, cegueira, insuficiência renal, AVCs, entre outros);
- Impacto direto na gestão de outras especialidades, como cardiologia e ginecologia

A medida está alinhada às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda estratégias integradas e especializadas para enfrentamento das DCNTs, com foco na atenção multidisciplinar e continuidade do cuidado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Dr. Hiran**  
**(PP - RR)**  
**Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina**



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9706132462>



**MPV 1301**  
**00059**

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescentem-se §§ 1º a 9º ao art. 1º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 1º .....**

**.....”**

**§ 1º** Fica instituído o Fundo Nacional de Financiamento da Saúde-FUNPROSUS, de natureza contábil, constituído para destinar recursos voltados para a execução das ações e serviços de saúde, por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, que integrem o Sistema Único de Saúde – SUS, excluídas as com fins lucrativos.

**§ 2º** Este Fundo será constituído pelo montante dos impostos e contribuições sociais, de natureza federal, devidos por cada uma das pessoas jurídicas, excluídas as com fins lucrativos, que prestam serviços no âmbito do SUS.

**§ 3º** Cada entidade informará ao Ministério da Saúde, o montante discriminado de impostos e contribuições devidos que poderá ser utilizado para a prestação de ações e serviços de saúde, observado o limite de cada uma das entidades.

**§ 4º** Os valores dos tributos devidos, que não forem aplicados em ações e serviços de saúde no decorrer de um exercício financeiro poderão ser utilizados pelas entidades, cumulativamente, até o próximo exercício.

**§ 5º** As entidades que se credenciarem a participar do FUNPROSUS deverão parcelar seus débitos vencidos até 31 de maio de 2025 para com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em até trezentos e sessenta parcelas mensais.

**§ 6º** O disposto no presente artigo aplica-se aos:

**I** – tributos e contribuições administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ainda não tenham sido constituídos até a data de publicação desta Lei, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização; e



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252449746100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



**II** – créditos tributários que venham a ser constituídos entre a data de publicação desta Lei e a data de adesão.

**§ 7º** Os saldos devedores dos débitos incluídos em qualquer outra modalidade de parcelamento, inclusive no REFIS, ou no parcelamento a ele alternativo, ou no PAES, poderão ser parcelados nas condições previstas neste artigo.

**§ 8º** O parcelamento de que trata o caput aplica-se, inclusive, aos saldos devedores de débitos remanescentes do REFIS, do parcelamento a ele alternativo e do PAES, nas hipóteses em que a entidade tenha sido excluída dessas modalidades de parcelamento.

**§ 9º** Setenta por cento do valor devido apurado, que será submetido a parcelamento, poderá ser quitado sob a forma de prestação de serviços na execução, isolada ou conjunta, das ações e serviços de saúde, considerados necessários pelo gestor local do Sistema Único de Saúde.”

## JUSTIFICAÇÃO

A similitude entre a Medida Provisória nº 1.301, de 2025, que institui o Programa Agora Tem Especialistas e dispõe sobre reestruturações no âmbito do SUS, e o Projeto de Lei nº 1757, de 2025 de minha autoria que institui o FUNPROSUS reside no objetivo comum de fortalecer e garantir a sustentabilidade da rede pública de saúde brasileira, especialmente no que se refere ao atendimento de média e alta complexidade. A

Ambas as propostas buscam ampliar a capacidade de resposta do SUS, pelo financiamento direto das ações de saúde, como propõe o FUNPROSUS ao canalizar tributos devidos por entidades do setor para aplicação direta em serviços de saúde.

Além disso, tanto a MPV quanto o PL compartilham a preocupação com a situação das entidades sem fins lucrativos que prestam serviços ao SUS, propondo mecanismos financeiros e operacionais que assegurem sua permanência e eficiência no sistema.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252449746100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



Ressalto que as Santas Casas de Misericórdia e os hospitais filantrópicos que integram a rede complementar do Sistema Único de Saúde (SUS) desempenham um papel essencial na garantia do acesso à saúde pública no Brasil, especialmente em regiões onde o Estado não consegue suprir, de forma plena, a demanda por serviços hospitalares.

Essas instituições, que respondem por parcela significativa dos atendimentos de média e alta complexidade do SUS, vêm enfrentando uma grave crise financeira, agravada pelo subfinanciamento crônico e pelo aumento dos custos operacionais.

Em razão desse cenário, muitas dessas entidades têm acumulado expressivos débitos tributários, o que compromete ainda mais sua capacidade de continuar prestando serviços de qualidade à população. Diversas unidades têm sido forçadas a reduzir ou mesmo encerrar suas atividades, afetando diretamente o atendimento à saúde e gerando um impacto negativo para milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do SUS.

Tal medida permitirá maior investimento na estrutura e qualidade dos atendimentos, fortalecendo a rede pública de saúde de forma estratégica e eficiente.

Diante dessa convergência de propósitos, justifica-se plenamente a apresentação de emendas à Medida Provisória para incorporar as diretrizes do FUNPROSUS, otimizando os recursos públicos e promovendo maior eficácia na prestação de serviços de saúde à população.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Luiz Carlos Hauhy**  
**(PODEMOS - PR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252449746100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Carlos Hauhy



\*CD252449746100\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00060**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 10 do art. 32; e acrescentem-se §§ 11 a 14 ao art. 32, todos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32. ....**

**§ 10.** A obrigação de ressarcimento de que trata este artigo poderá ser convertida em prestação de serviços no âmbito do SUS, mediante celebração de termo de compromisso, que especificará os serviços a serem prestados, conforme condições estabelecidas em ato conjunto da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Saúde.

**§ 11.** A conversão do ressarcimento em prestação de serviços não poderá abranger atendimentos realizados no SUS a beneficiários de planos privados de assistência à saúde que estivessem vinculados à qualquer operadora no momento da utilização ou que tenham encerrado seu vínculo com operadoras ou administradoras de benefícios há menos de 1 (um) ano.

**§ 12.** O termo de compromisso previsto no § 10 deverá garantir que as operadoras mantenham o padrão médio de atendimento aos seus beneficiários, sendo vedada qualquer redução em decorrência da prestação de serviços ao SUS.

**§ 13.** A Agência Nacional de Saúde Suplementar e o Ministério da Saúde deverão fiscalizar a execução dos serviços prestados pelas operadoras no âmbito do termo de compromisso, com o objetivo de identificar eventuais prejuízos ao acesso dos beneficiários. A constatação de irregularidades poderá acarretar a rescisão do termo firmado.

**§ 14.** A Agência Nacional de Saúde Suplementar, em conjunto com o Ministério da Saúde, manterá disponíveis, em sítio eletrônico de acesso público,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250087126400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.

\*CD250087126400\*  
Edit

informações atualizadas sobre os procedimentos, exames e consultas realizados mensalmente pelas operadoras tanto aos seus beneficiários quanto no âmbito do termo de compromisso firmado com o SUS.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir que a possibilidade de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) por parte das operadoras de planos de saúde, na forma de prestação de serviços, seja implementada com segurança jurídica, foco no interesse público e proteção aos direitos dos beneficiários da saúde suplementar.

A proposta se insere no contexto da Medida Provisória nº 1.301/2025, que institui o Programa “Agora Tem Especialistas” — iniciativa do Governo Federal que visa ampliar o acesso da população brasileira a serviços especializados de saúde, utilizando de forma integrada a estrutura pública e privada do setor. Entre as medidas adotadas, a MP permite que litígios tributários e obrigações de ressarcimento das operadoras de planos de saúde sejam convertidos em atendimentos diretos no âmbito do SUS.

Embora a estratégia seja válida como instrumento de enfrentamento da demanda reprimida no sistema público, ela exige salvaguardas normativas que assegurem sua efetividade sem prejuízo à população já vinculada à saúde suplementar.

Nesse sentido, a emenda busca:

**Proteger os beneficiários dos planos de saúde**, impedindo que operadoras redirecionem sua capacidade assistencial ao SUS em detrimento de seus usuários regulares, seja por conveniência orçamentária, estratégica ou operacional. A emenda deixa claro que a conversão da obrigação de ressarcimento não poderá substituir ou comprometer o padrão médio de atendimento atualmente oferecido aos beneficiários.

**Evitar duplo financiamento disfarçado ou ressarcimentos indevidos**, ao proibir que atendimentos prestados no SUS a usuários com vínculo



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250087126400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





ativo — ou recente — com planos de saúde sejam incluídos como contrapartida nos termos de compromisso. O objetivo é impedir que as operadoras deixem de cumprir suas obrigações contratuais para se beneficiar de uma alternativa de compensação facilitada.

**Fomentar o uso da capacidade ociosa do setor privado**, ao orientar a prestação de serviços para além da base assistida pelas operadoras, beneficiando usuários do SUS e contribuindo para o enfrentamento das filas sem onerar indevidamente os sistemas suplementar ou público.

**Promover transparência e controle social**, ao estabelecer a obrigatoriedade de divulgação pública de dados sobre os atendimentos realizados no âmbito dos termos de compromisso, bem como daqueles prestados regularmente pelas operadoras a seus próprios beneficiários.

**Fortalecer a governança regulatória**, ao prever a atuação fiscalizatória conjunta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Ministério da Saúde, com possibilidade de rescisão dos acordos em caso de impacto negativo à assistência dos beneficiários.

Dessa forma, a emenda contribui para a harmonização entre os sistemas público e suplementar de saúde, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Programa “Agora Tem Especialistas”, mas sem abrir margem para retrocessos no atendimento da saúde suplementar ou para práticas que resultem em ineficiência no uso dos recursos públicos. Trata-se de uma medida de equilíbrio entre inovação regulatória, responsabilidade fiscal e justiça sanitária.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
(PSB - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250087126400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00061**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescentem-se §§ 4º e 5º ao art. 4º da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 4º .....**

**.....**

**§ 4º** Para fazer jus aos créditos financeiros previstos no caput deste artigo, o estabelecimento hospitalar deverá utilizar exclusivamente sua capacidade ociosa ou expansão previamente comprovada para a prestação dos serviços no âmbito do Programa. É vedado ao estabelecimento:

**I** – Rescindir unilateralmente contratos em vigor com gestores municipais, estaduais, entidades filantrópicas, operadoras de planos de saúde ou administradoras de benefícios, com a finalidade de priorizar os atendimentos vinculados ao Programa;

**II** – Reduzir imotivadamente a prestação de serviços assumidos em obrigações previamente firmadas, inclusive as decorrentes de convênios, contratos ou termos de compromisso com entes públicos ou privados;

**III** – Substituir atendimentos previstos em contratos vigentes por aqueles realizados no âmbito do Programa, caracterizando desvio de finalidade;

**IV** – Realizar atendimentos no âmbito do Programa sem comprovação de que se dão por meio de capacidade ociosa ou oriunda de novos investimentos em expansão de serviços;

**V** – Reduzir, de forma injustificada, o número de profissionais, leitos, equipamentos ou a oferta de serviços vinculados às suas obrigações assistenciais correntes;

ExEdit  
\*CD259704154700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259704154700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**VI** – Atender, no âmbito do Programa, beneficiários ativos de planos de saúde, com os quais possua relação direta ou indireta, por meio de controladoras, coligadas ou conveniadas.

**§ 5º** Os Ministérios da Saúde e da Fazenda, por meio de ato conjunto, deverão estabelecer critérios para a distribuição dos créditos financeiros de que trata o caput deste artigo, de forma a garantir:

**I** – Transparência na seleção, habilitação e acompanhamento dos estabelecimentos participantes;

**II** – Proporcionalidade na alocação dos recursos, em consonância com a capacidade instalada, demanda reprimida e eficiência assistencial;

**III** – Abrangência territorial, assegurando a presença de estabelecimentos habilitados em todas as unidades federativas do país;

**IV** – Limitação da concentração dos créditos em um único estabelecimento hospitalar ou grupo econômico, vedando-se a destinação de mais de 10% do valor anual previsto para tais entes;

**V** – Ordem cronológica de análise dos pedidos de adesão, com respeito à isonomia, e mecanismos que assegurem o controle social da execução do Programa;

**VI** – Manutenção da harmonia e do equilíbrio do setor hospitalar, evitando a criação de desproporcionalidades ou práticas de concorrência predatória.”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa reforçar o princípio da adicionalidade de oferta no Programa Agora Tem Especialistas, assegurando que os créditos financeiros oriundos de compensações tributárias efetivamente resultem em ampliação real da capacidade assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Medida Provisória nº 1.301/2025 estabelece um importante mecanismo de enfrentamento das filas por atendimento especializado, ao permitir que estabelecimentos hospitalares com passivos tributários convertam parte dessas dívidas em prestação de serviços ao SUS. No entanto, sem salvaguardas legais, há o risco de substituição indevida de contratos já existentes ou da



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259704154700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



realocação de recursos assistenciais previamente destinados a outros públicos e fontes pagadoras.

Essa distorção contrariaria a finalidade original do programa, que é aumentar o acesso e não apenas substituir o financiador dos serviços prestados.

Além disso, muitos hospitais contemplados com os créditos previstos na MP possuem vínculos societários com operadoras de planos de saúde. A ausência de um mecanismo claro que impeça a sobreposição entre o atendimento SUS e o atendimento de beneficiários privados pode resultar em fraudes ou duplo financiamento — práticas que comprometem a moralidade administrativa e a sustentabilidade do sistema de saúde.

Dessa forma, esta emenda:

# Preserva os contratos vigentes, impedindo rescisões ou substituições motivadas por conveniência econômica;

# Garante o uso de capacidade ociosa ou novos investimentos, sem prejuízo ao atendimento já prestado;

# Evita distorções regulatórias e financeiras, especialmente no caso de estabelecimentos vinculados à saúde suplementar;

# Protege os usuários do SUS e da saúde suplementar, garantindo que nenhum grupo sofra com redução de acesso ou qualidade dos serviços;

# Assegura transparência e integridade no uso dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios constitucionais da administração pública.

Ademais, a presente emenda também busca garantir que a operacionalização dos créditos financeiros compensatórios previstos no art. 4º da Medida Provisória nº 1.301/2025 observe critérios de justiça distributiva, equidade territorial, transparência e controle público, prevenindo riscos de concentração de recursos e favorecimento institucional.

Embora a MP preveja um teto anual de R\$ 2 bilhões para compensação tributária por meio da prestação de serviços ao SUS, não há diretrizes



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259704154700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



normativas que orientem como esses recursos serão distribuídos entre os estabelecimentos hospitalares habilitados. Tal lacuna pode comprometer os objetivos do Programa Agora Tem Especialistas, que busca ampliar o acesso aos atendimentos especializados em todo o país.

Nesse sentido, a emenda estabelece cinco diretrizes fundamentais:

# Transparência, para que os critérios de adesão e uso dos recursos sejam públicos e auditáveis;

# Proporcionalidade, para evitar distorções na distribuição dos créditos e alinhar os recursos à capacidade de resposta assistencial;

# Abrangência territorial, de modo a combater desigualdades regionais e garantir que a política pública alcance todo o território nacional;

# Desconcentração econômica, com um limite de 10% dos recursos anuais por grupo econômico, prevenindo oligopolização ou captura institucional;

# Ordem cronológica e controle social, assegurando isonomia entre os interessados e participação da sociedade na fiscalização da execução.

Trata-se de uma medida de aperfeiçoamento técnico e político da MP, que busca preservar o interesse público, proteger a isonomia entre os prestadores e fortalecer os princípios da administração pública, como moralidade, impessoalidade e eficiência.

A aprovação desta emenda é essencial para que os objetivos do Programa Agora Tem Especialistas — ampliação do acesso, redução das filas e equidade assistencial — sejam cumpridos com eficácia, responsabilidade e justiça sanitária.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
(PSB - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259704154700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00062**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10. ....**

**.....**

**§ 14.** Em situações de divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto, as operadoras devem garantir a realização de junta médica ou odontológica, com vistas a solucionar referida divergência quanto ao procedimento indicado.

**§ 15.** Sem prejuízo das demais regras previstas em regulamento, o beneficiário poderá indicar o profissional de saúde desempatador que comporá a junta médica ou odontológica de que trata o § 14, desde que pertencente à rede assistencial disponível da operadora.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo garantir maior equilíbrio e transparência na resolução de divergências técnico-assistenciais entre beneficiários e operadoras de planos de saúde. Ao assegurar a constituição de uma junta médica ou odontológica para analisar casos controversos sobre a indicação de procedimentos, busca-se preservar o direito do paciente ao acesso adequado e tempestivo ao tratamento recomendado por seu profissional de confiança.

Além disso, ao permitir que o beneficiário indique o profissional de saúde desempatador, desde que este integre a rede assistencial da operadora, fortalece-se o princípio da isonomia no processo decisório e evita-se a formação

ExEdit  
\*CD255767751500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255767751500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



de juntas parciais ou desfavoráveis ao consumidor. Essa medida visa resguardar o equilíbrio contratual e promover maior segurança jurídica nas relações entre usuários e operadoras de planos de saúde.

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
(PSB - MA)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255767751500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD255767751500\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00063**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 4º do art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 16. ....**

**.....**

**§ 4º** Em caso de negativa de cobertura, a operadora deve disponibilizar imediatamente razões escritas, com identificação e qualificação do profissional subscritor, acessível inclusive por meio de atendimento virtual disponível por aplicativo.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda garante ao consumidor o direito de saber, de forma clara e imediata, por que seu plano de saúde negou uma cobertura. A operadora deve informar por escrito os motivos da negativa, com nome, cargo e registro do profissional que tomou a decisão, assumindo responsabilidade pelo ato.

Essa informação precisa estar disponível também por aplicativo ou canal virtual, sem burocracia. A proposta evita respostas genéricas e protege o beneficiário contra abusos, dando mais transparência e facilitando a defesa de seus direitos

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.  
(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258972279900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.





**MPV 1301  
00064**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 17-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 17-B.** Fica estabelecido programa permanente de monitoramento de desempenho e qualidade dos prestadores de serviços na saúde suplementar, destinado a acompanhar indicadores de segurança, eficiência, efetividade, equidade, acesso e satisfação, na forma do regulamento.

**Parágrafo único.** Os resultados da análise do programa permanente de monitoramento da qualidade dos prestadores de serviços na saúde suplementar serão disponibilizados pela ANS em seu sítio eletrônico, em formato de notas, categorias ou classificações, nos termos de regulamento.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda institui um programa permanente de monitoramento de desempenho e qualidade dos prestadores de serviços na saúde suplementar, com base em critérios como segurança, eficiência, acesso e satisfação dos usuários. A medida busca incentivar a melhoria contínua da assistência prestada, promover boas práticas e permitir a identificação de falhas no sistema.

Prevê-se ainda que os resultados desse monitoramento sejam divulgados pela ANS em seu site oficial, em formato acessível ao público, com notas ou classificações. Isso amplia a transparência, auxilia na escolha informada por

\*CD252715807200\*

ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252715807200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



parte dos consumidores e fortalece a regulação baseada em desempenho no setor de saúde suplementar.

Sala da comissão, 3 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252715807200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD252715807200\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00065**

CONGRESSO NACIONAL

Inclusão da especialidade médica de endocrinologia no rol das especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialidade

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 1º Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, entre as quais oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, endocrinologia e outras que venham a ser definidas pelo referido ato, bem como aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da especialidade médica de endocrinologia no rol das especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialistas representa medida de alta relevância sanitária e estratégica para o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente diante do atual perfil epidemiológico da população brasileira.

A endocrinologia é a especialidade responsável pelo diagnóstico, acompanhamento e tratamento de uma ampla gama de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), incluindo:

- Diabetes mellitus (tipos 1 e 2), uma das doenças crônicas de maior prevalência no Brasil, com impacto direto na mortalidade e na qualidade de vida;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259288784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco



- Distúrbios da tireoide, como hipotireoidismo e hipertireoidismo, que afetam milhões de brasileiros, em especial mulheres e idosos;
- Obesidade e síndrome metabólica, fatores de risco importantes para doenças cardiovasculares, hipertensão, doenças renais crônicas e diversos tipos de câncer;
- Dislipidemias e distúrbios hormonais diversos, que demandam acompanhamento especializado e contínuo para evitar agravamentos e hospitalizações.

Segundo dados do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), o Brasil contabiliza mais de 16 milhões de pessoas com diabetes, e estima-se que cerca de 60% dos pacientes não tenham acesso regular a endocrinologistas no SUS, sendo frequentemente acompanhados apenas na atenção básica. Isso compromete o controle glicêmico, favorece o surgimento de complicações e aumenta a sobrecarga do sistema com internações evitáveis.

Além disso, os indicadores de mortalidade e incapacidades associadas a doenças endócrino-metabólicas vêm crescendo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior escassez de profissionais especialistas. A ausência de especialistas compromete a resolutividade dos casos encaminhados pela atenção primária, o que agrava o cenário de judicialização da saúde para acesso a medicamentos de alto custo e exames especializados.

No contexto do Programa Agora Tem Especialistas, voltado à redução de filas, otimização de recursos e melhoria da atenção especializada no SUS, a endocrinologia deve ser considerada prioritária, por apresentar:

- Alta demanda reprimida e baixa taxa de cobertura assistencial;
- Risco elevado de complicações clínicas quando não tratadas adequadamente;
- Elevado custo social e econômico decorrente das complicações (amputações, cegueira, insuficiência renal, AVCs, entre outros);

\*CD259288784500\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259288784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco



- Impacto direto na gestão de outras especialidades, como cardiologia e ginecologia

A medida está alinhada às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda estratégias integradas e especializadas para enfrentamento das DCNTs, com foco na atenção multidisciplinar e continuidade do cuidado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Dr. Francisco**  
**(PT - PI)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259288784500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Francisco



\*CD259288784500\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00066**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O Programa Agora Tem Especialistas abrangerá, prioritariamente, as seguintes especialidades médicas:

- I** – cardiologia;
- II** – ginecologia;
- III** – ortopedia;
- IV** – oftalmologia;
- V** – otorrinolaringologia;
- VI** – oncologia; e
- VII** – pneumologia.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo especificar as especialidades médicas prioritárias que serão contempladas pelo Programa "Agora Tem Especialistas", de modo a garantir maior clareza, objetividade e foco na execução da política pública proposta pela Medida Provisória nº 1301/2025.

As especialidades elencadas representam áreas com alta demanda reprimida no Sistema Único de Saúde (SUS), responsáveis por um número significativo de encaminhamentos, consultas especializadas e procedimentos, conforme evidenciado por dados de gestão hospitalar e da atenção básica.

\*CD259706476000\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259706476000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen



A inclusão da especialidade de pneumologia, em especial, se justifica pela alta prevalência de doenças respiratórias no Brasil, como asma, DPOC, tuberculose e as sequelas da COVID-19, que ainda afetam milhares de brasileiros.

Essas condições impactam diretamente a qualidade de vida da população e são causas frequentes de internações e absenteísmo laboral. A carência de pneumologistas em muitas regiões do país agrava a situação e reforça a necessidade de inseri-los no escopo do programa.

Ao delimitar essas especialidades, a presente emenda busca fortalecer a resolutividade da atenção especializada, reduzir filas de espera e promover o acesso equitativo aos cuidados médicos especializados, em consonância com os princípios da universalidade e integralidade do SUS.

A presente emenda também visa dar transparência às especialidades já divulgadas em site oficial do governo federal.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Pedro Westphalen**  
**(PP - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259706476000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Westphalen



**MPV 1301  
00067**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Acrescente-se § 11 ao art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32. ....**

**.....**

**§ 11.** Os termos de compromisso devem ser disponibilizados em site da internet de fácil consulta e disponibilização, contendo ainda o número de tratamentos e serviços a serem prestados discriminados de forma inequívoca e de fácil compreensão ao público em geral, sem termos técnicos ou jargões profissionais desnecessários.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa inserir o § 4º no dispositivo legal, determinando que informações relevantes relativas às novas habilitações, número de pacientes atendidos, tipo de tratamento, data e hora sejam disponibilizadas em sistema de consulta pública, de fácil acesso, resguardando-se, evidentemente, os dados pessoais dos cidadãos. A proposta encontra amparo direto no princípio constitucional da publicidade e da transparência administrativa, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, que rege a atuação de toda a Administração Pública direta e indireta.

A transparência é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois permite o controle social das políticas públicas, o exercício da cidadania informada e a fiscalização da eficiência e regularidade da atuação estatal. Ao disponibilizar dados objetivos e impessoais — como número de pacientes,

ExEdit  
\*CD251600005900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251600005900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi





tipos de tratamentos, datas e horários de atendimento — o Poder Público fortalece os mecanismos de prestação de contas (accountability) e combate eventuais desvios de finalidade, favorecimentos ou omissões.

A redação da emenda também observa os princípios da eficiência, moralidade e legalidade, todos consagrados no art. 37 da Constituição. A ampla divulgação de informações operacionais do serviço público de saúde contribui para o aprimoramento da gestão, otimização dos recursos e planejamento das ações administrativas, além de ampliar a confiança da população no sistema público.

Importa destacar que a emenda não afronta a legislação de proteção de dados pessoais, pois assegura expressamente o anonimato dos pacientes, vedando a divulgação de nomes e números de CPF, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Assim, concilia-se o direito à informação coletiva com a tutela da privacidade individual.

Por fim, a disponibilização em plataforma de fácil acesso garante a efetividade do princípio da acessibilidade e da universalidade do controle social, conforme preconizado pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Trata-se, portanto, de medida que fortalece o interesse público, promove a boa governança e amplia a legitimidade das políticas públicas de saúde.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251600005900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



**MPV 1301  
00068**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 23-1 ao Capítulo IV da Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 23-1.** Ficam transformados na forma do Anexo no âmbito do Poder Executivo federal 30 cargos vagos de nível superior em cargos de Fisioterapeuta Especializado em Unidade de Tratamento Intensivo – UTI, respiratória ou cardiopulmonar.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa autorizar a transformação, no âmbito do Poder Executivo federal, de 30 cargos vagos de nível superior em cargos de Fisioterapeuta Especializado em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Respiratória, conforme previsto em anexo. Tal proposição encontra respaldo nos princípios constitucionais da administração pública, nos fundamentos do Estado Democrático de Direito e na necessidade concreta de adequação da estrutura estatal às demandas da saúde pública contemporânea.

Em primeiro plano, a medida atende ao princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), ao permitir que cargos públicos ociosos sejam reaproveitados em áreas de alta demanda assistencial e de extrema complexidade clínica, como as UTIs respiratórias. A transformação proposta não implica aumento de despesa, mas sim racionalização da força de trabalho



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259985010000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



existente, corrigindo distorções na alocação de pessoal e promovendo maior efetividade na prestação do serviço público de saúde.

Do ponto de vista da legalidade administrativa, a transformação de cargos vagos é perfeitamente admissível desde que respeite os limites orçamentários, a natureza de nível equivalente e a iniciativa do Poder competente, conforme já pacificado pela doutrina e pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta respeita esses parâmetros, convertendo cargos existentes, já autorizados por lei, para uma especialidade funcional estratégica, com forte impacto na recuperação de pacientes em estado crítico.

A emenda também se fundamenta no direito fundamental à saúde (art. 6º e art. 196 da Constituição), assegurando ao cidadão um atendimento qualificado e multiprofissional em unidades de alta complexidade, especialmente nos casos de insuficiência respiratória, quadro clínico cada vez mais prevalente em decorrência de doenças infecciosas, degenerativas, oncológicas e síndromes pós-Covid. A atuação do fisioterapeuta respiratório é reconhecida como essencial no suporte ventilatório, na prevenção de complicações pulmonares e na reabilitação precoce, o que reduz a mortalidade e o tempo de internação.

A proposta ainda observa o princípio da supremacia do interesse público, pois fortalece a capacidade do Estado de responder a situações

de emergência sanitária, catástrofes respiratórias e à crescente demanda por profissionais com qualificação técnica específica em ambientes de UTI. A existência de cargos legalmente instituídos, porém não especializados,

representa um gargalo na execução das políticas públicas de saúde, razão pela qual sua transformação atende ao princípio da adequação dos meios aos fins, indispensável à boa governança.

Por fim, a medida contribui para a efetivação dos direitos sociais, assegurando a presença de profissionais devidamente capacitados nas equipes multiprofissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), o que está em consonância

\*CD25985010000\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259985010000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



com os objetivos fundamentais da República, previstos no art. 3º da Constituição, como a erradicação da desigualdade social e a promoção do bem de todos.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259985010000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sílvia Waiãpi



\*CD259985010000\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00069**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** Autoriza o Ministério da Saúde a criar financiamento específico para valorização e fixação de especialistas em Medicina de Família e Comunidade em equipes da Estratégia saúde da família nos municípios.

**Parágrafo único.** O financiamento deve ocorrer através de incentivo financeiro adicional para municípios que tenham especialistas em Medicina da Família e Comunidade concursados atuando nas equipes de estratégia saúde da família, sendo pago mensalmente de forma proporcional ao número de especialistas em Medicina de Família e Comunidade registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda à Medida Provisória tem por objetivo suprir uma das mais urgentes lacunas do Sistema Único de Saúde (SUS): a carência e a desvalorização dos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, profissionais essenciais para a consolidação e o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é reconhecida mundialmente como a principal porta de entrada do SUS, responsável por promover o cuidado integral, contínuo e coordenado das necessidades da população. A atuação de especialistas em Medicina de Família e Comunidade é fundamental nesse contexto, pois garante maior qualidade da atenção, resolutividade e redução de

ExEdit  
\* 0 2 5 4 3 4 1 3 1 8 1 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254341318100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



encaminhamentos desnecessários para níveis secundários e terciários, além de qualificar a relação com os usuários e fortalecer o vínculo comunitário.

Entretanto, a realidade brasileira demonstra um grande desafio na fixação desses profissionais nas equipes de saúde da família, especialmente nos municípios de menor porte e nas áreas de maior vulnerabilidade social e econômica. As dificuldades incluem não apenas a escassez de concursos públicos para especialistas, mas também a ausência de incentivos financeiros específicos que reconheçam a complexidade e a importância do trabalho desempenhado por esses médicos.

A proposta de criar um financiamento específico, na forma de incentivo financeiro adicional, direcionado aos municípios que contam com especialistas em Medicina de Família e Comunidade concursados, é uma medida que reforça o compromisso do Estado com a atenção primária e com a qualificação dos profissionais que nela atuam. Além disso, contribui para reduzir as desigualdades regionais no acesso a cuidados de qualidade e fortalece a capacidade resolutiva das equipes de saúde da família.

A emenda está em sintonia com a diretriz constitucional de priorizar a atenção primária como base do SUS e com as metas do Plano Nacional de Saúde e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que tange à cobertura universal em saúde e à redução das desigualdades.

Dessa forma, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta emenda, que visa garantir o financiamento adequado, o reconhecimento e a valorização dos médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, pilares essenciais para um SUS mais justo, acessível e efetivo.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Ana Pimentel**  
**(PT - MG)**  
**Deputada Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254341318100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Pimentel



**MPV 1301  
00070**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao *caput* do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O Programa Agora Tem Especialistas será implementado mediante atendimentos médico-hospitalares realizados pelos estabelecimentos hospitalares privados, de profissionais médicos especialistas e de clínica de especialidades médicas, bem como empresas ou profissionais que realizam serviços de exames auxiliares ao diagnósticos, com ou sem fins lucrativos, à população, de acordo com as regras e os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

O “Programa Agora Tem Especialistas” constitui uma das mais relevantes iniciativas de políticas públicas voltadas ao atendimento especializado de pacientes inseridos na fila do Sistema Único de Saúde (SUS).

A presente emenda tem por objetivo ampliar a rede de prestadores habilitados ao atendimento por meio do credenciamento não apenas de estabelecimentos hospitalares, mas também de médicos especialistas, clínicas de especialidades médicas e empresas ou profissionais que realizam exames complementares ao diagnóstico, com ou sem fins lucrativos.

A utilização da capacidade instalada da rede privada de saúde, mediante a compensação financeira prevista na Medida Provisória, é medida

\* CD 256204281500 \*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256204281500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ronaldo Nogueira



essencial para acelerar a oferta de atendimentos especializados e, assim, reduzir o tempo de espera dos usuários do SUS.

Trata-se, portanto, de iniciativa que fortalece o princípio da integralidade do cuidado e otimiza os recursos disponíveis, em consonância com os objetivos e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Ronaldo Nogueira**  
**(REPUBLICANOS - RS)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256204281500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ronaldo Nogueira





**MPV 1301**  
**00071**



CONGRESSO NACIONAL

Dê-se ao §1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025, a seguinte redação:

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

**§ 1º** Os atendimentos de que trata o caput obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, entre as quais **clínica médica** e outras que venham a ser definidas pelo referido ato, bem como aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da **clínica médica** entre as especialidades prioritárias no âmbito do

Programa “Agora Tem Especialistas” é uma medida de alto impacto para a qualificação do cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS), tanto no aspecto técnico quanto na eficiência da rede.

A clínica médica — ou medicina interna — é reconhecida como especialidade formal pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelas sociedades médicas, exigindo formação complexa e conhecimento aprofundado de fisiopatologia, diagnóstico e tratamento de uma ampla gama de condições. O

ExEdit  
\*CD255965451900\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255965451900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



clínico é o profissional com maior escopo assistencial no SUS, atuando como elo entre a atenção primária e os níveis secundário e terciário de cuidado.

Contudo, apesar de sua abrangência e importância estratégica, a clínica médica vem sendo subvalorizada em políticas públicas que priorizam especialidades de caráter mais tecnológico ou cirúrgico. Isso é um equívoco técnico grave.

A atuação qualificada do médico clínico é essencial para:

- Resolver a maior parte dos casos na porta de entrada, evitando encaminhamentos desnecessários;
- Fazer triagem e diagnóstico diferencial de precisão;
- Conduzir o manejo de condições crônicas, como hipertensão, diabetes, doenças reumatológicas e pulmonares, muitas vezes sem necessidade de múltiplos especialistas;
- Coordenar o cuidado, acompanhando o paciente ao longo do tempo e entre os níveis de atenção.

A escassez de clínicos em unidades básicas e hospitalares tem contribuído para a superlotação de especialidades e para o colapso da atenção primária. Portanto, investir na presença do clínico é investir em resolutividade, economicidade e na efetiva redução de filas.

Além disso, a clínica médica se torna ainda mais relevante no cenário de envelhecimento populacional, multimorbidades e crescente judicialização da saúde, exigindo uma abordagem global e integrada — que só o clínico oferece.

Por essas razões, é imprescindível que a clínica médica seja expressamente citada como especialidade estratégica e prioritária para o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255965451900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



Programa, contribuindo para a reestruturação do SUS com base na lógica da integralidade, coordenação do cuidado e racionalidade na alocação de recursos.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Dr. Luiz Ovando**  
**(PP - MS)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255965451900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



**MPV 1301  
00072**

CONGRESSO NACIONAL

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº  
1.301, de 30 de maio de 2025, a seguinte redação:

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

**§ 1º** Os atendimentos de que trata o caput obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, entre as quais *oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, endocrinologia* e outras que venham a ser definidas pelo referido ato, bem como aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da especialidade médica de endocrinologia no rol das especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialistas representa medida de alta relevância sanitária e estratégica para o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente diante do atual perfil epidemiológico da população brasileira.

A endocrinologia é a especialidade responsável pelo diagnóstico, acompanhamento e tratamento de uma ampla gama de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), incluindo:

- Diabetes mellitus (tipos 1 e 2), uma das doenças crônicas de maior prevalência no Brasil, com impacto direto na mortalidade e na qualidade de vida;
- Distúrbios da tireoide, como hipotireoidismo e hipertireoidismo, que afetam milhões de brasileiros, em especial mulheres e idosos;



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251136322800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



- Obesidade e síndrome metabólica, fatores de risco importantes para doenças cardiovasculares, hipertensão, doenças renais crônicas e diversos tipos de câncer;

- Dislipidemias e distúrbios hormonais diversos, que demandam acompanhamento especializado e contínuo para evitar agravamentos e hospitalizações.

Segundo dados do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), o Brasil contabiliza mais de 16 milhões de pessoas com diabetes, e estima-se que cerca de 60% dos pacientes não tenham acesso regular a endocrinologistas no SUS, sendo frequentemente acompanhados apenas na atenção básica. Isso compromete o controle glicêmico, favorece o surgimento de complicações e aumenta a sobrecarga do sistema com internações evitáveis.

Além disso, os indicadores de mortalidade e incapacidades associadas a doenças endócrino-metabólicas vêm crescendo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior escassez de profissionais especialistas. A ausência de especialistas compromete a resolutividade dos casos encaminhados pela atenção primária, o que agrava o cenário de judicialização da saúde para acesso a medicamentos de alto custo e exames especializados.

No contexto do Programa Agora Tem Especialistas, voltado à redução de filas, otimização de recursos e melhoria da atenção especializada no SUS, a endocrinologia deve ser considerada prioritária, por apresentar:

- Alta demanda reprimida e baixa taxa de cobertura assistencial;
- Risco elevado de complicações clínicas quando não tratadas adequadamente;
- Elevado custo social e econômico decorrente das complicações (amputações, cegueira, insuficiência renal, AVCs, entre outros);
- Impacto direto na gestão de outras especialidades, como cardiologia e ginecologia

\*CD251136322800\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251136322800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



A medida está alinhada às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda estratégias integradas e especializadas para enfrentamento das DCNTs, com foco na atenção multidisciplinar e continuidade do cuidado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Dr. Luiz Ovando**  
**(PP - MS)**  
**DEPUTADO FEDERAL**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251136322800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Ovando



\*CD251136322800\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00073**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Deputado Geraldo Resende

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 1º Os atendimentos de que trata o caput obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, entre as quais oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, pneumologia e outras que venham a ser definidas pelo referido ato, bem como aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem como finalidade indicar, de maneira clara e direta, as especialidades médicas que deverão ser tratadas como prioridade no âmbito do Programa "Agora Tem Especialistas", previsto na Medida Provisória nº 1301/2025. Ao delimitar essas áreas, a proposta busca tornar a implementação do programa mais eficiente e orientada às reais necessidades da população.

As especialidades sugeridas — cardiologia, ginecologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, oncologia e pneumologia — foram selecionadas com base em sua alta demanda dentro do SUS, sendo responsáveis por grande parte dos encaminhamentos para consultas, exames e procedimentos de média e alta complexidade. Trata-se de áreas que acumulam longas filas de espera e impactam diretamente a qualidade de vida dos usuários.

ExEdit  
\*CD252535815700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252535815700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geraldo Resende



Destaca-se, em especial, a inclusão da pneumologia, dada a elevada prevalência de doenças respiratórias no Brasil, como asma, DPOC, tuberculose e os efeitos de longo prazo da COVID-19. Essas condições geram grande pressão sobre o sistema de saúde, aumentam os índices de internação e comprometem a produtividade econômica. Além disso, a falta de pneumologistas em muitas regiões agrava ainda mais esse cenário.

Ao propor a priorização dessas especialidades, esta emenda contribui para a ampliação do acesso a cuidados especializados, o fortalecimento da atenção ambulatorial e a melhoria dos fluxos de atendimento, respeitando os princípios fundamentais do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Geraldo Resende**  
**(PSDB - MS)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252535815700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Geraldo Resende





**MPV 1301**  
**00074**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se o § 10 do art. 32; dê-se nova redação ao § 10 do art. 32; e acrescentem-se §§ 11 a 14 ao art. 32, todos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32. ....**

**§ 10. (Suprimir)**

**§ 10.** A obrigação de ressarcimento de que trata este artigo poderá ser convertida em prestação de serviços no âmbito do SUS, mediante celebração de termo de compromisso, que especificará os serviços a serem prestados, conforme condições estabelecidas em ato conjunto da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Saúde.

**§ 11.** A conversão do ressarcimento em prestação de serviços não poderá abranger atendimentos realizados no SUS a beneficiários de planos privados de assistência à saúde que estivessem vinculados à qualquer operadora no momento da utilização.

**§ 12.** O termo de compromisso previsto no § 10 deverá garantir que as operadoras mantenham o padrão médio de atendimento aos seus beneficiários, sendo vedada qualquer redução em decorrência da prestação de serviços ao SUS.

**§ 13.** A Agência Nacional de Saúde Suplementar, Ministério da Saúde, PROCON e demais órgãos de proteção e defesa dos consumidores deverão fiscalizar a execução dos serviços prestados pelas operadoras no âmbito do termo de compromisso, com o objetivo de identificar eventuais prejuízos ao acesso dos beneficiários. A constatação de irregularidades poderá acarretar a rescisão do termo firmado.

ExEdit  
\*CD25536015800\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD25536015800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



§ 14. A Agência Nacional de Saúde Suplementar, em conjunto com o Ministério da Saúde, manterá disponíveis, em sítio eletrônico de acesso público, informações atualizadas sobre os procedimentos, exames e consultas realizados mensalmente pelas operadoras tanto aos seus beneficiários quanto no âmbito do termo de compromisso firmado com o SUS.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo garantir que a possibilidade de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) por parte das operadoras de planos de saúde, na forma de prestação de serviços, seja implementada com segurança jurídica, foco no interesse público e proteção aos direitos dos beneficiários da saúde suplementar.

A proposta se insere no contexto da Medida Provisória nº 1.301/2025, que institui o Programa “Agora Tem Especialistas” — iniciativa do Governo Federal que visa ampliar o acesso da população brasileira a serviços especializados de saúde, utilizando de forma integrada a estrutura pública e privada do setor. Entre as medidas adotadas, a MP permite que litígios tributários e obrigações de ressarcimento das operadoras de planos de saúde sejam convertidos em atendimentos diretos no âmbito do SUS.

Embora a estratégia seja válida como instrumento de enfrentamento da demanda reprimida no sistema público, ela exige salvaguardas normativas que assegurem sua efetividade sem prejuízo à população já vinculada à saúde suplementar.

Nesse sentido, a emenda busca:

**Proteger os beneficiários dos planos de saúde**, impedindo que operadoras redirecionem sua capacidade assistencial ao SUS em detrimento de seus usuários regulares, seja por conveniência orçamentária, estratégica ou operacional. A emenda deixa claro que a conversão da obrigação de ressarcimento não poderá substituir ou comprometer o padrão médio de atendimento atualmente oferecido aos beneficiários.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255536015800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD255536015800\*  
ExEdit



**Evitar duplo financiamento disfarçado ou ressarcimentos indevidos**, ao proibir que atendimentos prestados no SUS a usuários com vínculo ativo — ou recente — com planos de saúde sejam incluídos como contrapartida nos termos de compromisso. O objetivo é impedir que as operadoras deixem de cumprir suas obrigações contratuais para se beneficiar de uma alternativa de compensação facilitada.

**Fomentar o uso da capacidade ociosa do setor privado**, ao orientar a prestação de serviços para além da base assistida pelas operadoras, beneficiando usuários do SUS e contribuindo para o enfrentamento das filas sem onerar indevidamente os sistemas suplementar ou público.

**Promover transparência e controle social**, ao estabelecer a obrigatoriedade de divulgação pública de dados sobre os atendimentos realizados no âmbito dos termos de compromisso, bem como daqueles prestados regularmente pelas operadoras a seus próprios beneficiários.

**Fortalecer a governança regulatória**, ao prever a atuação fiscalizatória conjunta da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Ministério da Saúde, com possibilidade de rescisão dos acordos em caso de impacto negativo à assistência dos beneficiários.

Dessa forma, a emenda contribui para a harmonização entre os sistemas público e suplementar de saúde, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Programa “Agora Tem Especialistas”, mas sem abrir margem para retrocessos no atendimento da saúde suplementar ou para práticas que resultem em ineficiência no uso dos recursos públicos. Trata-se de uma medida de equilíbrio entre inovação regulatória, responsabilidade fiscal e justiça sanitária.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255536015800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



**MPV 1301  
00075**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescentem-se arts. 15-A e 15-B à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, ambos na forma proposta pelo art. 18 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 15-A.** Compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar autorizar o índice de reajuste máximo anual das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde, de contratação individual ou coletiva, contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados a esta Lei.

**Parágrafo único.** O índice será calculado com base nas regras estabelecidas em regulamento, cujas fórmulas e parâmetros estarão limitados a índices de preços gerais e setoriais que reflitam a variação dos custos dos produtos e serviços oferecidos.” (NR)

**“Art. 15-B.** Compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar autorizar revisões extraordinárias das contraprestações pecuniárias dos planos privados de assistência à saúde que tenham sido contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados a esta Lei.

**§ 1º** O índice será calculado com base nas regras estabelecidas em regulamento, cujas fórmulas e parâmetros estarão limitados ao reconhecimento de eventos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis que comprometa a situação econômico-financeira da carteira, como mudanças bruscas no mercado, alterações tributárias ou situações de força maior.

**§ 2º** A autorização de revisão extraordinária será individual por operadora e estará condicionada à assunção de compromissos vinculados a ações de cuidado e prevenção, contendo incentivos à adesão pelos beneficiários.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250596253100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



§ 3º Não se concederá nova revisão pelo prazo de quatro anos, cabendo à ANS promover o acompanhamento periódico das contrapartidas, com possibilidade de suspensão da revisão caso não sejam cumpridas.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem por finalidade regulamentar, com maior clareza e segurança jurídica, os critérios de reajuste das mensalidades dos planos privados de assistência à saúde contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/1998. O artigo 15-A atribui à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a competência para autorizar os reajustes anuais ordinários, limitando-os a índices de preços gerais e setoriais que reflitam efetivamente a variação dos custos dos produtos e serviços de saúde. A medida busca prevenir abusos e assegurar previsibilidade e equilíbrio na relação contratual entre operadoras e consumidores.

Já o artigo 15-B prevê a possibilidade de revisões extraordinárias em casos excepcionais, como eventos imprevisíveis, alterações tributárias ou situações de força maior que comprometam a sustentabilidade da carteira da operadora. Tais revisões, no entanto, estarão condicionadas à autorização individualizada da ANS e à adoção de medidas concretas de prevenção e cuidado com os beneficiários. Dessa forma, a proposta garante transparência, controle regulatório e proteção ao consumidor, ao mesmo tempo em que preserva a viabilidade econômico-financeira das operadoras de saúde.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Duarte Jr.**  
**(PSB - MA)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250596253100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



\*CD250596253100\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00076**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** Fica aberto por 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, novo prazo para requerimento da moratória e do parcelamento de que tratam os arts. 3º a 25 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.’ (NR)

‘**Art. 4º** .....’

**Parágrafo único.** Considera-se em estado de grave situação econômico-financeira a mantenedora de IES que, em 30 de novembro de 2024, apresentava montante de dívidas tributárias federais vencidas que, dividido pelo número de matrículas total, resulte em valor igual ou superior a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), observadas as seguintes regras:

**I** – o montante de dívidas tributárias federais vencidas engloba as inscritas ou não em Dívida Ativa da União (DAU), as ajuizadas ou não e as com exigibilidade suspensa ou não, em 30 de novembro de 2024; e

**II** – o número de matrículas total da mantenedora corresponderá ao número de alunos matriculados nas IES vinculadas à mantenedora, de acordo com os dados disponíveis do Censo da Educação Superior, em 30 de novembro de 2024.’ (NR)

‘**Art. 6º** .....’

**Parágrafo único.** O número de matrículas total da mantenedora corresponderá ao número de alunos matriculados



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285754900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas



\*C D 2 5 2 2 8 5 7 5 4 9 0 0\*

nas IES vinculadas à mantenedora, de acordo com os dados disponíveis do Censo da Educação Superior, em 30 de novembro de 2024:

**I** – aplicam-se aos débitos os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, aos juros moratórios e aos demais encargos determinados nos termos da legislação vigente.’ (NR)

‘**Art. 7º** .....  
.....

**V** – plano de recuperação econômica e tributária em relação a todas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2024.’ (NR)

‘**Art. 9º** .....  
.....

**II** – a relação de todas as dívidas de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2024, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Lei.’ (NR)

‘**Art. 13.** É facultado o pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais de que trata o art. 10 mediante a utilização de certificados de emissão do Tesouro Nacional que serão compensados em até 12 meses após a apresentação dos dados pela instituição de ensino superior, emitidos pela União, na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas Proies concedidas pelas mantenedoras das IES para estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, condicionada à observância das seguintes condições por ocasião da adesão:

.....

§ 7º O certificado de que trata o caput, que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcelas das

\*CD252285754900\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285754900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas



prestações de que trata o art. 10 ou ainda a compensação com outros tributos federais devidos pela Instituição aderente.

§ 8º O certificado de que trata o caput, que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcelas das prestações de que trata o art. 10 ou ainda a compensação com outros tributos federais devidos pela Instituição aderente.

.....

§ 13. Caso a IES possua saldo remanescente dos créditos em bolsas para o pagamento total de 90% das parcelas vincendas, ela poderá pagar em moeda corrente os 10% restantes, ficando liberada das condições previstas nos incisos I, II e II do art. 13 e poderão requerer a liberação dos bens e direitos da mantenedora e mantida ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários. Caso opte pelo não pagamento dos 10% a vista, mas a manutenção das parcelas mensais durante a vigência do parcelamento, poderá requerer a liberação de 90% dos bens e direitos da mantenedora e mantida ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários.

§ 14. Excetua-se à obrigatoriedade de adesão ao Prouni, de que trata o inciso I deste artigo, as entidades mantenedoras sem finalidade lucrativa, desde que certificadas como beneficente de assistência social pela regra da oferta de 1 (uma) bolsa integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes, fora do Prouni.

§ 15. Nos casos em que o valor do certificado exceder ao percentual máximo estabelecido no caput, as mantenedoras poderão utilizar o saldo remanescente para pagamento das prestações vincendas, desde que respeitado o pagamento mínimo em moeda corrente, e, em caso de não cumprimento com §8º desse artigo, o saldo remanescente deverá ser acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de

\*CD252285754900\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285754900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas





Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.” (NR)

‘**Art. 35-A.** Fica revogado o artigo 5º da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.’ (NR)

‘**Art. 35-B.** O ato de regulamentação disposto no §7º do artigo 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 será expedido em até 30 dias após a publicação dessa lei.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A difícil situação de muitas instituições de ensino superior paradoxalmente acabou criando a possibilidade do país ampliar uma de suas políticas públicas mais bem-sucedidas de sua história: o PROUNI. O programa consiste na possibilidade que as instituições de ensino “paguem” seus impostos através de bolsas para estudantes de baixa renda.

Com isso, milhares de jovens a mais puderam ter acesso a uma educação de qualidade e uma formação necessária para contribuir em direção às metas do Plano Nacional de Educação. O Prouni, vigente desde 2005, é um dos mais exitosos programas brasileiros voltados para a inclusão de estudantes de baixa renda no Ensino Superior.

Segundo dados do Min. da Educação de 2022, 3.076.403 estudantes já foram beneficiados com bolsas do programa, instituído por meio da Lei nº 11.096/2005. Vale observar que, enquanto um estudante do ensino superior público gera um “gasto orçamentário” de R\$ 28,6 mil por ano, o estudante do ProUni representa um “gasto tributário” de R\$ 4,6 mil por ano. Por 16% do custo, forma-se pelo ProUni um estudante com índices de performance equivalente no Enade.

Entretanto, o setor de educação superior vem sofrendo um período desafiador, com alto risco de redução da oferta de vagas para nossos estudantes em função das dificuldades enfrentadas pelas instituições ao longo dos últimos anos. Crise econômica, forte impacto da Covid e a reestruturação tecnológica,

\* 0 2 5 2 2 8 5 7 5 4 9 0 0 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285754900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas



com impactos nos modelos vigentes, são alguns dos elementos que geraram dificuldades para muitas instituições.

Outro efeito negativo que podemos perceber sobre as instituições de ensino, a graduação teve uma expressiva queda, 853 mil alunos deixaram de cursar o ensino superior no segundo semestre de 2020 e o ingresso de estudantes no primeiro semestre de 2021 teve forte retração, bem como nos semestres seguintes. No Brasil, temos menos pessoas cursando o ensino superior o que afeta diretamente o nível de escolaridade da população.

Após seguidas crises econômicas, a pandemia afetou gravemente a situação financeira do setor de educação no Brasil, reduzindo drasticamente a capacidade das instituições em cumprirem com suas obrigações tributárias. Isso resultou em maior inadimplência fiscal, que pode levar à inviabilização das atividades de inúmeras instituições, dificultando a recuperação da economia, aumentando o desemprego e prejudicando a arrecadação de impostos.

As principais medidas necessárias para recuperar as instituições passam por oferecer condição delas se recuperarem. Não há dúvidas de que recuperar e preservar a estrutura educacional é fundamental para projetar um futuro de crescimento.

Assim, a reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) terá grande valor para o país, pois fortalece as instituições, ao tempo em que amplia a quantidade de bolsas de estudos para parte da população economicamente hipossuficiente, convergente ao Plano Nacional de Educação e ao anseio da sociedade.

O projeto proposto, portanto, abre novo prazo para a apresentação do pedido de adesão das instituições de ensino superior ao PROIES. As instituições particulares de ensino poderão renegociar suas dívidas tributárias, podendo converter até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo para estudantes de baixa renda e, assim, reduzir o pagamento em espécie a 10%, gerando-lhe fôlego financeiro. A medida, de uma só vez, ampliará a oferta de educação superior e, ao mesmo tempo, a recuperação de créditos tributários.

\* CD 252285754900 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285754900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas



Busca-se, com isso, assegurar condições para que as entidades de ensino superior que se encontram em grave situação econômico-financeira continuem desenvolvendo suas atividades de forma autônoma, viabilizando a manutenção dos níveis de matrículas ativas de alunos, a qualidade do ensino, a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes, bem como a recuperação dos créditos tributários da União.

Diante disso, a aprovação deste projeto de lei é fundamental para que as entidades de ensino superior tenham sustentabilidade econômica, a fim de que a estrutura educacional de ensino superior do Brasil, não seja deteriorada, que preserve milhares de empregos, já que o setor de educação é intensivo em mão de obra qualificada, e amplie a população brasileira com acesso à educação. E o PROIES, nesse cenário, é importante para que a Educação cumpra seu papel essencial no desenvolvimento econômico e social do país.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Daniel Freitas**  
**(PL - SC)**  
**Deputado Federal**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252285754900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniel Freitas



**MPV 1301  
00077**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** Fica aberto por 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, novo prazo para requerimento da moratória e do parcelamento de que tratam os arts. 3º a 25 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.’ (NR)

‘**Art. 4º** .....’

**Parágrafo único.** Considera-se em estado de grave situação econômico-financeira a mantenedora de IES que, em 30 de novembro de 2024, apresentava montante de dívidas tributárias federais vencidas que, dividido pelo número de matrículas total, resulte em valor igual ou superior a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), observadas as seguintes regras:

**I** – o montante de dívidas tributárias federais vencidas engloba as inscritas ou não em Dívida Ativa da União (DAU), as ajuizadas ou não e as com exigibilidade suspensa ou não, em 30 de novembro de 2024; e

**II** – o número de matrículas total da mantenedora corresponderá ao número de alunos matriculados nas IES vinculadas à mantenedora, de acordo com os dados disponíveis do Censo da Educação Superior, em 30 de novembro de 2024.’ (NR)

‘**Art. 6º** .....’

**Parágrafo único.** O número de matrículas total da mantenedora corresponderá ao número de alunos matriculados

\*CD256483882800\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256483882800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



nas IES vinculadas à mantenedora, de acordo com os dados disponíveis do Censo da Educação Superior, em 30 de novembro de 2024:

I – aplicam-se aos débitos os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, aos juros moratórios e aos demais encargos determinados nos termos da legislação vigente.’ (NR)

‘Art. 7º .....  
.....

V – plano de recuperação econômica e tributária em relação a todas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2024.’ (NR)

‘Art. 9º .....  
.....

II – a relação de todas as dívidas de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2024, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Lei.’ (NR)

‘Art. 13. É facultado o pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais de que trata o art. 10 mediante a utilização de certificados de emissão do Tesouro Nacional que serão compensados em até 12 meses após a apresentação dos dados pela instituição de ensino superior, emitidos pela União, na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas Proies concedidas pelas mantenedoras das IES para estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, condicionada à observância das seguintes condições por ocasião da adesão:

.....

§ 7º O certificado de que trata o caput, que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcelas das

\*CD256483882800\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256483882800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



prestações de que trata o art. 10 ou ainda a compensação com outros tributos federais devidos pela Instituição aderente.

§ 8º O certificado de que trata o caput, que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcelas das prestações de que trata o art. 10 ou ainda a compensação com outros tributos federais devidos pela Instituição aderente.

.....

§ 13. Caso a IES possua saldo remanescente dos créditos em bolsas para o pagamento total de 90% das parcelas vincendas, ela poderá pagar em moeda corrente os 10% restantes, ficando liberada das condições previstas nos incisos I, II e II do art. 13 e poderão requerer a liberação dos bens e direitos da mantenedora e mantida ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários. Caso opte pelo não pagamento dos 10% a vista, mas a manutenção das parcelas mensais durante a vigência do parcelamento, poderá requerer a liberação de 90% dos bens e direitos da mantenedora e mantida ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários.

§ 14. Excetua-se à obrigatoriedade de adesão ao Prouni, de que trata o inciso I deste artigo, as entidades mantenedoras sem finalidade lucrativa, desde que certificadas como beneficente de assistência social pela regra da oferta de 1 (uma) bolsa integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes, fora do Prouni.

§ 15. Nos casos em que o valor do certificado exceder ao percentual máximo estabelecido no caput, as mantenedoras poderão utilizar o saldo remanescente para pagamento das prestações vincendas, desde que respeitado o pagamento mínimo em moeda corrente, e, em caso de não cumprimento com §8º desse artigo, o saldo remanescente deverá ser acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de

\*CD256483882800\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256483882800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.” (NR)

‘**Art. 35-A.** Fica revogado o artigo 5º da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.’ (NR)

‘**Art. 35-B.** O ato de regulamentação disposto no §7º do artigo 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 será expedido em até 30 dias após a publicação dessa lei.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A difícil situação de muitas instituições de ensino superior paradoxalmente acabou criando a possibilidade do país ampliar uma de suas políticas públicas mais bem-sucedidas de sua história: o PROUNI. O programa consiste na possibilidade que as instituições de ensino “paguem” seus impostos através de bolsas para estudantes de baixa renda.

Com isso, milhares de jovens a mais puderam ter acesso a uma educação de qualidade e uma formação necessária para contribuir em direção às metas do Plano Nacional de Educação. O Prouni, vigente desde 2005, é um dos mais exitosos programas brasileiros voltados para a inclusão de estudantes de baixa renda no Ensino Superior.

Segundo dados do Min. da Educação de 2022, 3.076.403 estudantes já foram beneficiados com bolsas do programa, instituído por meio da Lei nº 11.096/2005. Vale observar que, enquanto um estudante do ensino superior público gera um “gasto orçamentário” de R\$ 28,6 mil por ano, o estudante do ProUni representa um “gasto tributário” de R\$ 4,6 mil por ano. Por 16% do custo, forma-se pelo ProUni um estudante com índices de performance equivalente no Enade.

Entretanto, o setor de educação superior vem sofrendo um período desafiador, com alto risco de redução da oferta de vagas para nossos estudantes em função das dificuldades enfrentadas pelas instituições ao longo dos últimos anos. Crise econômica, forte impacto da Covid e a reestruturação tecnológica,

\* CD 2 5 6 4 8 3 8 2 8 0 0 \*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256483882800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



com impactos nos modelos vigentes, são alguns dos elementos que geraram dificuldades para muitas instituições.

Outro efeito negativo que podemos perceber sobre as instituições de ensino, a graduação teve uma expressiva queda, 853 mil alunos deixaram de cursar o ensino superior no segundo semestre de 2020 e o ingresso de estudantes no primeiro semestre de 2021 teve forte retração, bem como nos semestres seguintes. No Brasil, temos menos pessoas cursando o ensino superior o que afeta diretamente o nível de escolaridade da população.

Após seguidas crises econômicas, a pandemia afetou gravemente a situação financeira do setor de educação no Brasil, reduzindo drasticamente a capacidade das instituições em cumprirem com suas obrigações tributárias. Isso resultou em maior inadimplência fiscal, que pode levar à inviabilização das atividades de inúmeras instituições, dificultando a recuperação da economia, aumentando o desemprego e prejudicando a arrecadação de impostos.

As principais medidas necessárias para recuperar as instituições passam por oferecer condição delas se recuperarem. Não há dúvidas de que recuperar e preservar a estrutura educacional é fundamental para projetar um futuro de crescimento.

Assim, a reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) terá grande valor para o país, pois fortalece as instituições, ao tempo em que amplia a quantidade de bolsas de estudos para parte da população economicamente hipossuficiente, convergente ao Plano Nacional de Educação e ao anseio da sociedade.

O projeto proposto, portanto, abre novo prazo para a apresentação do pedido de adesão das instituições de ensino superior ao PROIES. As instituições particulares de ensino poderão renegociar suas dívidas tributárias, podendo converter até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo para estudantes de baixa renda e, assim, reduzir o pagamento em espécie a 10%, gerando-lhe fôlego financeiro. A medida, de uma só vez, ampliará a oferta de educação superior e, ao mesmo tempo, a recuperação de créditos tributários.

\* CD 256483882800 \*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256483882800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi





Busca-se, com isso, assegurar condições para que as entidades de ensino superior que se encontram em grave situação econômico-financeira continuem desenvolvendo suas atividades de forma autônoma, viabilizando a manutenção dos níveis de matrículas ativas de alunos, a qualidade do ensino, a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes, bem como a recuperação dos créditos tributários da União.

Diante disso, a aprovação deste projeto de lei é fundamental para que as entidades de ensino superior tenham sustentabilidade econômica, a fim de que a estrutura educacional de ensino superior do Brasil, não seja deteriorada, que preserve milhares de empregos, já que o setor de educação é intensivo em mão de obra qualificada, e amplie a população brasileira com acesso à educação. E o PROIES, nesse cenário, é importante para que a Educação cumpra seu papel essencial no desenvolvimento econômico e social do país.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Márcio Biolchi**  
**(MDB - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256483882800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



**MPV 1301  
00078**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** A Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘**Art. 1º** Fica aberto por 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, novo prazo para requerimento da moratória e do parcelamento de que tratam os arts. 3º a 25 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.’ (NR)

‘**Art. 4º** .....’

**Parágrafo único.** Considera-se em estado de grave situação econômico-financeira a mantenedora de IES que, em 30 de novembro de 2024, apresentava montante de dívidas tributárias federais vencidas que, dividido pelo número de matrículas total, resulte em valor igual ou superior a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), observadas as seguintes regras:

**I** – o montante de dívidas tributárias federais vencidas engloba as inscritas ou não em Dívida Ativa da União (DAU), as ajuizadas ou não e as com exigibilidade suspensa ou não, em 30 de novembro de 2024; e

**II** – o número de matrículas total da mantenedora corresponderá ao número de alunos matriculados nas IES vinculadas à mantenedora, de acordo com os dados disponíveis do Censo da Educação Superior, em 30 de novembro de 2024.’ (NR)

‘**Art. 6º** .....’

**Parágrafo único.** O número de matrículas total da mantenedora corresponderá ao número de alunos matriculados



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258945496700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



nas IES vinculadas à mantenedora, de acordo com os dados disponíveis do Censo da Educação Superior, em 30 de novembro de 2024:

**I** – aplicam-se aos débitos os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, aos juros moratórios e aos demais encargos determinados nos termos da legislação vigente.’ (NR)

‘**Art. 7º** .....  
.....

**V** – plano de recuperação econômica e tributária em relação a todas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2024.’ (NR)

‘**Art. 9º** .....  
.....

**II** – a relação de todas as dívidas de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2024, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Lei.’ (NR)

‘**Art. 13.** É facultado o pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais de que trata o art. 10 mediante a utilização de certificados de emissão do Tesouro Nacional que serão compensados em até 12 meses após a apresentação dos dados pela instituição de ensino superior, emitidos pela União, na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas Proies concedidas pelas mantenedoras das IES para estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, condicionada à observância das seguintes condições por ocasião da adesão:

.....

§ 7º O certificado de que trata o caput, que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcelas das

\*CD258945496700\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258945496700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



prestações de que trata o art. 10 ou ainda a compensação com outros tributos federais devidos pela Instituição aderente.

§ 8º O certificado de que trata o caput, que não poderá ser transferido para terceiros, terá sua característica definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser utilizado para outra finalidade que não seja a liquidação de parcelas das prestações de que trata o art. 10 ou ainda a compensação com outros tributos federais devidos pela Instituição aderente.

.....  
§ 13. Caso a IES possua saldo remanescente dos créditos em bolsas para o pagamento total de 90% das parcelas vincendas, ela poderá pagar em moeda corrente os 10% restantes, ficando liberada das condições previstas nos incisos I, II e II do art. 13 e poderão requerer a liberação dos bens e direitos da mantenedora e mantida ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários. Caso opte pelo não pagamento dos 10% a vista, mas a manutenção das parcelas mensais durante a vigência do parcelamento, poderá requerer a liberação de 90% dos bens e direitos da mantenedora e mantida ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos tributários.

§ 14. Excetua-se à obrigatoriedade de adesão ao Prouni, de que trata o inciso I deste artigo, as entidades mantenedoras sem finalidade lucrativa, desde que certificadas como beneficente de assistência social pela regra da oferta de 1 (uma) bolsa integral para cada 4 (quatro) alunos pagantes, fora do Prouni.

§ 15. Nos casos em que o valor do certificado exceder ao percentual máximo estabelecido no caput, as mantenedoras poderão utilizar o saldo remanescente para pagamento das prestações vincendas, desde que respeitado o pagamento mínimo em moeda corrente, e, em caso de não cumprimento com §8º desse artigo, o saldo remanescente deverá ser acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de

\*CD258945496700\*  
eXEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258945496700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente.” (NR)

‘**Art. 35-A.** Fica revogado o artigo 5º da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.’ (NR)

‘**Art. 35-B.** O ato de regulamentação disposto no §7º do artigo 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 será expedido em até 30 dias após a publicação dessa lei.’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A difícil situação de muitas instituições de ensino superior paradoxalmente acabou criando a possibilidade do país ampliar uma de suas políticas públicas mais bem-sucedidas de sua história: o PROUNI. O programa consiste na possibilidade que as instituições de ensino “paguem” seus impostos através de bolsas para estudantes de baixa renda.

Com isso, milhares de jovens a mais puderam ter acesso a uma educação de qualidade e uma formação necessária para contribuir em direção às metas do Plano Nacional de Educação. O Prouni, vigente desde 2005, é um dos mais exitosos programas brasileiros voltados para a inclusão de estudantes de baixa renda no Ensino Superior.

Segundo dados do Min. da Educação de 2022, 3.076.403 estudantes já foram beneficiados com bolsas do programa, instituído por meio da Lei nº 11.096/2005. Vale observar que, enquanto um estudante do ensino superior público gera um “gasto orçamentário” de R\$ 28,6 mil por ano, o estudante do ProUni representa um “gasto tributário” de R\$ 4,6 mil por ano. Por 16% do custo, forma-se pelo ProUni um estudante com índices de performance equivalente no Enade.

Entretanto, o setor de educação superior vem sofrendo um período desafiador, com alto risco de redução da oferta de vagas para nossos estudantes em função das dificuldades enfrentadas pelas instituições ao longo dos últimos anos. Crise econômica, forte impacto da Covid e a reestruturação tecnológica,

\*CD258945496700\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258945496700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



com impactos nos modelos vigentes, são alguns dos elementos que geraram dificuldades para muitas instituições.

Outro efeito negativo que podemos perceber sobre as instituições de ensino, a graduação teve uma expressiva queda, 853 mil alunos deixaram de cursar o ensino superior no segundo semestre de 2020 e o ingresso de estudantes no primeiro semestre de 2021 teve forte retração, bem como nos semestres seguintes. No Brasil, temos menos pessoas cursando o ensino superior o que afeta diretamente o nível de escolaridade da população.

Após seguidas crises econômicas, a pandemia afetou gravemente a situação financeira do setor de educação no Brasil, reduzindo drasticamente a capacidade das instituições em cumprirem com suas obrigações tributárias. Isso resultou em maior inadimplência fiscal, que pode levar à inviabilização das atividades de inúmeras instituições, dificultando a recuperação da economia, aumentando o desemprego e prejudicando a arrecadação de impostos.

As principais medidas necessárias para recuperar as instituições passam por oferecer condição delas se recuperarem. Não há dúvidas de que recuperar e preservar a estrutura educacional é fundamental para projetar um futuro de crescimento.

Assim, a reabertura do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) terá grande valor para o país, pois fortalece as instituições, ao tempo em que amplia a quantidade de bolsas de estudos para parte da população economicamente hipossuficiente, convergente ao Plano Nacional de Educação e ao anseio da sociedade.

O projeto proposto, portanto, abre novo prazo para a apresentação do pedido de adesão das instituições de ensino superior ao PROIES. As instituições particulares de ensino poderão renegociar suas dívidas tributárias, podendo converter até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo para estudantes de baixa renda e, assim, reduzir o pagamento em espécie a 10%, gerando-lhe fôlego financeiro. A medida, de uma só vez, ampliará a oferta de educação superior e, ao mesmo tempo, a recuperação de créditos tributários.

\*CD258945496700\*  
eXedit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258945496700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



Busca-se, com isso, assegurar condições para que as entidades de ensino superior que se encontram em grave situação econômico-financeira continuem desenvolvendo suas atividades de forma autônoma, viabilizando a manutenção dos níveis de matrículas ativas de alunos, a qualidade do ensino, a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes, bem como a recuperação dos créditos tributários da União.

Diante disso, a aprovação deste projeto de lei é fundamental para que as entidades de ensino superior tenham sustentabilidade econômica, a fim de que a estrutura educacional de ensino superior do Brasil, não seja deteriorada, que preserve milhares de empregos, já que o setor de educação é intensivo em mão de obra qualificada, e amplie a população brasileira com acesso à educação. E o PROIES, nesse cenário, é importante para que a Educação cumpra seu papel essencial no desenvolvimento econômico e social do país.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Márcio Biolchi**  
**(MDB - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258945496700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Márcio Biolchi



**MPV 1301  
00079**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....

**§ 1º** Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, com prioridade para especialidades como oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia e pneumologia, entre outras que vierem a ser definidas, observados os procedimentos operacionais e os valores de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da pneumologia entre as especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialistas é medida de elevada relevância sanitária, especialmente diante do contexto epidemiológico e das lacunas assistenciais nas doenças respiratórias crônicas no Brasil.

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e a asma estão entre as principais causas de morbidade e mortalidade no país. Segundo dados da Segunda a Organização Mundial de Saúde, a DPOC é a quinta maior causa de morte no Brasil. A asma afeta cerca de 20 milhões de brasileiros, sendo responsável por cerca de 350 mil internações anuais no SUS (DATASUS, 2023).



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257475251200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gisela Simona





Além disso, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o câncer de pulmão é o tipo com maior taxa de letalidade, reflexo do diagnóstico tardio e da ausência de acompanhamento especializado na rede pública.

A pneumologia é uma das especialidades com menor distribuição no território nacional. De acordo com o estudo "Demografia Médica no Brasil 2023" (CFM/FMUSP), existem apenas cerca de 2.000 pneumologistas ativos no país, com concentração nas capitais. Regiões como Norte e Nordeste apresentam déficit crítico, inviabilizando o diagnóstico e tratamento precoce de doenças como a DPOC, asma grave e doenças intersticiais.

A ausência de pneumologistas compromete diretamente a resolutividade da atenção básica e contribui para a judicialização da saúde, especialmente no acesso a exames especializados como espirometria e à terapêutica inalatória.

Estudo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT, 2022) estima que até 70% dos casos de DPOC não são diagnosticados no Brasil. Isso leva a internações evitáveis, perda de produtividade e aumento de custos ao SUS.

Um estudo conduzido pelo Observatório de Doenças Crônicas da Fiocruz estima que o custo médio anual por paciente com DPOC avançada pode superar R\$ 7 mil — valor superior ao de muitas doenças cardiovasculares.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que sistemas públicos de saúde invistam na expansão do acesso ao diagnóstico precoce de doenças respiratórias, com estruturação da linha de cuidado da DPOC e da asma. Nesse sentido, a inclusão da pneumologia fortalece o objetivo do Programa Agora Tem Especialistas de reduzir filas e melhorar o cuidado ambulatorial especializado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257475251200>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gisela Simona



\*CD257475251200\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00080**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 2º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 2º-1. A habilitação de clínicas e hospitais privados ou filantrópicos no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas deverá ser precedida de chamamento público nacional promovido pelo Ministério da Saúde, com periodicidade mínima semestral e ampla divulgação.**

**§ 1º O chamamento público de que trata o caput observará os princípios da isonomia, publicidade, transparência, economicidade e impessoalidade, e conterà, no mínimo:**

**I – critérios objetivos de seleção, incluindo certificações de qualidade, capacidade instalada, qualificação da equipe médica e histórico de atendimento ao SUS, quando aplicável;**

**II – comprovação da capacidade operacional para execução dos serviços ofertados;**

**III – definição dos serviços e especialidades a serem contratados, com estimativas de demanda por região e metas mínimas de atendimento;**

**IV – possibilidade de apresentação de propostas técnicas e comerciais por parte dos interessados, com possibilidade de valoração competitiva dos serviços.**

**§ 2º É vedada a habilitação de prestadores de forma direta ou discricionária, sem o devido chamamento público, ressalvadas as situações emergenciais reconhecidas por ato formal do Ministério da Saúde, com publicação imediata da justificativa técnica.”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256898218900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda busca **reforçar a concorrência, a transparência e a economicidade** na habilitação de prestadores para o Programa “Agora Tem Especialistas”, estabelecendo que o processo de credenciamento seja feito por **chamamento público nacional e periódico**, com critérios objetivos. Embora a Medida Provisória já mencione que clínicas e hospitais privados ou filantrópicos poderão ser habilitados, **não estabelece como essa seleção ocorrerá. Isso abre margem para convênios seletivos, pouco transparentes e potencialmente direcionados**, assim como ao “poder da caneta” ministerial, enfraquecendo a livre concorrência e aumentando os riscos de captura do programa. **A proposta assegura que todos os operadores qualificados possam concorrer em igualdade de condições**, o que fortalece a **livre iniciativa**, estimula a eficiência e impede o uso ineficiente ou distorcido dos créditos tributários concedidos. Ao incluir a possibilidade de **propostas técnicas e comerciais**, a medida também abre espaço para mecanismos de competição por melhor qualidade e menor custo — o que tende a aumentar a oferta e reduzir os preços dos serviços especializados ao SUS. Trata-se, portanto, de instrumento essencial para garantir que o programa seja **eficaz, sustentável e justo**, respeitando os princípios da boa administração pública e os valores da responsabilidade fiscal e da concorrência de mercado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256898218900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**MPV 1301  
00081**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao art. 13 da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 13.** Na contratação do Grupo Hospitalar Conceição S.A. pelos órgãos e pelas entidades da administração pública para realização de atividades relacionadas ao seu objeto social, a licitação será dispensável, **desde que o custo desta contratação seja equiparável aos valores de referência praticados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para os mesmos serviços ou produtos.**

**Parágrafo único.** A comprovação da equiparação dos custos deverá constar no processo administrativo da contratação, acompanhada de justificativa técnica fundamentada e disponível em plataforma pública de acesso à informação.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A redação original do art. 13 da MPV prevê a dispensa ampla de licitação para contratações do GHC, o que pode comprometer os princípios constitucionais da **eficiência, economicidade e impessoalidade** na administração pública. A emenda propõe que tal dispensa **somente ocorra se os preços praticados forem equiparáveis aos valores de referência do SUS**, ou seja, que os custos não ultrapassem os praticados em contratações regulares por meio de licitação. Essa exigência **evita sobrepreço, favorecimentos indevidos e distorções no mercado de saúde**, garantindo que a dispensa de licitação — mecanismo excepcional pela Constituição Federal — não seja utilizada como forma de burlar a competição e onerar o erário. Além disso, o parágrafo único traz uma exigência de transparência ativa, ao determinar que a comprovação da

\*CD254427782100\*  
xEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254427782100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



compatibilidade de preços seja documentada e publicizada, permitindo controle social e fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254427782100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura

\*CD254427782100\*  
eXEdit



**MPV 1301  
00082**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se todo o Capítulo IV da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda busca a **supressão integral do Capítulo IV da MPV 1.301/2025**, que dispõe sobre a **transformação de cargos efetivos vagos**, pois tal matéria é manifestamente **estranha ao objeto principal da medida provisória**, que é instituir o Programa “Agora Tem Especialistas” e reestruturar o Grupo Hospitalar Conceição. A Constituição Federal, vale lembrar, estabelece que a tramitação de uma MP depende de “unidade de tema”, vedando a inclusão de dispositivos não conexos ao conteúdo originalmente proposto. **Ao inserir regras genéricas de reorganização de cargos vagos — sem qualquer relação com a política de ampliação de acesso à saúde especializada —, o governo incorreu em violação direta.** Adicionalmente, o Decreto nº 12.002/2024 (art. 7º, I) determina que atos normativos do Poder Executivo — inclusive MPs — observem compatibilidade temática. A inclusão do Capítulo IV revela descumprimento desse requisito, já que não existe justificativa técnica que vincule a transformação genérica de cargos vagos ao escopo do programa de saúde. Trata-se de evidente “jabuti”, feito pelo Governo Lula, contrariando o Decreto que ele mesmo editou. Da mesma forma, a Lei Complementar nº 95/1998 (art. 7º, II) impõe



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255616774300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura

\*CD255616774300\*  
ExEdit

que proposições legislativas sigam estrutura lógica e mantenham pertinência entre seus dispositivos.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255616774300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD255616774300\*  
ExEdit



MPV 1301  
00083

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 2º .....

§ 1º Os atendimentos de que trata o *caput* obedecerão às condições estabelecidas pelo **Poder Executivo, em regulamento, mediante prévia análise de impacto regulatório e consulta pública, que disporá** inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.

.....”

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca aprimorar a redação da Medida Provisória, **ao condicionar a futura regulamentação dos atendimentos médico-hospitalares à realização prévia de consulta pública e de análise de impacto regulatório (AIR).** A medida visa garantir **maior transparência, eficiência e fundamentação técnica** nas decisões administrativas que envolvem a definição de especialidades, procedimentos operacionais e valores atribuídos aos atendimentos. A exigência de AIR e consulta pública fortalece a governança, assegura a participação da sociedade civil e contribui para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, com foco na **racionalidade** do gasto público e na **qualidade** dos serviços prestados. Além disso, promove maior **previsibilidade regulatória**, evita decisões arbitrárias e assegura que as normas infralegais estejam alinhadas ao interesse público.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254184485800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura





Ademais, a emenda **altera a autoridade competente para a regulamentação da matéria**, que passa a ser feita por **regulamento do Poder Executivo**, em vez de por ato próprio do Ministro de Estado da Saúde. Essa modificação confere maior segurança jurídica e hierarquia normativa. Importante destacar que as definições normativas tratadas no § 1º do art. 2º extrapolam o domínio da área saúde e envolvem aspectos de gestão, orçamento, regulação econômica e articulação, os quais demandam a participação de outras pastas ministeriais. Por essa razão, a delegação da regulamentação ao Poder Executivo como um todo, por meio de decreto, mostra-se mais adequada e coerente, permitindo uma abordagem interministerial, coordenada e mais alinhada ao interesse público.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254184485800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**MPV 1301  
00084**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 16-A da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, na forma proposta pelo art. 21 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 16-A. O descumprimento do contrato de gestão, inclusive em relação ao não atingimento de metas e prazos, sujeitará os dirigentes da AGSUS à processo administrativo disciplinar para a devida apuração de responsabilidades e, conforme o caso, às sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e às penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo da responsabilização cível, criminal ou por improbidade administrativa.**

**§ 1º Em caso de não atingimento de metas e prazos pactuados no contrato de gestão, a direção da AGSUS deverá apresentar publicamente justificativa detalhada sobre as causas do descumprimento, em até 30 dias, devidamente fundamentada em documentos e indicadores oficiais.**

**§ 2º O processo administrativo de que trata o caput, após sua conclusão, deverá estar disponível para consulta pública na internet por qualquer interessado e, em até 30 dias, ser submetido aos órgãos de controle interno e externo.” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo tornar mais claro, direto e juridicamente seguro o processo de **responsabilização dos dirigentes da AGSUS no caso de descumprimento injustificado do contrato de gestão** firmado com o Ministério da Saúde. Embora a Lei nº 13.958/2019 já preveja, em termos genéricos, a possibilidade de dispensa do Diretor-Presidente da AGSUS por



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253202349300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



descumprimento do contrato, ela não explicita os mecanismos, prazos, nem as formas de responsabilização aplicáveis em caso de ineficiência, omissão ou falha grave no cumprimento das metas e prazos pactuados.

A redação proposta assegura que, **diante de metas não cumpridas, a AGSUS tenha a obrigação de apresentar uma justificativa pública, detalhada e fundamentada**, com base em dados objetivos, no prazo de 30 dias. Mais do que isso, garante que o não cumprimento injustificado enseje a abertura de processo administrativo disciplinar, submetido aos trâmites legais, com possibilidade de aplicação das sanções já previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos (Lei nº 8.112/1990), além da responsabilização cível, criminal ou por improbidade administrativa, quando for o caso de ter sido verificado alguma irregularidade. A emenda também reforça os princípios da transparência e do controle da sociedade ao prever a publicação do resultado desses processos na internet, permitindo a qualquer cidadão o acompanhamento das ações corretivas adotadas. Ademais, a exigência de envio do processo aos órgãos de controle interno e externo em até 30 dias garante que o Estado atue com rigor e seriedade no uso dos recursos públicos.

Dessa forma, **a proposta fortalece a responsabilização institucional e individual no âmbito da AGSUS, desincentiva o descumprimento contratual e protege o interesse público**. Alinha-se, portanto, aos princípios constitucionais da **eficiência** e da **moralidade** administrativa, além de atender aos valores como transparência, meritocracia, prestação de contas e boa governança pública. Trata-se de uma medida necessária para **assegurar que o modelo de gestão por resultados adotado na AGSUS seja de fato levado a sério**, com metas cumpridas e gestores comprometidos com entregas concretas à população.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253202349300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**MPV 1301  
00085**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 10-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 10-1. Aplica-se o disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, à nomeação para cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Grupo Hospitalar Conceição S.A. (GHC).”**

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) estabelece **critérios objetivos de qualificação, experiência profissional e vedações** para a nomeação de dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista, com o objetivo de **blindar essas instituições contra interferências político-partidárias e nomeações inadequadas**. O Grupo Hospitalar Conceição, embora atue na área da saúde pública, é uma empresa pública federa, e portanto deve ser submetido ao mesmo rigor de governança e conformidade previsto na Lei das Estatais. Essa emenda **deixa claro a aplicação da Lei das Estatais** e reforça o princípio da profissionalização da gestão pública, assegura mérito e capacitação técnica na



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250971711900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



escolha de seus administradores e contribui para a prevenção de aparelhamento político.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250971711900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD250971711900\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00086**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 2º; e acrescente-se § 4º ao art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 2º .....**

**.....”**

**§ 3º A quantidade de atendimentos autorizados pelo Ministério da Saúde observará o limite de que trata o art. 4º, § 2º, e aos seguintes critérios técnicos e de necessidade da população, por estado da federação:**

**I – a demanda reprimida por atendimentos e procedimentos eletivos no SUS;**

**II – a proporção da população sem acesso regular a serviços de saúde especializados;**

**III – a capacidade instalada de atendimento;**

**IV – indicadores de desempenho dos prestadores;**

**V – dados epidemiológicos e de mortalidade evitável, conforme o Sistema de Informações de Saúde do Ministério da Saúde.**

**§ 4º Observado o disposto no § 3º, é vedada a concentração ou priorização de recursos e de ações do Programa Agora Tem Especialistas baseada em critérios políticos, eleitorais ou outros que não estejam expressamente previstos no regulamento.”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda visa **blindar o programa contra manipulações político-eleitorais**, garantindo que os recursos públicos voltados à saúde da população sejam **distribuídos com base em necessidades reais e parâmetros técnicos**,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259971914300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



e não segundo conveniências regionais ou afinidades partidárias do governo federal. A previsão de critérios objetivos, publicados previamente, e de transparência ativa na execução mitiga o risco de uso da futura lei como ferramenta de favorecimento político. Evita-se, por exemplo, que o governo concentre recursos em estados onde tem maior apoio eleitoral, em detrimento de regiões com maior carência assistencial. Esse tipo de distorção, que precisamos combater, contraria os princípios do **federalismo**, da **isonomia entre entes federados** e da **eficiência na alocação de recursos públicos**. Além disso, a emenda contribui para a **otimização do impacto social do programa**, assegurando que os créditos gerem maior retorno assistencial e alinhada às necessidades da população. Por fim, esta proposta é politicamente viável, pois apenas reforça critérios técnicos já compatíveis com o discurso de equidade do próprio Ministério da Saúde e não cria novas despesas.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259971914300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**MPV 1301  
00087**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, antes do Capítulo V da Medida Provisória, o seguinte  
Capítulo IV-1:

**“CAPÍTULO IV-1**

DO Programa de custeio parcial de planos de assistência à saúde

**Art. 23-1.** Fica instituído, no âmbito da União, o Programa de custeio parcial de planos de assistência à saúde, nos termos e condições estabelecidos neste Capítulo.

**Parágrafo único.** Os planos de assistência à saúde abrangidos por este Programa contemplarão a realização de consultas e exames ambulatoriais, nos termos de regulamento a ser realizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**Art. 23-2.** São objetivos do Programa:

- I** – promover o acesso da população à saúde de qualidade;
- II** – suplementar e complementar o Sistema Único de Saúde, reforçando a importância do acesso à saúde;
- III** – impulsionar a proteção das famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e pobreza.

**Art. 23-3.** São elegíveis ao Programa as famílias com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a meio salário mínimo, inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal), conforme critérios dispostos em regulamento.

**Art. 23-4.** Constituem benefícios financeiros do Programa o custeio parcial do valor do prêmio mensal do plano de assistência à saúde popular, cabendo ao Poder Executivo estabelecer tais faixas em regulamento, em percentual entre



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259552393600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura





50% a 90%, variável em função da magnitude da vulnerabilidade socioeconômica das famílias.

**§ 1º** O benefício financeiro da União não cobrirá eventuais valores relativos à cota parte do beneficiário em procedimentos no caso dos planos com previsão de coparticipação.

**§ 2º** É vedado às operadoras de planos de saúde a prática de diferenciação de preços dos planos ofertados a depender do valor do benefício financeiro a que tem direito o beneficiário.

**Art. 23-5.** O Poder Executivo, por intermédio do órgão ou entidade responsável, poderá firmar convênios, parcerias ou ajustes de cooperação com entidades públicas e privadas e operadoras de planos populares de assistência saúde, visando à operacionalização e ampliação do Programa, observadas, dentre outras, as normas de transparência, eficiência e economicidade.

**§ 1º** Caberá ainda ao órgão de que trata o caput:

**I** – promover a divulgação e o cadastramento dos beneficiários;

**II** – realizar a análise e a verificação dos critérios de elegibilidade, conforme estabelecido neste Capítulo e em regulamento;

**III** – efetuar o repasse dos recursos diretamente às operadoras, garantindo o cumprimento dos percentuais de custeio previstos no art. 4º;

**IV** – implantar medidas de controle, monitoramento e avaliação dos resultados do Programa, com a divulgação periódica de relatórios de desempenho;

**V** – manter atualizada na internet a relação das operadoras, com os respectivos valores dos planos populares de assistência à saúde e os repasses recebidos no âmbito do Programa;

**VI** – manter disponível aos órgãos de controle interno e externo todos os dados e as informações necessárias para o monitoramento e a fiscalização do Programa, inclusive a relação dos beneficiários e os respectivos benefícios individuais auferidos.

**§ 2º** Nos termos da regulamentação, o órgão responsável fica autorizado a firmar convênios para realizar o cadastramento e verificação dos critérios de elegibilidade, inclusive mediante acesso a banco de dados do poder público federal.

**Art. 23-6.** É facultado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a adesão ao Programa, nos termos do Regulamento.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259552393600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**Art. 23-7.** As despesas decorrentes da execução deste Programa correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e, adicionalmente, suplementadas, por doações, convênios e parcerias, bem como por outras fontes de receita autorizadas em lei.

**Art. 23-8.** Será de livre escolha, por conta e risco do beneficiário do Programa, a contratação da operadora do plano popular de assistência à saúde que tenha autorização de funcionamento nos termos estabelecidos na Lei nº 9.656, de 1998.

**Art. 23-9.** Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de finalidade ou de apresentação de informações falsas, será aplicada, conforme o caso, ao beneficiário do Programa ou ao doador, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais:

**I** – multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente;

**II** – suspensão de participar do Programa como beneficiário, por dois anos.

**Parágrafo único.** O regulamento definirá as sanções às quais estarão sujeitas as empresas que prestarem informações falsas ou infringirem normas do Programa.

**Art. 23-10º** Aplica-se, naquilo que não for contrário ao disposto neste Capítulo, o disposto na Lei nº 9.656, de 1998, e na regulação correspondente.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

Sob o ponto de vista da implementação prática e da segurança jurídica, entende-se que a presente Medida Provisória poderia ser incrementada por meio de um modelo já consolidado em experiências nacionais e internacionais: o de subsídio à contratação de planos de saúde populares, com regulação específica, transparência e critérios de elegibilidade definidos em lei.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259552393600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



O modelo de planos subsidiados, por sua natureza estruturada e escalável, permite que o Estado auxilie financeiramente famílias de baixa renda na contratação de planos ambulatoriais básicos, com cobertura regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dentro de um arcabouço jurídico já estabelecido e fiscalizável.

Além disso, os planos subsidiados favorecem a liberdade de escolha do cidadão, estimulam a concorrência no setor suplementar e podem ser integrados de forma mais harmônica ao sistema de saúde, preservando o SUS como eixo central da política pública e direcionando seus recursos prioritariamente aos atendimentos de alta complexidade.

Entendo, nesse sentido, que os avanços legislativos sobre o tema devem considerar a viabilidade e os benefícios do modelo de subsídio a planos de saúde populares, com vistas a garantir maior segurança jurídica, eficiência administrativa e eficácia na prestação dos serviços – concedido com base em critério econômico aos inscritos no CadÚnico.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259552393600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD259552393600\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00088**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 2º do art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

**“Art. 4º .....**

**§ 2º Os créditos financeiros de que trata esta Medida Provisória serão limitados anualmente ao valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), nos termos da estimativa de renúncia fiscal definida na Lei Orçamentária Anual (LOA).**

**.....”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A MPV estabeleceu inicialmente um limite global de R\$ 2 bilhões em créditos tributários por exercício. Esta emenda propõe vincular expressamente esse montante à Lei Orçamentária Anual (LOA). **Busca-se assegurar que a renúncia de receita gerada pelo Programa “Agora Tem Especialistas” seja transparente e sujeita ao controle legislativo**, impedindo expansão discricionária dos benefícios fiscais sem previsão orçamentária clara. Com isso, o programa poderá crescer nos limites aprovados pelos parlamentares, alinhando-se aos princípios de responsabilidade fiscal e economicidade. Essa disciplina **reforça o caráter democrático do processo orçamentário**, exigindo que o Executivo justifique e fundamente toda proposta de ampliação de créditos, o que **evita “gastos ocultos” e possíveis manobras** que oneriem o Tesouro

ExEdit  
\*CD257859948500\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257859948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



sem transparência. Além disso, estabelece um teto estável, conferindo maior previsibilidade aos prestadores e à própria administração pública.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257859948500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD257859948500\*  
LexEdit



**MPV 1301  
00089**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 6º-1.** A habilitação de estabelecimentos no Programa Agora Tem Especialistas estará condicionada à fixação de metas quantitativas e qualitativas de desempenho previamente definidas pelo Ministério da Saúde, na forma da regulamentação, observados os seguintes critérios mínimos:

**I** – número de atendimentos especializados a serem realizados em cada especialidade contemplada;

**II** – tempo médio de espera estimado para o início do atendimento após o agendamento;

**III** – índice de satisfação do usuário, aferido por pesquisa pública de opinião, com metodologia previamente divulgada;

**IV** – proporção de comparecimento efetivo em relação às vagas ofertadas.

**§ 1º** O não cumprimento das metas estabelecidas implicará na suspensão da concessão de novos créditos tributários ao estabelecimento até a regularização da situação ou a apresentação de justificativa técnica aceita pelo Ministério da Saúde.

**§ 2º** O Ministério da Saúde publicará, semestralmente, relatório consolidado com a comparação entre metas fixadas e resultados efetivamente alcançados, em formato acessível e com dados abertos, sobre todos os valores de que tratam os incisos I a IV deste artigo, discriminados por estabelecimento.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259783762500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura

\*CD259783762500\*  
eXEdit

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca garantir que o Programa Agora Tem Especialistas produza resultados concretos e mensuráveis na melhoria do acesso à saúde especializada no Sistema Único de Saúde (SUS), evitando o uso ineficiente de créditos tributários. Ao vincular os incentivos fiscais ao cumprimento de **metas objetivas de desempenho e qualidade do atendimento**, a proposta assegura que os recursos públicos não sejam empregados sem contrapartidas verificáveis, promovendo a **eficiência na alocação dos gastos e responsabilidade fiscal**, princípios basilares da atuação do Estado sob a ótica liberal. Além disso, a divulgação periódica dos resultados com base nessas metas reforça a **transparência** da política pública, permitindo ao controle social, ao Parlamento e aos órgãos de fiscalização aferir a real efetividade do programa. Por fim, a divulgação das metas e seus resultados promove a **meritocracia entre os prestadores de serviços de saúde**, criando incentivos positivos para que clínicas e hospitais aprimorem seus serviços, em benefício direto da população.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259783762500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD259783762500\*  
eXEdit



**MPV 1301**  
**00090**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 10-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 10-1. O Grupo Hospitalar Conceição S.A. – GHC deverá adotar e divulgar, anualmente, indicadores de desempenho institucional, operacional e financeiro, com metas definidas previamente, visando à eficiência, à qualidade dos serviços prestados e à boa gestão dos recursos públicos.**

**§ 1º Os indicadores de desempenho referidos no caput incluirão, no mínimo:**

**I – Custo médio por procedimento realizado, por tipo de atendimento (ambulatorial, hospitalar, urgência e emergência);**

**II – taxa de ocupação de leitos hospitalares, por especialidade;**

**III – tempo médio de espera para atendimento ambulatorial e hospitalar;**

**IV – índice de reinternação hospitalar em até 30 dias;**

**V – satisfação dos pacientes e familiares, medida por pesquisa padronizada;**

**VI – Percentual de execução orçamentária das receitas e despesas previstas no plano de trabalho anual;**

**VII – produtividade médica e assistencial, aferida por número de atendimentos por profissional;**

**VIII – taxa de absenteísmo de profissionais de saúde;**

**IX – tempo médio de liberação de recursos e empenhos para compras e contratos;**

**X – Índice de auditorias com ressalvas emitidas por órgãos de controle.**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257040091300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura





§ 2º As metas associadas aos indicadores deverão ser estabelecidas anualmente pelo Conselho de Administração do GHC, com base em padrões nacionais de desempenho hospitalar e parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde, e divulgadas até o final do primeiro trimestre de cada exercício.

§ 3º O desempenho do GHC será avaliado anualmente por meio de relatório técnico contendo os resultados apurados, a análise de cumprimento das metas e eventuais recomendações de correção, a ser encaminhado até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício ao Ministério da Saúde, à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

§ 4º O relatório mencionado no § 3º será publicado integralmente no portal eletrônico do GHC, em seção de transparência ativa, com acesso público irrestrito.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda qualifica o controle sobre o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), ao tornar obrigatória a **adoção de indicadores objetivos e mensuráveis**, com **metas anuais claras** e **avaliação pública de resultados**, reforçando a transparência e a eficiência. A inclusão de indicadores mínimos padronizados evita que os critérios de desempenho sejam vagos, subjetivos ou manipuláveis, garantindo **controle real da gestão da empresa pública** e alinhamento com **boas práticas internacionais** de avaliação hospitalar. A previsão de metas anuais obriga a instituição a planejar sua atuação com **foco em resultados e uso racional de recursos**.

A medida se alinha à defesa da **eficiência do gasto público**, à **valorização da transparência ativa** e à **redução do risco da "caneta pública" sem prestação de contas efetiva**. Trata-se de proposta viável, pois não cria despesas adicionais e amplia o controle da sociedade e dos órgãos de fiscalização

\*CD257040091300\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257040091300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



sobre a execução da política pública, mitigando riscos de má gestão, captura institucional e ineficiência no uso de recursos públicos.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257040091300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD257040091300\*  
LexEdit



**MPV 1301  
00091**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 47-A; e acrescentem-se incisos I a IV ao *caput* do art. 47-A e § 4º ao art. 47-A, todos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, na forma proposta pelo art. 16 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 47-A.** O SUS contará com sistema de dados públicos mantido pelo Ministério da Saúde, que conterà informações sobre o tempo médio de espera para a realização de:

- I – consultas;
- II – procedimentos;
- III – exames;
- IV – demais ações e serviços de atenção especializada à saúde.

.....

**§ 4º** As informações a que se refere o *caput* e seus incisos serão compartilhadas com os serviços sociais autônomos, com a finalidade de qualificar a prestação dos serviços de saúde, por meio da celebração de acordo de cooperação técnico-financeiro.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A MP 1.301/2025 cria o Programa Agora Tem Especialistas para aumentar a oferta de serviços de saúde especializados.

A emenda propõe a inclusão dos serviços sociais autônomos, como parte contratada no Programa Agora Tem Especialistas e ao sistema de saúde digital do SUS.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251146897800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



Os serviços sociais autônomos vinculados aos setores produtivos são entidades focadas na promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores e seus dependentes. As ações implementadas por essas entidades visam desenvolver um ambiente de trabalho seguro e saudável, prevenindo acidentes e doenças que impactam a saúde do trabalhador, bem como reduzindo riscos que comprometem o desempenho da indústria.

O SESI, serviço social do setor industrial, por exemplo, possui uma vasta rede de unidades operacionais em todos os estados do país. Essa capilaridade permite que a oferta de serviços de saúde e atenção primária alcance regiões onde a presença do setor público pode ser limitada. A integração do programa a essa rede poderá ampliar significativamente o acesso da população a consultas e exames, contribuindo para a diminuição das filas de espera.

Ao atuar em caráter complementar à atuação dos entes federativos, os serviços sociais autônomos podem contribuir com o atendimento do SUS e garantir a continuidade do cuidado.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Sanderson**  
**(PL - RS)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251146897800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



**MPV 1301  
00092**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 6º e ao *caput* do inciso III do *caput* do art. 6º; e acrescentem-se §§ 1º a 4º ao art. 6º, todos da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, na forma proposta pelo art. 21 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 6º** Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS - AGSUS, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, a execução de políticas de desenvolvimento da atenção à saúde indígena, nos diferentes níveis, e das atenções primária e especializada à saúde, nesses casos com a participação voluntária dos outros serviços sociais autônomos, com ênfase:

.....  
**III** – na valorização da presença dos médicos, na promoção da telessaúde, nas atenções primária e especializada à saúde no SUS;  
.....

**§ 1º** As áreas com vazios assistenciais e os locais de difícil provimento referidos no inciso II do *caput* deste artigo serão definidos em ato do Ministro de Estado da Saúde, submetido à aprovação da Comissão Intergestores Tripartite.

**§ 2º** A participação voluntária dos serviços sociais autônomos para o cumprimento das políticas a que se refere o *caput* ocorrerá por meio da celebração de acordo de cooperação técnico-financeiro.

**§ 3º** Ficam a União, por intermédio da AGSUS, autorizada a transferir recursos financeiros para tais finalidades, de modo que o montante dos recursos a ser repassado corresponderá ao número de atendimentos realizados por cada serviço social autônomo.

ExEdit  
\* 0 2 5 7 7 5 3 9 6 3 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257753963400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



§ 4º Na hipótese do §2º, fica garantido o acesso ao prontuário do paciente pelo médico empregado pelo serviço social autônomo, observada a Lei nº 13.787/2018.” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A telessaúde representa uma ferramenta estratégica e inovadora para superar os desafios de acesso e agilidade no atendimento à saúde, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil. A sua inclusão no Programa Agora Tem Especialistas é um passo fundamental para modernizar e democratizar o acesso à saúde no país.

Permite a realização de consultas, procedimentos e exames de forma remota, superando barreiras geográficas e logísticas que hoje resultam em longas filas e esperas. O Presidente Lula, ao lançar o Programa Agora Tem Especialistas, expressou a urgência de garantir a “segunda consulta” e o encaminhamento rápido para especialistas e exames, ressaltando que a espera pode ser de “dez meses ou mais de um ano”. Soluções de telessaúde têm o potencial de mitigar drasticamente esses prazos, oferecendo atendimento especializado com agilidade e celeridade, um “verdadeiro sonho” para a população.

A utilização de soluções digitais é o futuro da saúde, promovendo a modernização do sistema e a otimização de recursos. A telessaúde é um avanço estratégico na forma como cuidamos da saúde, integrando tecnologia e inclusão para levar atendimento de qualidade a quem produz e movimenta a economia, e com potencial de expansão para toda a população. Além disso, a telessaúde pode otimizar a alocação de profissionais e reduzir custos diretos e indiretos associados a logística de atendimento.

Projetos pioneiros no campo da telessaúde, como a Estação Saúde Conectada, desenvolvida pelo Serviço Social da Indústria (SESI), já demonstram a viabilidade e eficácia desse modelo. Essa iniciativa inovadora busca ampliar o acesso a serviços especializados de saúde por meio da tecnologia, levando atendimento de qualidade a diferentes localidades, incluindo aquelas sem presença física de unidades de saúde.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257753963400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD257753963400\*  
ExEdit



A capilaridade das soluções de telessaúde permite alcançar áreas remotas e de difícil acesso, onde a presença física de profissionais de saúde especializados é escassa. Soluções de telessaúde têm sido desenvolvidas para expandir o acesso mesmo em regiões onde não há presença física, promovendo inclusão e conectividade no cuidado com a população. Essa capacidade de levar atendimento especializado para o interior do país e para áreas de alta vulnerabilidade é importante para democratizar o acesso à saúde.

Por fim, a inclusão da telessaúde no texto legal reforça a possibilidade de parcerias com entidades que já possuem expertise e infraestrutura nessa área. O Governo Federal já dispõe de acordos de cooperação nesse sentido, demonstrando ser um exemplo concreto de como a colaboração entre o governo e serviços sociais autônomos pode gerar soluções inovadoras e eficazes para a saúde pública.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Sanderson**  
(PL - RS)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257753963400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson



\*CD257753963400\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00093**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se art. 6º-1 à Medida Provisória, com a seguinte redação:

**“Art. 6º-1.** O valor total dos créditos tributários efetivamente utilizados no âmbito do Programa “Agora Tem Especialistas” será publicado mensalmente em plataforma digital de acesso público mantida pelo Ministério da Saúde, com, no mínimo, as seguintes informações:

**I** – nome e CNPJ dos estabelecimentos habilitados;

**II** – valor dos créditos tributários utilizados por estabelecimento, mês a mês;

**III** – especialidades médicas atendidas e quantitativo de atendimentos realizados por estabelecimento;

**IV** – localização do estabelecimento.

**Parágrafo único.** Os dados deverão ser mantidos atualizados em formato aberto na internet.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa assegurar a **transparência na utilização dos créditos tributários concedidos no âmbito do Programa “Agora Tem Especialistas”**. Ao exigir a publicação dos valores efetivamente usufruídos por cada estabelecimento habilitado, com detalhamento por especialidade médica, volume de atendimentos e localização, a medida previne abusos, favorecimentos indevidos e ineficiências no uso de recursos públicos indiretos. Sob a ótica liberal,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258149792600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura





a concessão de benefícios fiscais deve sempre ser acompanhada de **mecanismos robustos de controle e publicidade**, pois implicam renúncia de receita que afeta o equilíbrio das contas públicas. A **transparência ativa**, por meio da publicação em dados abertos, fortalece o controle pela sociedade, possibilita auditorias independentes e dá ferramentas à sociedade civil e ao Parlamento para fiscalizarem a efetividade da política pública. Além disso, a medida promove **isonomia concorrencial** ao impedir que créditos sejam utilizados de forma opaca por determinados agentes em detrimento de outros, estimulando um ambiente de negócios mais justo e previsível.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258149792600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



**MPV 1301  
00094**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se o § 4º do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como proposto pelo art. 16 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A **supressão do § 4º do art. 15 da MPV 1.301/2025 se justifica pela completa sobreposição e duplicidade** em relação aos mecanismos já existentes no SUS para enfrentar situações de urgência em saúde pública, como protocolos de regulação de alta complexidade, planos de contingência estaduais e municipais e portarias específicas de vigilância epidemiológica. **Ao introduzir um dispositivo genérico e subjetivo, sem critérios objetivos para caracterizar a urgência**, a MP cria insegurança jurídica sobre qual norma prevalece e **abre brecha para que o reconhecimento de “urgência” seja motivado por interesses políticos ou eleitorais**, sobretudo em ano de campanha, em vez de atender a necessidades sanitárias efetivamente comprovadas. **Essa discricionariedade e subjetividade podem levar à utilização do Grupo Hospitalar Conceição ou de outros prestadores com fins de marketing ou favorecimento eleitoral a determinadas regiões**, desviando recursos do SUS sem controle adequado.

Além disso, permitir a contratação emergencial com base em ato discricionário do Ministério da Saúde, sem análise prévia de impacto orçamentário ou de custo-benefício, contraria princípios de responsabilidade fiscal e eficiência na alocação de recursos públicos. A renúncia de receita ou o gasto extraordinário decorrente de contratações emergenciais demandam previsão clara no orçamento



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253276725500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



e supervisão legislativa, o que não ocorre quando o Executivo adota normas que se sobrepõem às regras já consolidadas.

Por fim, a eliminação desse parágrafo alinha a MP aos valores de um Estado eficiente, enxuto e transparente, e com segurança jurídica, que atua apenas nos limites necessários, sem subjetividade e sem usar o dinheiro do pagador de impostos para benefícios eleitorais, ainda mais usando o argumento da urgência em saúde - que todos concordamos - para gerar subjetividade e interesse político próprio. Ao suprimir o dispositivo, garante-se que eventuais ações em situações de crise continuem a ser conduzidas pelos instrumentos já regulamentados e submetidos a critérios objetivos, prestação de contas e controle social, **em vez de criar nova via para contratações emergenciais subjetivas, sem supervisão clara e através de uma empresa pública que poderá ser contratada sem licitação.** Dessa forma, preserva-se o foco e a eficácia do texto, evitando manobras que comprometam a qualidade e a equidade na prestação de serviços de saúde.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
**(NOVO - SP)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253276725500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\* CD 253276725500 \*  
ExEdit



**MPV 1301  
00095**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao § 1º do art. 2º da Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025, a seguinte redação:

“§ 1º Os atendimentos de que trata o caput obedecerão às condições estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Saúde, inclusive quanto à definição das especialidades a serem preferencialmente ofertadas, entre as quais *oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, endocrinologia* e outras que venham a ser definidas pelo referido ato, bem como aos procedimentos operacionais e ao valor de atribuição dos atendimentos médico-hospitalares.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A inclusão da especialidade médica de endocrinologia no rol das especialidades prioritárias do Programa Agora Tem Especialistas representa medida de alta relevância sanitária e estratégica para o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente diante do atual perfil epidemiológico da população brasileira.

A endocrinologia é a especialidade responsável pelo diagnóstico, acompanhamento e tratamento de uma ampla gama de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), incluindo:

- Diabetes mellitus (tipos 1 e 2), uma das doenças crônicas de maior prevalência no Brasil, com impacto direto na mortalidade e na qualidade de vida;
- Distúrbios da tireoide, como hipotireoidismo e hipertireoidismo, que afetam milhões de brasileiros, em especial mulheres e idosos;
- Obesidade e síndrome metabólica, fatores de risco importantes para doenças cardiovasculares, hipertensão, doenças renais crônicas e diversos tipos de câncer;
- Distúrbios hormonais diversos, que demandam acompanhamento especializado e contínuo para evitar agravamentos e hospitalizações.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258914881700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Enfermeira Ana Paula



Segundo dados do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), o Brasil contabiliza mais de 16 milhões de pessoas com diabetes, e estima-se que cerca de 60% dos pacientes não tenham acesso regular a endocrinologistas no SUS, sendo frequentemente acompanhados apenas na atenção básica. Isso compromete o controle glicêmico, favorece o surgimento de complicações e aumenta a sobrecarga do sistema com internações evitáveis.

Além disso, os indicadores de mortalidade e incapacidades associadas a doenças endócrino-metabólicas vêm crescendo, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há maior escassez de profissionais especialistas. A ausência de especialistas compromete a resolutividade dos casos encaminhados pela atenção primária, o que agrava o cenário de judicialização da saúde para acesso a medicamentos de alto custo e exames especializados.

No contexto do Programa Agora Tem Especialistas, voltado à redução de filas, otimização de recursos e melhoria da atenção especializada no SUS, a endocrinologia deve ser considerada prioritária, por apresentar:

- Alta demanda reprimida e baixa taxa de cobertura assistencial;
- Risco elevado de complicações clínicas quando não tratadas adequadamente;
- Elevado custo social e econômico decorrente das complicações (amputações, cegueira, insuficiência renal, AVCs, entre outros);
- Impacto direto na gestão de outras especialidades, como cardiologia e ginecologia

A medida está alinhada às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda estratégias integradas e especializadas para enfrentamento das DCNTs, com foco na atenção multidisciplinar e continuidade do cuidado.

Sala da comissão, 5 de junho de 2025.

**Deputada Enfermeira Ana Paula**  
**(PODEMOS - CE)**

exEdit  
\*CD258914881700\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258914881700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Enfermeira Ana Paula



**MPV 1301  
00096**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao art. 10 da Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, na forma proposta pelo art. 21 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 10. VIII - 1 (um) representante da Federação Médica Brasileira.” (NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem como objetivo incluir a Federação Médica Brasileira – FMB no Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde – AGSUS.

A FMB possui em sua base filiada atualmente 25 (vinte e cinco) sindicatos médicos, nas cinco regiões do país, sendo no momento a maior federação médica em atividade, o que por um lado justifica sua participação na construção e execução nacional de políticas de saúde e nos debates quanto a atuação de profissionais médicos.

A AGSUS tem como uma de suas finalidades promover em âmbito nacional a execução de políticas de desenvolvimento da atenção à saúde indígena. A maioria das áreas indígenas estão na abrangência dos estados representados pela FMB, especialmente a região norte do país, onde os sindicatos médicos dos sete estados da região são filiados à Federação Médica Brasileira. Dos 34 (trinta e quatro) Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs) atualmente existentes no Brasil apenas 3 (três) não estão em áreas geográficas de jurisdição da FMB, sendo relevante a

ExEdit  
\*CD259660856000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259660856000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Velloso



necessidade da participação dessa federação nas decisões tomadas na AGSUS para fins de formulação e execução de política de saúde indígena e da atenção primária.

A ampliação da atuação da AGSUS pela Medida Provisória em tela para os fins de prestação de serviços em atenção especializada também pressupõe o provimento de médicos especialistas. Sabe-se que demograficamente médicos especialistas se concentram em capitais e objetiva-se no âmbito dos projetos a interiorização médica e a necessidade de supervisão por especialistas. Nesse ponto, dezenove das capitais (regiões com maior concentração de médicos especialistas) estão sob abrangência geográfica da FMB, sendo relevante também a participação dessa federação na discussão de prestação de serviços médicos especializados.

O regime jurídico de pessoal da AGSUS é o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com base em plano próprio de empregos e salários, de modo que é relevante a participação da Federação para garantir a representação dos empregados médicos e para a formulação e gestão de políticas de pessoal.

Parte significativa dos mais de 4 (quatro) mil médicos empregados ou bolsistas da AGSUS são das áreas de abrangência dos 25 (vinte e cinco) sindicatos médicos filiados à Federação Médica Brasileira, carecendo atualmente de representatividade no Conselho Deliberativo da Agência.

No mais a alteração legislativa proposta visa corrigir uma lacuna de representação, tendo em vista que atualmente a Federação Nacional dos Médicos – FENAM é membro do Conselho Deliberativo da AGSUS, mas não detém legitimidade sobre a totalidade dos médicos nas bases sindicais.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259660856000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Eduardo Velloso



**MPV 1301  
00097**



CONGRESSO NACIONAL

Altera os arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025 para tratar sobre diagnóstico e intervenção precoces e prioridades do Programa Agora tem Especialistas

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescentem-se inciso IV ao *caput* do art. 1º e §§ 1º-1 e 1º-2 ao art. 2º; e dê-se nova redação ao *caput* do art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 1º** .....

.....

**IV** – otimizar o diagnóstico e a intervenção precoces em condições de saúde específicas.”

“**Art. 2º** O Programa Agora Tem Especialistas será implementado mediante atendimentos médico-hospitalares realizados pelos estabelecimentos hospitalares privados, com ou sem fins lucrativos, à população, de acordo com as regras e os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitadas as prioridades estabelecidas em lei.

.....

**§ 1º-1.** Terão prioridade, sempre que possível, além de outros definidos em regulamento, os atendimentos destinados a prevenção, diagnóstico e tratamento de:

**I** – câncer;

**II** – doença renal crônica;

**III** – doenças cardiovasculares e diabetes; e

**IV** – doenças respiratórias graves.

**§ 1º-2.** Ato do Ministério da Saúde disciplinará o disposto no inciso IV do art. 1º, assegurada a prioridade aos transtornos do neurodesenvolvimento, transtornos mentais e síndromes metabólicas graves, sempre que necessário e possível.

.....”

ExEdit  
\*CD254799082000\*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254799082000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer





Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.301/2025 propõe a instituição do **Programa Agora Tem Especialistas**, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira aos serviços de atenção especializada em saúde, por meio da cooperação estruturada com estabelecimentos hospitalares privados, com ou sem fins lucrativos.

Embora tenha como foco a formação de especialistas, é indispensável que a estratégia nacional também contemple medidas imediatas de ampliação da oferta assistencial, sobretudo diante da **crise de acesso à saúde especializada** enfrentada por milhões de brasileiros. Longas filas de espera para consultas, exames e cirurgias — especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros — agravam quadros clínicos, aumentam a mortalidade evitável e sobrecarregam os serviços públicos.

Nesse contexto, o **Programa Agora Tem Especialistas** representa uma ação complementar de caráter emergencial e estratégico. Ao permitir a adesão de hospitais privados e filantrópicos para prestação de serviços ao SUS, o programa promove a utilização eficiente da capacidade instalada já existente no país, sem necessidade de novas grandes estruturas físicas, com foco em **resultados imediatos na assistência**.

Os objetivos listados no art. 1º – qualificar os serviços, ampliar a oferta e reduzir o tempo de espera – traduzem as principais demandas da população e estão alinhados aos princípios do SUS. Falta a esse dispositivo, contudo, a devida atenção às condições de saúde que demandam diagnóstico e intervenção precoces, uma vez que essa atenção se encontra diretamente associada à melhoria do desenvolvimento dos pacientes e à redução de custos de médio e longo prazo para o sistema.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254799082000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer



No caso dos **transtornos do neurodesenvolvimento**, como o autismo, por exemplo, um diagnóstico realizado em tempo hábil é fundamental para que as famílias possam acessar os serviços adequados de estimulação precoce, ainda que tais serviços — como fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia — estejam fora do escopo médico direto do programa. O diagnóstico, no entanto, é um ponto de entrada essencial para o encaminhamento terapêutico e a construção de um plano de cuidado efetivo, que pode fazer diferença significativa na vida da criança e de sua família.

Além disso, a inclusão sugerida é vital para o **mapeamento e identificação precoces de transtornos mentais graves e de alto risco**, como esquizofrenia, transtorno bipolar, transtornos dissociativos e dependência química, dentre muitos outros. O Brasil convive com uma realidade alarmante de subdiagnóstico e falta de acesso à psiquiatria, especialmente na rede pública. O resultado é um número crescente de **pessoas sem diagnóstico e sem tratamento**, o que acarreta **sofrimento psíquico grave, rupturas familiares, adição crescente a substâncias químicas ilícitas comercializadas por grupos criminosos e episódios de violência cotidiana evitáveis**. Neste contexto, a antecipação diagnóstica é uma medida de saúde pública e de segurança social imprescindível.

Exigem igual atenção precoce as **síndromes metabólicas graves**, muitas das quais são parcialmente rastreadas pelo teste do pezinho, mas que demandam confirmação diagnóstica e intervenção clínica especializada. Sem um acompanhamento temporâneo ampliam-se os riscos de evolução para **lesões cerebrais irreversíveis, complicações multissistêmicas ou mesmo óbito precoce**. A atuação tempestiva é, nesses casos, não apenas um diferencial, mas uma questão de sobrevivência.

Em consonância com o disposto no acima descrito inciso IV do art. 1º, proponho, ainda, seja inserido ao art. 2º da MP em epígrafe lista de algumas condições de saúde a serem consideradas prioritárias, sempre que possível e necessário, dado sua alta prevalência e seu elevado e/ou acelerado grau de morbimortalidade. São elas: câncer, doença renal crônica, doenças cardiovasculares e diabetes e doenças respiratórias graves.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254799082000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer



\*CD254799082000\*  
eXEdit



Nas prioridades relativas a diagnóstico e atendimento precoces reitero o já dito, encontram-se os **transtornos do neurodesenvolvimento**, os **transtornos mentais graves** e as **síndromes metabólicas complexas**. A inclusão desses quadros reflete o crescimento das demandas por **saúde mental e genética**, além de reconhecer que muitos casos, se não diagnosticados e acompanhados no início, evoluem com graves repercussões clínicas e sociais. O texto se preocupa, ainda, em assegurar flexibilidade técnica e sensibilidade federativa, ao permitir que o Ministério da Saúde defina as prioridades conforme a realidade epidemiológica e operacional de cada região, respeitando o princípio do “sempre que necessário e possível” e remetendo ao regulamento a possibilidade de inclusão de outras prioridades

Em síntese, a emenda aqui sugerida, garante que o programa se volte não apenas à ampliação quantitativa dos serviços, mas também à sua **qualificação estratégica**, privilegiando condições clínicas que exigem **respostas rápidas, coordenadas e interdisciplinares**, com impacto direto na saúde e na vida de pessoas em situação de alta vulnerabilidade clínica e social e, por consequência, na sociedade como um todo.

O texto também explicita as **condições de implementação** do programa, que deverão seguir os parâmetros definidos pelo Ministério da Saúde, garantindo segurança jurídica, padronização, e respeito às diretrizes da política nacional de saúde.

Trata-se, portanto, de medida que **fortalece o SUS**, sem abrir mão da qualidade, da equidade regional e do controle público, oferecendo uma resposta concreta e célere aos desafios da atenção especializada em saúde no Brasil. A sua inclusão na MP 1301/2025 representa um avanço estratégico na articulação entre formação, assistência e acesso, com ganhos reais para o cidadão.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Mário Heringer**  
**(PDT - MG)**  
**Líder do PDT na Câmara dos Deputados**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254799082000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer



**MPV 1301  
00098**



CONGRESSO NACIONAL

Suprime o art. 3º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025.

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se o art. 3º da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A **Medida Provisória nº 1.301/2025** institui o Programa **Agora Tem Especialistas**, que, entre outras medidas, estabelece mecanismos para que hospitais privados e filantrópicos possam compensar dívidas tributárias federais por meio da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Hospitais privados e filantrópicos com dívidas tributárias federais podem aderir ao programa e, em contrapartida, realizar atendimentos médico-hospitalares a pacientes do SUS. Esses atendimentos geram créditos financeiros que podem ser utilizados para compensar débitos tributários com a União.

De acordo com o texto, um dos critérios para participar do programa é o de que os estabelecimentos de saúde devem estar com a situação regularizada perante a seguridade social no momento da adesão.

Ocorre que a exigência de comprovação de regularidade fiscal junto à seguridade social como pré-requisito para adesão ao programa pode representar, na prática, um fator de exclusão automática desses estabelecimentos, que enfrentam frequentemente dificuldades financeiras estruturais e operam com margens deficitárias.

Dessa forma, a presente emenda tem por objetivo evitar que critérios excessivamente restritivos comprometam a efetividade da Medida Provisória nº



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254856074800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer



1.301, de 2025, especialmente no que se refere à participação de hospitais de pequeno e médio porte, com atuação em cidades de menor porte, periferias urbanas ou regiões de alta vulnerabilidade social.

É importante lembrar que muitos desses hospitais representam a única oferta disponível de atendimento hospitalar especializado em suas regiões e, portanto, são essenciais à rede pública complementar. A imposição de barreiras que desconsideram esse contexto pode esvaziar o alcance territorial da política pública proposta, indo de encontro ao espírito da MP, que visa justamente ampliar o acesso da população a serviços de saúde especializados.

A supressão proposta não compromete os mecanismos de controle e regulação que poderão ser definidos por ato do Ministério da Saúde, permitindo a adoção de critérios proporcionais, técnicos e sensíveis à realidade dos entes prestadores. Trata-se, portanto, de medida de justiça sanitária e inclusão federativa, condizente com os objetivos constitucionais de universalização do acesso à saúde.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputado Mário Heringer**  
**(PDT - MG)**  
**Líder do PDT na Câmara dos Deputados**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254856074800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mário Heringer



**MPV 1301  
00099**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Dê-se ao *caput* do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“**Art. 2º** O Programa Agora Tem Especialistas será implementado mediante atendimentos médico-hospitalares realizados pelos estabelecimentos hospitalares privados e clínicas privadas com ou sem fins lucrativos, à população, de acordo com as regras e os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade ampliar o escopo do Programa Agora Tem Especialistas, de forma a autorizar que os atendimentos médico-hospitalares previstos no art. 2º da Medida Provisória nº 1301/2025 possam ser realizados não apenas por estabelecimentos hospitalares privados, mas também por clínicas privadas, com ou sem fins lucrativos.

A inclusão das clínicas como unidades executoras do programa se justifica pela ampla capilaridade desses estabelecimentos em todo o território nacional, especialmente em regiões onde há escassez de hospitais. Além disso, as clínicas já possuem estrutura, corpo clínico e expertise voltados à atenção ambulatorial especializada, podendo contribuir de forma eficaz para a ampliação do acesso da população a consultas, exames e procedimentos. A medida também favorece a agilidade na implementação do programa, reduz custos operacionais e fortalece a integração entre o Sistema Único de Saúde e a rede complementar privada.

\*CD257189504400\*  
ExEdit



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257189504400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



Ao permitir que clínicas participem da execução do programa, garante-se maior alcance social, ampliação da oferta de especialistas e efetividade na redução das filas de espera por atendimentos especializados, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Deputada Adriana Ventura**  
(NOVO - SP)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257189504400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adriana Ventura



\*CD257189504400\*  
ExEdit



**MPV 1301  
00100**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se o inciso IV ao art. 1º da Medida Provisória nº 1301, de 2025:

“Art. 1º .....

.....

IV - diminuir a carência de profissionais das carreiras médicas e de enfermagem nas regiões Norte e Nordeste, preferencialmente fora das capitais e regiões metropolitanas, e nas demais áreas prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa incluir, como um dos objetivos do Programa Agora Tem Especialistas, diminuir a carência de profissionais das carreiras médicas e de enfermagem nas regiões Norte e Nordeste, preferencialmente fora das capitais e regiões metropolitanas, e nas demais áreas prioritárias para o SUS.

Segundo o estudo <sup>[1]</sup> Demografia Médica no Brasil 2023, conduzido pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em janeiro de 2023, o Brasil contava com 562.229 médicos inscritos nos 27 Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), o que correspondia à taxa nacional de 2,60 médicos por 1.000 habitantes.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4825470993>

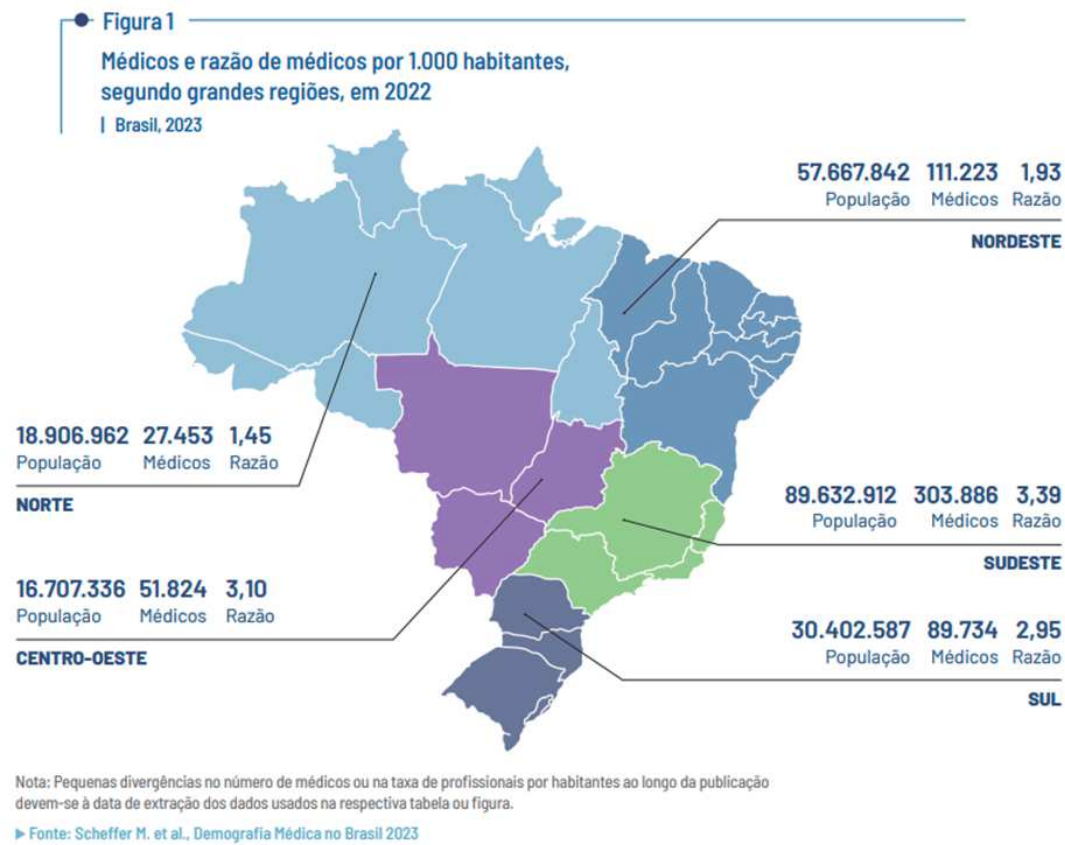


Em pouco mais de duas décadas, desde 2000, quando o Brasil contava com 219.896 médicos, o número de profissionais mais do que dobrou. No mesmo período, a população geral do país cresceu cerca de 27%.

O Norte, com 1,45 médicos por 1.000 habitantes, e o Nordeste, com 1,93, têm taxas abaixo da nacional. Com exceção da Paraíba, os demais 15 estados que compõem essas duas regiões têm menos de 2,4 médicos por 1.000 habitantes.

A região Sudeste, por sua vez, apresenta 3,39 médicos por 1.000 habitantes, seguida do Centro-Oeste (3,10) e Sul (2,95). A região Norte registra menos da metade da densidade de médicos do Sudeste. Os estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Pará e Roraima têm as menores densidades de médicos do país.

A figura a seguir apresenta os números médicos e razão de médicos por mil habitantes segundo grandes regiões.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4825470993>



O citado estudo vai além e examina a situação das capitais, regiões metropolitanas e interiores e conclui que o “Brasil das capitais” apresenta densidade de médicos (6,13) muito maior que as RMs (1,14) e os interiores (1,84).

Tabela 2

Médicos e razão de médicos por 1.000 habitantes, segundo agrupamentos de capitais, regiões metropolitanas e interiores, em 2022  
| Brasil, 2023

	Número de municípios	População	Médicos	Razão*
Capitais	27	50.916.038	312.246	6,13
RM	388	39.284.177	44.824	1,14
Interiores	1.155	123.117.424	225.996	1,84
BRASIL	5.570	213.317.639	514.215	2,41

\*Razão de médicos por 1.000 habitantes.  
Nota: Região Metropolitana (RM) não inclui capital.  
► Fonte: Scheffer M. et al., Demografia Médica no Brasil 2023

É importante que o Programa Agora Tem Especialistas tenha, entre seus objetivos, diminuir a carência de médicos, bem como de profissionais de enfermagem, nas regiões Norte e Nordeste, preferencialmente fora das capitais e regiões metropolitanas, que são as que têm menor razão de médicos por mil habitantes. Para isso, estamos alterando os pertinentes dispositivos da Lei do citado Programa para incluir a focalização da atuação dessa política pública nas áreas que têm mais carência de profissionais de saúde.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

<sup>[1]</sup> [https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023\\_8fev-1.pdf](https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023_8fev-1.pdf)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4825470993>



Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4825470993>



**MPV 1301  
00101****CONGRESSO NACIONAL**

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se o inciso V do § 1º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo suprimir o inciso V do §1º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, que impõe como requisito para fruição dos créditos financeiros a renúncia, pelo estabelecimento hospitalar, a quaisquer alegações de direito relacionadas a ações judiciais ou recursos que tenham por objeto créditos tributários a serem compensados.

Tal exigência revela-se inconstitucional, por afrontar diretamente o princípio da inafastabilidade da jurisdição, consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Ao condicionar o acesso a benefícios estatais à renúncia a ações judiciais em curso – inclusive ações coletivas – a norma cerceia o direito fundamental de acesso à Justiça, criando uma espécie de sanção indireta contra quem exercita legitimamente sua prerrogativa de litigar.

Ainda que se pretenda conferir racionalidade fiscal e segurança jurídica às compensações previstas, essa limitação revela-se desproporcional e incompatível com o devido processo legal. O dispositivo também compromete o exercício da defesa de direitos já reconhecidos ou em litígio, transferindo indevidamente ao particular o ônus de abrir mão de pretensões legítimas em troca de políticas públicas essenciais à saúde.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8508446384>

Ademais, o Programa em questão se ancora nos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, o qual pressupõe universalidade, equidade e integralidade. Não é admissível que o Estado imponha como contrapartida para a colaboração com o SUS a abdicação de direitos fundamentais.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8508446384>



**MPV 1301  
00102**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

O art. 2º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, fica acrescido de § 4º, com a seguinte redação.

“Art. 2º .....

.....

§ 4º Para os fins deste artigo, deverão ser estabelecidos instrumentos de priorização no acesso aos atendimentos médico-hospitalares previstos no Programa Agora Tem Especialistas, voltados às populações em situação de maior vulnerabilidade, com atenção especial aos povos originários, incluídos os indígenas e os quilombolas.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo assegurar que o Programa Agora Tem Especialistas, instituído pela Medida Provisória nº 1.301, de 2025, observe os princípios da equidade e da justiça social na distribuição dos atendimentos médico-hospitalares oferecidos à população.

A priorização de grupos em maior vulnerabilidade é compatível com os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), que reconhece as desigualdades regionais, culturais e étnico-raciais no acesso a serviços de saúde.



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8639940687>

Os indígenas e os quilombolas enfrentam, há décadas, barreiras estruturais, geográficas e históricas que dificultam o acesso a atendimentos especializados, o que compromete seus direitos fundamentais.

Estabelecer instrumentos de priorização específicos para essas populações contribui para a efetividade da política pública ora criada e está em consonância com a Constituição Federal, que reconhece os direitos e a identidade dos povos originários e das comunidades tradicionais.

Dessa forma, além de garantir maior eficiência na alocação dos recursos públicos, a medida reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da equidade em saúde.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8639940687>



**MPV 1301  
00103**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

O art. 2º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, fica acrescido de § 4º, com a seguinte redação.

“Art. 2º .....

.....

§ 4º Para os fins deste artigo, deverão ser estabelecidos instrumentos de priorização no acesso aos atendimentos médico-hospitalares previstos no Programa Agora Tem Especialistas, voltados às populações do campo, considerando-se as dificuldades de acesso a serviços especializados de saúde enfrentadas por essas comunidades.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa assegurar que o Programa Agora Tem Especialistas contemple, com prioridade, às populações do campo, que historicamente enfrentam dificuldades no acesso a atendimentos médico-hospitalares especializados.

A distância dos grandes centros urbanos, a precariedade dos serviços de saúde em áreas rurais e a escassez de profissionais especializados nessas regiões tornam essencial o estabelecimento de mecanismos que garantam o atendimento digno e adequado a essas comunidades.

A priorização das populações do campo está em plena consonância com os princípios constitucionais da universalidade e da equidade do Sistema



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8560410510>



Único de Saúde (SUS), além de reforçar o compromisso do Estado brasileiro com a redução das desigualdades no acesso a políticas públicas essenciais.

Ao estabelecer essa diretriz no âmbito da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, fortalece-se a efetividade do programa e assegura-se que os recursos públicos cheguem a quem mais precisa.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8560410510>



**MPV 1301  
00104**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

O art. 22 da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Ficam transformados, na forma do Anexo, no âmbito do Poder Executivo federal, trezentos e oito cargos efetivos vagos em cento e vinte e nove cargos efetivos vagos.

.....” (NR)

Suprima-se a segunda linha da tabela da alínea “a” do Anexo, que extingue oitenta e um (81) cargos de auxiliares de enfermagem, bem como ajuste-se o total para 308.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa preservar os cargos de auxiliares de enfermagem atualmente existentes no quadro de pessoal da administração pública federal, impedindo sua transformação em cargos de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária. Embora se reconheça a importância da atuação da ANVISA na regulação e fiscalização sanitária, é imprescindível garantir a manutenção de profissionais que atuam diretamente na linha de frente da atenção à saúde,



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2281083903>

especialmente em funções assistenciais de base, como é o caso dos auxiliares de enfermagem.

Esses profissionais exercem um papel insubstituível na prestação de cuidados básicos e contínuos aos pacientes, contribuindo de forma decisiva para o funcionamento dos serviços de saúde em hospitais, unidades básicas e outros equipamentos do SUS. Sua atuação é essencial para assegurar a qualidade do atendimento, o acolhimento humanizado e o suporte às equipes de enfermagem e de saúde de forma geral.

A extinção desses cargos representa não apenas um enfraquecimento da capacidade operacional da assistência direta à saúde, mas também um retrocesso na valorização das equipes multiprofissionais, que são fundamentais para a efetividade das políticas públicas de saúde. O fortalecimento da regulação sanitária deve caminhar junto com o fortalecimento da base da atenção à saúde — e não em detrimento dela.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2281083903>



**MPV 1301  
00105**

CONGRESSO NACIONAL

Gabinete do Senador Mecias de Jesus

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

O art. 7º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

Parágrafo único. As normas de que tratam o *caput* devem ser submetidas à consulta pública com participação aberta a todo cidadão e organização da sociedade civil, que poderão oferecer sugestões e contribuições para o seu texto, a serem respondidas e divulgadas.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por finalidade assegurar que as normas complementares a serem editadas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Fazenda, conforme previsto no art. 7º da Medida Provisória nº 1.301, de 2025, sejam previamente submetidas à consulta pública, com participação aberta a todo cidadão e a organizações da sociedade civil.

Tal medida visa fortalecer os princípios constitucionais da publicidade, moralidade e eficiência administrativa. A consulta pública é um instrumento que garante transparência ao processo de regulamentação, permitindo que a sociedade acompanhe, compreenda e contribua com a elaboração das normas que irão impactar diretamente a execução do Programa Agora Tem Especialistas. Ao possibilitar a manifestação da sociedade, ampliam-se



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4840489394>

as chances de que os regulamentos atendam de forma mais precisa e justa às reais demandas da população.

A participação social também aprimora a qualidade técnica das normas, ao permitir que diferentes experiências, visões e conhecimentos sejam incorporados desde a sua concepção. Além disso, o diálogo com a sociedade fortalece a legitimidade e a aceitação das medidas adotadas, reduzindo resistências e favorecendo a implementação eficaz da política pública.

Dessa forma, ao institucionalizar a consulta pública nesse processo, promove-se uma gestão mais democrática, participativa e alinhada com os valores do Estado de Direito.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta emenda, que contribuirá para uma administração pública mais transparente, eficiente e sensível às necessidades da sociedade.

Sala da comissão, 6 de junho de 2025.

**Senador Mecias de Jesus**  
**(REPUBLICANOS - RR)**



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4840489394>



**MPV 1301  
00106**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se ao § 2º do art. 4º da Medida Provisória a seguinte redação:

“Art. 4º .....

.....”

§ 2º Os créditos financeiros de que trata esta Medida Provisória serão limitados anualmente ao valor de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) e o Poder Executivo deverá justificar detalhadamente cada crédito financeiro concedido.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A instituição do "Programa Agora Tem Especialistas", embora com o objetivo meritório de reduzir filas, baseia-se em um mecanismo de renúncia fiscal que pode alcançar R\$ 2 bilhões anuais, conforme estabelecido no dispositivo que ora se propõe modificar. A alteração deste dispositivo é uma medida de prudência e responsabilidade fiscal. Forçará um debate mais aprofundado sobre a sustentabilidade e a real necessidade de um subsídio dessa magnitude ao setor privado, especialmente quando comparado a alternativas de investimento direto no fortalecimento da rede pública do SUS.

Como membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) tenho o dever de zelar pela higidez das contas públicas. A concessão de um benefício tributário tão expressivo, por meio de Medida Provisória e sem estudos de impacto robustos que comparem sua eficiência com outras políticas, configura um risco fiscal inaceitável. Com a nova redação proposta,



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256478864000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



obrigará o Poder Executivo a justificar detalhadamente cada crédito financeiro concedido e permitirá ao Congresso Nacional exercer um controle mais efetivo e pormenorizado sobre a execução orçamentária do programa, garantindo maior transparência e o uso adequado dos recursos públicos, caso o programa venha a ser aprovado em sua essência.

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256478864000>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



**MPV 1301  
00107**



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
**(à MPV 1301/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 5º e ao § 2º do art. 5º; e acrescente-se § 3º ao art. 5º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 5º** Os créditos financeiros de que trata esta Medida Provisória, apurados mensalmente, serão utilizados exclusivamente na compensação de débitos relativos a contribuições sociais devidas à Seguridade Social, inscritos ou não em dívida ativa da União, vedada a compensação com outros tributos federais.

.....  
§ 2º Os créditos financeiros apurados nos termos do disposto nesta Medida Provisória serão prioritariamente usados na compensação com débitos de contribuições sociais objeto de negociação de dívidas no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**I – (Suprimir)**

**II – (Suprimir)**

§ 3º A utilização dos créditos para compensação dependerá de auditoria prévia e comprovação da efetiva prestação dos serviços médico-hospitalares pelo Ministério da Saúde, com acompanhamento do Tribunal de Contas da União.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

**JUSTIFICAÇÃO**

A redação original do Art. 5º da MPV 1.301/2025 permite que os créditos financeiros gerados pelo Programa Agora Tem Especialistas sejam



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255462022900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy





compensados com quaisquer tributos federais, o que representa uma renúncia fiscal excessivamente ampla e desvinculada do propósito social alegado.

Esta emenda modificativa propõe duas alterações cruciais. Primeiramente, restringe a possibilidade de compensação exclusivamente aos débitos relativos às contribuições sociais devidas à Seguridade Social (Art. 195 da CF/88). Tal medida direciona o benefício fiscal para o financiamento da própria seguridade, garantindo que a renúncia de receita reverta, ainda que indiretamente, para a área social, em consonância com os objetivos do SUS.

Em segundo lugar, a emenda introduz um novo parágrafo (§ 3º) que condiciona a utilização dos créditos à realização de auditoria prévia e à comprovação da efetiva prestação dos serviços médico-hospitalares contratados no âmbito do programa. Exige-se, ainda, o acompanhamento do Tribunal de Contas da União (TCU). Este mecanismo fortalece significativamente o controle financeiro (essencial sob a ótica da CF/88) e assegura que a renúncia fiscal concedida corresponda, de fato, a uma contrapartida em serviços de saúde para a população, prevenindo que o programa se transforme em um mero instrumento de redução da carga tributária geral das empresas participantes, sem o devido foco no fortalecimento da saúde pública e na correta aplicação dos recursos públicos.

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255462022900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



**MPV 1301  
00108**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Suprima-se o art. 13 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Art. 13 da Medida Provisória em análise estabelece a dispensa de licitação para a contratação do Grupo Hospitalar Conceição S.A. (GHC) pelos órgãos e entidades da administração pública, sempre que as atividades se relacionarem ao seu objeto social. Embora a dispensa de licitação seja prevista em hipóteses específicas na Lei nº 14.133/2021, a generalização proposta pela MPV para todas as contratações do GHC representa uma afronta ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, insculpido no Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

A licitação pública é o instrumento por excelência para garantir a isonomia entre os potenciais contratados e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promovendo a eficiência e a economicidade na gestão dos recursos públicos. A dispensa generalizada, como prevista no Art. 13, fragiliza os mecanismos de controle e transparência, abrindo um precedente perigoso que pode levar a contratações antieconômicas ou direcionadas, em prejuízo do erário.

A supressão deste artigo não impede que o GHC seja contratado pela administração pública, mas garante que tais contratações ocorram mediante o devido processo licitatório, ressalvadas apenas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade estritamente previstas na legislação geral de licitações e contratos. Esta medida resguarda o interesse público, fortalece a fiscalização financeira e o



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256634387400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



controle (CFFC) e assegura a plena conformidade com os preceitos constitucionais (CCJ).

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.

\* C D 2 5 6 6 3 4 3 8 7 4 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256634387400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



**MPV 1301  
00109**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Dê-se nova redação ao § 3º do art. 47-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, como proposto pelo art. 16 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 47-A.** .....

.....

**§ 3º** O Ministério da Saúde prestará apoio técnico e financeiro aos entes federativos para garantir o adequado registro e envio das informações de que trata o § 1º, priorizando aqueles com maiores dificuldades operacionais, antes de aplicar quaisquer restrições à análise de novas habilitações, credenciamentos ou majoração de valores.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A criação de um sistema nacional de dados públicos sobre o tempo de espera na atenção especializada (Art. 47-A da Lei 8.080/90, incluído pela MPV) é uma iniciativa meritória para aumentar a transparência e subsidiar a gestão do SUS. Contudo, a redação original do § 3º condiciona a análise de novas habilitações, credenciamentos e repasses financeiros ao cumprimento da obrigação de enviar os dados ao Ministério da Saúde.

Essa abordagem, embora vise garantir a alimentação do sistema, pode se revelar excessivamente punitiva e desproporcional, especialmente para municípios menores ou com menor capacidade técnica e financeira para implementar e manter os sistemas de registro e envio de informações. A



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254153633700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



aplicação de sanções financeiras ou administrativas pode agravar as dificuldades desses entes, prejudicando o acesso da população aos serviços de saúde.

Esta emenda modificativa propõe uma abordagem mais colaborativa e equitativa. Em vez de simplesmente penalizar, estabelece que o Ministério da Saúde deve, prioritariamente, oferecer apoio técnico e financeiro aos entes federativos, focando naqueles com maiores dificuldades, para viabilizar o cumprimento da obrigação. Somente após esgotadas as medidas de apoio é que se poderiam cogitar restrições, garantindo assim a razoabilidade e a proporcionalidade da norma (princípios essenciais à luz da CCJ) e evitando que a falta de estrutura se torne um impeditivo para o recebimento de recursos essenciais (aspecto relevante para a CFFC), promovendo a equidade e a cooperação federativa no SUS.

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD254153633700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



**MPV 1301  
00110**

CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025**  
(à MPV 1301/2025)

Suprima-se o § 10 do art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, como proposto pelo art. 18 da Medida Provisória.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória propõe, em seu Art. 18, a inclusão de um § 10 ao Art. 32 da Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/1998), permitindo que a obrigação das operadoras de planos de saúde de ressarcirem o SUS pelos atendimentos prestados a seus beneficiários seja convertida em prestação de serviços no âmbito do próprio SUS.

Esta proposta é extremamente prejudicial ao financiamento do Sistema Único de Saúde e desvirtua completamente a natureza jurídica e o propósito do mecanismo de ressarcimento. O ressarcimento visa recompor os cofres públicos pelos gastos incorridos pelo SUS ao atender pacientes que possuem cobertura privada, garantindo que esses recursos financeiros retornem ao Fundo Nacional de Saúde para serem reinvestidos no fortalecimento da rede pública.

A conversão dessa obrigação financeira em prestação de serviços cria enormes dificuldades para a fiscalização e o controle por parte dos órgãos competentes, incluindo a CFFC e o TCU. A valoração dos serviços a serem prestados em substituição ao pagamento em dinheiro é complexa e subjetiva, abrindo ampla margem para que o valor efetivamente compensado seja



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252391743100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



inferior ao montante financeiro devido, configurando um benefício indevido às operadoras e um prejuízo ao erário.

Ademais, a medida representa um claro favorecimento ao setor privado de saúde, que se eximiria de sua obrigação de pagamento em espécie, enquanto o SUS deixaria de receber recursos essenciais para sua manutenção e expansão. Do ponto de vista da CCJ, a constitucionalidade dessa conversão é duvidosa, pois pode comprometer o financiamento da saúde pública (Art. 198, § 1º, CF/88). A supressão deste dispositivo é, portanto, fundamental para garantir a integridade financeira do SUS, a efetividade do ressarcimento e a correta aplicação dos recursos públicos.

Sala da comissão, 4 de junho de 2025.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252391743100>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



**MPV 1301  
00111****EMENDA Nº - CMMPV 1301/2025  
(à MPV 1301/2025)**

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo: **Art.** A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 7º**

.....

.....

.....

**§ 8º** As atividades da Agência deverão priorizar a inovação e o fomento ao desenvolvimento tecnológico de fármacos e de medicamentos produzidos no mercado interno brasileiro.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A promoção da pesquisa e o fortalecimento da produção de fármacos e medicamentos no Brasil são essenciais para a constante melhoria da saúde pública. Ao priorizar a inovação nesse setor, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) contribui para o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos, ampliando o acesso da população brasileira à saúde de qualidade.

Além disso, o artigo 219 da Constituição Federal de 1988 estabelece a importância de considerar o mercado interno como um patrimônio nacional, o qual deve ser incentivado para promover o desenvolvimento cultural, socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país.

Considerando a ANVISA como uma das Agências essenciais no sistema de saúde brasileiro e seu papel como indutora do desenvolvimento econômico e social, permitindo que toda a população tenha acesso a

\* 0 0 2 5 5 4 7 9 5 3 3 0 0 \*



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Fernando Máximo





medicamentos com qualidade, eficácia e segurança, a referida alteração se revela imprescindível

\* C D 2 5 5 4 7 9 5 3 3 3 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255479533300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Fernando Máximo



para o alinhamento institucional e o cumprimento da missão constitucional. Assim, a presente sugestão de alteração legislativa visa fortalecer e viabilizar o desenvolvimento do mercado interno de medicamentos no Brasil.

Sala da comissão, de junho de 2025.

**Dep. Dr. Fernando Máximo**  
**(União Brasil/RO)**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255479533300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Fernando Máximo





# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2025, que *"Altera a Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Damião Feliciano (UNIÃO/PB)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)





CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

PLN 1/2025

00001

EMENDA DE ALTERAÇÃO À LEI DE DIRETRIZES

ORÇAMENTÁRIAS - LDO

FORMULÁRIO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI

AUTOR DA EMENDA

PROPOSIÇÃO

DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO

PLN 01/2025

TIPO DE EMENDA

REFERÊNCIA

MODALIDADE

individual

modificativa

Art. 1º

TEXTO PROPOSTO

Modifique-se o art. 1º do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2025:

Art. 1º A Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 118. ....

VII - a revisão geral anual de que trata o inciso X do caput do art. 37 da Constituição, observado o disposto no inciso VIII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997.; e

VIII – a alteração do número total de Deputados Federais, a fim de garantir a proporcionalidade populacional prevista no § 1º do art. 45 da Constituição.

....." (NR).

"Art.

139. ....

§

2º .....

IV - benefícios tributários previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, na Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e na Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024; e

V - benefícios tributários de proposições legislativas apresentadas pelo Poder Executivo federal associados à redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a fim de atender ao critério da progressividade tributária de que trata o art. 153, § 2º, inciso I, da Constituição." (NR)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256793499900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Damião Feliciano





CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

**EMENDA DE ALTERAÇÃO À LEI DE DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS - LDO**

**FORMULÁRIO DE EMENDAS AO TEXTO DA LEI**

**JUSTIFICATIVA**

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 38, deu ao Congresso Nacional o prazo até 30 de junho de 2025 para aprovar uma lei complementar que redimensione o tamanho das bancadas de Deputados Federais.

Em atendimento a essa decisão, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 177, de 2023, que fixa o número de parlamentares em 531, ampliando em 18 vagas a composição da Casa a partir da próxima legislatura. Diante disso, a presente emenda tem por objetivo incluir autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias para a criação desses novos cargos de deputados federais em cumprimento ao inciso II do § 1º do artigo 169 da Constituição.

Assinatura



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256793499900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Damião Feliciano



## Estabelecimento de calendários





# CONGRESSO NACIONAL

## Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 1/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 09/06/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 09/06/2025 a 09/06/2025
- Apresentação de emendas: de 10/06/2025 a 10/06/2025 (18h)
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 10/06/2025 (18h) a 10/06/2025 (20h)
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 11/06/2025 a 12/06/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

\* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





# CONGRESSO NACIONAL

## Calendário de tramitação de projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (pLDO)

PLN 2/2025

(Art. 92, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Publicação em avulso eletrônico: de 09/06/2025 (18h32) a 09/06/2025
- Realização de audiências públicas: de 10/06/2025 a 17/06/2025
- Publicação do relatório preliminar: de 10/06/2025 a 17/06/2025
- Apresentação de emendas ao relatório preliminar: de 18/06/2025 a 18/06/2025 (18h)
- Votação do relatório preliminar e suas emendas: de 19/06/2025 a 24/06/2025
- Apresentação de emendas ao projeto: de 25/06/2025 a 02/07/2025
- Publicação em avulso eletrônico das emendas ao projeto: de 03/07/2025 a 03/07/2025 (14h)
- Votação do relatório final: de 03/07/2025 (14h) a 09/07/2025
- Encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 10/07/2025 a 11/07/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

\* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.





# Projeto de Lei do Congresso Nacional





# CONGRESSO NACIONAL

## PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2025

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 816.647.541,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Mensagem nº 671 de 2025, na origem

### DOCUMENTOS:

- [Projeto de Lei](#)
- [Anexo](#)
- [Exposição de Motivos](#)
- [Mensagem](#)

**PUBLICAÇÃO:** DCN de 12/06/2025



[Página da matéria](#)

Avulso do PLN 3/2025 [1 de 8]



## PROJETO DE LEI

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 816.647.541,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

### **O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025), em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 816.647.541,00 (oitocentos e dezesseis milhões seiscentos e quarenta e sete mil quinhentos e quarenta e um reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de incorporação de excesso de arrecadação de Doações Nacionais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito									
UNIDADE: 74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE - MDR									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
								Crédito Suplementar	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2317	Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial								816.647.541
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
2317 0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007)	28 846							816.647.541
2317 0355 0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste –FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007) - Nacional	28 846							816.647.541
			F	5-IFI	0	90	0	1096	816.647.541
TOTAL - FISCAL									816.647.541
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									816.647.541



EM nº 00021/2025 MPO

Brasília, 30 de Maio de 2025

Senhor Presidente da República,

1. Proponho a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025), no valor de R\$ 816.647.541,00 (oitocentos e dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais), em favor de Operações Oficiais de Crédito, conforme Quadro anexo a esta Exposição de Motivos.
2. O crédito em pauta visa à suplementação, no âmbito de Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE – MDR, de programação referente ao financiamento de projetos do setor produtivo, destinando recursos às companhias concessionárias de serviços públicos do setor de logística ferroviária, em projetos que já tenham recebido aportes oriundos do FDNE, em atendimento à Lei nº 15.102, de 15 de janeiro de 2025.
3. O pleito em referência será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta da incorporação de excesso de arrecadação de Doações Nacionais, observado o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Em relação ao que dispõe o art. 51, § 4º, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, LDO-2025, ressalta-se que a alteração não afeta a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se refere à suplementação de despesas financeiras, não consideradas no cálculo da referida meta.
5. Quanto aos limites individualizados para as despesas primárias, vale informar que a alteração em questão está de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, haja vista que não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites, pois se trata de suplementação de despesas financeiras não consideradas na base de cálculo dos citados limites.
6. No que diz respeito ao disposto no art. 167, caput, inciso III, da Constituição Federal, "Regra de Ouro", informa-se que a alteração proposta afeta positivamente o cumprimento da Regra.
7. Em atendimento ao § 5º do art. 51 da LDO-2025, segue, anexo à Exposição de Motivos, o demonstrativo de excesso de arrecadação utilizado no presente ato.
8. Ressalte-se, por oportuno, que a alteração em pauta decorre de solicitação formalizada por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.
9. Diante do exposto, submeto à sua consideração o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar

Avulso do PLN 3/2025 [4 de 8]



a abertura de crédito suplementar.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gustavo Jose de Guimaraes e Souza*

Avulso do PLN 3/2025 [5 de 8]



QUADRO ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
Nº 21, DE 30/05/2025

R\$ 1,00		
Discriminação	Suplementação	Origem dos Recursos
<b>Operações Oficiais de Crédito</b>	<b>816.647.541</b>	<b>0</b>
- Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR	816.647.541	0
<b>Excesso de arrecadação referente a Doações Nacionais</b>	<b>0</b>	<b>816.647.541</b>
<b>Total</b>	<b>816.647.541</b>	<b>816.647.541</b>



DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO  
(Art. 51, § 5º, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024)

Fonte: 096 - Doações Nacionais

Unidade Orçamentária: 74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - MDR

NATUREZA	2025		R\$ 1,00
	L EI	REESTIMATI VA (B)	EXCESSO/ FRUSTRAÇ ÃO (C) =
24400000 - Transferências de Instituições Privadas	0	1.060.000.000	1.060.000.000
Total	0	1.060.000.000	1.060.000.000
(D) Créditos Especiais e Extraordinários Reabertos			0
Abertos			0
Em Tramitação			0
Valor deste crédito			0
(E) Créditos Extraordinários			0
Abertos			0
Em Tramitação			0
Valor deste crédito			0
(F) Créditos Suplementares e Especiais			816.647.541
Abertos			0
Em Tramitação			0
Valor deste crédito			816.647.541
(G) Outras alterações orçamentárias			0
Abertos			0
Em Tramitação			0
Valor deste crédito			0
(H) Saldo = (C) - (D) - (E) - (F) - (G)			243.352.459

Cenário de projeção de receitas: Créditos 2025-05-23-V01, divulgado em 23/05/2025 11:34:43





## MENSAGEM Nº 671

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 816.647.541,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”.

Brasília, 4 de junho de 2025.

Avulso do PLN 3/2025 [8 de 8]





# CONGRESSO NACIONAL

## Calendário de tramitação de projetos de lei de créditos adicionais

PLN 3/2025

(Art. 112, da Res. 1/2006-CN)

A matéria será publicada no Diário do Congresso Nacional.

- Data do despacho: 09/06/2025
- Publicação em avulso eletrônico: de 09/06/2025 a 09/06/2025
- Apresentação de emendas: de 10/06/2025 a 10/06/2025 (18h)
- Publicação em avulso eletrônico das emendas: de 10/06/2025 (18h) a 10/06/2025 (20h)
- Votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional: de 11/06/2025 a 12/06/2025

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

\* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.



# Vetos



**Publicação** da Mensagem do Presidente da República nº 670 de 2025, em 04 de junho de 2025, **recebida em 05 de junho de 2025**, que comunica as razões do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 1.958 de 2021. (**Veto nº 15 de 2025**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 04/07/2025**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





# CONGRESSO NACIONAL

## VETO N° 15, DE 2025

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 1.958 de 2021, que "Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014".

Mensagem nº 670 de 2025, na origem  
DOU de 04/06/2025

Recebido o veto no Senado Federal: 05/06/2025  
Sobrestando a pauta a partir de: 05/07/2025

### DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

**PUBLICAÇÃO:** DCN de 12/06/2025



[Página da matéria](#)

Avulso do VET 15/2025 [1 de 8]



## DISPOSITIVOS VETADOS

- 15.25.001: inciso III do "caput" do art. 3º
- 15.25.002: inciso IV do "caput" do art. 3º
- 15.25.003: inciso V do "caput" do art. 3º



## MENSAGEM Nº 670

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.958, de 2021, que “Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.”.

Ouvidos, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

**Inciso III do caput do art. 3º do Projeto de Lei**

“III - a adoção de critérios mistos de avaliação, que observem o contexto sociocultural e regional;”

**Razões do veto**

“Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao propor a adoção de critérios mistos de avaliação com a utilização de termo com conteúdo abstrato como ‘contexto sociocultural e regional’, pois tornaria subjetivo o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas e colocaria em risco o princípio da isonomia e da igualdade de condições nos concursos públicos.”

**Incisos IV e V do caput do art. 3º do Projeto de Lei**

Avulso do VET 15/2025 [3 de 8]



2

“IV - decisão colegiada fundamentada e tomada por unanimidade, caso se conclua por atribuição identitária diversa daquela autodeclarada pelo candidato;”

“V - a garantia de recurso da decisão de que trata o inciso IV em prazo razoável.”

### **Razões dos vetos**

“Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público ao estabelecer a adoção do critério de unanimidade para os casos de decisão colegiada, o que poderia comprometer a política pública ao ensejar elevado risco de judicialização da matéria. Nesse viés, ao vetar o mencionado inciso IV, procedemos ao veto ao inciso V do caput do art. 3º do Projeto de Lei, por arrastamento.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados no Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 3 de junho de 2025.

Avulso do VET 15/2025 [4 de 8]





**SENADO FEDERAL**

Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** É reservado às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas:

I – nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

II – nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 (Lei de Contratação Temporária de Interesse Público), para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas.

§ 1º Ato do Poder Executivo regulamentará as vagas reservadas a indígenas e a quilombolas previstas no **caput** deste artigo.

§ 2º O percentual previsto no **caput** deste artigo será aplicado sobre a totalidade das vagas expressamente previstas no edital do concurso público ou do processo seletivo simplificado e sobre as demais vagas que surgirem durante a validade do certame.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:

I – pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma de regulamento;





## SENADO FEDERAL

II – pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena;

III – pessoa quilombola: aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

**Art. 3º** Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados estabelecerão procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas e pardas, nos termos do disposto em regulamento, observando-se, no mínimo:

I – a padronização das normas em nível nacional;

II – a participação de especialistas com formação relacionada às relações étnicas e raciais e compreensão da política de cotas brasileira e que correspondam à diversidade racial e de gênero populacional;

III – a adoção de critérios mistos de avaliação, que observem o contexto sociocultural e regional;

IV – decisão colegiada fundamentada e tomada por unanimidade, caso se conclua por atribuição identitária diversa daquela autodeclarada pelo candidato;

V – a garantia de recurso da decisão de que trata o inciso IV em prazo razoável.

§ 1º Serão submetidas ao procedimento de confirmação da autodeclaração todas as pessoas habilitadas no certame que optarem por concorrer às vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, ainda que tenham obtido conceito ou pontuação suficiente para aprovação na ampla concorrência.

§ 2º Na hipótese de indeferimento da autodeclaração no procedimento de confirmação, as pessoas poderão prosseguir no concurso público ou no processo seletivo simplificado pela ampla concorrência, desde que possuam, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

§ 3º O procedimento de que trata o **caput** será reavaliado a cada 2 (dois) anos, mediante a participação da sociedade civil e de representantes de órgãos da esfera federal, estadual e municipal, conforme regulamento.

§ 4º Os procedimentos para a confirmação complementar à autodeclaração de indígenas e quilombolas serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 4º** Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé na autodeclaração, o órgão ou a entidade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo simplificado instaurará procedimento administrativo para averiguação dos fatos, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Na hipótese de o procedimento administrativo de que trata o **caput** deste artigo concluir pela ocorrência de fraude ou má-fé, o candidato:

I – será eliminado do concurso público ou do processo seletivo simplificado, caso o certame ainda esteja em andamento; ou





## SENADO FEDERAL

II – terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso já tenha sido nomeado.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, o resultado do procedimento será encaminhado:

I – ao Ministério Público, para apuração de eventual ocorrência de ilícito penal; e

II – à Advocacia-Geral da União, para apuração da necessidade de ressarcimento ao erário.

**Art. 5º** A reserva de vagas de que trata o art. 1º desta Lei será aplicada sempre que o número de vagas oferecido no concurso público ou no processo seletivo simplificado for igual ou superior a 2 (dois).

§ 1º Serão previstas em regulamento medidas específicas para evitar o fracionamento de vagas em mais de 1 (um) certame que acarrete prejuízo à reserva de vagas de que trata esta Lei.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para as vagas reservadas a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, o número será:

I – aumentado para o primeiro inteiro subsequente, na hipótese de fração igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos); ou

II – diminuído para o inteiro imediatamente inferior, na hipótese de fração menor do que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Nos concursos públicos e nos processos seletivos simplificados em que o número de vagas seja inferior a 2 (dois), ou em que haja apenas cadastro de reserva, as pessoas que se enquadrarem nos requisitos previstos no art. 2º desta Lei poderão se inscrever por meio de reserva de vagas para candidatos pretos e pardos, indígenas e quilombolas.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º deste artigo, caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, serão observadas a reserva de vagas e a nomeação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas, na forma prevista nesta Lei.

**Art. 6º** Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados garantirão a participação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame, sempre que atingida a nota ou a pontuação mínima exigida em cada fase, nos termos de regulamento.

**Art. 7º** As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência.

§ 1º As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso ou do processo seletivo simplificado tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas.

§ 2º As pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa preta e parda, indígena ou quilombola aprovada na





## SENADO FEDERAL

posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

**Art. 8º** Na hipótese de número insuficiente de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

**Art. 9º** A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado a pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas e a outros grupos previstos na legislação.

§ 1º Na hipótese de todos os aprovados da ampla concorrência serem nomeados e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, poderão ser nomeados os aprovados que ainda se encontrarem na lista da reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

§ 2º A ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação das pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas aprovadas será utilizada durante a vida funcional do servidor em todas as hipóteses nas quais a classificação no concurso público seja critério de avaliação ou de desempate.

**Art. 10.** Os órgãos do Poder Executivo federal responsáveis pela gestão e inovação em serviços públicos, pela promoção da igualdade racial, pela implementação da política indigenista e pela promoção dos direitos humanos e da cidadania realizarão o acompanhamento e o monitoramento do disposto nesta Lei.

**Art. 11.** O disposto nesta Lei não se aplicará aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados anteriormente à data de sua entrada em vigor, permanecendo regidos pela Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

**Art. 12.** O Poder Executivo federal promoverá a revisão do programa de ação afirmativa de que trata esta Lei no prazo de 10 (dez) anos, contado da data de sua entrada em vigor.

**Art. 13.** Fica revogada a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, ressalvado o disposto no art. 11 desta Lei.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente do Senado Federal



**Publicação** da Mensagem do Presidente da República nº 703 de 2024, em 09 de junho de 2025, **recebida em 09 de junho de 2025**, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024. (**Veto nº 16 de 2025**)

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional **encerrar-se-á em 08/07/2025**.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes a Mensagem e o autógrafo do projeto:





## CONGRESSO NACIONAL

### VETO N° 16, DE 2025

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que "Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais; autoriza a participação da União no Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos; dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere para repasses do Fundo Nacional de Meio Ambiente aos entes subnacionais a fim de financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais; dispõe sobre medidas de fortalecimento da capacidade operacional e logística de resposta a emergências; altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 7.797, de 10 de julho de 1989, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; e revoga as Medidas Provisórias nºs 1.276, de 22 de novembro de 2024, e 1.278, de 11 de dezembro de 2024".

Mensagem nº 703 de 2025, na origem  
DOU de 09/06/2025

Recebido o veto no Senado Federal: 09/06/2025  
Sobrestando a pauta a partir de: 09/07/2025

#### DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 12/06/2025





[Página da matéria](#)

Avulso do VET 16/2025 [2 de 13]



# DISPOSITIVOS VETADOS

- 16.25.001: "caput" do art. 14





## MENSAGEM Nº 703

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3.469, de 2024, que “Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais; autoriza a participação da União no Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos; dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere para repasses do Fundo Nacional de Meio Ambiente aos entes subnacionais a fim de financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais; dispõe sobre medidas de fortalecimento da capacidade operacional e logística de resposta a emergências; altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 7.797, de 10 de julho de 1989, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; e revoga as Medidas Provisórias nºs 1.276, de 22 de novembro de 2024, e 1.278, de 11 de dezembro de 2024.”.

Ouvidos, o Ministério do Planejamento e Orçamento e o Ministério da Fazenda manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo do Projeto de Lei:

**Art. 14. do Projeto de Lei**

“Art. 14. Fica o fundo gerido nos termos do Decreto nº 12.412, de 18 de março de 2025, isento do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), inclusive no que se refere aos ganhos líquidos mensais e à retenção na fonte sobre os rendimentos auferidos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável do fundo e de seus cotistas na aplicação desses recursos.”

**Razões do veto**

“Em que pese a boa intenção do legislador, a propositura legislativa é inconstitucional e contraria o interesse público, ao instituir benefício tributário que acarreta renúncia de receita, sem a apresentação de estimativa de impacto

Avulso do VET 16/2025 [4 de 13]



2

orçamentário e financeiro, sem a demonstração de consideração da renúncia na Lei Orçamentária ou sem a apresentação de medida de compensação, além de não haver previsão de limitação temporal, de cinco anos de vigência, em descumprimento ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 129 e seguintes da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025.”

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me conduziram a vetar os dispositivos mencionados do Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de junho de 2025.

Avulso do VET 16/2025 [5 de 13]



**SENADO FEDERAL**

Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais; autoriza a participação da União no Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos; dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere para repasses do Fundo Nacional de Meio Ambiente aos entes subnacionais a fim de financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais; dispõe sobre medidas de fortalecimento da capacidade operacional e logística de resposta a emergências; altera as Leis nºs 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 7.797, de 10 de julho de 1989, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; e revoga as Medidas Provisórias nºs 1.276, de 22 de novembro de 2024, e 1.278, de 11 de dezembro de 2024.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais, autoriza a participação da União no Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos, dispensa a celebração de convênio ou instrumento congênere para repasses do Fundo Nacional de Meio Ambiente aos entes subnacionais a fim de financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios

Avulso do VET 16/2025 [6 de 13]





## SENADO FEDERAL

florestais e dispõe sobre medidas de fortalecimento da capacidade operacional e logística de resposta a emergências.

**Art. 2º** Fica autorizada a aplicação de medidas excepcionais para a concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais.

§ 1º A aplicação das medidas excepcionais de que trata esta Lei dependerá da declaração ou do reconhecimento do estado de calamidade pública ou da situação de emergência pelo Poder Executivo federal, nos termos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e essas medidas vigorarão enquanto perdurar esse estado ou situação.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal poderá regulamentar a aplicação das medidas excepcionais de que trata esta Lei, observada a legislação vigente relativa à transparência, ao controle e à fiscalização.

**Art. 3º** Na hipótese de aplicação do disposto no art. 2º desta Lei, a administração pública federal, estadual e distrital, no âmbito das aplicações reembolsáveis e não reembolsáveis em ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais, fica autorizada a:

I – receber empréstimos, financiamentos, doações e outros benefícios de instituições financeiras privadas e públicas, enquanto irregulares ou pendentes a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária e o cumprimento de outros requisitos de habilitação de que tratam:

- a) o art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967;
- b) as alíneas “b” e “c” do **caput** do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- c) o art. 10 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994;
- d) o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995;
- e) o art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;
- f) o § 1º do art. 362 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) a alínea “a” do inciso I do **caput** do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- h) o art. 20 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e

II – importar bens, softwares ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preço equivalentes, desde que declarada a impossibilidade do fornecimento do bem ou da prestação do serviço por empresa nacional, de acordo com a metodologia definida pela instituição financeira.

§ 1º O disposto no inciso I do **caput** deste artigo não afasta a aplicação:

I – do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, que se verificará por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda; e





## SENADO FEDERAL

II – de regras de adimplência exigidas em lei de diretrizes orçamentárias para a concessão ou a renegociação de empréstimos ou de financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento.

§ 2º Observado o disposto no inciso II do § 1º, o afastamento da regularidade ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) previsto no inciso I do **caput** deste artigo aplica-se exclusivamente aos débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido após 1º de maio de 2024.

**Art. 4º** Constatadas, a qualquer tempo, a presença de vícios nos documentos apresentados ou a inexistência do estado de calamidade pública ou da situação de emergência declarados, o ente beneficiário ficará obrigado a devolver os valores repassados, atualizados conforme critérios estabelecidos no instrumento de colaboração financeira.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo será aplicado caso o ente beneficiário descumpra o disposto no art. 3º desta Lei, hipótese em que a devolução incidirá sobre os valores correspondentes ao período do descumprimento.

**Art. 5º** Fica a União autorizada a participar de fundo que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei, tenha por finalidade apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas.

**Art. 6º** O fundo de que trata o art. 5º desta Lei terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora e será sujeito a direitos e obrigações próprios.

§ 1º O fundo de que trata o art. 5º desta Lei poderá ser criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pela Caixa Econômica Federal.

§ 2º Os bens e os direitos integrantes do patrimônio do fundo, seus frutos e rendimentos não se comunicarão com o patrimônio da Caixa Econômica Federal, observadas, quanto a tais bens e direitos, as seguintes restrições:

I – não integrarão o ativo da Caixa Econômica Federal;

II – não responderão direta ou indiretamente por qualquer obrigação da Caixa Econômica Federal;

III – não comporão a lista de bens e de direitos da Caixa Econômica Federal, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;

IV – não poderão ser dados em garantia de débito de operação da Caixa Econômica Federal;

V – não serão passíveis de execução por quaisquer credores da Caixa Econômica Federal, por mais privilegiados que possam ser; e

VI – não poderão, se imóveis, ser gravados com quaisquer ônus reais.

§ 3º O patrimônio do fundo será formado:

I – pela integralização de cotas;

II – pelo resultado das aplicações financeiras dos seus recursos;





## SENADO FEDERAL

III – por doações em dinheiro, de bens móveis e imóveis ou de direitos de qualquer espécie, feitas por pessoas jurídicas ou físicas, domiciliadas no País ou residentes no exterior;

IV – por recursos decorrentes de acordos e de ajustes celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e

V – por outras fontes definidas em estatuto.

§ 4º O fundo responderá por suas obrigações com os bens e os direitos alocados para a finalidade de que trata o art. 5º desta Lei, e o cotista ou seus agentes públicos não responderão por qualquer obrigação ou eventual prejuízo do fundo, exceto o cotista pela integralização das cotas que subscrever.

§ 5º O agente administrador poderá firmar contratos, acordos ou ajustes que estabeleçam deveres e obrigações necessários à realização de suas finalidades, desde que as obrigações assumidas não ultrapassem a disponibilidade financeira do fundo.

§ 6º A integralização de cotas pela União será autorizada em ato do Ministro de Estado da Fazenda e poderá ser realizada por meio de aporte da União previsto em lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

§ 7º A representação da União na assembleia de cotistas ocorrerá nos termos do inciso V do **caput** do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 8º O fundo de que trata o art. 5º desta Lei:

I – não poderá contar com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e dos direitos integrantes de seu patrimônio; e

II – deverá conter previsão para a participação de cotistas, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive de direito público.

§ 9º É permitida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no fundo de que trata o art. 5º desta Lei por meio da integralização de cotas a que se refere o inciso I do § 3º deste artigo, na forma estabelecida em regulamento.

**Art. 7º** Fica instituído o Comitê Gestor com a finalidade de estabelecer critérios e plano de aplicação de recursos, e suas atualizações, para apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas.

Parágrafo único. A composição e as competências do Comitê Gestor serão estabelecidas em regulamento.

**Art. 8º** Fica criado o Comitê de Participação do Fundo, cujas composição e competências serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Compete ao Comitê, entre outras competências estabelecidas em regulamento:

I – avaliar proposta de estatuto e suas alterações, previamente à sua aprovação pela assembleia de cotistas, e orientar quanto ao aceite ou não da alteração; e

II – demonstrar os resultados do fundo e dar publicidade a eles.

**Art. 9º** O estatuto do fundo disporá, entre outros aspectos, sobre:

I – a forma de remuneração da instituição administradora do fundo;





## SENADO FEDERAL

II – as hipóteses, as condições e os limites máximos de atuação do fundo em apoio financeiro não reembolsável ou reembolsável mediante concessão de empréstimos;

III – as sanções aplicáveis na hipótese de descumprimento dos termos pactuados com os receptores dos recursos do fundo;

IV – a contratação de instituições parceiras de qualquer natureza para a consecução de suas finalidades;

V – a política de investimento;

VI – a governança do fundo, com regras relativas:

a) à transparência ativa, especialmente dos recursos aplicados no enfrentamento de calamidades públicas e suas consequências sociais e econômicas;

b) ao controle da execução de recursos, inclusive por órgãos de controle externo; e

c) à auditoria; e

VII – a competência para a instituição administradora do fundo deliberar sobre a gestão e a alienação de bens e de direitos do fundo, com vistas a zelar pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez.

**Art. 10.** O Comitê Gestor a que se refere o art. 7º desta Lei divulgará em sítio eletrônico oficial e de fácil acesso ao cidadão relatório de ações e de empreendimentos por ele custeados, com detalhamento dos valores relacionados à ocorrência de estado de calamidade pública, na hipótese de integralização de cotas pela União custeada com recursos decorrentes do reconhecimento federal, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Art. 11.** A instituição administradora do fundo de que trata o art. 5º desta Lei poderá:

I – contratar de forma direta, por dispensa de licitação, empresa pública ou sociedade de economia mista para a realização de atividades relacionadas com o objeto da respectiva empresa estatal, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado;

II – celebrar instrumentos de transferência de recursos com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios ou os consórcios públicos, a título de execução de ações de que trata o art. 5º desta Lei, nos termos do estatuto do fundo;

III – celebrar contratos com instituições financeiras públicas a fim de operacionalizar a aplicação de recursos do fundo em apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo, nos termos do estatuto do fundo; e

IV – celebrar ajustes de interesse recíproco com instituições parceiras de qualquer natureza para a consecução das finalidades do fundo.

**Art. 12.** Os recursos integralizados no fundo de que trata o art. 5º para atendimento às consequências derivadas dos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, serão segregados dos demais, e sua aplicação seguirá o plano de que trata o art. 7º, observado o disposto no art. 13 desta Lei.

**Art. 13.** Os valores integralizados pela União no fundo de que trata o art. 5º desta Lei não utilizados ou executados em desacordo com o plano de aplicação deverão ser







## SENADO FEDERAL

devolvidos à União, por meio de resgate de cotas, nos termos estabelecidos em regulamento.

**Art. 14.** Fica o fundo gerido nos termos do Decreto nº 12.412, de 18 de março de 2025, isento do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), inclusive no que se refere aos ganhos líquidos mensais e à retenção na fonte sobre os rendimentos auferidos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável do fundo e de seus cotistas na aplicação desses recursos.

**Art. 15.** O art. 157 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 157. ....

Parágrafo único. Ficam dispensados a celebração de prévio acordo bilateral ou o tratamento recíproco para a utilização de tripulação estrangeira nos serviços aéreos prestados no País por operadores brasileiros ou estrangeiros nas seguintes hipóteses:

I – situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal; ou

II – existência de emergência ambiental declarada nos termos do inciso IX do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.” (NR)

**Art. 16.** A Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....  
.....

III-A – recursos provenientes de emendas parlamentares; e

.....” (NR)

“Art. 3º-A. Os recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente poderão ser transferidos aos entes subnacionais, para conta específica, dispensada a celebração de convênio ou instrumento congênere, para financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais, inclusive de resposta à fauna atingida ou potencialmente atingida, nos termos do regulamento.

§ 1º Os recursos de que trata o **caput** deste artigo poderão ser destinados para despesas correntes e investimentos com valor de referência padronizado, observado o disposto no inciso X do **caput** do art. 167 da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese prevista no **caput** deste artigo, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle federal, caberão ao ente federativo destinatário, por meio dos respectivos órgãos de controle, e ao conselho local de meio ambiente ou congênere o controle e o acompanhamento da execução dos recursos.







## SENADO FEDERAL

§ 3º Sem prejuízo de outras exigências previstas em regulamento, a transferência de recursos de que trata o **caput** deste artigo será condicionada:

I – à apresentação de requerimento pelo ente subnacional interessado;

II – à declaração, pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, de situação de emergência ambiental na região sob risco de incêndio florestal; e

III – à aprovação de plano operativo de prevenção e combate a incêndios florestais para a região declarada em situação de emergência ambiental, observado o disposto na Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024.

§ 4º Na hipótese de ser constatada a presença de vícios nos documentos apresentados, a inexecução do objeto ou a não prestação de contas, o ente federativo destinatário ficará obrigado a devolver os valores repassados, devidamente atualizados.

§ 5º A prestação de contas dos recursos recebidos será realizada mediante relatório anual, que deverá ser:

I – encaminhado ao Fundo Nacional de Meio Ambiente e ao respectivo conselho local de meio ambiente; e

II – amplamente divulgado no sítio eletrônico do ente federativo destinatário.”

“Art. 3º-B. Os recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente poderão ser transferidos aos entes subnacionais, para conta específica, dispensada a celebração de convênio ou instrumento congênere, com a finalidade de financiar projetos de proteção e manejo populacional ético de cães e gatos.

§ 1º A transferência de recursos prevista no **caput** deste artigo ficará condicionada à adesão do ente subnacional interessado ao Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos, sem prejuízo de outras exigências previstas em regulamento.

§ 2º Aos recursos financeiros destinados à finalidade prevista neste artigo, aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos §§ 1º, 2º, 4º e 5º do art. 3º-A desta Lei.”

“Art. 5º .....

VII – aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e da fauna nativas;

VIII – recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais; e

IX – ações de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais, inclusive de resposta à fauna atingida ou potencialmente atingida.

.....” (NR)

**Art. 17.** O art. 12 da Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 12. ....



**SENADO FEDERAL**

.....  
Parágrafo único. O prazo de impedimento à recontratação para atendimento à hipótese prevista no inciso I do **caput** deste artigo será de 3 (três) meses.” (NR)

**Art. 18.** Ficam revogadas:

I – a Medida Provisória nº 1.276, de 22 de novembro de 2024; e

II – a Medida Provisória nº 1.278, de 11 de dezembro de 2024.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente do Senado Federal

gsl/pl24-3469sanção

Avulso do VET 16/2025 [13 de 13]



# ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2025**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.294, de 11 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 14, do mesmo mês e ano, que “Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656093539>





## CONGRESSO NACIONAL

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2025**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.295, de 14 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 15, do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre transferência e cessão de ativos dos Estados à União, o Fundo de Equalização Federativa e o Fundo Garantidor Federativo, e aplicação dos recursos decorrentes da adesão dos Estados ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag, instituído pela Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4262305595>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2025**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.296, de 15 de abril de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que “Institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9598230622>





## CONGRESSO NACIONAL

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2025**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.297, de 16 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial da União no dia 17, do mesmo mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Supremo Tribunal Federal, no valor de R\$ 27.441.492,00, para o fim que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8885782861>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.281, de 23 de dezembro de 2024, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 233.200.194,00, para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6720992806>





**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 43, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.282, de 23 de dezembro de 2024, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 6.500.000.000,00, para o fim que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9890793327>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.283, de 28 de dezembro de 2024, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 168.268.040,00, para os fins que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6312207076>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.285, de 28 de dezembro de 2024, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 553.261.047,00, para o fim que especifica”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4462356172>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 46, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, que “Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4888487585>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 47, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.287, de 8 de janeiro de 2025, que “Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9358914202>



**CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2025****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.288, de 16 de janeiro de 2025, que “Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos – Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 2 de junho de 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1917407849>



# LEI PROMULGADA





## CONGRESSO NACIONAL

## LEI Nº 15.147, DE 11 DE JUNHO DE 2025

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões quatrocentos e quarenta e três mil trezentos e vinte reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.284, de 2024, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica aberto crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do Ministério das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 357.443.320,00 (trezentos e cinquenta e sete milhões quatrocentos e quarenta e três mil trezentos e vinte reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, na data da assinatura.  
204º da Independência e 137º da República.

Senador Davi Alcolumbre  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



Hall/mpv24-1284

Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4249252470>





ANEXO

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços									
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)								Crédito Extraordinário	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								13.000.000
	ATIVIDADES								
0032 2000	Administração da Unidade	22 122							13.000.000
0032 2000 6502	Administração da Unidade - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)	22 122							13.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	3052	11.751.250
			F	4-INV	2	90	0	3052	1.248.750
TOTAL - FISCAL									13.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.000.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar									
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA									
ANEXO									
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)								Crédito Extraordinário	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
5136	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais								57.980.713
	ATIVIDADES								
5136 211A	Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária	21 631							57.980.713
5136 211A 6500	Desenvolvimento e Gestão Ambiental para o Público da Reforma Agrária - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)	21 631							57.980.713
	Família atendida (unidade): 4.326 (Acréscimo)		F	4-INV	2	90	0	3052	57.980.713
TOTAL - FISCAL									57.980.713
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.980.713



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4249252470>



ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional										
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - Administração Direta										
ANEXO										Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
2318	Gestão de Riscos e de Desastres								71.752.607	
	OPERAÇÕES ESPECIAIS									
2318 00WD	Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas devido aos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul	06 182							71.752.607	
2318 00WD 6500	Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas devido aos eventos climáticos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)	06 182							71.752.607	
	Família assistida (unidade): 13.924 (Acréscimo)		F	3-ODC	2	90	0	3000	71.752.607	
TOTAL - FISCAL									71.752.607	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									71.752.607	

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome										
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social										
ANEXO										Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
5131	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS								34.513.000	
	ATIVIDADES									
5131 219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS	08 244							34.513.000	
5131 219G 6501	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)	08 244							34.513.000	
	Ente federativo apoiado (unidade): 37 (Acréscimo)		S	3-ODC	2	41	0	3000	15.828.000	
			S	4-INV	2	90	0	3000	18.685.000	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									34.513.000	
TOTAL - GERAL									34.513.000	



ÃO: 56000 - Ministério das Cidades  
ADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB  
Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4249252470>



ANEXO										Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								60.000.000	
	ATIVIDADES									
0032 2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	15 453							60.000.000	
0032 2843 6500	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)	15 453							60.000.000	
			F	3-ODC	2	90	0	3000	60.000.000	
TOTAL - FISCAL										60.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										60.000.000

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito										
UNIDADE: 74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA/MDA										
ANEXO										Crédito Extraordinário
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
5136	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais								120.197.000	
	OPERAÇÕES ESPECIAIS									
5136 0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	21 631							120.197.000	
5136 0427 6500	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - No Estado do Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário - Calamidade Pública)	21 631							120.197.000	
	Família atendida (unidade): 7.232 (Acréscimo)		F	5-IFI	0	90	0	3000	120.197.000	
TOTAL - FISCAL										120.197.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										120.197.000



Assinado eletronicamente, por Sen. Davi Alcolumbre em 11/06/2025

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4249252470>



COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

**Número de membros:** 11 Senadores e 31 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB)

**1º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**2º VICE-PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA)

**Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual:** Deputado Isinaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

**3º VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias:** VAGO

**Designação:** 09/04/2025  
**Instalação:** 10/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (16)	1. VAGO
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	2. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (11)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (10)	3. Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Eliziane Gama - PSD/MA (45)	1. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (48)
Irajá - PSD/TO (46)	2. Jussara Lima - PSD/PI (49)
Cid Gomes - PSB/CE (47)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Wellington Fagundes - PL/MT (33)	1. Flávio Bolsonaro - PL/RJ (35)
Wilder Moraes - PL/GO (34)	2. Izalci Lucas - PL/DF (36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )	
Ana Paula Lobato - PDT/MA (17)	1. Weverton - PDT/MA (19)
Beto Faro - PT/PA (18)	2. Randolfe Rodrigues - PT/AP (20)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (80)	1. Esperidião Amin - PP/SC (81)



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	
Capitão Augusto - PL/SP (70)	1. Soraya Santos - PL/RJ (75)
Junior Lourenço - PL/MA (71)	2. Icaro de Valmir - PL/SE (76)
João Carlos Bacelar - PL/BA (72)	3. Miguel Lombardi - PL/SP (77)
Junio Amaral - PL/MG (73)	4. Jefferson Campos - PL/SP (78)
Rosângela Reis - PL/MG (74)	5. Luiz Carlos Motta - PL/SP (79)
Carlos Zarattini - PT/SP (58)	6. Marcon - PT/RS (63)
Bohn Gass - PT/RS (59)	7. Joseildo Ramos - PT/BA (64)
Dilvanda Faro - PT/PA (60)	8. Jorge Solla - PT/BA (65)
Rubens Pereira Júnior - PT/MA (61)	9. Alencar Santana - PT/SP (66)
Aliel Machado - PV/PR (62)	10. Dr. Francisco - PT/PI (67)
Carlos Henrique Gaguim - UNIÃO/TO (1)	11. Fausto Santos Jr. - UNIÃO/AM (4)
José Nelto - UNIÃO/GO (2)	12. Felipe Francischini - UNIÃO/PR (5)
Luiz Carlos Busato - UNIÃO/RS (3)	13. Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO/MG (6)
Vicentinho Júnior - PP/TO (39,50)	14. Bebeto - PP/RJ (42)
João Leão - PP/BA (40,68)	15. Pinheirinho - PP/MG (43,51)
Julio Lopes - PP/RJ (41)	16. Tião Medeiros - PP/PR (44,69)
Acácio Favacho - MDB/AP (29)	17. Newton Cardoso Jr - MDB/MG
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (30)	18. Rafael Brito - MDB/AL (32)
João Cury - MDB/SP (31)	19. Emanuel Pinheiro Neto - MDB/MT (83)
Júlio Cesar - PSD/PI (52)	20. Paulo Magalhães - PSD/BA (55)
Castro Neto - PSD/PI (53)	21. Sidney Leite - PSD/AM (56)
Diego Coronel - PSD/BA (54)	22. Raimundo Santos - PSD/PA (57)
Ricardo Ayres - REPUBLICANOS/TO (21)	23. Franciane Bayer - REPUBLICANOS/RS (24,85)
Albuquerque - REPUBLICANOS/RR (22)	24. Gilvan Maximo - REPUBLICANOS/DF (25)
Aluisio Mendes - REPUBLICANOS/MA (23)	25. Rogéria Santos - REPUBLICANOS/BA (26)
Marcos Tavares - PDT/RJ	26. Flávia Moraes - PDT/GO (15)
Geraldo Resende - PSDB/MS (37)	27. Lêda Borges - PSDB/GO (38)
Felipe Carreras - PSB/PE (82)	28. Gervásio Maia - PSB/PB (84)
Romero Rodrigues - PODEMOS/PB (13)	29. Nely Aquino - PODEMOS/MG (14)
<b>PSOL, REDE</b>	
Túlio Gadêlha - REDE/PE (27)	1. Talíria Petrone - PSOL/RJ (28)
<b>SOLIDARIEDADE</b>	
Weliton Prado - MG (7)	1. Aureo Ribeiro - RJ (8)

Notas:

1. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Henrique Gaguim, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil.
2. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado José Nelto, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil.
3. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Luiz Carlos Busato, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil.
4. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Fausto Santos Jr., conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil.
5. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil.
6. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Delegado Marcelo Freitas, conforme Ofício 8/2025 da Liderança do União Brasil.
7. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Weliton Prado, conforme Ofício 9/2025 da Liderança do Solidariedade.
8. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Aureo Ribeiro, conforme Ofício 9/2025 da Liderança do Solidariedade.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



9. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Efraim Filho, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal.
10. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Carlos Viana, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal.
11. 08/04/2025: Designada como suplente a Senadora Dorinha Seabra, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal.
12. 08/04/2025: Designada como suplente a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício 29/2025 do Bloco Democracia no Senado Federal.
13. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Romero Rodrigues, conforme Ofício 30/2025 da Liderança do Podemos.
14. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Nely Aquino, conforme Ofício 30/2025 da Liderança do Podemos.
15. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Flávia Moraes, conforme Ofício 31/2025 da Liderança do PDT.
16. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício 44/2025 do MDB.
17. 08/04/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil.
18. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil.
19. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Weverton, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil.
20. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício 48/2025 do Bloco Pelo Brasil.
21. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Ayres, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos.
22. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Albuquerque, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos.
23. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Aluísio Mendes, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos.
24. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Wilson Santiago, conforme Ofício 62/2025 da Liderança do Republicanos.
25. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Gilvan Máximo, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos.
26. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Rogéria Santos, conforme Ofício 61/2025 da Liderança do Republicanos.
27. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Túlio Gadêlha, conforme Ofício 63/2025 da Federação PSOL-REDE.
28. 08/04/2025: Designada como suplente a Deputada Talíria Petrone, conforme Ofício 63/2025 da Federação PSOL-REDE.
29. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Acácio Favacho, conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB.
30. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB.
31. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado João Cury, conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB.
32. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Rafael Brito, conforme Ofício 84/2025 da Liderança do MDB.
33. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda.
34. 08/04/2025: Designado como titular o Senador Wilder Moraes, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda.
35. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Flávio Bolsonaro, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda.
36. 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Izalci Lucas, conforme Ofício 32/2025 do Bloco Vanguarda.
37. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Resende, conforme Ofício 100/2025 da Federação PSDB-CIDADANIA.
38. 09/04/2025: Designada como suplente a Deputada Lêda Borges, conforme Ofício 100/2025 da Federação PSDB-CIDADANIA.
39. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Pinheirinho, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas.
40. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Tião Medeiros, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas.
41. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Julio Lopes, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas.
42. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bebeto, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas.
43. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Vicentinho Júnior, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas.
44. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado João Leão, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do Progressistas.
45. 09/04/2025: Designada como titular a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício 19/2025 do Bloco Resistência Democrática.
46. 09/04/2025: Designado como titular o Senador Irajá, conforme Ofício 19/2025 do Bloco Resistência Democrática.
47. 09/04/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, conforme Ofício 19/2025 do Bloco Resistência Democrática.
48. 09/04/2025: Designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, conforme Ofício 20/2025 do Bloco Resistência Democrática.
49. 09/04/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício 20/2025 do Bloco Resistência Democrática.
50. 09/04/2025: Designado como titular o Deputado Vicentinho Júnior, em substituição ao Deputado Pinheirinho, conforme Ofício 49/2025 da Liderança do Progressistas.
51. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Pinheirinho, conforme Ofício 49/2025 da Liderança do Progressistas.
52. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Júlio César, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD.
53. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Castro Neto, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD.
54. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Diego Coronel, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD.
55. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Paulo Magalhães, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD.
56. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD.
57. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Raimundo Santos, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do PSD.
58. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
59. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
60. 10/04/2025: Designada como titular a Deputada Dilvanda Faro, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
61. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Rubens Pereira Júnior, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
62. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Aliel Machado, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
63. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Marcon, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
64. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Joseildo Ramos, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
65. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Jorge Solla, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
66. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Alencar Santana, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
67. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Dr. Francisco, conforme Ofício 132/2025 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
68. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Tião Medeiros, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do Progressistas.
69. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Tião Medeiros, conforme Ofício 50/2025 da Liderança do Progressistas.
70. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Capitão Augusto, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
71. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Junior Lourenço, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
72. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
73. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Junio Amaral, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
74. 10/04/2025: Designada como titular a Deputada Rosângela Reis, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
75. 10/04/2025: Designada como suplente a Deputada Soraya Santos, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
76. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Icaro de Valmir, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
77. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Miguel Lombardi, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
78. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Jefferson Campos, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.
79. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Carlos Motta, conforme Ofício 131/2025 da Liderança do PL - CD.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



80. 10/04/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício 16/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança.
81. 10/04/2025: Designado como suplente o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício 16/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança.
82. 15/04/2025: Designado como titular o Deputado Felipe Carreras, conforme Ofício 225/2025 da Liderança do PSB.
83. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Emanuel Pinheiro Neto, conforme Ofício nº 120/2025 da Liderança do MDB - CD.
84. 05/05/2025: Designado como suplente o Deputado Gervásio Maia, conforme Ofício nº 238/2025 da Liderança do PSB - CD.
85. 05/05/2025: Designada como suplente a Deputada Franciane Bayer, em substituição ao Deputado Wilson Santiago, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos - CD.

**Secretário:** Walbinson Tavares de Araújo

**Telefone(s):** 3216-6893

**E-mail:** cmo.decom@camara.leg.br

**Local:** Anexo II (Anexo Luís Magalhães) - Ala C Sala 12 - Térreo - Câmara dos Deputados



CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e  
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM





Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputado Filipe Barros (PL-PR)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

Instalação: 19/03/2025

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Deputado Filipe Barros (PL/PR) ( 13)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) ( 8)
<b>Líder da Maioria</b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP) ( 11,15)	<b>Líder da Maioria</b> Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) ( 9)
<b>Líder da Minoria</b> Deputada Caroline de Toni (PL/SC) ( 10)	<b>Líder da Minoria</b> Senador Ciro Nogueira (PP/PI) ( 12)
<b>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputado General Girão (PL/RN) ( 1,16)	<b>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Cid Gomes (PSB/CE) ( 5)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Maioria</b> Deputado Mário Negromonte Jr. (PP/BA) ( 6)	<b>Senador indicado pela Liderança da Maioria</b> Senador Eduardo Braga (MDB/AM) ( 3)
<b>Deputado indicado pela Liderança da Minoria</b> Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP) ( 4,7,14)	<b>Senador indicado pela Liderança da Minoria</b> Senador Esperidião Amin (PP/SC) ( 2)

- Notas:**
- 13.04.2023: Deputado Carlos Zarattini foi eleito, nos termos da alínea ?e?, inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).
  - 20/04/2023: Designação do Senador Esperidião Amin. (Ofício 1/2023 da Liderança da Minoria no Senado Federal)
  - 20/04/2023: Designado o Senador Eduardo Braga como indicado do Bloco da Maioria. (Ofício nº 4/2023 - GLDMAI, da Liderança da Maioria no Senado Federal).
  - 02/05/2023: Designação do Deputado Delegado Ramagem como indicado da Minoria na Câmara dos Deputados (Ofício nº 8/2023 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados).
  - 22/05/2023: Eleito o Senador Cid Gomes, nos termos da alínea 'f', inciso III, do art. 7º da Resolução n. 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (Ofício 21/2023-CRE).
  - 12/09/2023: Designado o Deputado Mário Negromonte Jr. conforme Ofício nº 7/2023 da Liderança da Maioria na Câmara dos Deputados.
  - 26/06/2024: Designado o Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 49/2024 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados. ([DCN de 27/06/2024, p. 17](#))
  - 19/02/2025: Senador Nelsinho Trad eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
  - 19/02/2025: Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria no Senado Federal (Ofício 24/2025/GLMDB).
  - 19/02/2025: Deputada Caroline de Toni foi designada Líder da Minoria na Câmara dos Deputados.
  - 19/02/2025: Deputado André Figueiredo foi designado Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.
  - 19/02/2025: Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria no Senado Federal.
  - 19/03/2025: Deputado Filipe Barros eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
  - 01/04/2025: Designado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança em substituição ao Deputado Marcos Pollon, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados. ([DCN de 03/04/2025, p. 10](#))
  - 08/04/2025: Designado como membro o Deputado Arlindo Chinaglia, Líder da Maioria na Câmara dos Deputados.
  - 09/04/2025: Deputado General Girão eleito, nos termos da alínea ?e?, inciso III, do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (Ofício 45/2023-CREDN).



**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritichuk  
**Telefone(s):** 3303-4256  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados**

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal  
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 02/06/2023

**Instalação:** 28/06/2023

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Ricardo Moreira Maia

**Telefone(s):** 33034256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 21/09/2023

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Paula de Araújo Pinto Teixeira  
**Telefone(s):** 6133034256  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br



**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher**

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

**Designação:** 30/08/2023

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Gigliola Ansiliero

**Telefone(s):** 61 3303-3504

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 3 Senadores e 5 Deputados

**Designação:** 05/06/2019

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Câmara dos Deputados**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



### Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

**Finalidade:** Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

#### Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

**Secretário:** Tiago Torres de Lima Brum

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

CMMPV 1261/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1261, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1261, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO





TITULARES	SUPLENTE
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE</b>	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 04/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Altineu Côrtes, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))
- 07/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Giovani Cherini, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))
- 07/10/2024: Desligada da comissão a Deputada Julia Zanatta, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))
- 07/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Coronel Meira, conforme Ofício nº 402/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 16](#))



CMMPV 1262/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1262, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1262, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Otto Alencar - PSD/BA (1)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (5)
Omar Aziz - PSD/AM (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (6)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. VAGO
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (9)	3. Davi Alcolumbre - UNIÃO/AP (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (21,43)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	



TITULARES	SUPLENTE
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 07/10/2024: Designado o Senador Otto Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Davi Alcolumbre, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Antônio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 07/10/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Altineu Côrtes, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 17](#))
- 08/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Coronel Meira, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 17](#))
- 08/10/2024: Desligada da comissão a Deputada Julia Zanatta, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 17](#))
- 08/10/2024: Desligado da comissão o Deputado Coronel Meira, conforme Ofício nº 403/2024 da Liderança do PL-CD. ([DCN de 10/10/2024, p. 17](#))
- 08/10/2024: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Hamilton Mourão (Ofício nº 56/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF). ([DCN de 10/10/2024, p. 18](#))



CMMPV 1273/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1273, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1273, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 19/11/2024

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Dameres Alves - REPUBLICANOS/DF (20,39)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (24)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (25)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,40)	1. VAGO (29,42)
VAGO (28,41)	2. VAGO (30,43)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Merlong Solano - PT/PI (33)
Erika Kokay - PT/DF (32)	2. Helder Salomão - PT/ES (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Duarte Jr. - MA (38)

Notas:

1. 19/11/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 19/11/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 19/11/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 19/11/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 19/11/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 19/11/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 19/11/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 19/11/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 19/11/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 19/11/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 19/11/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 19/11/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 19/11/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 19/11/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 19/11/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 19/11/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 19/11/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 19/11/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 19/11/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 19/11/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 19/11/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 19/11/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 19/11/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 19/11/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 19/11/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 19/11/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 19/11/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 19/11/2024: Designado o Deputado Bibó Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 19/11/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 19/11/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 19/11/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 19/11/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 19/11/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 19/11/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 19/11/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 19/11/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 19/11/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 19/11/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 19/11/2024: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 65/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 21/11/2024, p. 15](#))
40. 21/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))
41. 21/11/2024: O Deputado Bibó Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))
42. 21/11/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))
43. 21/11/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 464/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 21/11/2024, p. 16](#))



CMMPV 1274/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1274, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1274, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Damara Alves - REPUBLICANOS/DF (20)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	



TITULARES	SUPLENTE
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,40)</sup>	1. VAGO <sup>(29,42)</sup>
VAGO <sup>(28,41)</sup>	2. VAGO <sup>(30,39)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

1. 26/11/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 26/11/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 26/11/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 26/11/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 26/11/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 26/11/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 26/11/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 26/11/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 26/11/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 26/11/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 26/11/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 26/11/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 26/11/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 26/11/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 26/11/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 26/11/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 26/11/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 26/11/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 26/11/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 26/11/2024: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 66/2024 Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 28/11/2024, p. 13](#))
21. 26/11/2024: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 66/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 28/11/2024, p. 13](#))
22. 26/11/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 26/11/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 26/11/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 26/11/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 26/11/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 26/11/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 26/11/2024: Designado o Deputado Bibio Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 26/11/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 26/11/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 26/11/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 26/11/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 26/11/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 26/11/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 26/11/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 26/11/2024: Designada a Deputada Professora Luciene Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 26/11/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 26/11/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 27/11/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 28/11/2024, p. 21](#))
40. 27/11/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 28/11/2024, p. 21](#))
41. 27/11/2024: O Deputado Bibio Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 28/11/2024, p. 21](#))
42. 27/11/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 476/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 28/11/2024, p. 21](#))



CMMPV 1276/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1276, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1276, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	





TITULARES	SUPLENTE
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB <sup>(26)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27)</sup>	1. VAGO <sup>(29,40)</sup>
VAGO <sup>(28,39)</sup>	2. VAGO <sup>(30,41)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Merlong Solano - PT/PI <sup>(33)</sup>
Erika Kokay - PT/DF <sup>(32)</sup>	2. Helder Salomão - PT/ES <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Duarte Jr. - MA <sup>(38)</sup>

**Notas:**

1. 27/11/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 27/11/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 27/11/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 27/11/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 27/11/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 27/11/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 27/11/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 27/11/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 27/11/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 27/11/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 27/11/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 27/11/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 27/11/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 27/11/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 27/11/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 27/11/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 27/11/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 27/11/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 27/11/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 27/11/2024: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 66/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 28/11/2024, p. 19](#))
21. 27/11/2024: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 66/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 28/11/2024, p. 19](#))
22. 27/11/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 27/11/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 27/11/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 27/11/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 27/11/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 27/11/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 27/11/2024: Designado o Deputado Bibio Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 27/11/2024: Designada a Deputada Julia Zanatta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 27/11/2024: Designado o Deputado Coronel Meira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 27/11/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 27/11/2024: Designada a Deputada Erika Kokay, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 27/11/2024: Designado o Deputado Merlong Solano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 27/11/2024: Designado o Deputado Helder Salomão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 27/11/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 27/11/2024: Designado o Deputado Pastor Henrique Vieira, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 27/11/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 27/11/2024: Designado o Deputado Duarte Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 29/11/2024: O Deputado Bibio Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 487/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 90](#))
40. 29/11/2024: A Deputada Julia Zanatta deixa de compor a comissão (Ofício nº 487/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 90](#))
41. 29/11/2024: O Deputado Coronel Meira deixa de compor a comissão (Ofício nº 487/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 90](#))



CMMPV 1277/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1277, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1277, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (15)
Jorge Kajuru - PSB/GO	4. Flávio Arns - PSB/PR (4)
Eduardo Braga - MDB/AM (5)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (8)
Marcelo Castro - MDB/PI (6)	2. Giordano - MDB/SP (9)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (7)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (10)
Carlos Portinho - PL/RJ (11)	1. Izalci Lucas - PL/DF (13)
Jorge Seif - PL/SC (12)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (14)
Rodrigo Cunha (16)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (17)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (18)	1. VAGO
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (19)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (20)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (21)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (22)	3. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA (23)	4. VAGO
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	



TITULARES	SUPLENTE
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(24)</sup>	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
Silas Câmara - REPUBLICANOS/AM <sup>(26,43)</sup>	3. VAGO
<b>PL</b>	
VAGO <sup>(27,39)</sup>	1. VAGO <sup>(29,41)</sup>
VAGO <sup>(28,40)</sup>	2. VAGO <sup>(30,42)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Odair Cunha - PT/MG <sup>(31)</sup>	1. Patrus Ananias - PT/MG <sup>(33)</sup>
Arlindo Chinaglia - PT/SP <sup>(32)</sup>	2. Alice Portugal - PCdoB/BA <sup>(34)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Erika Hilton - PSOL/SP <sup>(35)</sup>	1. Tarcísio Motta - PSOL/RJ <sup>(36)</sup>
<b>PSB</b>	
Gervásio Maia - PB <sup>(37)</sup>	1. Heitor Schuch - RS <sup>(38)</sup>

**Notas:**

- 03/12/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 05/12/2024, p. 14](#))
- 06/06/2024: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 67/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF. ([DCN de 05/12/2024, p. 14](#))
- 03/12/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Bibo Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Alberto Fraga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Patrus Ananias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Tarcísio Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 03/12/2024: Designado o Deputado Heitor Schuch, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 04/12/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
- 04/12/2024: O Deputado Bibo Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
- 04/12/2024: O Deputado Alberto Fraga deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
- 04/12/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão (Ofício nº 492/2024 da Liderança do PL - CD). ([DCN de 05/12/2024, p. 91](#))
- 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Silas Câmara, em substituição ao Deputado Hugo Motta, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do Republicanos - CD.



CMMPV 1278/2024 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1278, de 2024

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1278, de 2024.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 16/12/2024

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (1)	1. VAGO
Lucas Barreto - PSD/AP (2)	2. VAGO
Beto Faro - PT/PA (3)	3. Teresa Leitão - PT/PE (5)
Jorge Kajuru - PSB/GO (4)	4. Flávio Arns - PSB/PR (6)
Eduardo Braga - MDB/AM (7)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (10)
Marcelo Castro - MDB/PI (8)	2. Giordano - MDB/SP (11)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (9)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (12)
Carlos Portinho - PL/RJ (13)	1. Izalci Lucas - PL/DF (15)
Jorge Seif - PL/SC (14)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (16)
Rodrigo Cunha (17)	1. Styvenson Valentim - PSDB/RN (18)
VAGO	2. VAGO
Tereza Cristina - PP/MS (19)	1. VAGO
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (20)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (21)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD	
Elmar Nascimento - UNIÃO/BA (22)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ (23)	3. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA (24)	4. VAGO



TITULARES	SUPLENTE
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE	
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	1. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA (39)	2. VAGO
Hugo Motta - REPUBLICANOS/PB (26)	3. VAGO
PL	
VAGO (27,40)	1. VAGO (29,42)
VAGO (28,41)	2. VAGO (30,43)
PCdoB, PT, PV	
Odair Cunha - PT/MG (31)	1. Patrus Ananias - PT/MG (33)
Arlindo Chinaglia - PT/SP (32)	2. Alice Portugal - PCdoB/BA (34)
PSOL, REDE	
Erika Hilton - PSOL/SP (35)	1. Chico Alencar - PSOL/RJ (36)
PSB	
Gervásio Maia - PB (37)	1. Heitor Schuch - RS (38)

Notas:

1. 16/12/2024: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
2. 16/12/2024: Designado o Senador Lucas Barreto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
3. 16/12/2024: Designado o Senador Beto Faro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 16/12/2024: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 16/12/2024: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 16/12/2024: Designado o Senador Flávio Arns, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 16/12/2024: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 16/12/2024: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 16/12/2024: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 16/12/2024: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 16/12/2024: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 16/12/2024: Designada a Senadora Professora Dorinha Seabra, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 16/12/2024: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 16/12/2024: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 16/12/2024: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 16/12/2024: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 16/12/2024: Designado o Senador Rodrigo Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 16/12/2024: Designado o Senador Styvenson Valentim, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 16/12/2024: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 16/12/2024: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 68/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF ([DCN de 19/12/2024, p. 1033](#))
21. 16/12/2024: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 68/2024 da Liderança do Bloco Aliança - SF ([DCN de 19/12/2024, p. 1033](#))
22. 16/12/2024: Designado o Deputado Elmar Nascimento, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 16/12/2024: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 16/12/2024: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 16/12/2024: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 16/12/2024: Designado o Deputado Hugo Motta, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 16/12/2024: Designado o Deputado Altineu Côrtes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 16/12/2024: Designado o Deputado Bibi Nunes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 16/12/2024: Designado o Deputado Alberto Fraga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 16/12/2024: Designado o Deputado Giovani Cherini, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 16/12/2024: Designado o Deputado Odair Cunha, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 16/12/2024: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 16/12/2024: Designado o Deputado Patrus Ananias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 16/12/2024: Designada a Deputada Alice Portugal, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
35. 16/12/2024: Designada a Deputada Erika Hilton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
36. 16/12/2024: Designado o Deputado Chico Alencar, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
37. 16/12/2024: Designado o Deputado Gervásio Maia, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
38. 16/12/2024: Designado o Deputado Heitor Schuch, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
39. 16/12/2024: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
40. 17/12/2024: O Deputado Altineu Côrtes deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))
41. 17/12/2024: O Deputado Bibi Nunes deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))
42. 17/12/2024: O Deputado Alberto Fraga deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))
43. 17/12/2024: O Deputado Giovani Cherini deixa de compor a comissão (Ofício nº 512/2024 da Liderança do PL -CD). ([DCN de 19/12/2024, p. 1034](#))



CMMPV 1290/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1290, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1290, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 08/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Confúcio Moura - MDB/RO (3)	1. VAGO
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (4)	2. VAGO
Efraim Filho - UNIÃO/PB (5)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (6)
Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (7)	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM (16)	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA (17)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (18)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (19)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Carlos Portinho - PL/RJ (20)	1. Izalci Lucas - PL/DF (22)
Jorge Seif - PL/SC (21)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (23)
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Weverton - PDT/MA (8)	1. Leila Barros - PDT/DF (10)
Randolfe Rodrigues - PT/AP (9)	2. Paulo Paim - PT/RS (11)
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Ciro Nogueira - PP/PI (2,37)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (1,36)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (26)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (35)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ <sup>(15)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(31)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Pauderney Avelino - UNIÃO/AM <sup>(14)</sup>	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ <sup>(24)</sup>	7. VAGO
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(25)</sup>	8. VAGO
Zé Haroldo Cathedral - PSD/RR <sup>(12)</sup>	9. Charles Fernandes - PSD/BA <sup>(13)</sup>
Antonio Andrade - REPUBLICANOS/TO <sup>(29,38)</sup>	10. Luis Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RJ <sup>(39)</sup>
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(28)</sup>	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(27)</sup>	12. VAGO
<b>PSOL, REDE</b>	
VAGO <sup>(30,33)</sup>	1. VAGO <sup>(32,34)</sup>

**Notas:**

- 08/04/2025: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 08/04/2025: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Alan Rick, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Zequinha Marinho, conforme Ofício nº 2/2025 da Liderança do Podemos - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Weverton, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 08/04/2025: Designada a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco Pelo Brasil - SF.
- 08/04/2025: Designado o Zé Haroldo Cathedral, conforme Ofício nº 47/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Charles Fernandes, conforme Ofício nº 49/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Pauderney Avelino, conforme Ofício nº 10/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 14/2025 do Bloco Aliança - SF.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada como titular a Deputada Talíria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: A Deputada Talíria Petrone deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 79/2025 da Liderança do PSOL-REDE ? CD.
- 23/04/2025: A Deputada Fernanda Melchionna deixa de compor a Comissão, conforme o Ofício nº 79/2025 da Liderança do PSOL-REDE ? CD.
- 08/04/2025: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 14/2025 do Bloco Aliança - SF.
- 10/04/2025: Designado como Suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF.
- 10/04/2025: Designado como Titular o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF.
- 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Antonio Andrade, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD).
- 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Luis Carlos Gomes, conforme Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD.

**Secretário:** Ricardo Moreira Maia  
**Telefone(s):** 6133034256  
**E-mail:** cocm@senado.leg.br

CMMPV 1291/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1291, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1291, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)

**VICE-PRESIDENTE:** Daniela do Waguinho (UNIÃO-RJ)

**RELATOR:** José Priante (MDB-PA)

**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 08/04/2025

**Instalação:** 07/05/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (1)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (42)
Alessandro Vieira - MDB/SE (2)	2. Ivete da Silveira - MDB/SC (43)
Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (3)	3. Marcio Bittar - UNIÃO/AC (4)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (7)	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM (16)	1. Jussara Lima - PSD/PI (44)
Angelo Coronel - PSD/BA (17)	2. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (45)
Cid Gomes - PSB/CE (18)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (19)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Wellington Fagundes - PL/MT (8)	1. VAGO
Rogério Marinho - PL/RN (9)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Randolfe Rodrigues - PT/AP (10)	1. Humberto Costa - PT/PE (11)
Paulo Paim - PT/RS (35)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Dr. Hiran - PP/RR (30)	1. Esperidião Amin - PP/SC (31)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (5)	2. Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (6)

Câmara dos Deputados





TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	
Icaro de Valmir - PL/SE <sup>(13)</sup>	1. VAGO
João Carlos Bacelar - PL/BA <sup>(14)</sup>	2. VAGO
Carlos Zarattini - PT/SP <sup>(20,38)</sup>	3. Bohn Gass - PT/RS <sup>(40)</sup>
José Guimarães - PT/CE <sup>(39)</sup>	4. Odair Cunha - PT/MG <sup>(41)</sup>
Daniela do Waguinho - UNIÃO/RJ <sup>(15,28,49)</sup>	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Átila Lira - PP/PI <sup>(21,29,51)</sup>	7. Mersinho Lucena - PP/PB <sup>(46,50)</sup>
José Priante - MDB/PA <sup>(22,36)</sup>	8. Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(37)</sup>
Sidney Leite - PSD/AM <sup>(12)</sup>	9. Caio Vianna - PSD/RJ <sup>(48)</sup>
Rogéria Santos - REPUBLICANOS/BA <sup>(25,33)</sup>	10. Defensor Stélio Dener - REPUBLICANOS/RR <sup>(34)</sup>
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(24)</sup>	11. VAGO
Rodrigo de Castro - UNIÃO/MG <sup>(23,27)</sup>	12. Dagoberto Nogueira - PSDB/MS <sup>(47)</sup>
<b>SOLIDARIEDADE</b>	
Aureo Ribeiro - RJ <sup>(26)</sup>	1. André Figueiredo - PDT/CE <sup>(32)</sup>

**Notas:**

- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício 31/2025 do Bloco Democracia.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício 31/2025 do Bloco Democracia.
- 08/04/2025: Designada como titular a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício 31/2025 do Bloco Democracia.
- 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Marcio Bittar, conforme Ofício 31/2025 do Bloco Democracia.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício 14/2025 do Bloco Aliança.
- 08/04/2025: Designada como suplente a Senadora Damares Alves, conforme Ofício 14/2025 do Bloco Aliança.
- 08/04/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício 3/2025 da Liderança do Bloco Democracia.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Wellington Fagundes, conforme Ofício 30/2025 do Bloco Vanguarda.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Rogério Marinho, conforme Ofício 30/2025 do Bloco Vanguarda.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Randolfe Rodrigues, conforme Ofício 46/2025 do Bloco Pelo Brasil.
- 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Humberto Costa, conforme Ofício 46/2025 do Bloco Pelo Brasil.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Sidney Leite, conforme Ofício 47/2025 do PSD.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Icaro de Valmir, conforme Ofício 96 do PL.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício 96 do PL.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Ivan Júnior, conforme Ofício 9/2025 do UNIÃO.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Aureo Ribeiro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 22/04/2025: Designado como titular o Deputado Rodrigo de Castro (Ofício nº 105/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA- CD).
- 09/04/2025: Desligado o Deputado Ivan Junior em virtude do encerramento de seu exercício por reassunção do titular.
- 23/04/2025: Designada como titular a Deputada Amanda Gentil, em substituição ao Deputado Dr. Luizinho, conforme Ofício 57/2025 da Liderança PP na CD.
- 10/04/2025: Designado como Titular o Senador Dr. Hiran, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF ([DCN de 17/04/2025, p. 13](#))
- 10/04/2025: Designado como Suplente o Senador Esperidião Amin, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF. ([DCN de 17/04/2025, p. 13](#))
- 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado André Figueiredo, conforme o ofício nº 11/2025 da Liderança do Solidariedade - CD e o ofício nº 35/2025 da Liderança do PDT - CD. ([DCN de 17/04/2025, p. 12](#))
- 10/04/2025: Designada como titular a Deputada Rogéria Santos, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD).
- 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Defensor Stélio Dener, conforme Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- 14/04/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF.
- 14/04/2025: Designado como titular o Deputado José Priante, em substituição ao Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (Ofício nº 95/2025 da Liderança do MDB - CD).
- 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., conforme Ofício nº 103/2025 da Liderança do MPB - CD.
- 22/04/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
- 22/04/2025: Designado como titular o Deputado José Guimarães, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
- 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



41. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Odair Cunha, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
42. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Confúcio Moura, conforme Ofício 10/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
43. 22/04/2025: Designada como suplente a Senadora Ivete da Silveira, conforme Ofício 10/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
44. 22/04/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
45. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
46. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Átila Lira, conforme Ofício 57/2025 da Liderança PP na CD.
47. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Dagoberto Nogueira, conforme o Ofício nº 106/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA- CD.
48. 23/04/2025: Designado como suplente, o Deputado Caio Vianna, conforme o Ofício 62/2025 da Liderança do PSD - CD.
49. 23/04/2025: Designada como titular a Deputada Daniela do Waguinho, conforme Ofício nº 16/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
50. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Mersinho Lucena, em substituição do Deputado Átila Lira, conforme Ofício 63/2025 da Liderança PP na CD.
51. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Átila Lira, em substituição a Deputada Amanda Gentil, conforme Ofício 63/2025 da Liderança PP na CD.

**Secretário:** Bruno Brey Vieira

**Telefone(s):** 6133034256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



CMMPV 1292/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1292, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1292, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** Fernando Monteiro (REPUBLICANOS-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** Rogério Carvalho (PT-SE)

**RELATOR REVISOR:** Giacombo (PL-PR)

**Designação:** 08/04/2025

**Instalação:** 07/05/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Alessandro Vieira - MDB/SE (29)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (32)
Confúcio Moura - MDB/RO (30)	2. Fernando Farias - MDB/AL (49)
Jayme Campos - UNIÃO/MT (31)	3. Efraim Filho - UNIÃO/PB (33)
Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (4)	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM (5)	1. Jussara Lima - PSD/PI (52)
Angelo Coronel - PSD/BA (6)	2. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (51)
Cid Gomes - PSB/CE (7)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (8)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Dra. Eudócia - PL/AL (9)	1. Eduardo Gomes - PL/TO (35)
Rogério Marinho - PL/RN (10)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Leila Barros - PDT/DF (11,38)	1. Weverton - PDT/MA (13,40)
Rogério Carvalho - PT/SE (12,39)	2. Randolfe Rodrigues - PT/AP (41)
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Laércio Oliveira - PP/SE (1,57)	1. Ciro Nogueira - PP/PI (2,43,59)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (3,14,58)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (15,60)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	
Giacobo - PL/PR <sup>(34)</sup>	1. VAGO
Capitão Alberto Neto - PL/AM <sup>(44)</sup>	2. VAGO
Zé Neto - PT/BA <sup>(16,45)</sup>	3. Pedro Uczai - PT/SC <sup>(47,53)</sup>
Bohn Gass - PT/RS <sup>(46)</sup>	4. Kiko Celeguim - PT/SP <sup>(48,50)</sup>
Gisela Simona - UNIÃO/MT <sup>(17)</sup>	5. Marangoni - UNIÃO/SP <sup>(25)</sup>
Rodrigo Valadares - UNIÃO/SE <sup>(18)</sup>	6. Pauderney Avelino - UNIÃO/AM <sup>(26)</sup>
Zé Adriano - PP/AC <sup>(19,54)</sup>	7. Átila Lira - PP/PI <sup>(55)</sup>
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(20)</sup>	8. VAGO
Saulo Pedroso - PSD/SP <sup>(21)</sup>	9. Josivaldo Jp - PSD/MA <sup>(27)</sup>
Fernando Monteiro - REPUBLICANOS/PE <sup>(22,36)</sup>	10. Samuel Viana - REPUBLICANOS/MG <sup>(37)</sup>
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(23)</sup>	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(24)</sup>	12. Dagoberto Nogueira - PSDB/MS <sup>(56)</sup>
<b>NOVO</b>	
Ricardo Salles - SP <sup>(28,42)</sup>	1. VAGO

**Notas:**

- 07/04/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, como titular, (Ofício nº 14/2025-Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
- 07/04/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho Azevedo (Ofício nº 14/2025-Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
- 07/04/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran (Ofício nº 14/2025-Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
- 08/04/2025: Designado o Senador Zequinha Marinho, conforme Ofício nº 4/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Senadora Dra. Eudócia, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF
- 08/04/2025: Designado o Senador Rogério Marinho, conforme Ofício nº 30/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF
- 08/04/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF
- 08/04/2025: Designado o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF
- 08/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Deputada Gisela Simona, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Valadares, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Dr. Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 11/06/2024: Designado o Deputado Saulo Pedroso, conforme Ofício nº 47/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Marangoni, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Pauderney Avelino, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Josivaldo Jp, conforme Ofício nº 47/2025 da Liderança do PSD - CD.
- 08/04/2025: Designada a Deputada Adriana Ventura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Alessandro Vieira, conforme Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, conforme Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jayme Campos, conforme Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Senador Efraim Filho, conforme Ofício nº 32/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Giacobo, conforme Ofício nº 124/2025 do Partido Liberal - CD.
- 08/04/2025: Designado o Senador Eduardo Gomes, conforme Ofício nº 31/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
- 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Fernando Monteiro, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD).
- 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Samuel Viana, conforme Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- 14/04/2025: Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF.
- 14/04/2025: Designado como titular o Senador Rogério Carvalho, em substituição ao Senador Weverton. (Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF)
- 14/04/2025: Designado como suplente o Senador Weverton, em substituição a Senadora Teresa Leitão (Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF).
- 14/04/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues, conforme Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF.
- 15/04/2025: Designado como titular o Deputado Ricardo Salles, em substituição a Deputada Adriana Ventura (Ofício nº 7/2025 da Liderança do Novo - CD).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



43. 07/04/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 14/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
44. 15/04/2025: Designado como titular o Deputado Capitão Alberto Neto, conforme Ofício nº 140/2025 do Partido Liberal - CD.
45. 22/04/2025: Designado como titular o Deputado Zé Neto, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
46. 22/04/2025: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
47. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Helder Salomão, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
48. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
49. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, conforme Ofício 11/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
50. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Kiko Celeguim, em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (Ofício nº 140/2025 da Liderança da Federação Brasil - CD).
51. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
52. 22/04/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
53. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Pedro Uczai, em substituição ao Deputado Helder Salomão, conforme Ofício 140/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
54. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Zé Adriano, em substituição ao Deputado Dr. Luizinho, conforme Ofício 60/2025 da Liderança PP na CD.
55. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Átila Lira, conforme Ofício 60/2025 da Liderança PP na CD.
56. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Dagoberto Nogueira, conforme o Ofício nº 106/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA- CD.
57. 23/04/2025: Designado como titular o Senador Laércio Oliveira, em substituição ao Senador Mecias de Jesus (Ofício nº 21/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
58. 23/04/2025: Designado como titular o Senador Mecias de Jesus, em substituição ao Senador Dr. Hiran (Ofício nº 21/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
59. 23/04/2025: Designado como Suplente o Senador Ciro Nogueira, em substituição ao Senador Cleitinho Azevedo (Ofício nº 21/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
60. 23/04/2025: Designado como Suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 21/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.

**Secretário:** Rodrigo Ribeiro Bedritichuk

**Telefone(s):** 6133034256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



CMMPV 1293/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1293, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1293, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Carlos Zarattini (PT-SP)

**RELATOR:** General Pazuello (PL-RJ)

**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 08/04/2025

**Instalação:** 29/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )	
Marcelo Castro - MDB/PI (6)	1. Ivete da Silveira - MDB/SC (49)
Giordano - MDB/SP (7)	2. Fernando Farias - MDB/AL (50)
Sergio Moro - UNIÃO/PR (8)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (9)
Soraya Thronicke - PODEMOS/MS (5)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )	
Omar Aziz - PSD/AM (11)	1. Jussara Lima - PSD/PI (55)
Angelo Coronel - PSD/BA (12)	2. Vanderlan Cardoso - PSD/GO (56)
Cid Gomes - PSB/CE (13)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (14)
Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )	
Carlos Portinho - PL/RJ (15)	1. Jorge Seif - PL/SC (17,68)
Izalci Lucas - PL/DF (16,67)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )	
Randolfe Rodrigues - PT/AP (19,41)	1. Augusta Brito - PT/CE (21,42)
Paulo Paim - PT/RS (20,32,71)	2. Rogério Carvalho - PT/SE (72)
Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )	
Esperidião Amin - PP/SC (2,37,64)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (3,31)
Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (4,38)	2. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (36)

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	
General Pazuello - PL/RJ (22,43,69)	1. Cabo Gilberto Silva - PL/PB (45,70)
Coronel Chrisóstomo - PL/RO (44,61)	2. Sargento Gonçalves - PL/RN (51,62)
Carlos Zarattini - PT/SP (23,33,54)	3. VAGO (47,53)
Erika Kokay - PT/DF (46)	4. Bohn Gass - PT/RS (48)
Nicoletti - UNIÃO/RR (1)	5. Daniela do Waguinho - UNIÃO/RJ (63)
VAGO	6. VAGO
Da Vitoria - PP/ES (24,57)	7. Allan Garcês - PP/MA (58)
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL (25)	8. VAGO
Dr. Ismael Alexandrino - PSD/GO (10,52,65)	9. VAGO (60,66)
Vinicius Carvalho - REPUBLICANOS/SP (26,39)	10. Albuquerque - REPUBLICANOS/RR (40)
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP (27)	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA (28)	12. Dagoberto Nogueira - PSDB/MS (59)
<b>PSOL, REDE</b>	
VAGO (29,35)	1. VAGO (30,34)

**Notas:**

- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Nicoletti, conforme Ofício 13/2025 do União Brasil.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício 14/2025 do Bloco Parlamentar Aliança.
- 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício 14/2025 do Bloco Parlamentar Aliança.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, conforme Ofício 14/2025 do Bloco Parlamentar Aliança.
- 08/04/2025: Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício 5/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Marcelo Castro, conforme Ofício 33/2025 do Bloco Parlamentar Democracia.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Giordano, conforme Ofício 33/2025 do Bloco Parlamentar Democracia.
- 08/04/2025: Designado como titular o Senador Sérgio Moro, conforme Ofício 33/2025 do Bloco Parlamentar Democracia.
- 08/04/2025: Designado como suplente o Senador Alan Rick, conforme Ofício 33/2025 do Bloco Parlamentar Democracia.
- 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Dr. Ismael Alexandrino, conforme Ofício 47/2025 da Liderança do PSD.
- 08/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Deputada Taliria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 08/04/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 10/04/2025: Designado como Suplente o Senador Luis Carlos Heinze, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF.
- 14/04/2025: O Senador Weverton deixa de compor a comissão. (Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF).
- 22/04/2025: Designado como titular o Deputado Paulão, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
- 23/04/2025: A Deputada Fernanda Melchionna, deixa de compor a comissão, conforme o Ofício nº 80/2025 da Liderança do PSOL-REDE ? CD.
- 23/04/2025: A Deputada Taliria Petrone, deixa de compor a comissão, conforme o Ofício nº 80/2025 da Liderança do PSOL-REDE ? CD.
- 10/04/2025: Designado como Suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF.
- 10/04/2025: Designado como Titular o Senador Dr. Hiran, em substituição ao Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF.
- 10/04/2025: Designado como Titular o Senador Hamilton Mourão, em substituição ao Senador Dr. Hiran, conforme Ofício nº 15/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança ? SF.
- 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Vinicius Carvalho, em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD).
- 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Albuquerque, conforme Ofício nº 63/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
- 14/04/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues, em substituição ao Senador Rogério Carvalho (Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 14/04/2025: Designada como suplente a Senadora Augusta Brito, em substituição a Senadora Teresa Leitão (Ofício nº 46/2025 da Liderança do Bloco pelo Brasil - SF).
43. 15/04/2025: Designado como titular o Deputado Cabo Gilberto Silva, conforme Ofício nº 141/2025 do Partido Liberal - CD.
44. 15/04/2025: Designado como titular o Deputado Sargento Gonçalves, conforme Ofício nº 141/2025 do Partido Liberal - CD.
45. 15/04/2025: Designada como suplente a Deputada Sílvia Waiãpi, conforme Ofício nº 141/2025 do Partido Liberal - CD.
46. 22/04/2025: Designada como titular a Deputada Erika Kokay, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
47. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Carlos Zarattini, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
48. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 139/2025 da Liderança FeBrasil na CD.
49. 22/04/2025: Designada como suplente a Senadora Ivete da Silveira, conforme Ofício 12/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
50. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Farias, conforme Ofício 12/2025 do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
51. 22/04/2025: Designado como suplente o Deputado Coronel Chrisóstomo, conforme Ofício nº 143/2025 do Partido Liberal - CD.
52. 22/04/2025: Designado, como membro titular, o Deputado Zé Haroldo Cathedral, em substituição ao Deputado Dr. Ismael Alexandrino (Ofício 57/2025 da Liderança do PSD - CD).
53. 22/04/2025: O Deputado Carlos Zarattini deixa a suplência da comissão e passa à condição de titular. (Ofício nº 140/2025 da Liderança da Federação Brasil - CD).
54. 22/04/2025: Designado como titular o Deputado Carlos Zarattini, em substituição ao Deputado Paulão. (Ofício 140/2025 da Liderança Federação Brasil - CD).
55. 22/04/2025: Designada como suplente a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
56. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Vanderlan Cardoso, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Resistência Democrática - SF.
57. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Da Vitoria, em substituição ao Deputado Dr. Luizinho, conforme Ofício 61/2025 da Liderança PP na CD.
58. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Allan Garcês, conforme Ofício 61/2025 da Liderança PP na CD.
59. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Dagoberto Nogueira, conforme o Ofício nº 106/2025 da Liderança da Federação PSDB/CIDADANIA- CD.
60. 23/04/2025: Designado como suplente, o Deputado Caio Vianna, conforme o Ofício 63/2025 da Liderança do PSD - CD.
61. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Coronel Chrisóstomo, em substituição ao Deputado Sargento Gonçalves (Ofício nº 150/2025 da Liderança do PL - CD).
62. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Sargento Gonçalves, em substituição ao Deputado Coronel Chrisóstomo (Ofício nº 150/2025 da Liderança do PL - CD).
63. 23/04/2025: Designada como suplente a Deputada Daniela do Waguinho, conforme Ofício nº 17/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
64. 23/04/2025: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição ao Senador Dr. Hiran (Ofício nº 21/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
65. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Dr. Ismael Alexandrino, em substituição ao Deputado Zé Haroldo Cathedral, conforme Ofício 65/2025 da Liderança PSD na CD.
66. 05/05/2025: O Deputado Caio Vianna deixa de compor a comissão. (Ofício nº 69/2025 da Liderança do PSD- CD).
67. 29/04/2025: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Jorge Seif (Ofício nº 36/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF).
68. 29/04/2025: Designado como suplente o Senador Jorge Seif, em substituição ao Senador Izalci Lucas (Ofício nº 36/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF).
69. 29/04/2025: Designado como titular o Deputado General Pazuello, em substituição ao Deputado Cabo Gilberto Silva (Ofício nº 173/2025 da Liderança do PL - CD).
70. 29/04/2025: Designado como suplente o Deputado Cabo Gilberto Silva, em substituição a Deputada Sílvia Waiãpi (Ofício nº 173/2025 da Liderança do PL - CD).
71. 07/05/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
72. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 Bloco Pelo Brasil - SF.

**Secretário:** Paula de Araújo Pinto Teixeira

**Telefone(s):** 6133034256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br





CMMPV 1294/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1294, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1294, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 16/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3,38)	1. Confúcio Moura - MDB/RO (5)
Fernando Dueire - MDB/PE (4,39)	2. Giordano - MDB/SP (6)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (7)	3. Alan Rick - UNIÃO/AC (40)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (8,46)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (9)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM (10)	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA (11)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (12)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (13)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Izalci Lucas - PL/DF (14,51)	1. Carlos Portinho - PL/RJ (16,53)
Marcos Rogério - PL/RO (15,52)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (17)
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Ana Paula Lobato - PDT/MA (18,57)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (19,58)
Paulo Paim - PT/RS (20,37,60)	2. Leila Barros - PDT/DF (59)
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Dr. Hiran - PP/RR (21,34,41,47)	1. Tereza Cristina - PP/MS (22,35,42,43,49)
Damares Alves - REPUBLICANOS/DF (23,36,48)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (42,43,50)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ <sup>(24)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(25)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA <sup>(26)</sup>	5. Pauderney Avelino - UNIÃO/AM <sup>(62)</sup>
Danilo Forte - UNIÃO/CE <sup>(61)</sup>	6. Ricardo Abrão - UNIÃO/RJ <sup>(63)</sup>
Julio Arcoverde - PP/PI <sup>(27,54)</sup>	7. Beбето - PP/RJ <sup>(55)</sup>
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(28)</sup>	8. VAGO
VAGO <sup>(29,44,45)</sup>	9. VAGO
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG <sup>(30)</sup>	10. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(31)</sup>	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(32)</sup>	12. VAGO
<b>SOLIDARIEDADE <sup>(1,2)</sup></b>	
Aureo Ribeiro - RJ <sup>(33)</sup>	1. Fausto Pinato - PP/SP <sup>(56)</sup>

**Notas:**

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 16/04/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
4. 16/04/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
5. 16/04/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 16/04/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 16/04/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 16/04/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 16/04/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 16/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 16/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 16/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 16/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 16/04/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 16/04/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 16/04/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 16/04/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 16/04/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 16/04/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 16/04/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 16/04/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 16/04/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 16/04/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 16/04/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 16/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 16/04/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 16/04/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 16/04/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 16/04/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 16/04/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 16/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 16/04/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 16/04/2025: Designado o Deputado Aureo Ribeiro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 23/04/2025: A Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão. (Ofício nº 18/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
35. 23/04/2025: O Senador Esperidião Amin deixa de compor a comissão. (Ofício nº 18/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
36. 23/04/2025: O Senador Mecias de Jesus deixa de compor a comissão. (Ofício nº 18/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF).
37. 07/05/2025: Designada como titular a Senadora Augusta Brito em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
38. 17/04/2025: Designado como titular o Senador Veneziano Vital do Rêgo, em substituição ao Senador Eduardo Braga (Ofício nº 8/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
39. 17/04/2025: Designado como titular o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Marcelo Castro (Ofício nº 8/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
40. 22/04/2025: Designado como suplente o Senador Alan Rick, conforme Ofício nº 13/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
41. 23/04/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 18/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
42. 23/04/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 18/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
43. 23/04/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 18/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
44. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Pedro Paulo, conforme Ofício nº 64/2025 da Liderança do PSD - CD.
45. 28/05/2025: O Deputado Pedro Paulo deixa de compor a comissão. (Ofício nº 89/2025 da Liderança do PSD - CD).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



46. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Carlos Viana, conforme o Ofício 16/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
47. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, em substituição a Senadora Damares Alves (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
48. 24/04/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
49. 24/04/2025: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, em substituição ao Senador Cleitinho (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
50. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
51. 29/04/2025: Designado como titular o Senador Izalci Lucas, em substituição ao Senador Carlos Portinho (Ofício nº 37/2025 da Liderança do Vanguarda - SF).
52. 29/04/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Jorge Seif (Ofício nº 37/2025 da Liderança do Vanguarda - SF).
53. 29/04/2025: Designado como suplente o Senador Carlos Portinho, em substituição ao Senador Izalci Lucas (Ofício nº 37/2025 da Liderança do Vanguarda - SF).
54. 30/04/2025: Designado como titular o Deputado Julio Arcoverde, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme o Ofício nº 59/2025 da Liderança Progressistas - CD.
55. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bebeto, conforme Ofício nº 59/2025 da Liderança Progressistas - CD.
56. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Fausto Pinato, conforme Ofício nº 74/2025 da Liderança do Progressistas em ratificação ao Ofício 15/2025 Solidariedade - CD.
57. 07/05/2025: Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
58. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
59. 07/05/2025: Designada como suplente a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
60. 14/05/2025: Designado como titular o Senador Paulo Paim em substituição à Senadora Augusta Brito, conforme Ofício nº 3/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
61. 14/05/2025: Designado como titular o Deputado Danilo Forte, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do União - CD.
62. 19/05/2025: Designado como suplente o Deputado Pauderney Avelino, conforme Ofício nº 25/2025 da Liderança União Brasil - CD.
63. 20/05/2025: Designado como suplente o Deputado Ricardo Abrão, conforme Ofício nº 26/2025 da Liderança União Brasil - CD.

**Secretário:** Ricardo Moreira Maia

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



CMMPV 1295/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1295, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1295, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 22/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Eduardo Braga - MDB/AM (3)	1. VAGO
Fernando Farias - MDB/AL (4)	2. VAGO
Jayme Campos - UNIÃO/MT (5,32)	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO (33)
Zequinha Marinho - PODEMOS/PA (6,37)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (7)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM (8)	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA (9)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (10)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (11)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Carlos Portinho - PL/RJ (12)	1. Izalci Lucas - PL/DF (14)
Jorge Seif - PL/SC (13)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Beto Faro - PT/PA (16,41)	1. Randolfe Rodrigues - PT/AP (18,42)
Weverton - PDT/MA (17)	2. Leila Barros - PDT/DF (43)
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Esperidião Amin - PP/SC (19,38)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (21,39)
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR (20)	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS (40)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ <sup>(22)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(23)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA <sup>(24)</sup>	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
João Maia - PP/RN <sup>(25,35)</sup>	7. Fausto Pinato - PP/SP <sup>(34)</sup>
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(26)</sup>	8. VAGO
Otto Alencar Filho - PSD/BA <sup>(27,36)</sup>	9. VAGO
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG <sup>(28)</sup>	10. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(29)</sup>	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(30)</sup>	12. VAGO
<b>NOVO <sup>(1,2)</sup></b>	
Adriana Ventura - SP <sup>(31)</sup>	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 22/04/2025: Designado como titular o Senador Eduardo Braga, conforme Ofício 09/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
4. 22/04/2025: Designado como titular o Senador Fernando Farias, conforme Ofício 09/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
5. 22/04/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
6. 22/04/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 22/04/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 22/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 22/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 22/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 22/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 22/04/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 22/04/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 22/04/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 22/04/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 22/04/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 22/04/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 22/04/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 22/04/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 22/04/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 22/04/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 22/04/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 22/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 22/04/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 22/04/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 22/04/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 22/04/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 22/04/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 22/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 22/04/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 22/04/2025: Designada a Deputada Adriana Ventura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 22/04/2025: Designado como titular o Senador Jayme Campos, conforme Ofício 14/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
33. 22/04/2025: Designada como suplente a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício 14/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
34. 23/04/2025: Designado como suplente o Deputado Fausto Pinato, conforme Ofício 62/2025 da Liderança do PP-CD.
35. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado João Maia, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício 62/2025 da Liderança do PP - CD.
36. 23/04/2025: Designado como titular o Deputado Otto Alencar Filho, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 60/2025 da Liderança do PSD - CD).
37. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Zequinha Marinho, em substituição ao Senador Carlos Viana, conforme Ofício 17/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia - SF.
38. 24/04/2025: Designado como titular o Senador Esperidião Amin, em substituição a Senadora Tereza Cristina (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
39. 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Luís Carlos Heinze, em substituição ao Senador Esperidião Amin (Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
40. 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
41. 07/05/2025: Designado como titular o Senador Beto Faro em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Randolfe Rodrigues em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.

43. 07/05/2025: Designada como suplente a Senadora Leila Barros, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.



CMMPV 1296/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1296, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1296, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 23/04/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Fernando Dueire - MDB/PE (1,34)	1. Alessandro Vieira - MDB/SE (5,36)
Ivete da Silva - MDB/SC (2,35)	2. Giordano - MDB/SP (6,33)
Marcio Bittar - UNIÃO/AC (3,52)	3. Sergio Moro - UNIÃO/PR (53)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (4)	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES (7)
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM (8)	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA (9)	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE (10)	3. Jorge Kajuru - PSB/GO (11)
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Carlos Portinho - PL/RJ (12)	1. Izalci Lucas - PL/DF (14)
Jorge Seif - PL/SC (13)	2. Jaime Bagattoli - PL/RO (15)
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Weverton - PDT/MA (16,41)	1. Paulo Paim - PT/RS (18,43)
Randolfe Rodrigues - PT/AP (17,42)	2. Rogério Carvalho - PT/SE (44)
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Dr. Hiran - PP/RR (19,40)	1. Laércio Oliveira - PP/SE (21,38)
Dameres Alves - REPUBLICANOS/DF (20,39)	2. Cleitinho - REPUBLICANOS/MG (37)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ <sup>(22)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(23)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Dani Cunha - UNIÃO/RJ <sup>(24,46)</sup>	5. VAGO <sup>(45,47)</sup>
Nicoletti - UNIÃO/RR <sup>(48)</sup>	6. VAGO
João Maia - PP/RN <sup>(25,50)</sup>	7. Mersinho Lucena - PP/PB <sup>(51)</sup>
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(26)</sup>	8. VAGO
Laura Carneiro - PSD/RJ <sup>(27,49)</sup>	9. VAGO
Gilberto Abramo - REPUBLICANOS/MG <sup>(28)</sup>	10. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(29)</sup>	11. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(30)</sup>	12. VAGO
<b>PSOL, REDE</b>	
Talíria Petrone - PSOL/RJ <sup>(31)</sup>	1. Fernanda Melchionna - PSOL/RS <sup>(32)</sup>

**Notas:**

- 23/04/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designada a Deputada Talíria Petrone, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 23/04/2025: Designada a Deputada Fernanda Melchionna, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
- 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Giordano, conforme o Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- 24/04/2025: Designado como titular o Senador Fernando Dueire, em substituição ao Senador Eduardo Braga, conforme Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- 24/04/2025: Designada como titular a Senadora Ivete da Silveira, em substituição ao Senador Marcelo Castro, conforme Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Alessandro Vieira, em substituição ao Senador Confúcio Moura, conforme Ofício 15/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
- 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Cleitinho, conforme Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF.
- 24/04/2025: Designado como suplente o Senador Laércio Oliveira, em substituição ao Senador Esperidião Amin ( Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
- 24/04/2025: Designada como titular a Senadora Damares Alves, em substituição ao Senador Mecias de Jesus ( Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
- 24/04/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, em substituição a Senadora Tereza Cristina ( Ofício nº 22/2025 da Liderança do Bloco Aliança - SF).
- 07/05/2025: Designado como titular o Senador Weverton em substituição ao Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>





42. 07/05/2025: Designado como titular o Senador Randolfe Rodrigues em substituição ao Senador Weverton, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
43. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Paulo Paim em substituição à Senadora Teresa Leitão, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
44. 07/05/2025: Designado como suplente o Senador Rogério Carvalho, conforme Ofício nº 2/2025 do Bloco Pelo Brasil - SF.
45. 14/05/2025: Designado como suplente o Deputado Nicoletti, conforme Ofício nº 23/2025 da Liderança do União Brasil - CD.
46. 15/05/2025: Designada como titular a Deputada Dani Cunha, conforme Ofício nº 23/2025 da Liderança do Bloco União - CD.
47. 15/05/2025: O Deputado Nicoletti passa a integrar a Comissão como membro titular, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco União - CD.
48. 15/05/2025: Designado como titular o Deputado Nicoletti, conforme Ofício nº 24/2025 da Liderança do Bloco União - CD.
49. 16/05/2025: Designada como titular a Deputada Laura Carneiro, em substituição ao Deputado Antonio Brito (Ofício nº 82/2025 da Liderança do PSD - CD).
50. 21/05/2025: Designado como titular o Deputado João Maia em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 85/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
51. 21/05/2025: Designado como suplente o Deputado Mersinho Lucena, conforme Ofício nº 85/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
52. 28/05/2025: Designado como titular o Senador Marcio Bittar, em substituição ao Senador Efraim Filho, conforme Ofício 27/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.
53. 28/05/2025: Designado como suplente o Senador Sergio Moro, conforme Ofício 27/2025 da Liderança Bloco Parlamentar Democracia - SF.

**Secretário:** Tiago Torres De Lima Brum

**Telefone(s):** 3303-4256

**E-mail:** cocm@senado.leg.br



CMMPV 1300/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1300, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1300, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 26/05/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Eduardo Braga - MDB/AM <sup>(6)</sup>	1. Confúcio Moura - MDB/RO <sup>(10)</sup>
Marcelo Castro - MDB/PI <sup>(7)</sup>	2. Giordano - MDB/SP <sup>(11)</sup>
Efraim Filho - UNIÃO/PB <sup>(8)</sup>	3. Professora Dorinha Seabra - UNIÃO/TO <sup>(36)</sup>
Carlos Viana - PODEMOS/MG <sup>(9)</sup>	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM <sup>(13)</sup>	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA <sup>(14)</sup>	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE <sup>(15)</sup>	3. Jorge Kajuru - PSB/GO <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Rogério Marinho - PL/RN <sup>(3)</sup>	1. VAGO
Marcos Rogério - PL/RO <sup>(31)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Rogério Carvalho - PT/SE <sup>(17)</sup>	1. Teresa Leitão - PT/PE
Weverton - PDT/MA <sup>(18)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Laércio Oliveira - PP/SE <sup>(19,34)</sup>	1. Esperidião Amin - PP/SC <sup>(21)</sup>
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR <sup>(20)</sup>	2. Hamilton Mourão - REPUBLICANOS/RS <sup>(35)</sup>

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco PL, Fe Brasil, UNIÃO, PP, PSD, MDB, REPUB., PDT, Fe PSDB CIDAD., PSB, PODE, AVANTE, PRD</b>	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
João Carlos Bacelar - PL/BA <sup>(5)</sup>	1. Reinhold Stephanes - PSD/PR <sup>(38)</sup>
Joaquim Passarinho - PL/PA <sup>(37)</sup>	2. VAGO
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(22)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA <sup>(23)</sup>	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Marx Beltrão - PP/AL <sup>(24,39)</sup>	7. Eduardo da Fonte - PP/PE <sup>(40)</sup>
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(25)</sup>	8. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(26)</sup>	9. VAGO
Lafayette de Andrada - REPUBLICANOS/MG <sup>(27,41)</sup>	10. VAGO
Nely Aquino - PODEMOS/MG <sup>(33)</sup>	11. Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(4,32)</sup>
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(28)</sup>	12. VAGO
<b>SOLIDARIEDADE <sup>(1,2)</sup></b>	
Aureo Ribeiro - RJ <sup>(29)</sup>	1. Weliton Prado - MG <sup>(30)</sup>

**Notas:**

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 22/05/2025: Designado como titular o Senador Rogerio Marinho, conforme Ofício 52/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
4. 22/05/2025: Designada como suplente a Deputada Nely Aquino, conforme Ofício 57/2025 da Liderança do Podemos - CD.
5. 26/05/2025: Designado como titular o Deputado João Carlos Bacelar, conforme Ofício 228/2025 da Liderança do PL - CD.
6. 26/05/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
7. 26/05/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
8. 26/05/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 26/05/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 26/05/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 26/05/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 26/05/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 26/05/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 26/05/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 26/05/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 26/05/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 26/05/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 26/05/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 26/05/2025: Designada a Senadora Tereza Cristina, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 26/05/2025: Designado o Senador Mecias de Jesus, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 26/05/2025: Designado o Senador Esperidião Amin, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 26/05/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 26/05/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 26/05/2025: Designado o Deputado Doutor Luizinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 26/05/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 26/05/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 26/05/2025: Designado o Deputado Gilberto Abramo, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 26/05/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 26/05/2025: Designado o Deputado Aureo Ribeiro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 26/05/2025: Designado o Deputado Weliton Prado, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 27/05/2025: Designado como titular o Senador Marcos Rogério, conforme Ofício nº 54/2025 da Liderança do Bloco Vanguarda - SF.
32. 27/05/2025: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Gambale, em substituição a Deputada Nely Aquino (Ofício nº 59/2025 da Liderança do Podemos - CD).
33. 27/05/2025: Designada como titular a Deputada Nely Aquino, conforme Ofício nº 59/2025 da Liderança do Podemos - CD.
34. 28/05/2025: Designado o Senador Laércio Oliveira em substituição à Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício 24/2025 do Bloco Parlamentar Aliança- SF.
35. 28/05/2025: Designado o Senador Hamilton Mourão, conforme Ofício 24/2025 do Bloco Parlamentar Aliança- SF.
36. 28/05/2025: Designada como suplente a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício nº 28/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
37. 28/05/2025: Designado como titular o Deputado Joaquim Passarinho, conforme Ofício nº 236/2025 da Liderança do PL- CD.
38. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Reinhold Stephanes, conforme Ofícios nº 236 e 245/2025 da Liderança do PL- CD, ratificado pelo Ofício 96/2025 da Liderança do PSD - CD.
39. 06/06/2025: Designado como titular o Deputado Marx Beltrão, em substituição ao Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 95/2025 da Liderança PP - CD.
40. 06/06/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo da Fonte, conforme Ofício nº 95/2025 da Liderança PP - CD.
41. 06/06/2025: Designado como titular o Deputado Lafayette de Andrada em substituição ao Deputado Gilberto Abramo (Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos - CD).



CMMPV 1301/2025 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1301, de 2025

(ver Medida Provisória)

**Finalidade:** Destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1301, de 2025.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO  
**RELATOR REVISOR:** VAGO

**Designação:** 09/06/2025

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar Democracia ( MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO )</b>	
Eduardo Braga - MDB/AM <sup>(8)</sup>	1. Confúcio Moura - MDB/RO <sup>(10)</sup>
Marcelo Castro - MDB/PI <sup>(9)</sup>	2. Giordano - MDB/SP <sup>(11)</sup>
Efraim Filho - UNIÃO/PB <sup>(12)</sup>	3. VAGO
Carlos Viana - PODEMOS/MG <sup>(13)</sup>	4. Marcos do Val - PODEMOS/ES <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PSB, PSD )</b>	
Omar Aziz - PSD/AM <sup>(15)</sup>	1. VAGO
Angelo Coronel - PSD/BA <sup>(16)</sup>	2. VAGO
Cid Gomes - PSB/CE <sup>(17)</sup>	3. Jorge Kajuru - PSB/GO <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda ( PL, NOVO )</b>	
Carlos Portinho - PL/RJ <sup>(19)</sup>	1. Jorge Seif - PL/SC <sup>(21)</sup>
Izalci Lucas - PL/DF <sup>(20)</sup>	2. Jaime Bagattoli - PL/RO <sup>(22)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil ( PDT, PT )</b>	
Rogério Carvalho - PT/SE <sup>(23)</sup>	1. Teresa Leitão - PT/PE <sup>(24)</sup>
Weverton - PDT/MA <sup>(25)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Aliança ( PP, REPUBLICANOS )</b>	
Dr. Hiran - PP/RR <sup>(6)</sup>	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS <sup>(7)</sup>
VAGO	2. VAGO

Câmara dos Deputados



TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco PL, Fdr. PT-PCdoB-PV, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, Fdr. PSDB-CIDADANIA, PDT, PSB</b>	
Sóstenes Cavalcante - PL/RJ <sup>(26)</sup>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(27)</sup>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Pedro Lucas Fernandes - UNIÃO/MA <sup>(28)</sup>	5. VAGO
Doutor Luizinho - PP/RJ <sup>(4)</sup>	6. Pedro Westphalen - PP/RS <sup>(5)</sup>
Isnaldo Bulhões Jr. - MDB/AL <sup>(29)</sup>	7. VAGO
Antonio Brito - PSD/BA <sup>(30)</sup>	8. VAGO
Ronaldo Nogueira - REPUBLICANOS/RS <sup>(3)</sup>	9. VAGO
Rodrigo Gambale - PODEMOS/SP <sup>(31)</sup>	10. VAGO
Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(32)</sup>	11. VAGO
<b>AVANTE, PRD, SOLIDARIEDADE</b>	
Neto Carletto - AVANTE/BA <sup>(33)</sup>	1. VAGO
<b>NOVO <sup>(1,2)</sup></b>	
Marcel van Hattem - RS <sup>(34)</sup>	1. VAGO

**Notas:**

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
3. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Ronaldo Nogueira, conforme Ofício nº 65/2025 da Liderança do Republicanos - CD.
4. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Doutor Luizinho, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
5. 09/06/2025: Designado como suplente o Deputado Pedro Westphalen, conforme Ofício nº 97/2025 da Liderança do Progressistas - CD.
6. 09/06/2025: Designado como titular o Senador Dr. Hiran, conforme Ofício nº 25/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
7. 09/06/2025: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme Ofício nº 25/2025 da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança - SF.
8. 09/06/2025: Designado o Senador Eduardo Braga, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
9. 09/06/2025: Designado o Senador Marcelo Castro, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
10. 09/06/2025: Designado o Senador Confúcio Moura, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
11. 09/06/2025: Designado o Senador Giordano, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
12. 09/06/2025: Designado o Senador Efraim Filho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
13. 09/06/2025: Designado o Senador Carlos Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
14. 09/06/2025: Designado o Senador Marcos do Val, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
15. 09/06/2025: Designado o Senador Omar Aziz, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
16. 09/06/2025: Designado o Senador Angelo Coronel, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
17. 09/06/2025: Designado o Senador Cid Gomes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
18. 09/06/2025: Designado o Senador Jorge Kajuru, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
19. 09/06/2025: Designado o Senador Carlos Portinho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
20. 09/06/2025: Designado o Senador Izalci Lucas, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
21. 09/06/2025: Designado o Senador Jorge Seif, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
22. 09/06/2025: Designado o Senador Jaime Bagattoli, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
23. 09/06/2025: Designado o Senador Rogério Carvalho, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
24. 09/06/2025: Designada a Senadora Teresa Leitão, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
25. 09/06/2025: Designado o Senador Weverton, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
26. 09/06/2025: Designado o Deputado Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
27. 09/06/2025: Designado o Deputado Lindbergh Farias, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
28. 09/06/2025: Designado o Deputado Pedro Lucas Fernandes, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
29. 09/06/2025: Designado o Deputado Isnaldo Bulhões Jr., nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
30. 09/06/2025: Designado o Deputado Antonio Brito, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
31. 09/06/2025: Designado o Deputado Rodrigo Gambale, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
32. 09/06/2025: Designado o Deputado Adolfo Viana, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
33. 09/06/2025: Designado o Deputado Neto Carletto, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.
34. 09/06/2025: Designado o Deputado Marcel Van Hattem, nos termos do § 5º do art. 2 da Resolução nº 1 de 2002.



**COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**

## COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**  
PRESIDENTE

**Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)**  
1º VICE-PRESIDENTE

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**  
2º VICE-PRESIDENTE

**Deputado Carlos Veras (PT-PE)**  
1º SECRETÁRIO

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**  
2º SECRETÁRIO

**Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)**  
3º SECRETÁRIO

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**  
4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
<p><b>Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)</b> PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Eduardo Gomes (PL-TO)</b> 1º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Senador Humberto Costa (PT-PE)</b> 2º VICE-PRESIDENTE</p> <p><b>Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)</b> 1ª SECRETÁRIA</p> <p><b>Senador Confúcio Moura (MDB-RO)</b> 2º SECRETÁRIO</p> <p><b>Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)</b> 3ª SECRETÁRIA</p> <p><b>Senador Laércio Oliveira (PP-SE)</b> 4º SECRETÁRIO</p> <p><b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)</p> <p>2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)</p> <p>3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)</p> <p>4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)</p>	<p><b>Deputado(a) Hugo Motta (REPUBLIC-PB)</b> Presidente</p> <p><b>Deputado(a) Altineu Côrtes (PL-RJ)</b> 1º Vice-Presidente</p> <p><b>Deputado(a) Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)</b> 2º Vice-Presidente</p> <p><b>Deputado(a) Carlos Veras (PT-PE)</b> 1º Secretário</p> <p><b>Deputado(a) Lula da Fonte (PP-PE)</b> 2º Secretário</p> <p><b>Deputado(a) Delegada Katarina (PSD-SE)</b> 3º Secretário</p> <p><b>Deputado(a) Sergio Souza (MDB-PR)</b> 4º Secretário</p> <p><b>SUPLENTES DE SECRETÁRIO</b></p> <p>1º - Deputado(a) Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)</p> <p>2º - Deputado(a) Paulo Folletto (PSB-ES)</p> <p>3º - Deputado(a) Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)</p> <p>4º - Deputado(a) Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)</p>





CONSELHOS e ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE)

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

**VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL:** Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

**Designação:** 11/07/2023

**Instalação:** 13/09/2023

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Democracia	
Renan Calheiros - MDB/AL (2)	1. Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB (3)
Alan Rick - UNIÃO/AC (4)	2. Fernando Dueire - MDB/PE (5,93,94,124)
Carlos Viana - PODEMOS/MG (6)	3. Leila Barros - PDT/DF (7)
Efraim Filho - UNIÃO/PB (110)	4. Alessandro Vieira - MDB/SE (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	
Sérgio Petecão - PSD/AC (9)	1. Lucas Barreto - PSD/AP (12)
Nelsinho Trad - PSD/MS (10)	2. Angelo Coronel - PSD/BA (13,18)
Humberto Costa - PT/PE (11)	3. Fabiano Contarato - PT/ES (14)
Chico Rodrigues - PSB/RR (19)	4. Irajá - PSD/TO (20)
Bloco Parlamentar Aliança	
Tereza Cristina - PP/MS (15)	1. Luis Carlos Heinze - PP/RS (16)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Eduardo Girão - NOVO/CE (17)	1. Marcos Rogério - PL/RO (1,83)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>PL</b>	
Giovani Cherini - RS <sup>(21)</sup>	1. Adilson Barroso - SP <sup>(26,71,90)</sup>
Pastor Eurico - PE <sup>(22)</sup>	2. Bibó Nunes - RS <sup>(27)</sup>
Roberto Monteiro Pai - RJ <sup>(23)</sup>	3. Domingos Sávio - MG <sup>(28)</sup>
Rosana Valle - SP <sup>(24)</sup>	4. Dr. Jaziel - CE <sup>(29)</sup>
Vermelho - PP/PR <sup>(25)</sup>	5. Eros Biondini - MG <sup>(30)</sup>
<b>PCdoB, PT, PV</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP <sup>(31)</sup>	1. Vander Loubet - PT/MS <sup>(35,78)</sup>
Bohn Gass - PT/RS <sup>(32,79,82,128)</sup>	2. Jandira Feghali - PCdoB/RJ <sup>(36)</sup>
Paulão - PT/AL <sup>(33)</sup>	3. Odair Cunha - PT/MG <sup>(37,91,129)</sup>
Renildo Calheiros - PCdoB/PE <sup>(34)</sup>	4. Zeca Dirceu - PT/PR <sup>(38,80,81)</sup>
<b>UNIÃO</b>	
Marangoni - SP <sup>(39,98,104,114,121,126,131)</sup>	1. Felipe Francischini - PR <sup>(42,101,107,117)</sup>
Geraldo Mendes - PR <sup>(40,99,105,115)</sup>	2. Eduardo Velloso - AC <sup>(43,89,102,108,118)</sup>
Damião Feliciano - PB <sup>(41,100,106,116,120,125,130)</sup>	3. David Soares - SP <sup>(77,103,109,119,122,127,132)</sup>
<b>PP</b>	
Pedro Lupion - PR <sup>(44,88)</sup>	1. Afonso Hamm - RS <sup>(47)</sup>
Covatti Filho - RS <sup>(45)</sup>	2. Ana Paula Leão - MG <sup>(48,73)</sup>
Dilceu Sperafico - PR <sup>(46,112)</sup>	3. Bebeto - RJ <sup>(49,113)</sup>
<b>MDB</b>	
Gutemberg Reis - RJ <sup>(50)</sup>	1. Hercílio Coelho Diniz - MG <sup>(76)</sup>
Sergio Souza - PR <sup>(51)</sup>	2. Alceu Moreira - RS <sup>(84)</sup>
<b>PSD</b>	
Danrlei de Deus Hinterholz - RS <sup>(74,75,95)</sup>	1. Luiz Nishimori - PR <sup>(53,72,111)</sup>
Paulo Litro - PR <sup>(52)</sup>	2. Ismael - SC <sup>(54)</sup>
<b>REPUBLICANOS</b>	
Ronaldo Nogueira - RS <sup>(55,85)</sup>	1. Marcos Pereira - SP <sup>(57)</sup>
Celso Russomanno - SP <sup>(56)</sup>	2. Marcel van Hattem - NOVO/RS <sup>(58,86,87,96)</sup>
<b>PODEMOS</b>	
Renata Abreu - SP <sup>(59)</sup>	1. Rodrigo Gambale - SP <sup>(60,123)</sup>
<b>CIDADANIA, PSDB</b>	
Beto Richa - PSDB/PR <sup>(61)</sup>	1. Adolfo Viana - PSDB/BA <sup>(62)</sup>
<b>PDT</b>	
Afonso Motta - RS <sup>(63)</sup>	1. Pompeo de Mattos - RS <sup>(64)</sup>
<b>PSB</b>	
Heitor Schuch - RS <sup>(65)</sup>	1. Felipe Carreras - PE <sup>(66)</sup>
<b>AVANTE</b>	
Greyce Elias - MG <sup>(67,92)</sup>	1. Fred Costa - PRD/MG <sup>(68)</sup>
<b>PSOL, REDE</b>	
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ <sup>(69,97)</sup>	1. Pastor Henrique Vieira - PSOL/RJ <sup>(70)</sup>

**Notas:**

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



1. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Wellington Fagundes, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 125/2023 do Bloco Vanguarda.
2. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Renan Calheiros, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 51/2023-MDB.
3. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Veneziano Vital do Rêgo, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 51/2023-MDB.
4. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Alan Rick, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 69/2023 do Bloco Democracia.
5. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 69/2023 do Bloco Democracia.
6. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Carlos Viana conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 65/2023 do Bloco Democracia.
7. 11/07/2023: Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 99/2023 do Bloco Democracia.
8. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Alessandro Vieira, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 75/2023 do Bloco Democracia.
9. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Sérgio Petecão, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
10. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Nelsinho Trad, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
11. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Humberto Costa, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
12. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Lucas Barreto, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
13. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Otto Alencar, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
14. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Fabiano Contarato, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 66/2023 do Bloco Resistência Democrática.
15. 11/07/2023: Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 28/2023 do Bloco Aliança.
16. 11/07/2023: Designado como suplente o Senador Luis Carlos Heinze, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 28/2023 do Bloco Aliança.
17. 11/07/2023: Designado como titular o Senador Eduardo Girão, conforme ATCN 49/2023 e Ofício nº 125/2023 do Bloco Vanguarda.
18. 23/08/2023: Designado o Senador Angelo Coronel, em substituição ao Senador Otto Alencar, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
19. 23/08/2023: Designado o Senador Chico Rodrigues, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
20. 23/08/2023: Designado o Senador Irajá, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 89/2023 do Bloco Resistência Democrática.
21. 23/08/2023: Designado o Deputado Giovani Cherini, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
22. 23/08/2023: Designado o Deputado Pastor Eurico, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
23. 23/08/2023: Designado o Deputado Roberto Moteiro Pai, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
24. 23/08/2023: Designada a Deputada Rosana Valle, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
25. 23/08/2023: Designado o Deputado Vermelho, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
26. 23/08/2023: Designado o Deputado Adilson Barroso, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
27. 23/08/2023: Designado o Deputado Bibó Nunes, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
28. 23/08/2023: Designado o Deputado Domingos Sávio, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
29. 23/08/2023: Designado o Deputado Dr. Jaziel, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
30. 23/08/2023: Designado o Deputado Eros Biondini, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
31. 23/08/2023: Designado o Deputado Arlindo Chinaglia, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
32. 23/08/2023: Designado o Deputado Odair Cunha, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
33. 23/08/2023: Designado o Deputado Paulão, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
34. 23/08/2023: Designado o Deputado Renildo Calheiros, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
35. 23/08/2023: Designada a Deputada Camila Jara, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
36. 23/08/2023: Designada a Deputada Jandira Feghali, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
37. 23/08/2023: Designado o Deputado Washington Quaquá, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
38. 23/08/2023: Designado o Deputado Zeca Dirceu, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
39. 23/08/2023: Designado o Deputado Damião Feliciano, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
40. 23/08/2023: Designado o Deputado Padovani, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
41. 23/08/2023: Designada Deputada Yandra Moura, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
42. 23/08/2023: Designado o Deputado David Soares, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
43. 23/08/2023: Designado o Deputado Eduardo Velloso, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
44. 23/08/2023: Designado o Deputado Átila Lira, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
45. 23/08/2023: Designado o Deputado Covatti Filho, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
46. 23/08/2023: Designado o Deputado Marx Beltrão, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
47. 23/08/2023: Designado o Deputado Afonso Hamm, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
48. 23/08/2023: Designado o Deputado Bebeto, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.



49. 23/08/2023: Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
50. 23/08/2023: Designado o Deputado Gutemberg Reis, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
51. 23/08/2023: Designado o Deputado Sergio Souza, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
52. 23/08/2023: Designado o Deputado Paulo Litro, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
53. 23/08/2023: Designado o Deputado Darci Matos, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
54. 23/08/2023: Designado o Deputado Ismael, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
55. 23/08/2023: Designado o Deputado Carlos Gomes, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
56. 23/08/2023: Designado o Deputado Celso Russomanno, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
57. 23/08/2023: Designado o Deputado Marcos Pereira, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
58. 23/08/2023: Designado o Deputado Wilson Santiago, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
59. 23/08/2023: Designada a Deputada Renata Abreu, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
60. 23/08/2023: Designado o Deputado Igor Timo, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
61. 23/08/2023: Designado o Deputado Beto Richa, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
62. 23/08/2023: Designado o Deputado Adolfo Viana, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
63. 23/08/2023: Designado o Deputado Afonso Motta, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
64. 23/08/2023: Designado o Deputado Pompeu de Matos, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
65. 23/08/2023: Designado o Deputado Heitor Schuch, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
66. 23/08/2023: Designado o Deputado Felipe Carreras, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
67. 23/08/2023: Designado o Deputado Luis Tibé, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
68. 23/08/2023: Designado o Deputado Fred Costa, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
69. 23/08/2023: Designado o Deputado Erika Hilton, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
70. 23/08/2023: Designado o Deputado Pastor Henrique Vieira, como suplente, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
71. 12/03/2024: O Deputado Adilson Barroso deixa de compor a comissão em virtude do retorno do titular do cargo.
72. 06/06/2024: Designado o Deputado Darci de Matos, em virtude de seu afastamento do exercício.
73. 19/03/2025: Designada a Deputada Ana Paula Leão, em substituição ao Deputado Bebeto (Ofício nº 23/2025 da Liderança do PP - CD).
74. 23/08/2023: Designado o Deputado Luciano Azevedo, como titular, conforme ATCN 58/2023 e Ofício nº 181/2023 do Presidenta da Câmara dos Deputados.
75. 23/10/2023 - Desligado o Deputado Luciano Azevedo, em virtude de seu afastamento do exercício.
76. 29/08/2023: Designado como suplente o Deputado Hercílio Coelho Diniz, conforme Ofício 350 da Liderança do MDB.
77. 30/08/2023: Designado como suplente o Deputado Marangoni, conforme Ofício nº 94 da Liderança do UNIÃO.
78. 05/09/2023: Designado como suplente o Deputado Vander Loubet, em substituição à Deputada Camila Jara, conforme Ofício 468/2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança.
79. 11/09/2023: Designado, como titular, o Deputado Ruy Falcão, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 475 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
80. 11/09/2023: Designado, como suplente, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Zeca Dirceu (Ofício nº 475 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
81. 13/09/2023: Designado, como suplente, o Deputado Zeca Dirceu, em substituição ao Deputado Odair Cunha (Ofício nº 479 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
82. 13/09/2023: Designado, como titular, o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Ruy Falcão (Ofício nº 479 de 2023 da Liderança da Federação Brasil da Esperança).
83. 15/09/2023: Designado como suplente o Senador Marcos Rogério, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, conforme Ofício 144/2023 do Bloco Vanguarda.
84. 28/09/2023: Designado o Deputado Alceu Moreira, como membro suplente. (Ofício 380/2023 da Liderança do MDB na Câmara dos Deputados)
85. 06/03/2024: Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Gomes (Ofício nº 4 de 2024 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS).
86. 06/03/2024: Designado, como membro suplente, o Deputado Raniery Paulino, em substituição ao Deputado Wilson Santiago (Ofício nº 4 de 2024 da Liderança do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS).
87. 09/05/2024: Desligado o Deputado Raniery Paulino, em virtude de seu afastamento do exercício.
88. 08/03/2024: Designado como titular o Deputado Pedro Lupion, em substituição ao Deputado Átila Lira (Ofício nº 17/2024 da Liderança do PP-CD).
89. 14/03/2024: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Valadares, em substituição ao Deputado Eduardo Velloso (Ofício nº 1/2024 da Liderança do União Brasil-CD).
90. 22/03/2024: Designado o Deputado Adilson Barroso, conforme Ofício nº 143/2024 da Liderança do PL-CD.
91. 17/04/2024: Designado o Deputado Bohn Gass, como suplente, em substituição ao Deputado Washington Quaquá. (Ofício 114/2024 da Liderança Federação Brasil da Esperança na Câmara dos Deputados)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)  
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



92. 03/05/2024: Designada a Deputada Greyce Elias, como titular, em substituição ao Deputado Luís Tibé (ofício nº 7/2024 da Liderança do AVANTE na Câmara dos Deputados).
93. 16/07/2024: Designado como suplente o Senador André Amaral, em substituição ao Senador Efraim Filho (Ofício nº 774/2024 da Liderança do União Brasil - CD).
94. 04/11/2024: Designado como suplente o Senador Efraim Filho, em substituição ao Senador André Amaral (Ofício nº 26/2024 da Liderança do Bloco Democracia - SF).
95. 18/11/2024: Designado o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz, conforme Ofício nº 164/2024 da liderança do PSD - CD.
96. 05/12/2024: Designado como suplente o Deputado Marcel van Hattem, nos termos do Ofício nº 79/2024 da Liderança do Republicanos - CD.
97. 25/03/2025: Designado como titular o Deputado Aureo Ribeiro, em substituição à Deputada Erika Hilton (Ofício nº 38/2025 da Liderança da Federação PSOL-REDE - CD).
98. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Damião Feliciano, conforme Ofício 11/2025 do União.
99. 08/04/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Mendes, em substituição ao Deputado Padovani, conforme Ofício 11/2025 do União.
100. 08/04/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição à Deputada Yandra Moura, conforme Ofício 11/2025 do União.
101. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, conforme Ofício 11/2025 do União.
102. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo Velloso, em substituição ao Deputado Rodrigo Valladares, conforme Ofício 11/2025 do União.
103. 08/04/2025: Designado como suplente o Deputado Padovani, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme Ofício 11/2025 do União.
104. 09/04/2025: Desligado o Deputado David Soares, conforme Ofício 14 do União.
105. 09/04/2025: Desligado o Deputado Geraldo Mendes, conforme Ofício 14 do União.
106. 09/04/2025: Desligado a Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 14 do União.
107. 09/04/2025: Desligado o Deputado Felipe Francischini, conforme Ofício 14/2025 do União.
108. 09/04/2025: Desligado o Deputado Eduardo Velloso, conforme Ofício 14/2025 do União.
109. 09/04/2025: Desligado o Deputado Padovani, conforme Ofício 14/2025 do União.
110. 09/04/2025: Designado como titular o Senador Efraim Filho, conforme Ofício 6/2025 do Bloco Democracia.
111. 09/04/2025: Designado como suplente o Deputado Luiz Nishimori, conforme Ofício 48/2025 da Liderança do PSD.
112. 10/04/2025: Designado como titular o Deputado Dilceu Sperafico, em substituição ao Deputado Marx Beltrão, conforme Ofício 51/2025 da Liderança do PP.
113. 10/04/2025: Designado como suplente o Deputado Bebeto, conforme Ofício 51 da Liderança do PP.
114. 30/04/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
115. 30/04/2025: Designado como titular o Deputado Geraldo Mendes, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
116. 30/04/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
117. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Felipe Francischini, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
118. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Eduardo Velloso, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
119. 30/04/2025: Designado como suplente o Deputado Marangoni, conforme o Ofício 18/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
120. 26/05/2025: Designado como titular o Deputado Damião Feliciano, em substituição à Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 27/2025 Liderança do União - CD.
121. 26/05/2025: Designado como titular o Deputado Marangoni em substituição ao Deputado David Soares, conforme o Ofício 27/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
122. 26/05/2025: Designado como suplente o Deputado David Soares, conforme o Ofício 27/2025 da Liderança União Brasil na Câmara dos Deputados.
123. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Rodrigo Gambale, em substituição ao Deputado Igor Timo (Ofício nº 48/2025 da Liderança do Podemos - CD).
124. 28/05/2025: Designado como suplente o Senador Fernando Dueire, conforme Ofício nº 29/2025 da Liderança do Bloco Democracia - SF.
125. 28/05/2025: Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, em substituição ao Deputado Damião Feliciano, conforme Ofício 29/2025 da Liderança do União - CD.
126. 28/05/2025: Designado como titular o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme o Ofício 29/2025 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
127. 28/05/2025: Designado como suplente o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado David Soares, conforme o Ofício 29/2025 da Liderança do União Brasil na Câmara dos Deputados.
128. 05/06/2024: Designado como titular o Deputado Bohn Gass, em substituição ao Deputado Odair Cunha, conforme Ofício 189/2025 da Liderança Federação Brasil -CD.
129. 05/06/2024: Designado como suplente o Deputado Odair Cunha, em substituição ao Deputado Bohn Gass, conforme Ofício 189/2025 da Liderança Federação Brasil -CD.
130. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Damião Feliciano, em substituição à Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 30/2025 do União Brasil.
131. 09/06/2025: Designado como titular o Deputado Marangoni, em substituição ao Deputado David soares, conforme Ofício 30/2025 do União Brasil.
132. 09/06/2025: Designado como suplente o Deputado David Soares, em substituição ao Deputado Marangoni, conforme Ofício 30/2025 do União Brasil.

Telefone(s): 3216-6871  
cpcms.decom@camara.leg.br



**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS****MESA DO SENADO FEDERAL****Atualização:** 19/02/2019

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



**Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro**

**Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto  
dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

**COMPOSIÇÃO**

**Número de membros:** titulares

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL****Atualização:** 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa  
NPFG  
Telefone(s): 33035713  
npfg@senado.leg.br



**Conselho de Comunicação Social****Lei nº 8.389, de 1991,****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.****Eleição Geral: 05/06/2002****Eleição Geral: 22/12/2004****Eleição Geral: 17/07/2012****Eleição Geral: 08/07/2015****Eleição Geral: 03/03/2020**

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	VAGO	VAGO
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO

**Atualização: 09/03/2020**



SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos  
Telefone(s): 3303-5258  
ccscn@senado.leg.br



## Conselho do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude

### COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

npfg@senado.leg.br



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

<p><b>Líder do Governo</b></p> <p>Senador Randolfe Rodrigues - PT / AP</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Deputado Bohn Gass - PT / RS</p> <p>Deputado Carlos Zarattini - PT / SP</p> <p>Deputado Daniel Almeida - PCdoB / BA</p> <p>Deputado Dorinaldo Malafaia - PDT / AP</p> <p>Deputado Jonas Donizette - PSB / SP</p> <p>Deputado Lindbergh Farias - PT / RJ</p> <p>Deputado Reginaldo Lopes - PT / MG</p> <p>Deputado Hildo Rocha - MDB / MA</p> <p>Deputado Otto Alencar Filho - PSD / BA</p> <p>Deputada Laura Carneiro - PSD / RJ</p> <p>Deputado Felipe Carreras - PSB / PE</p> <p>Senador Jaques Wagner - PT / BA</p> <p>Senadora Leila Barros - PDT / DF</p> <p>Senadora Zenaide Maia - PSD / RN</p> <p>Senador Omar Aziz - PSD / AM</p> <p>Deputada Professora Luciene Cavalcante - PSOL / SP</p> <p>Deputada Daniela do Waguinho - UNIÃO / RJ</p> <p>Deputado José Nelto - UNIÃO / GO</p>	<p><b>Líder da Maioria</b></p> <p>Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Senadora Daniella Ribeiro - PP / PB</p>	<p><b>Líder da Minoria</b></p> <p>Deputado Giacobbo - PL / PR</p> <p><b>Vice-Líderes</b></p> <p>Senador Flávio Bolsonaro - PL / RJ</p> <p>Senador Eduardo Gomes - PL / TO</p> <p>Senadora Tereza Cristina - PP / MS</p> <p>Deputado Delegado Paulo Bilynskjy - PL / SP</p> <p>Senador Magno Malta - PL / ES</p> <p>Senador Eduardo Girão - NOVO / CE</p> <p>Senadora Damares Alves - REPUBLICANOS / DF</p> <p>Deputada Bia Kicis - PL / DF</p> <p>Deputado Luiz Lima - NOVO / RJ</p> <p>Deputado Gilson Marques - NOVO / SC</p> <p>Deputado Marcel van Hattem - NOVO / RS</p> <p>Deputado José Medeiros - PL / MT</p> <p>Deputado Alberto Fraga - PL / DF</p> <p>Deputado Delegado Ramagem - PL / RJ</p> <p>Deputado Ricardo Salles - NOVO / SP</p> <p>Deputado Filipe Barros - PL / PR</p> <p>Deputada Roberta Roma - PL / BA</p> <p>Deputada Sílvia Cristina - PP / RO</p>
--	--	--



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

